



FOTOCÓPIA (Ponto 27 fls. 32, 32A a 32AG)-----

PARTE DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
REALIZADA EM **19 DE MARÇO DE 2018**, NESTA
PARTE, FOI APROVADO EM ATA, NO FINAL DA
REUNIÃO.-----

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL. -----

Divisão de Administração Geral, 06/04/2018

O Chefe de Divisão

Data: 18 / 03 / 19

Fl. (32)

PONTO N.º 27

**ELABORAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL DA MAIA, AVALIAÇÃO
AMBIENTAL ESTRATÉGICA E ABERTURA DO
PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PREVENTIVA. ---**

-----Presente a proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, e pelo Senhor Vereador do Pelouro de Planeamento Territorial, Mobilidade e Transportes, Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves, registada sob o n.º 9361/18, na qual, e considerando o exposto na mesma, os fundamentos expressos no Relatório de Fundamentação, metodologia e programação, em anexo, e encontrando-se o Plano Diretor Municipal da Maia em condições ser alvo de revisão, tendo por base os n.º 1 e 2 do artigo 124.º, consubstanciado com os n.º 1 e 3 do artigo 115.º, ambos do RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, propõem que o Executivo Municipal:-----

1. Delibere, nos termos do disposto nos n.ºs 1 a 3, do artigo 76.º do RJIGT, dar início ao procedimento de 2.ª revisão ao Plano Diretor Municipal da Maia, que deverá estar concluída num prazo de 29 meses, incluindo-se os prazos de participação preventiva e discussão pública, acompanhamento, concertação e aprovação;-----
2. Delibere, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2, do artigo 120.º, do já referido RJIGT, consubstanciado com o definido no Decreto – Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, a sujeitação a Avaliação Ambiental do procedimento da 2.ª revisão ao Plano Diretor Municipal da Maia, tendo como fundamento o exposto no relatório em anexo;-----
3. Delibere, a aprovação dos termos de referência constantes do relatório de Fundamentação, metodologia e programação anexo.-----
4. Determine a abertura de um período de participação preventiva, para a formulação de sugestões ou apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de elaboração da revisão ao plano, com a duração mínima de quinze (15) dias, a contar da data da publicação do aviso no Diário da República, de acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 88.º do RJIGT, a divulgar através da comunicação social e na respetiva página da internet da Câmara Municipal.-----

Data 18 / 03 / 19

Fl. 32.1)

-----O Vereador Jaime Silva Pinho interveio, questionando se o procedimento em análise era simultâneo para todos os municípios, pois entendia que havia municípios com situações pendentes para resolver, tendo o Senhor Presidente respondido que sim, acrescentando ainda que a Câmara da Maia fez a revisão do PDM em 2009 e uma alteração em 2013, existindo, no entanto, Câmaras Municipais que ainda nada fizeram, como a de Matosinhos, que ainda não reviu nem alterou o PDM, estando a fazê-lo agora, tal como todos os outros municípios.-----

-----O Vereador Mário Nuno Neves interveio, afirmando que ainda naquela data tinha sido resolvido, de uma vez por todas, as questões que a Câmara da Maia tinha com Gondomar acerca de limites de território.-----

-----O Vereador Jaime Silva Pinho interveio dizendo que colocava a questão nas dúvidas e nos problemas técnicos que se colocam em determinados locais com a atual divisão do território, colocando como exemplo o cruzamento da Carriça, e nos problemas ali causados aos concelhos da Maia e da Trofa, tendo o senhor Presidente dito que esses assuntos estavam a ser vistos.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, e que os procedimentos aquisitivos a desenvolver terão que ser alvo de aprovação pelo Executivo Municipal.-----



Data: 18/03/19

Fl. (32.A)

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

PRESIDÊNCIA

Registo n.º 9361/18

Em ____/____/____

PROPOSTA

ASSUNTO: Elaboração da 2.^a Revisão ao Plano Diretor Municipal da Maia, Avaliação Ambiental Estratégica e abertura do período de participação preventiva

Tendo em conta o período de vigência do Plano Diretor Municipal da Maia (PDM), publicado na 2.^a Série do Diário da República através do Aviso n.º 2383/2009, de 26 de Janeiro, e alterado pelo Aviso n.º 9751/2013, de 30 de julho e Aviso n.º 15462/2017, de 22 de dezembro, e considerando a evolução das circunstâncias sociais e económicas subjacentes à sua elaboração, reportada na avaliação da adequação e concretização da disciplina nele consagrada, subjacente ao sistema de monitorização da sua execução, entende-se que algumas das suas disposições carecem de atualização às dinâmicas e exigências atualmente vividas, melhor assegurando a concretização dos objetivos estratégicos delineados.

Considerando que passaram 9 anos sobre a primeira revisão e 4 anos sobre a sua principal alteração, a gestão corrente do plano, bem como os procedimentos de avaliação e monitorização do mesmo refletem a necessidade de manter o desenvolvimento de algumas das suas medidas com vista a atingir os seus objetivos estratégicos, designadamente ao nível da consolidação dos núcleos urbanos, da dotação de espaços verdes, da preservação dos valores identitários e dos valores de ruralidade e bem ainda do aumento da competitividade e afirmação do concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto.

Porém, também se conclui dos resultados da monitorização da execução das ações previstas que há a necessidade de conformar o Plano a uma nova realidade económica e social que se traduz numa maior limitação da capacidade de intervenção pública, cumprindo repensar cuidadosamente questões relativas quer as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão previstas, quer as novas disposições relativas à programação e sistemas de execução do plano, à respetiva avaliação económico-financeira e à caducidade da reserva do solo.

Paralelamente, durante este período, assistiu-se ainda à aprovação da nova Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU), Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e por conseguinte à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, documentos que operaram uma profunda reforma no modelo de classificação do solo, eliminando a categoria operativa de solo urbanizável, bem como procedeu à definição do estatuto jurídico do solo, estabelecendo a classificação e qualificação do solo, determinando o destino básico deste com respeito pela sua natureza, assentando na distinção entre solo rústico e solo urbano, pela sua reconhecida aptidão.

PRESIDÊNCIA

No mesmo RJIGT assume ainda importância a introdução de regras de graduação do interesse público, fazendo prevalecer, em caso de interesses públicos incompatíveis entre si, os interesses respeitantes à defesa nacional, à segurança, à saúde pública, à proteção civil e à prevenção e minimização de riscos, situação que terá especial relevância nos objetivos subjacentes ao trabalho de revisão do Plano.

Assim, e considerando o disposto no artigo 124.º do RJIGT, que refere que a revisão dos planos municipais de ordenamento do território decorre da “necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração, tendo como fundamento o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território”.

Considerando ainda que o artigo 85.º da LBOTU veio determinar que todos os instrumentos de gestão territorial vigentes devem ser reconduzidos, no âmbito do sistema de planeamento estabelecido pela nova lei e no prazo e condições a estabelecer em legislação complementar, no caso o já mencionado RJIGT e legislação complementar deste, o que implica, entre outras, à introdução das novas regras de classificação e qualificação do solo, tal como previsto no n.º 1, do artigo 199.º do RJIGT.

Considerando que o n.º 2, do artigo 199.º refere que a introdução das novas regras deve estar concluída no prazo máximo de cinco anos após a entrada em vigor do RJIGT, isto é, até julho de 2020, sob pena de suspensão das normas do plano territorial que deveriam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo, e bem ainda os mecanismos de dinâmica dos Instrumentos de Gestão Territorial previstos no artigo 115.º do RJIGT.

Considerando também que o n.º 4, do artigo 29.º do RJIGT, refere que a falta de iniciativa, por parte do município, tendente a desencadear o procedimento de atualização do plano territorial, bem como o atraso da mesma atualização por facto imputável às referidas entidades, determina a suspensão do respetivo direito de candidatura a apoios financeiros comunitários e nacionais, até à data da conclusão do processo de atualização, bem como a não celebração de contratos –programa, considera-se oportuno proceder à revisão das disposições do Plano Diretor Municipal da Maia.

Assim, e de acordo com o Relatório de Fundamentação, Metodologia e Programação de Trabalhos, anexo à presente proposta e desta parte integrante, que pormenoriza a síntese aqui exposta, o procedimento de revisão proposto tem como objetivos específicos/termos de referência:

- a) Atualizar e adaptar as peças escritas e desenhadas face à legislação específica aprovada posteriormente à entrada em vigor da 1.ª Revisão ao Plano Diretor Municipal da Maia, designadamente à nova Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBSOTU), Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado pelo Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e de demais legislação complementar, designadamente o Decreto regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como de critérios de qualificação e das categorias do solo rústico e do solo urbano.

PRESIDÊNCIA

- b) Ajustar-se à conjuntura económica atual e às dinâmicas urbanas daí resultantes, decorrentes da evolução das condições económicas e sociais que fundamentaram algumas das opções do plano agora em vigor.
- c) Adaptação do Plano aos ciclos de planeamento associados à elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento, face à necessidade de inscrição das ações dos planos em orçamento municipal, decorrente da aplicabilidade da LBSOTU, mais concretamente da promoção de uma execução sistemática.
- d) Priorização de ações no espaço urbano baseadas em princípios de reabilitação, regeneração, colmatção, diversificação funcional e flexibilização regulamentar, desenvolvendo e executando a estratégia municipal para a reabilitação urbana, baseada na Estratégia Nacional para a Habitação e Reabilitação.
- e) Priorização de ações no espaço rústico, de valorização ambiental, paisagística e de biodiversidade, de utilização do solo de acordo com a sua natureza e aptidão, assumindo particular importância a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem.
- f) Integração do tema da adaptação às alterações climáticas no processo e conteúdos da política de ordenamento do território e das cidades, considerando o sistema de gestão territorial, a gestão dos recursos hídricos, a defesa da floresta contra incêndios e os riscos naturais e tecnológicos.
- g) Promoção de uma mobilidade diversificada, por alternativas sustentáveis ao transporte individual, desenvolvimento da rede de transportes públicos coletivos, da rede ciclável e pedonal, desenvolvendo o Plano Municipal de Mobilidade Sustentável e Acessibilidade para Todos.
- h) Otimização da rede viária existente, baseando as novas propostas em princípios de colmatção e de otimização.
- i) Atualização da Carta de Zonamento Acústico, da Carta Educativa e do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios enquadrando-as em novas propostas de ordenamento urbano e territorial, adequando-a à realidade instalada.
- j) Estabelecimento de critérios regulamentares e ações para a captação de novos investimentos.
- k) Promoção da participação ativa dos cidadãos pelo desenvolvimento de ações de diálogo com a sociedade civil, numa maior participação continuada no processo de revisão do Plano e nos demais processos decisórios.

Dispõem ainda os n.ºs 1 e 2, do artigo 120.º, do RJIGT, conjugados com o n.º 1, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que estão sujeitos a avaliação ambiental, os planos de ordenamento urbano e rural que constituem enquadramento para futura aprovação de projetos, sendo objeto de avaliação ambiental no caso de determinada a suscetibilidade de ter efeitos significativos no ambiente de acordo com os critérios estabelecido no Anexo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, competindo à Câmara Municipal a qualificação das alterações do Plano para efeitos de Avaliação Ambiental.

Data: 18/03/19

Fl. (32.D)

PRESIDÊNCIA

Assim, e considerando o exposto anteriormente, os fundamentos expressos no Relatório de Fundamentação, metodologia e programação, anexo à presente e parte integrante da mesma, encontrando-se o Plano Diretor Municipal da Maia em condições de ser alvo de revisão, tendo por base os n.º 1 e 2 do artigo 124.º, consubstanciado com os n.º 1 e 3 do artigo 115.º, ambos do RJGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de maio, PROPÕE-SE, que o Executivo Municipal:

1. Delibere, nos termos do disposto nos n.ºs 1 a 3, do artigo 76.º do RJGT, dar início ao procedimento de 2.ª revisão ao Plano Diretor Municipal da Maia, que deverá estar concluída num prazo de 29 meses, incluindo-se os prazos de participação preventiva e discussão pública, acompanhamento, concertação e aprovação;
2. Delibere, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2, do artigo 120.º, do já referido RJGT, consubstanciado com o definido no Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, a sujeição a Avaliação Ambiental do procedimento da 2.ª revisão ao Plano Diretor Municipal da Maia, tendo como fundamento o exposto no relatório em anexo;
3. Delibere, a aprovação dos termos de referência constantes do relatório de Fundamentação, metodologia e programação anexo;
4. Determine a abertura de um período de participação preventiva, para a formulação de sugestões ou apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de elaboração da revisão ao plano, com a duração mínima de 15 dias, a contar da data da publicação do aviso no diário da república, de acordo com o disposto no n.º 2, do art.º 88.º do RJGT, a divulgar através da comunicação social e na respetiva página da internet da câmara municipal.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 19 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



(António Domingos da Silva Tiago, Eng.º)

O VEREDOR DO PELOURO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL, MOBILIDADE E TRANSPORTES



(Mário Nuno Alves de Sousa Neves, Doutor)



Data: 18/03/19

Fl. (32.E)

NIPG: 10017/18 parecer n.º: 1

Registo n.º: 9361

Designação do requerimento: 2ª REVISÃO AO PDM DA MAIA

Data de abertura:

Data de entrada:

2018/02/27

Exma. Chefe da DPTP, Dr.ª Marta Moreira,

Em cumprimento de indicações prestadas, de ser dado início à 2ª revisão do Plano Diretor Municipal, cumpre informar.

- Da oportunidade

Atendendo aos mecanismos de dinâmica dos Instrumentos de Gestão Territorial previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), presente no Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de maio, considera-se oportuno proceder à revisão das disposições do Plano Diretor Municipal, com vista à inclusão de regras de classificação e qualificação, previstas no artigo 199.º do RJIGT, sob pena de suspensão das normas do Plano Territorial que devem ser alteradas até julho de 2020, e bem ainda, conforme artigo 124.º do mesmo documento legislador, da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração, tendo em conta o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território.

- Da justificação legal

A revisão do PDM tem ainda como objeto principal o cumprimento da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que estabelece as bases gerais de política pública dos solos, de ordenamento do território e de urbanismo, que procedeu à definição do estatuto jurídico do solo, estabelecendo a

Despachos:

Ex.mo Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento, Mobilidade e Transportes
Doutor Mário Nuno Neves,

Concordando com o exposto presente informação, e bem ainda com os demais documentos que a acompanham, designadamente o Relatório de Fundamentação, Metodologia e Programação de Trabalhos para a 2.ª Revisão do PDM e o REOT – Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território. Merecendo os mesmos a concordância superior, informa-se que se trata de uma decisão que caberá ao Executivo Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 76.º, devendo ser submetida a reunião pública, conforme dispõe o n.º 7, do artigo 89.º, do RJIGT. À consideração superior.

Marta Moreira
2018.03.12
Marta Moreira
Login: martasm

Visto. Recendo.
Proceder a
com as medidas
W. J. :

data: 2018/02/27

(saveiro)

O Técnico : Sílvia Aveiro

Login: saveiro

Data: 12-03-2018 12:19:10

o técnico: Maria Sílvia Aveiro

Departamento
de Ambiente,
Planeamento e
Gestão Urbana

DAPGU

DPTP
Divisão
de Planeamento
Territorial e Projetos

fs



classificação e qualificação do solo, determinando o destino básico deste com respeito pela sua natureza, assentando na distinção entre solo rústico e solo urbano, pela sua reconhecida aptidão.

Tem ainda o objetivo de cumprir do RJIGT as regras de graduação do interesse público, assumindo importância na referência ao facto de, nas áreas territoriais em que convergem interesses públicos incompatíveis entre si, dever ser dada prioridade àqueles cuja prossecução determine o mais adequado uso do solo, em termos ambientais, económicos, sociais e culturais, com exceção dos interesses respeitantes à defesa nacional, à segurança, à saúde pública, à proteção civil e à prevenção e minimização de riscos, cuja prossecução tem prioridade sobre os demais interesses públicos, situação que terá especial relevância nos objetivos subjacentes neste trabalho de revisão do Plano.

Por fim, ainda em cumprimento da Portaria n.º15/2015, de 19 de agosto, que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como dos critérios de qualificação e das categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional.

- Dos trabalhos necessários à 2ª revisão do Plano

Com vista a atualizar e adaptar as peças escritas e desenhadas do Plano face à legislação específica, descrita no ponto anterior, torna-se imprescindível a elaboração de trabalhos para a elaboração de documentos integrados no cumprimento do procedimento, designadamente de elaboração de informações técnicas, editais, divulgação, cadernos de encargo, acompanhamento de serviços a adjudicar (descritos em ponto abaixo), apoio aos períodos de participação, e bem ainda à elaboração de estudos de caracterização e diagnóstico, de proposta de revisão da Reserva Ecológica Nacional, de proposta de revisão da Reserva Agrícola Nacional, e da proposta de revisão do Plano diretor Municipal (peças que constituem o Plano, peças que acompanham o Plano e elementos complementares).

- Dos prazos

Uma vez que o RJIGT define que os Planos devem ser alterados para incluir regras de classificação e qualificação, até julho de 2020, e considerando o início do procedimento de revisão com a sua aprovação em reunião de câmara próxima, a 19 de março de 2018, é proposto o prazo de 29 meses para a aprovação da revisão ao PDM, publicado por Aviso em Diário da República.

data: 2018/02/27

(saveiro)

O Técnico : Sílvia Aveiro

Login: saveiro

Data: 12-03-2018 12:19:10

o técnico: Maria Sílvia Aveiro

Departamento
de Ambiente,
Planeamento e
Gestão Urbana

DPTP
Divisão
de Planeamento
Territorial e Projetos

DAPGU

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho - 4474-006 Maia



Do prazo proposto, é este parcialmente decorrente de prazos estipulados e afetos ao próprio procedimento, definidos pela Portaria n.º277/2015, de 10 de setembro, coincidentes com a criação na plataforma colaborativa de área específica ao acompanhamento do Plano, de disponibilização de informação na plataforma, de designação de representantes da Comissão Consultiva, de realização de reuniões, de pronúncia por serviços e entidades, de emissão de pareceres, e bem ainda da participação preventiva e do período de discussão pública.

- Da equipa

Considerando a experiência dos técnicos deste serviço, que estiveram envolvidos em outros momentos das dinâmicas dos IGT, e do seu conhecimento do território maiato, sugere-se que a revisão seja elaborada por equipa interna do município.

Para tal, tendo ciente que o prazo em questão é reduzido para a elaboração de relatórios de diagnóstico e de caracterização e da proposta propriamente dita, e sem descorar os prazos afetos ao próprio procedimento, torna-se indispensável a afetação garantida às tarefas da revisão do Plano de 80% do tempo de trabalho diário (de 7 horas) dos técnicos da equipa, sob pena de incumprimento do prazo acima descrito para a aprovação do Plano revisto.

A prorrogação do prazo estabelecido, que pode ocorrer por uma única vez, ocorrendo e estendendo-se a após julho de 2020, implicará a suspensão do Plano, e enquanto esta durar não haverá lugar à prática de qualquer ato ou operação que implique ocupação, uso e transformação do solo, conforme os n.º 6 e 7 do artigo 76.º do RJIGT.

A equipa técnica proposta é constituída pelos seguintes técnicos:

André Tomé Ribeiro, Dr.
Filipe Ramalhão, arqtº
Gilberto Ranhada, desenhador
Joana Calvet, arqtª
João Moreira, Dr.
Márcia Batista, Dr.ª
Marta Moreira, Dr.ª
Nuno Gusmão, Dr.
Paulo Matos, Eng.º
Sílvia Aveiro, Arqtª
Victor Gradíssimo, desenhador

data: 2018/02/27

o técnico: Maria Sílvia Aveiro

(saveiro)

O Técnico : Sílvia Aveiro

Login: saveiro

Data: 12-03-2018 12:19:10

Departamento
de Ambiente,
Planeamento e
Gestão Urbana

DAPGU

DPTP
Divisão
de Planeamento
Territorial e Projetos

7/33



Consultores:

José Carlos Portugal, arqtº
a designar - urbanista/ planeamento territorial

Da equipa técnica identificada, cumpre lembrar que os técnicos: João Moreira, Nuno Gusmão e Paulo Matos encontram-se atualmente afetos aos trabalhos do projeto Sigmaia até junho de 2018, integrando após esta data a equipa de revisão do Plano nos moldes descritos anteriormente.

- Dos serviços a consultar/ integrar na equipa

No âmbito dos trabalhos da revisão do Plano, torna-se ainda imprescindível o apoio de outros serviços deste município, pelo que deverão ser designados técnicos interlocutores desses mesmos serviços no sentido de os inteirar dos trabalhos a desenvolver e envolvendo-os nesta dinâmica do Plano.

- Equipa externa/ serviços a adjudicar

Para a promoção destes trabalhos é ainda indispensável o recurso a prestação de serviços quer para a elaboração de estudos e planos (descritos no ponto 6 do relatório anexo), de ações de Capacitação de Participação Pública (envolvendo o munícipe, o cidadão e técnicos deste município, sejam estes interlocutores dos serviços ou não), e bem ainda de consultoria nas áreas de Economia Urbana, Sociologia Urbana e de Urbanismo/ Planeamento Territorial.

Para a promoção destes trabalhos, estimam-se os seguintes encargos para o município:

Designação	Valor Estimado (€) ¹	Procedimento previstos	Objetivo no PPI/PAM
Avaliação Ambiental Estratégica	25.000	Consulta prévia	PPI 2.4.2.1 0620099
Mapas do Ruído/ Carta de Zonamento Acústico	40.000	Consulta prévia	PAM 2.4.6.7. 02 2010 50 02 2012 4
Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios	25.000	Consulta prévia	PAM 3.1.2. 01 2018 15
Estratégia e Plano de Adaptação às Alterações Climáticas	70.000	Concurso público	PPI 2.4.2.1 2 2018 26
Estudos hidrológicos e hidráulicos	100.000	Concurso público	PPI 2.4.6.1. 02 2018 20
Ações de Capacitação e de Participação Pública	100.000	Concurso público	PAM 2.4.2.1. 05 2016 8
Consultoria na área de Planeamento e Projeto (economia urbana)	Por estimar		PAM 2.4.2.1. 0120089

¹ Valores sem IVA, baseados em procedimentos prévios similares, desenvolvidos no próprio município e/ou municípios limítrofes. Não dispensa a aferição em função do desenvolvimento dos trabalhos.

data: 2018/02/27

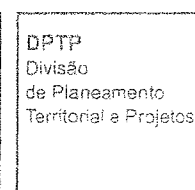
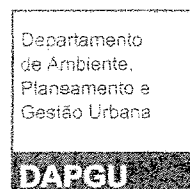
o técnico: Maria Silvia Aveiro

(assinatura)

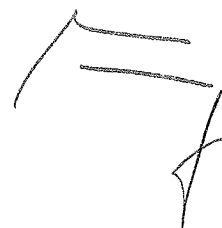
O Técnico : Sílvia Aveiro

Login: saveiro

Data: 12-03-2018 12:19:10



f32



Da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), em cumprimento de legislação aplicável e em acordo com o Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica, é desenvolvida paralelamente ao Plano antes da sua aprovação e publicação. O procedimento de AAE é entendido como um processo iterativo, em que os resultados das várias fases da avaliação são integrados no processo de elaboração do Plano. As etapas da AAE são sequenciais e distintas:

- 1- Definição de Âmbito da AAE;
- 2- Avaliação do Plano e preparação do Relatório Ambiental;
- 3- Consulta às entidades e consulta pública do Plano e Relatório Ambiental;
- 4- Ponderação dos resultados da consulta pública;
- 5- Declaração ambiental.

Neste contexto, a primeira fase da AAE coincide com a fase dos estudos de caracterização e diagnóstico do processo de elaboração do plano, conforme o Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, sendo esta uma fase de maior importância no processo, na medida em que não só é identificado o âmbito da AA, mas também a definição dos seus objetivos.

Assim, sobre esta matéria é proposta a aprovação da *elaboração de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)*, por aplicação do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, procedendo-se a elaboração do procedimento necessário à adjudicação do serviço para a elaboração da AAE, incluindo nos trabalhos a desenvolver a definição do âmbito e dos objetivos.

Face ao exposto, coloca-se à consideração superior a minuta de proposta anexa para aprovação em reunião de câmara da *Elaboração da 2.ª Revisão ao Plano Diretor Municipal da Maia, elaboração de Avaliação Ambiental Estratégica e abertura do período de participação preventiva, o Relatório de fundamentação, Metodologia e programação de trabalhos* (que inclui Informação sobre as bases cartográficas a utilizar) e o *Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território*.

Após a aprovação em reunião de câmara, proceder-se-á a sua publicação em Diário da República e divulgação através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio na Internet da câmara municipal. É ainda comunicada a CCDRN do teor da deliberação e solicitada

data: 2018/02/27

o técnico: Maria Sílvia Aveiro

(saveiro)

O Técnico : Sílvia Aveiro

Login: saveiro

Data: 12-03-2018 12:19:10

Departamento
de Ambiente,
Planeamento e
Gestão Urbana

DPTP
Divisão
de Planeamento
Territorial e Projetos

DAPGU

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho · 4474-006 Maia

Tel.229 408 600- Fax 229 444 330- dapgu@cm-maia.pt http://ambiente.maiaidigital.pt



marcação de reunião preparatória para efeito de constituição de Comissão Consultiva, em conformidade com a Portaria n.º277/2015, de 10 de setembro.

Coloca-se ainda à consideração do Executivo a aprovação da equipa técnica de revisão do Plano e o tempo de afetação aos trabalhos a desenvolver, a designação de interlocutores a serem solicitados aos diversos serviços do município e o início de procedimento de prestação de serviços a adjudicar, elaborando para o efeito os respetivos cadernos de encargos.

À consideração superior,

Anexos:

- Minuta de Proposta para aprovação em reunião de câmara da Elaboração da 2.ª Revisão ao Plano Diretor Municipal da Maia, elaboração de Avaliação Ambiental Estratégica e abertura do período de participação preventiva;
- Relatório de fundamentação, Metodologia e programação de trabalhos;
- Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território.

data: 2018/02/27

o técnico: Maria Silvia Aveiro

O Técnico : Silvia Aveiro

Login: saveiro

Data: 12-03-2018 12:19:10

Departamento
de Ambiente,
Planeamento e
Gestão Urbana

DAPGU

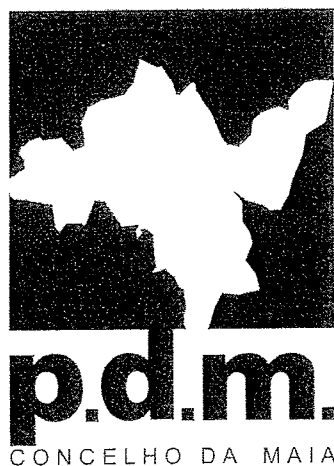
DPTP
Divisão
de Planeamento
Territorial e Projetos

733

Data: 18/03/19

Fl. (32.K)

[Handwritten signature]



Departamento
de Ambiente,
Planeamento e
Gestão Urbana

DAPGU

DPTP
Divisão
de Planeamento
Territorial e Projetos

2.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MAIA Mar. 2018

Relatório de Fundamentação, Metodologia e Programação de Trabalhos

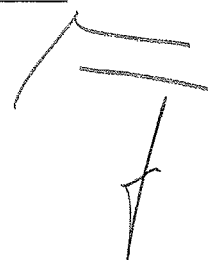
Praga do Doutor José Vieira de Carvalho - 4474-906 Maia - Tel. 229 408 600 - dapgu@cm-maia.pt - <http://ambiente.maiaimgtal.pt>



[Handwritten signature]

Data: 18/03/19

2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (32.ª L)
Relatório de Fundamentação, Metodologia e Programação de Trabalhos



Conteúdo

1. Introdução	2
2. Oportunidade/ Justificação	5
3. Termos de referência	8
4. Tramitação do Processo	10
5. Metodologia	15
6. Programação de trabalhos	16
7. Bases cartográficas	18
8. Referências estratégicas	20
9. Notas finais	22

1. Introdução

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, define o Plano Diretor Municipal como o Instrumento de Gestão Territorial destinado a estabelecer a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal.

Em conformidade com o artigo 124.º do diploma acima referido, a revisão dos programas e planos territoriais, nos quais se inclui a revisão dos municipais, decorre da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração, tendo em conta os relatórios sobre o estado do ordenamento do território (REOT), conforme previsto no n.º 3 do artigo 189.º do mesmo documento.

Ainda de acordo com o artigo 115.º do mesmo documento, os planos territoriais podem ser objeto de alteração decorrente da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais subjacentes e que fundamentam as opções definidas no programa ou no plano; da incompatibilidade ou da desconformidade com outros programas e planos territoriais aprovados ou ratificados; e da entrada em vigor de leis ou regulamentos que colidam com as respetivas disposições ou que estabeleçam servidões administrativas ou restrições de utilidade pública que afetem as mesmas. A revisão dos programas e dos planos territoriais, por sua vez, implica a reconsideração e a reapreciação global, com carácter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do programa ou do plano, dos princípios e dos objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e de valorização dos recursos e valores territoriais.

A revisão do PDM tem ainda como objeto principal o cumprimento da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que estabelece as bases gerais de política pública dos solos, de ordenamento do território e de urbanismo, que procedeu à definição do estatuto jurídico do solo, estabelecendo a classificação e qualificação do solo, determinando o destino básico deste com respeito pela sua natureza, assentando na distinção entre solo rústico e solo urbano, pela sua reconhecida aptidão.

O mesmo RJIGT possui regras de graduação do interesse público, assumindo importância a referência ao facto de nas áreas territoriais em que convergem interesses públicos incompatíveis entre si, dever ser dada prioridade àqueles cuja prossecução determine o mais adequado uso do solo, em termos ambientais, económicos, sociais e culturais, com exceção

2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Maia
Relatório de Fundamentação, Metodologia e Programação de Trabalhos

dos interesses respeitantes à defesa nacional, à segurança, à saúde pública, à proteção civil e à prevenção e minimização de riscos, cuja prossecução tem prioridade sobre os demais interesses públicos, situação que terá especial relevância nos objetivos subjacentes neste trabalho de revisão do Plano.

O Plano Diretor Municipal da Maia em vigor foi publicado na 2.ª Série do Diário da República através do Aviso n.º 2383/2009, de 26 de janeiro, e alterado pelo Aviso n.º 9751/2013, de 30 de julho, e pelo Aviso n.º 15462/2017, de 22 de dezembro, de adequação ao Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas, teve por base as seguintes motivações:

- Atualização e adaptação das peças escritas e desenhadas face à legislação específica aprovada posteriormente à sua entrada em vigor;
- Ajustar-se à conjuntura económica atual e às dinâmicas urbanas daí resultantes, decorrentes da evolução das condições económicas e sociais que fundamentaram algumas das opções do plano agora em vigor;
- Clarificar normas constantes do Regulamento, esclarecendo dúvidas de interpretação, evitando a sua deficiente aplicação, e aferindo-as em função do resultado do processo de gestão corrente;
- Atualizar a Carta de Zonamento Acústico, adequando-a à realidade instalada, e;
- Introduzir alterações decorrentes de incorreções e erros/lacunas no Plano, não enquadráveis nas correções materiais e retificações previstas no RJIGT.
- Das conclusões provenientes da medição e avaliação do nível de execução dos objetivos e concretização das ações proposta no Plano, presentes no Relatório sobre o Estado do Território (REOT)

Esta segunda revisão do PDM da Maia pretende ainda basear-se num procedimento de envolvimento profundo da população na sua elaboração e implementação, refletindo sempre as orientações estratégicas da Autarquia, seguidamente expostas:

- Sustentabilidade do desenvolvimento urbano, materializado na opção prioritária pela reabilitação urbana, na colmatagem dos espaços sobranceiros (em detrimento de novas áreas de expansão), procurando a requalificação de vazios urbanos, o reforço das identidades locais e a valorização das áreas verdes.
- Identificação das áreas consolidadas para a delimitação de perímetros de solo urbano e rústico.
- Desenvolvimento de propostas no domínio da mobilidade, procurando alternativas sustentáveis ao transporte individual, quer pelo desenvolvimento da rede de transportes públicos coletivos, quer da rede ciclável e pedonal, bem como a colmatagem de rede viária proposta.
- Promoção de Plano estratégico de adaptação de alterações climáticas, na prevenção e redução de riscos naturais e antrópicos.

- Preservação e proteção dos recursos naturais, pela conservação e valorização da biodiversidade ambiental.
- Promoção de participação cidadã ativa, visando a adoção de uma metodologia claramente mais participativa e continuada ao longo do processo de elaboração do plano.
- Atualização e adaptação do Plano face à reforma estruturante da Lei de Bases de Política pública de solos, do ordenamento do território e do urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e da revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado pelo Decreto-lei n.º 80/2015 de 14 de maio.
- Ultrapassar dificuldades na gestão urbanística operativa, observadas durante a aplicabilidade do Plano.
- Ajustar o Plano à atual conjuntura económico-social, considerando ainda os seus níveis de execução, e ajustando-o à evolução da dinâmica demográfica, socioeconómica e urbanísticas recentes.

Esta revisão ao Plano implicará ainda o desenvolvimento dos trabalhos tendo por base um sistema de informação geográfica com geoprocessamento promovendo a análise de dados georreferenciados, baseado na criação de modelo de dados das peças gráficas deste instrumento de gestão territorial.

O desenvolvimento desta revisão ao PDM, que comportará diversas fases, corresponde a procedimentos específicos estabelecidos quer na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBSOTU), quer no Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão territorial (RJGIT) e demais legislação complementar.

Assim, o presente relatório fundamenta os Termos de Referência e a Oportunidade da segunda Revisão do Plano Diretor Municipal da Maia (PDM), tendo como objetivo principal enquadrar os resultados do desenvolvimento territorial mais recente, desde que o Plano foi revisto (a 30 de julho de 2013), sistematizar a metodologia e o programa de trabalhos, programar os trabalhos subsequentes e constituir ainda um elemento de suporte à primeira reunião plenária da Comissão de Acompanhamento.

O presente documento encontra-se estruturado do seguinte modo:

- Oportunidade de revisão e da justificação subjacente.
- Os termos de referência.
- Tramitação processual prevista na legislação em vigor.
- Metodologia e faseamento do processo de revisão do plano.
- Programação dos trabalhos.
- Identificação das bases cartográficas a utilizar.
- Principais referências estratégicas.
- Notas finais.

2. Oportunidade/ Justificação

Ao longo de nove anos de aplicação do Plano Diretor Municipal, realizaram-se ao Plano duas retificações, três alterações e uma correção material, sobretudo no sentido de o compatibilizar a novas leis e regulamentos, que foram entretanto publicados, tais como o Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas, e bem ainda no sentido da atualização da carta de condicionantes, atualizando o cadastro de uma conduta adutora e a Planta de Perigosidade de Incêndio Florestal, que constitui um elemento anexo à Planta de Condicionantes.

A justificação da revisão do PDM da Maia, tem como fundamento o n.º 2 do artigo 115.º do RJIGT, isto é, a evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais subjacentes e que fundamentam as opções definidas no programa ou no plano.

Os pressupostos de revisão ao Plano passam, pois, pela necessidade de ajustar o mesmo a novos paradigmas, à realidade socio económica e à adaptação às alterações climáticas, ganhando importância estratégica o incentivo e o enquadramento de dinâmicas privadas e públicas de fomento e consolidação do tecido urbano e do reforço e modernização da atividade empresarial, reforçando e ajustando os objetivos estratégicos do plano.

Relativamente à concretização da programação prevista no Plano, o REOT releva um nível relativamente reduzido de concretização, aconselhando a reponderação dos objetivos e formas de execução do Plano.

Por outro lado, e ainda dentro do que se pode considerar evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais não poderemos esquecer a necessidade de integrar as novas regras aplicáveis por força da entrada em vigor de leis ou regulamentos que colidem com as atuais disposições ou que estabeleçam novas servidões administrativas ou restrições de utilidade pública que afetem as mesmas

Com efeito, e após a publicação do Plano, assistiu-se à publicação de legislação e à revisão de documentos, entre os quais o RJIGT, que por força da obrigatoriedade da sua aplicação define um período para a adequação dos Planos Municipais às novas disposições, sobretudo a inclusão das novas regras de classificação e qualificação dos solos, num prazo máximo de 5 anos contados a partir da sua entrada em vigor. Entre a legislação entretanto publicada e a considerar na revisão do Plano, destacam-se:

1. Lei n.º 31/2014, de 30 de maio – que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, que introduziu mudanças no

processo de classificação e qualificação do solo, designadamente na eliminação da categoria de solo urbanizável e na indispensabilidade de fazer depender a transformação do solo e a sua reclassificação, como urbano, de uma opção de planeamento e da demonstração da sua viabilidade, programação e contratualização.

2. Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT) – que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação.

Em virtude de se tratar de documento que operou uma profunda reforma no modelo de classificação do solo, pela eliminação da categoria operativa de solo urbanizável, correspondendo agora o solo urbano ao que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou edificação, e correspondendo o solo rústico àquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação e valorização de recursos naturais, à exploração de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo e recreio, e àquele que não seja classificado como urbano, deve a revisão do PDM rever a atual classificação do solo, em rústico ou urbano, no cumprimento das atuais regras de classificação, assumindo relevância a demonstração da sustentabilidade económica e financeira aquando da transformação do solo rústico em urbano através de indicadores demográficos e dos níveis de oferta e procura do solo urbano.

Com efeito, e em acordo com as novas regras, a reclassificação do solo como urbano deverá ser limitada ao indispensável e ser sustentável dos pontos de vista económico e financeiro, traduzindo uma opção de planeamento, objeto de contratualização, fixando-se prazo para a sua execução.

3. Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto – que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional, e que assentam na diferenciação entre as classes de solo rústico e de solo urbano, de acordo com os princípios fundamentais da compatibilidade de usos, da graduação, da preferência de usos e da estabilidade, e do conceito de utilização dominante de uma categoria de solo como afetação funcional prevalecente.
4. Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro – que procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, que estabelece os princípios e normas a que

deve obedecer a produção cartográfica no território nacional, e bem ainda do Regulamento n.º 142/2016, de 9 de fevereiro, que estabelece as normas e especificações técnicas da cartografia topográfica e topográfica de imagem a utilizar na elaboração, alteração e revisão dos planos territoriais e na cartografia temática que daí resulte.

5. Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto – que procede à quinta alteração ao Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, e do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, que estabelecer os termos para a elaboração, aprovação, revisão e atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI).
6. Lei n.º 34/2015, de 27 de Abril, que aprova o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional e que estabelece, também, o regime jurídico dos bens que integram o domínio público rodoviário do Estado.
7. Despacho n.º 1132/2018, de 31 de janeiro, que aprova as plantas parcelares e o respetivo mapa de áreas relativo às parcelas de terreno necessárias à construção da obra da EN 14 — Maia (Nó do Jumbo)/Via Diagonal, e a Resolução de Expropriar aprovada por deliberação de 7 de setembro de 2017 do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S. A.

3. Termos de referência

Neste documento, e na sequência do descrito nos pontos anteriores, determinam-se os seguintes termos de referência para a elaboração da revisão do PDM da Maia:

- Adaptação do Plano a legislação específica aprovada posteriormente à sua entrada em vigor, designadamente à nova Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBSOTU), Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado pelo Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e de demais legislação complementar, designadamente o Decreto regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como de critérios de qualificação e das categorias do solo rústico e do solo urbano.
- Ajustar-se à conjuntura económica atual e às dinâmicas urbanas daí resultantes, decorrentes da evolução das condições económicas e sociais que fundamentaram algumas das opções do plano agora em vigor.
- Adaptação do Plano aos ciclos de planeamento associados à elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento, face à necessidade de inscrição das ações dos planos em orçamento municipal, decorrente da aplicabilidade da LBSOTU, mais concretamente da promoção de uma execução sistemática.
- Priorização de ações no espaço urbano baseadas em princípios de reabilitação, regeneração, colmatção, diversificação funcional e flexibilização regulamentar, desenvolvendo e executando a estratégia municipal para a reabilitação urbana, baseada na Estratégia Nacional para a Habitação e Reabilitação.
- Priorização de ações no espaço rústico, de valorização ambiental, paisagística e de biodiversidade, de utilização do solo de acordo com a sua natureza e aptidão, assumindo particular importância a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem.
- Integração do tema da adaptação às alterações climáticas no processo e conteúdos da política de ordenamento do território e das cidades, considerando o sistema de gestão territorial, a gestão dos recursos hídricos, a defesa da floresta contra incêndios e os riscos naturais e tecnológicos.
- Promoção de uma mobilidade diversificada, por alternativas sustentáveis ao transporte individual, desenvolvimento da rede de transportes públicos coletivos, da rede ciclável e pedonal, desenvolvendo o Plano Municipal de Mobilidade Sustentável e Acessibilidade para Todos.
- Otimização da rede viária existente, baseando as novas propostas em princípios de colmatção e de otimização.

Data: 18/03/19

Fl. (32.T)

2.^a Revisão do Plano Diretor Municipal da Maia
Relatório de Fundamentação, Metodologia e Programação de Trabalhos

- Atualização da Carta de Zonamento Acústico, da Carta Educativa e do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios enquadrando-as em novas propostas de ordenamento urbano e territorial, adequando-a à realidade instalada.
- Estabelecimento de critérios regulamentares e ações para a captação de novos investimentos.
- Promoção da participação ativa dos cidadãos pelo desenvolvimento de ações de diálogo com a sociedade civil, numa maior participação continuada no processo de revisão do Plano e nos demais processos decisórios.

4. Tramitação do Processo

Em conformidade com a legislação em vigor, a deliberação da Câmara Municipal que determina a elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), estabelece os prazos para a elaboração, o período de participação, a definição da oportunidade e os termos de referência da revisão, devendo ainda ser acompanhada pelo Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), conforme disposto no artigo 77.º do RJGT, pelo que a referida deliberação para além de ser acompanhada do REOT, inclui ainda como parte integrante da mesma, o presente documento.

A tramitação do procedimento integrará diversos momentos, sintetizados na figura seguinte, e que se descrevem de seguida.



Fig. 1 – Procedimento de elaboração da 2.ª revisão do PDM da Maia

Da participação

Todas as pessoas, singulares e coletivas, incluindo as associações representativas dos interesses ambientais, económicos, sociais e culturais, têm o direito de participar na

elaboração, na alteração, na revisão, na execução e na avaliação dos programas e dos planos territoriais, compreendendo a possibilidade de formular sugestões e pedidos de esclarecimento, no âmbito desses mesmos procedimentos, devendo os responsáveis pelos planos territoriais, divulgar (através do seu sítio na Internet, da plataforma colaborativa de gestão territorial e da comunicação social) e comunicar: a decisão de desencadear o processo de elaboração, a conclusão da fase do processo, do teor dos elementos a submeter a discussão pública, as conclusões da discussão pública, os mecanismos de execução dos programas e dos planos territoriais, o regime económico e financeiro dos planos territoriais, e o início e as conclusões dos procedimentos de avaliação, incluindo da avaliação ambiental.

Deste modo, imediatamente após a deliberação de início do procedimento terá lugar o primeiro momento de participação designado de participação preventiva, que corresponde a um momento específico previsto no artigo 88.º, do RJIGT, nunca inferior a 15 dias, que permitirá a formulação de sugestões e a apresentação de informações, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de revisão do Plano.

Em paralelo, e sem prejuízo de outros momentos de participação obrigatórios, sendo a participação cidadã nos processos decisórios um fator determinante para o sucesso das referidas decisões, decorrerão durante os trabalhos ações específicas de sensibilização e de promoção da participação no processo de revisão, envolvendo, para além de outras estruturas municipais determinantes, os principais atores chave tais como juntas de freguesia, organizações e associações profissionais ou setoriais, municípios vizinhos e outras instituições relevantes para a vida do município, assim como se encontrará disponível um canal aberto de participação, assegurando maior proximidade, transparência e envolvimento das pessoas no processo de planeamento.

Da avaliação ambiental

Em simultâneo com a elaboração da revisão do PDM é desenvolvida a Avaliação Ambiental Estratégica, em cumprimento do artigo 78.º do RJIGT, conjugado com o Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, com o objetivo de apoiar a sustentabilidade ambiental das soluções propostas e incorporar valores ambientais nos momentos de decisão.

Subjacente à Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) elencam-se as ações a executar:

- **Determinar o âmbito da avaliação ambiental**, bem como o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental.
- Elaborar o **Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico**, que identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do Plano, bem como alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de

aplicação territorial (elementos descritos nos números 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho).

- Submissão a **Discussão pública do Relatório Ambiental**, em simultâneo com a discussão pública do PDM.
- Emissão de **Declaração ambiental**, na qual deve constar o descrito na alínea b) do artigo 10.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, a disponibilizar e enviar às entidades previstas no mesmo artigo.

Do acompanhamento do PDM

O acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal será assegurado por uma Comissão Consultiva (CC) de natureza colegial, coordenada e presidida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), cuja composição traduz a natureza dos principais interesses a salvaguardar, integrando os representantes de serviços e entidades da administração direta ou indireta do Estado, da entidade intermunicipal e de outras entidades públicas cuja participação seja legalmente exigível, ficando obrigada a um acompanhamento continuado dos trabalhos de elaboração da proposta do Plano, utilizando para o efeito o recurso à Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT).

Esta comissão é constituída no prazo de 15 dias, após solicitação da Câmara Municipal à CCDR-N, associada à comunicação do teor da deliberação de câmara que determina a revisão do PDM, acompanhada do REOT, e solicitando a marcação de Reunião Preparatória que visa a apreciação da referida deliberação e a elaboração de uma proposta de composição da Comissão Consultiva. Nessa sequência, é publicada a constituição da CC, no prazo de 10 dias através de Aviso no Diário da República, e divulgada ainda na PCGT e nas páginas da internet da CCDR-N e da Câmara Municipal. Após 10 dias da publicação, serviços e entidades que integram a CC comunicam à CCDR-N a designação dos respetivos representantes, que após 5 dias serão comunicados da forma de acesso à PCGT.

Nesta fase do procedimento prevê-se a realização de, no mínimo, duas Reuniões Plenárias, de carácter deliberativo, admitindo-se ainda, por solicitação da câmara municipal, a realização de reuniões com a CC para a apreciação de proposta de alteração significativa no âmbito dos trabalhos ou da programação.

A primeira reunião plenária é realizada para efeitos de apresentação e apreciação da proposta do plano e de outros aspetos que a condicionem, designadamente, em matéria de servidões e restrições por utilidade pública; para a apresentação e apreciação do relatório ambiental; para a atualização da metodologia de acompanhamento e respetivo programa de trabalhos da comissão consultiva; para apresentação pela entidade responsável pela elaboração do plano das propostas prévias de desafetações de áreas da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva

2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Maia
Relatório de Fundamentação, Metodologia e Programação de Trabalhos

Agrícola Nacional; e para a aprovação do regulamento interno da comissão consultiva, previamente disponibilizado para apreciação na plataforma.

A segunda reunião plenária é realizada em conferência procedimental, para ponderação e votação final da proposta do plano, com todo o seu conteúdo material e documental, devendo as posições manifestadas e a deliberação final serem vertidas em ata.

Para além das reuniões plenárias, privilegia-se a realização de Reuniões Setoriais de concertação de interesses e resolução de conflitos, de carácter específico de matérias a tratar.

Do parecer final

No prazo de 15 dias após a última reunião plenária, ponderadas as posições manifestadas ao longo deste processo de acompanhamento, a CC DR-N profere um parecer final, que traduz a decisão final e vinculativa de toda a Administração, pronunciando-se sobre a conformidade com os programas territoriais preexistentes e as normas legais e regulamentares aplicáveis, o qual é acompanhado da ata da CC contendo as posições finais das entidades e serviços nelas representadas.

Da concertação

Emitido o parecer final, é realizada, se necessário e nos 20 dias subsequentes à emissão do parecer final, uma reunião de concertação com as entidades que no âmbito da comissão tenham discordado expressa e fundamentadamente da proposta do Plano, para a obtenção de uma solução concertada que permita ultrapassar as objeções formuladas. No entanto, caso o consenso não seja alcançado, a câmara municipal elabora a versão da proposta de Plano para submissão a discussão pública, optando por soluções que considere mais adequadas, salvaguardando a respetiva legalidade.

Da discussão pública

Concluído o período de acompanhamento do Plano ou decorrido o período adicional de concertação, procede-se à abertura de um período de discussão pública, através de aviso a publicar no Diário da República, divulgado através da comunicação social, da PCGT e do respetivo sítio na Internet. O período de discussão pública é anunciado com a antecedência de 5 dias e decorre num período nunca inferior a 30 dias. Durante este período são disponibilizados nos lugares acima descritos a proposta, o relatório ambiental, o parecer final, a ata da comissão consultiva, os demais pareceres emitidos e os resultados da concertação, para que os interessados possam apresentar as suas reclamações, observações, sugestões, nas diversas modalidades disponibilizadas para o efeito.

Findo este período, são ponderadas todas as participações e divulgado o teor das decisões que resultem dessa ponderação, através de um relatório de ponderação, disponibilizado nos

2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Maia
Relatório de Fundamentação, Metodologia e Programação de Trabalhos

mesmos sítios utilizados para a discussão pública, procedendo-se em seguida à elaboração da versão final da proposta do Plano para aprovação.

Fica ainda obrigada a Câmara Municipal a resposta individual fundamentada perante os particulares que invoquem desconformidade ou incompatibilidade com programas e planos territoriais ou com projetos que devam ser ponderados em fase de elaboração, nos casos de desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis, ou sempre que se verifique lesão de direitos subjetivos. Nestes casos, e quando as observações escritas sejam em número superior a 20, pode o município optar pela publicação de aviso em dois jornais diários e num jornal regional (quando exista), a alertar para a disponibilização pública do relatório de ponderação realizado, para consulta de todos os interessados, onde consta a apreciação feita às participações submetidas.

Da aprovação

Concluído o processo de discussão pública, o plano é aprovado em Assembleia Municipal, mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal, seguido de procedimentos administrativos subsequentes, de publicação e disponibilização da informação no sítio eletrónico da Direção Geral do Território, no prazo máximo de 60 dias, e ainda no sítio eletrónico do município.

No caso do Plano conter disposições incompatíveis com programas setoriais, especiais ou regionais o órgão responsável pela sua aprovação solicita a ratificação pelo Governo e, recebida a proposta de ratificação, competirá à CCDR-N e à Câmara Municipal a elaboração de parecer fundamentado, a emitir no prazo de 15 dias, devendo ser adotada a forma prevista para a aprovação do programa setorial, especial ou regional.

5. Metodologia

A metodologia corresponde a um conjunto de fases de trabalho que se traduzem na elaboração de peças escritas e desenhadas que servem de suporte à elaboração da proposta de revisão, que se descrevem de seguida.

Estudos de caracterização e diagnóstico

Esta fase do trabalho corresponde à recolha, tratamento, atualização e análise de informação, que se traduzirá em estudos setoriais e estudos de caracterização sobre diversas matérias que caracterizam o território. Inclui a atualização de cartas que já acompanham o atual PDM e a elaboração de outras que se afiguram imprescindíveis à apreensão da atualidade territorial e da evolução do território desde a sua primeira revisão, em 2009, traduzindo ainda informação proveniente do REOT.

Tem esta fase relevante importância para a reflexão e consolidação de estratégia na definição de objetivos específicos do Plano, baseada nas orientações de política urbana europeia e nacional, contribuído ainda para a mesma os resultados do período de participação pública preventiva e contínua, que se pretende promover de forma mais aprofundada, quer através do alargamento dos momentos destinados a esse efeito, não os reservando apenas aos dois momentos estritamente previstos na lei, quer ainda através da introdução de novas metodologias de envolvimento participativo de cidadãos e atores chave.

Modelo de organização territorial

Esta fase corresponde à elaboração propriamente dita da proposta do Plano, no respeitante ao conteúdo material do Plano, para o qual tem relevância o resultado da participação na definição das estratégias a implementar e de contributos para a decisão de objetivos e ações a implementar.

Ainda nesta fase é elaborado o conteúdo documental do Plano, quer nas peças que o constituem e nos elementos complementares que o acompanham.

Ao longo do processo de revisão serão considerados os resultados do processo de Avaliação Ambiental Estratégica, que decorre em paralelo, e bem ainda considerada a articulação da proposta com os municípios limítrofes, e o contributo de vários serviços desta câmara, cujas matérias, de suas competências, têm importância neste procedimento.

Modelo de Operacionalização do Plano e programação

Esta fase corresponde à conceção do modelo de operacionalização do Plano, baseada na elaboração do Regulamento que constitui a componente regulamentar do modelo territorial proposto, e no Programa de Execução e Plano de Financiamento que descrevem as disposições indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas e da priorização das ações. Neste âmbito assume particular relevância o envolvimento e contributo de vários serviços municipais.

6. Programação de trabalhos

O período temporal proposto para o procedimento de revisão do PDM é de 29 meses, contados a partir da data de aprovação do início do procedimento, e conforme programação descrita em cronograma que se segue. A aprovação é determinada pela deliberação de Câmara, a qual é publicação por Aviso em Diário da República.

Um dos principais motivos que condicionam o estabelecimento do prazo definido é necessidade aprovar a revisão do Plano até à data limite de 14 de julho de 2020, cumprindo o prazo máximo definido no n.º 2 do artigo 199.º do RJIGT, para adaptar os planos municipais às novas regras de classificação e qualificação do solo, sob pena de suspensão das normas do plano territorial que deveriam ter sido alteradas, não podendo, enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo.

Dos trabalhos a promover, incluem-se a elaboração de documentos por equipas externas aos serviços técnicos do município, por recurso a prestação de serviços para os seguintes trabalhos/ áreas temáticas:

- Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica;
- Elaboração de Mapas do Ruído, e por conseguinte da Carta de Zonamento Acústico;
- Elaboração de revisão do Plano de Defesa da Floresta Contra incêndios, introduzindo a componente dos cenários meteorológicos;
- Elaboração da Estratégia e Plano Municipal de Adaptações Climáticas;
- Atualização dos estudos hidrológicos e hidráulicos, referente à bacia hidrográfica do rio Leça (ribeiras do Arquinho e Avioso e rio Leça), e realização de estudo hidrológico e hidráulico para a ribeira do Leandro, com vista a suportar o desenvolvimento de cenários climáticos, em consonância com as novas orientações da ENAAC2020 - Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas;
- Ações de Capacitação de Participação Pública do procedimento de Revisão do PDM da Maia;
- Consultoria na área de Economia Urbana;
- Consultoria na área de Sociologia Urbana;
- Consultoria na área de Urbanismo/ Planeamento Territorial.

[illegible]

Ata da reunião do Conselho de Administração do Banco de Fomento do Estado de São Paulo, realizada em 14 de maio de 1934, no Palácio do Governo, sob a presidência do Sr. Governador do Estado, Sr. Antônio de Ivo. O Sr. Governador do Estado, Sr. Antônio de Ivo, preside a reunião. O Sr. Diretor do Banco de Fomento do Estado de São Paulo, Sr. João de Deus, relata a situação do Banco e a necessidade de ser criado um Conselho de Administração para administrar o Banco. O Sr. Governador do Estado, Sr. Antônio de Ivo, aprova a criação do Conselho de Administração do Banco de Fomento do Estado de São Paulo, e nomeia o Sr. João de Deus, Diretor do Banco, para ser o primeiro presidente do Conselho. O Sr. João de Deus, Diretor do Banco, relata a situação do Banco e a necessidade de ser criado um Conselho de Administração para administrar o Banco. O Sr. Governador do Estado, Sr. Antônio de Ivo, aprova a criação do Conselho de Administração do Banco de Fomento do Estado de São Paulo, e nomeia o Sr. João de Deus, Diretor do Banco, para ser o primeiro presidente do Conselho.

7. Bases cartográficas

No âmbito dos trabalhos da revisão do Plano Diretor Municipal da Maia serão usadas as seguintes bases cartográficas:

Cartografia de Referência

A cartografia de referência a utilizar será a Cartografia digital vetorial de escala de base 1/2000, de 2017, em fase de homologação, cuja elaboração obedeceu às regras definidas pelo Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro, estando sujeita às normas técnicas de produção e reprodução definidas pela Direção Geral do Território (DGT).

De acordo com Regulamento n.º 142/2016 e RJIGT, a cartografia topográfica (digital) a utilizar na elaboração, alteração ou revisão dos programas e planos territoriais e a cartografia temática que daí resulte, estão sujeitas igualmente às normas e especificações técnicas definidas pela DGT.

O Regulamento das Normas e Especificações Técnicas da Cartografia a Observar na Elaboração das Plantas dos Planos Territoriais, visa operacionalizar todo o processo de revisão, sendo um instrumento fundamentalmente de carácter técnico, utilizando as metodologias que se consideram adequadas e patentes no regulamento, das quais se destacam:

- «Coerência tridimensional», o grau de correção da relação tridimensional entre os vários elementos dos domínios da altimetria, hidrografia, relevo e outros representados a três dimensões;
- «Consistência topológica», a conformidade da informação com as características topológicas estabelecidas;
- «Exatidão posicional», o rigor do posicionamento de um dado objeto geográfico, determinado por meio do erro médio quadrático dos desvios medidos entre as coordenadas da representação cartográfica do objeto e as correspondentes coordenadas determinadas por métodos de posicionamento de rigor superior ao do levantamento cartográfico em causa;
- «Exatidão temática», a percentagem indicadora da conformidade do conteúdo cartográfico e sua classificação com o terreno, por meio da avaliação dos erros de omissão e excesso (comissão), face ao catálogo de objetos em causa;
- «Planta com os atos de controlo prévio», corresponde à planta prevista no RJIGT, contendo a indicação dos alvarás de licença e dos títulos de comunicação prévia de operações urbanística, bem como com as informações prévias favoráveis em vigor, elaborada sobre a carta base de suporte ao procedimento relacionado com o plano territorial.

A cartografia digital de 2017 constituirá uma componente fundamental da infraestrutura de informação geográfica que irá suportar toda a atividade de gestão urbanística e planeamento territorial do município, encontrando-se atualmente ainda em fase de implementação no âmbito do projeto SIG-Maia e em conformidade com o Decreto-Lei n.º 29/2017 e demais orientações europeias e nacionais neste domínio, particularmente as relativas à interoperabilidade da informação geográfica.

O sistema de georreferência é o PT-TM06/ETRS89, e os limites administrativos são os que constam da edição mais recente da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP).

Cartografia de Base

A carta base a utilizar será obtida a partir da cartografia digital vetorial de escala base 1/2000, após homologação, acima mencionada, depois de aplicada a correspondência em termos de simbologia e atributos gráficos definidos no catálogo de objetos para a escala 1/10000.

O conteúdo mínimo da carta base para o PDM adotará a Norma Técnica n.º 01/2011, sobre o Modelo de Dados para o Plano Diretor Municipal, acrescidos da toponímia associada aos principais objetos para a escala 1/10000, de acordo com estabelecido no D.L. n.º 141/2014, de 19 de setembro.

No âmbito da elaboração da carta base do PDM, serão satisfeitos os requisitos mínimos de exatidão posicional, os quais, para Planos Diretores devem corresponder a melhor ou igual a 5 m em planimetria e altimetria;

A carta base terá exatidão temática igual ou melhor que 95 %, em cada um dos temas que constam do conteúdo mínimo da carta base de acordo com a norma técnica sobre o modelo de dados para cada plano territorial e não pode conter qualquer erro de natureza topológica ou de coerência tridimensional.

Cartografia Temática

A cartografia temática a elaborar no âmbito da revisão do PDM, será produzida sobre a cartografia de referência homologada e obedecerá às normas e especificações técnicas definidas pelos organismos responsáveis pelos respetivos temas, conforme estabelecido no D.L. n.º 141/2014 de 19 de setembro.

8. Referências estratégicas

A revisão do Plano observará a conformidade com documentos e instrumentos de política de ordenamento do território e planeamento válidos, incluindo ainda aqueles que se encontrem em fase de elaboração, procurando acolher a orientação e opções estratégicas neles vertidos.

Deste modo, o processo de revisão deve garantir os interesses específicos a salvaguardar na área de incidência do Plano, incluindo programas, políticas sectoriais e projetos da Administração Pública.

Com efeito, listam-se os documentos identificados a integrar no modelo territorial a propor, sem prejuízo de demais documentos que possam ser identificados ao longo dos trabalhos de acompanhamento pela Comissão Consultiva e ou outros interlocutores.

Orientações Estratégicas e Planos/Programas de Natureza Nacional

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

Estratégia Cidades sustentáveis 2020

Estratégia Nacional para a Habitação

Orientações Estratégicas e Planos/Programas de Natureza Regional

Programa de Execução do Plano de melhoria da Qualidade do Ar da Região Norte

Estratégias Norte 2015 e Norte 2020

Plano Regional Ordenamento do Território do Norte (PROT-N)

Área Metropolitana do Porto - Estratégia 2020

Área Metropolitana do Porto – Programa de ação 2020

Área Metropolitana do Porto - "Metroclima - Adaptação às Alterações Climáticas na Área Metropolitana do Porto (AMP): Conhecer, Planear, Comunicar, Antecipar" - Ação 1.2 Capacitação /Ação para a Elaboração de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas

Orientações Estratégicas e Planos/Programas de Natureza Setorial

Plano Nacional da Água

Plano de Gestão da Região Bacia Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça (RH2)

Plano de Gestão da Região Bacia Hidrográfica do Douro (RH3)

Plano Rodoviário Nacional

Plano Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho

Programa Regional de Ordenamento Florestal Entre Douro e Minho (em revisão)

Plano Estratégico para os aeroportos da Rede ANA

Orientações Estratégicas, Planos e Programas de Natureza Municipal

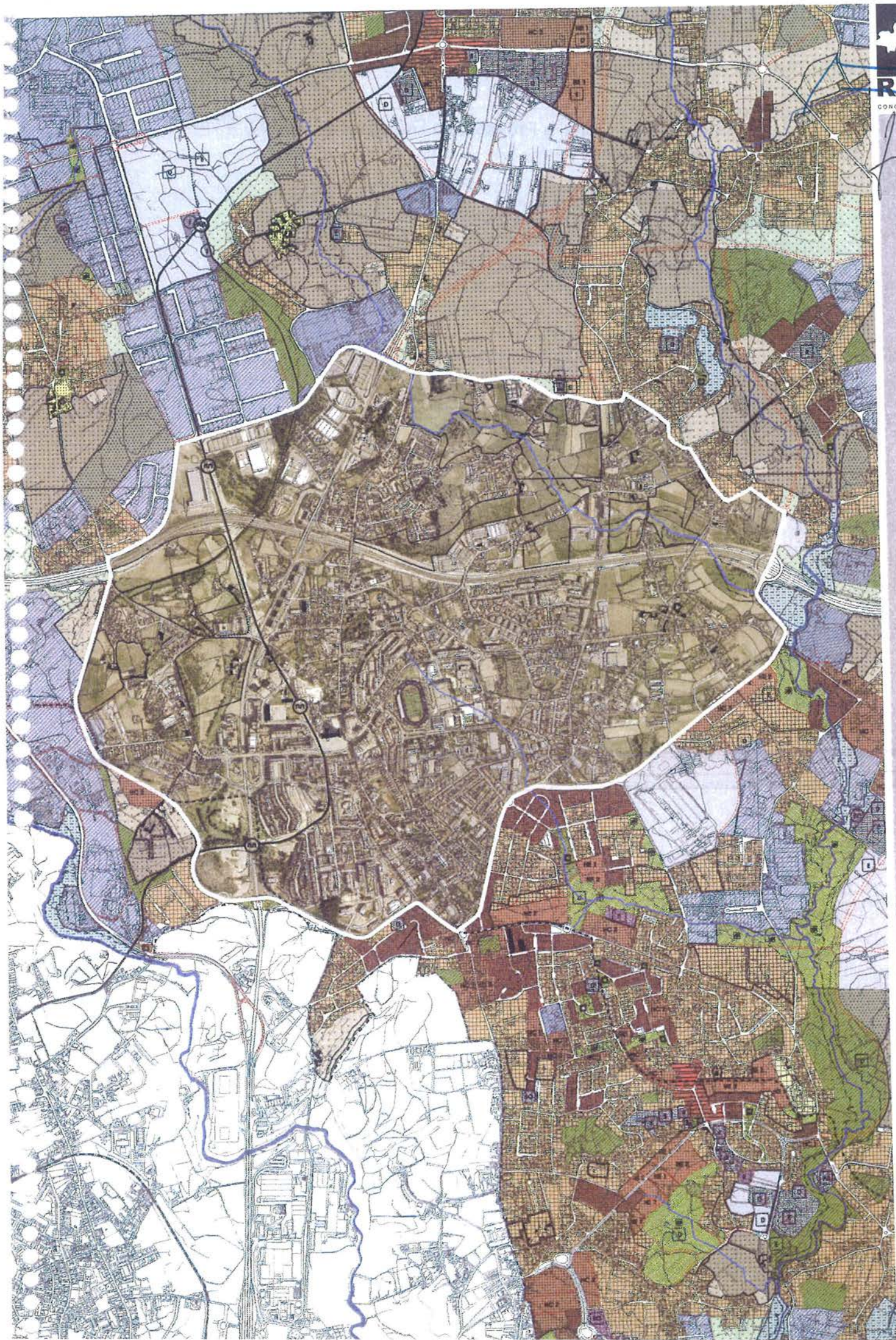
Plano de Pormenor da Quinta da Pícu e áreas envolventes

Estratégia Municipal para a Reabilitação Urbana (2015)
Área de Reabilitação Urbana do Centro Cidade da Maia (2016)
Área de Reabilitação Urbana de Águas -Santas/Pedrouços (2017)
Área de Reabilitação Urbana do Núcleo Urbano de Moreira/Vila Nova da Telha (2017)
Área de Reabilitação Urbana de Ardegães (2017)
Área de Reabilitação Urbana do Castelo da Maia (2016)
Área de Reabilitação Urbana do Monte de Santa Cruz (2017)
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município da Maia (PEDU), que inclui o PAMUS - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, o PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana e PAICD - Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas).
Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (2013)
Plano Municipal de Acessibilidade para Todos (2009)
Estratégia e Plano de Ação para a Eficiência Energética (2015)
Plano Diretor de Águas Pluviais (2007)
Plano Municipal de Segurança Rodoviária da Maia (2013)
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2017)
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Maia (a atualizar)
Carta Educativa (em revisão)
Mapas de Ruído (a atualizar)
Estratégia e Plano Municipal de adaptação às Alterações Climáticas (proposta de candidatura)

9. Notas finais

Pretende o presente documento, além de descrever o procedimento da 2.ª revisão ao Plano Diretor Municipal da Maia, dar cumprimento ao estipulado na Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, que regula a constituição, a composição e o funcionamento das Comissões Consultivas, constituindo um dos documentos a disponibilizar na plataforma colaborativa, pela entidade responsável pela elaboração do Plano, durante o acompanhamento dos trabalhos da CC.

Prevê ainda este município enfatizar a participação pública, além dos dois momentos previstos na legislação, pelo envolvimento dos técnicos do Município da Maia e dos cidadãos em geral, ao longo de todo o processo, visando a aproximação da população neste processo de planeamento no qual se pretende ver traduzido um modelo coerente de ordenamento do território que assegure a coesão territorial e a correta classificação do solo, invertendo-se a tendência, predominante nas últimas décadas, de transformação excessiva do solo rural em solo urbano, contrariando a especulação, o crescimento excessivo dos perímetros urbanos e o aumento incontrolado dos preços do imobiliário através da alteração do estatuto jurídico do solo.



Ficha Técnica

Elaborado por:

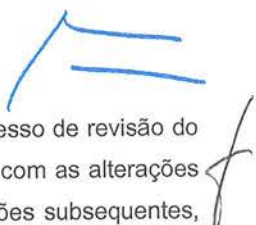
Divisão de Planeamento Territorial e Projetos, do Departamento de Ambiente,
Planeamento e Gestão Urbana
(Câmara Municipal da Maia)

Colaboração de:

Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade
Departamento de Construção e Manutenção
Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana
Departamento de Educação, Ação Social, Desporto e Cultura
Serviço Municipal de Proteção Civil
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia
Gabinete de Saúde
Gabinete Técnico Florestal
Maiambiente
Espaço Municipal, E.M.

Índice

1. Introdução	3
2. Quadro de Referência Legal	4
3. Objetivos e Metodologia	5
4. Caracterização e Enquadramento Geral	8
5. Avaliação do Estado do Ordenamento do Território	9
Socioeconomia	10
Mobilidade	36
Povoamento	60
Ambiente	118
6. Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento	153
6.1. Plano Diretor Municipal	153
6.2. Plano de Pormenor da Quinta da Pícuia	169
6.3. Plano Municipal de Acessibilidade para Todos	174
7. Considerações Finais	176
Bibliografia	178



Com a entrada em vigor do novo Plano Diretor Municipal do concelho da Maia - PDMM, após o processo de revisão do PDM de 1994, publicado em Diário da República através do Aviso n.º 2383/2009, de 26 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 9751/2013, de 30 de julho, bem como as correções materiais e adaptações subsequentes, não se deu o processo de planeamento municipal como terminado, pelo contrário, teve início uma nova etapa – o desenvolvimento e consolidação da monitorização e avaliação do sistema de planeamento.

A monitorização e avaliação estratégica e operacional do sistema municipal de planeamento é também fundamental no âmbito do desempenho ambiental associado à execução do plano e dos seus impactes sobre o ambiente. Esta importância é, aliás, sublinhada no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, no seu artigo 11.º, quando refere que “as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”.

O objetivo central desta fase é o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em domínios que, direta ou indiretamente, influenciam as condições ambientais e de sustentabilidade do território, procurando, deste modo, apoiar os processos de conceção e decisão de políticas e medidas de intervenção à escala urbana e permitindo acompanhar com regularidade o exercício das atividades previstas, assim como o desempenho das entidades responsáveis pela sua execução.

Pretende-se assegurar a construção de um sistema próprio e permanente de recolha, tratamento e análise de indicadores, que permita conhecer a situação do Concelho da Maia no que se refere ao território, bem como detetar e medir tendências de evolução ao longo do prazo de execução do Plano.

O presente Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) consubstancia, assim, o principal *output* no âmbito de um modelo de avaliação, preocupado em medir e avaliar o nível de execução dos objetivos e da concretização das ações propostas no PDMM em vigor e demais planos que integram o sistema de planeamento municipal.

Pretende-se, com este Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), traduzir o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial em vigor no Concelho, os quais, deste modo, serão objeto de avaliação “in continuum”, e bem ainda dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, constituindo a base de fundamento para uma eventual necessidade de revisão e/ou reprogramação das opções estratégicas definidas, tendo sempre como pressuposto de base a monitorização ambiental, prevista na declaração ambiental.

Ao abrigo do atual Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), concretamente do n.º 1 e 2, do artigo 187.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, "as entidades da administração devem promover a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos programas e planos territoriais por si elaborados, suportada nos indicadores qualitativos e quantitativos neles previstos", bem como, "nos programas e planos sujeitos a avaliação ambiental, deve ser garantida a avaliação dos efeitos significativos da sua execução no ambiente, por forma a identificar os efeitos negativos imprevistos e aplicar as necessárias medidas corretivas previstas na declaração ambiental"..

A avaliação pode fundamentar propostas de alteração do plano ou dos respetivos mecanismos de execução (artigo 188.º do diploma supramencionado), nomeadamente com os seguintes objetivos:

- a) "assegurar a concretização dos fins do plano, tanto ao nível de execução como dos objetivos a médio e longo prazos;
- b) garantir a criação ou alteração coordenada das infraestruturas e dos equipamentos;
- c) corrigir distorções de oferta no mercado imobiliário;
- d) garantir a oferta de terrenos e lotes destinados a edificações, com rendas ou custos controlados;
- e) promover a melhoria da qualidade de vida e a defesa dos valores ambientais e paisagísticos."

Neste sentido, "a câmara municipal, a comissão executiva metropolitana, o conselho intermunicipal ou as câmaras municipais dos municípios associados elaboram, de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território" (cfr. n.º 3 do artigo 189.º do mesmo diploma), incumbência que ficou também prevista na atual redação da Lei de Bases da Política dos Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo, aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, no seu artigo 57.º - Monitorização e Avaliação.

O atual artigo 189.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial passou a definir a obrigatoriedade de, de 4 em 4 anos, a Câmara Municipal elaborar um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível local, a submeter a apreciação da Assembleia Municipal. No entanto, a anterior redação do RJIGT definia a obrigatoriedade do REOT ser elaborado de 2 em 2 anos, tendo em vista não apenas uma melhor gestão do plano de ação, contribuindo para dinamizar o processo de monitorização e a própria implementação do Plano, como também, e sobretudo, dar resposta às exigências inerentes à Declaração Ambiental, emitida no âmbito da avaliação ambiental do plano, que obriga a uma monitorização anual (cfr. n.º 2, do art.º 11.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho), pelo que se considerou oportuna a elaboração de um relatório anual, sobre o desempenho dos indicadores ambientais e sobre as ações e objetivos ultrapassados e o grau de concretização dos mesmos, favorecendo, assim, o desenvolvimento da programação estratégica anual do município.

Assim, integrou-se neste processo a avaliação e o controlo da avaliação ambiental, de acordo com o previsto no artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que define que as entidades responsáveis pela elaboração do plano avaliam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

Com o objetivo de avaliar o desempenho do Plano Diretor Municipal da Maia, a monitorização centrou-se sobre a avaliação dos objetivos do Plano, do programa de ações previsto, e bem ainda dos objetivos de sustentabilidade presentes na Avaliação Ambiental Estratégica, através da definição de um conjunto de indicadores que permitem avaliar cada um dos níveis mencionados anteriormente.

Assim, para a operacionalização do processo de monitorização foi necessário identificar indicadores quantificáveis para cada um dos objetivos, bem como as respetivas metas a atingir, permitindo, assim, o controlo do Plano.

Para cada indicador elaborou-se um quadro com a descrição do mesmo, forma de cálculo, unidade de análise, valor base, valor de referência (quando aplicável e tendo sempre como referência valores já definidos, designadamente no Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável), entidade responsável pela recolha dos dados, ou seja, se é uma fonte externa ou interna à Autarquia, periodicidade de análise dos dados, entre outros.

Não obstante, e tendo em conta que a nova Lei de Bases da Políticas de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo define a normalização de fontes de dados e de indicadores comuns na avaliação dos programas e planos territoriais, em fases seguintes de avaliação, poderá haver a necessidade de rever os indicadores, as fontes de dados e bem ainda as metas definidas.

Os indicadores propostos dar-nos-ão acesso a um conjunto considerável de informação que, nas várias fases do ciclo de execução, irão permitir:

- Apoiar o acompanhamento e validação da avaliação estratégica dos impactes das propostas setoriais;
- Contribuir para o sistema global de avaliação do desempenho do Plano e da sua revisão;
- Facilitar a articulação dos Sistemas de Informação Geográfica a implementar com as estruturas de gestão urbanística e de execução do Plano;
- Avaliar a eficácia das recomendações apresentadas e suportar a sua revisão de acordo com os resultados de avaliações periódicas e intercalares;
- Fornecer informação para futuras avaliações ambientais estratégicas a jusante da presente avaliação;
- Facilitar a participação e envolvimento das partes interessadas no processo de implementação dos programas.

A monitorização e avaliação estratégica do desempenho ambiental das propostas e dos objetivos decorrentes da Revisão do PDM é uma competência do serviço responsável pelo planeamento: Divisão de Planeamento Territorial e Projetos do Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana, em acordo com o Regulamento da Macroestrutura Organizacional da Autarquia. Esta divisão ficou, assim, responsável por integrar no referido sistema, todos os elementos relevantes para a avaliação da execução das propostas do Plano, necessários para a realização dos exercícios regulares de monitorização e de avaliação ambiental estratégica.

A implementação do sistema de monitorização e do módulo de Avaliação Ambiental Estratégica e Operacional, conta, para além de informação recolhida junto de entidades externas (designadamente o Instituto Nacional de Estatística), com a alimentação de informação constante dos sistemas de informação de cada Estrutura Municipal, designadamente:

- Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade;
- Departamento de Construção e Manutenção;
- Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana;
- Departamento de Educação, Ação Social, Desporto e Cultura;
- Gabinete de Saúde;
- Gabinete Técnico Florestal;
- Maiambiente;
- Serviço Municipal de Proteção Civil;

- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia;
- Espaço Municipal, E.M.

O processo de monitorização está alicerçado em quatro fases principais, conforme se descrevem:

- Definição do objeto de avaliação – PDM e Relatório Ambiental;
- Definição dos indicadores de monitorização;
- Desenvolvimento de procedimentos tendentes à obtenção de informação junto das entidades responsáveis;
- Elaboração do relatório (o qual foi sendo desenvolvido ao ritmo da receção dos dados);

No decorrer destes anos em que se procurou desenvolver um processo em *continuum* de monitorização foram várias as dificuldades encontradas, designadamente:

- na própria definição dos indicadores para avaliar o cumprimento dos objetivos;
- na recolha dos dados (dificuldade de obtenção de informação e necessidade de recorrer a várias entidades externas e vários departamentos da Autarquia), havendo inclusive situações em que neste momento ainda não se dispõe de dados;
- inexistência de um Sistema de Informação Geográfica (muito embora não seja impeditivo da realização do processo de monitorização, o presente facto compromete a qualidade e a celeridade do trabalho, sendo menos rica e mais morosa a análise da informação existente);
- periodicidade de atualização dos dados – nem sempre compatível com o período de análise desejado.

Não obstante, anualmente, a Câmara Municipal tem desenvolvido o presente relatório, que sistematiza a avaliação do estado de ordenamento do território no município, tendo em conta os objetivos a alcançar, quer os definidos no PDMM, quer no âmbito do Relatório Ambiental.

Embora a metodologia que tem sido utilizada se tenha baseado fortemente na procura da monitorização da execução do Plano Diretor Municipal, e por força da entrada em vigor no concelho de outros instrumentos de gestão territorial (IGT), como Planos de Pormenor, cuja execução deve também ser monitorizada, foi o mesmo integrado no procedimento de avaliação do estado do ordenamento do território.

Tal como em anos anteriores, estruturou-se o relatório em dois grandes capítulos: a Avaliação do Estado do Ordenamento do Território e a Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento.

No capítulo referente à Avaliação do Estado do Ordenamento do Território apresenta-se uma análise aos indicadores de avaliação e monitorização, nos quais se inserem os indicadores constantes da Declaração Ambiental do PDMM, apresentados em fichas síntese por indicador, e organizados através do enquadramento em quatro temas principais, que se subdividem em subtemas de análise, e que são:

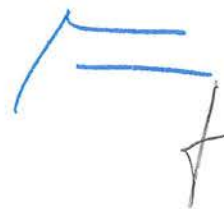
Tema	Subtema
Sócio economia	Dinâmicas Demográficas
	Estrutura Económica
Mobilidade	Rede de Infraestruturas
	Movimentos Pendulares
	Acidentes Rodoviários
	Transportes Coletivos
	Modos de Transportes Sustentáveis
Povoamento	Habituação
	Evolução Urbanística
	Coesão Urbana
	Desenho Urbano
	Equipamentos Públicos
	Património
Ambiente	Áreas Verdes
	Arborização em Arruamentos
	Seccionamento de Ecossistemas
	Recursos Hídricos
	Flora
	Solo
	Poluição Sonora e Atmosférica
	Riscos Tecnológicos
	Infraestruturas

Comparativamente com anos anteriores, o presente relatório, quando pertinente, alarga a análise dos indicadores ao espaço geográfico de nível superior, isto é, à Área Metropolitana do Porto (AMP), nos termos constituídos pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A uma escala infra concelhia, a análise seguirá a nova reorganização administrativa do concelho, nos termos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que aprovou a reorganização administrativa do território das freguesias, contabilizando-se, agora, 10 freguesias: Castelo da Maia (correspondente à agregação das freguesias de Santa Maria de Avioso, São Pedro de Avioso, Barca, Gemunde e Gondim), Cidade da Maia (resultante da agregação das freguesias de Gueifães, Maia e Vermoim), Nogueira e Silva Escura (agregação das duas freguesias), Águas Santas, Folgosa, Milheirós, Moreira, Pedrouços, São Pedro Fins e Vila Nova da Telha.

No segundo grande capítulo, designado "Avaliação do Sistema Municipal de Planeamento", focaliza-se a análise na avaliação do cumprimento dos objetivos e propostas subjacentes aos instrumentos de gestão territorial em vigor no concelho (Plano Diretor Municipal, Plano de Pormenor da Quinta da Pícu e Áreas Envolventes). Ao nível do PDMM, e atendendo a que o mesmo foi sujeito a avaliação ambiental, apresenta-se um subponto referente à avaliação e controlo ambiental dos efeitos significativos no ambiente.

5 AVALIAÇÃO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



4 CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO GERAL

À semelhança dos Relatórios do Estado do Ambiente, elaborados pela Agência Portuguesa do Ambiente, apresenta-se, neste ponto, quadro síntese com um conjunto de indicadores de enquadramento geral e socioeconómico, permitindo uma leitura sistematizada e comparativa com o panorama nacional.

Território e População	Ano	Maia	AMP	Portugal
Superfície (km ²)	2016	82,99	2.041,31	92.225,60
Perímetro Território (km)	2016	67	420	3.920
Comprimento Máximo Norte-Sul (km)	2016	13	79	1.345
Comprimento Máximo Este-Oeste (km)	2016	15	59	2.258
Altitude Máxima (Metros)	2016	254	1.222	2.351
Altitude Mínima (Metros)	2016	36	0	0
População Residente (n.º)	2016	136.011	1.719.021	10.309.573
Densidade Populacional (n.º)	2016	1.638,9	842,1	111,8

Indicadores Económicos				
Empresas	2015	14.752	187.803	1.163.082
Densidade de Empresas - N.º/km ²	2015	176,2	92,00	12,61
Valor acrescentado bruto (€) das Empresas	2015	1.572.801.272	13.197.946.788	80.547.613.497
Volume de negócios (€) dos estabelecimentos	2015	6.840.286.092	55.643.148.079	327.671.502.816
Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das quatro maiores empresas (%)	2015	12,82	5,93	4,48

Indicadores Sociais				
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	2016	7,4	9,1	10,7
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	2016	8,2	8,3	8,4
Índice de Envelhecimento	2016	109,4	141,5	150,9
Índice de Dependência de Idosos	2016	24,4	28,9	32,5
Índice de renovação da população em idade activa (N.º)	2016	77,5	75,6	79,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2016

SOCIO-ECONOMIA



1. População Residente
2. População Residente por Grupos Etários
3. Taxa de Crescimento Populacional
4. Taxa de Natalidade
5. Taxa de Mortalidade
6. Densidade Populacional
7. Índice de Dependência Total
8. Índice de Dependência Jovem
9. Índice de Dependência Idosos
10. Índice de Envelhecimento
11. N.º Empresas
12. N.º de Sociedades
13. N.º de estabelecimentos
14. Volume de Negócios dos Estabelecimentos
15. População Ativa por Sector de Atividade
16. Postos de trabalho por 1000 habitantes
17. Taxa Crescimento Emprego
18. Taxa de Desemprego
19. População Inscrita Centro Emprego
20. Capacidade de Alojamento em Hotéis e Pensões
21. Capacidade de Alojamento em Turismo Rural
22. N.º de Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros
23. Estadia Média nos Estabelecimentos Hoteleiros
24. Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros por 100 habitantes

População Residente

N.º 1

Tendência ▲

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
N.º/%

Subtema

Dinâmicas Demográficas
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de residentes por ano, que traduz a capacidade de atração de novos residentes no concelho.
Segundo a definição do INE, contabilizam-se no cálculo da população residente as pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Crescente

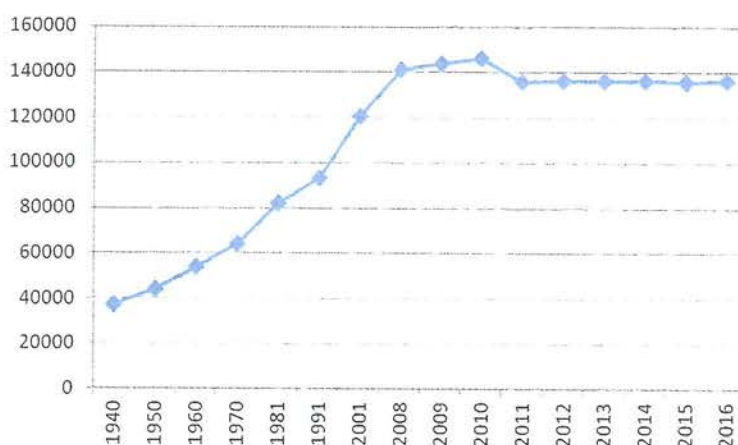
Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento
Sustentável - ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica



Evolução da População Residente, Maia

Freguesia	2001	2011
Águas Santas	25.249	27.470
Folgosa	3.603	3.704
Milheirós	4.237	4.861
Moreira	10.280	12.890
São Pedro Fins	1.838	1.837
Vila Nova da Telha	5.368	5.886
Pedrouços	11.868	12.149
Castêlo da Maia	15.452	18.395
Cidade da Maia	35.625	40.134
Nogueira e Silva Escura	6.591	7.980
Total	120.111	135.306

População residente, Freguesias

Concelho	2001	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Santo Tirso	72.396	71.530	70.996	70.477	70.001	69.557	68.983
Trofa	37.581	38.999	38.843	38.642	38.406	38.264	38.210
Espinho	33.701	31.786	30.929	30.418	30.056	29.708	29.560
Gondomar	164.096	168.027	168.016	167.525	166.841	166.338	165.743
Maia	120.111	135.306	136.017	135.924	135.817	135.678	136.011
Matosinhos	167.026	175.478	175.321	174.690	174.045	173.451	173.339
Porto	263.131	237.584	227.535	222.252	218.231	214.579	214.119
Póvoa de Varzim	63.470	63.408	63.282	62.999	62.707	62.522	62.344
Valongo	86.005	93.858	94.884	95.123	95.087	95.188	95.411
Vila do Conde	74.391	79.533	79.808	79.740	79.518	79.399	79.327
Vila Nova de Gaia	288.749	302.296	303.149	302.828	301.819	301.172	300.001
Paredes	83.376	86.854	87.020	86.876	86.668	86.554	86.263
Arouca	24.227	22.359	22.002	21.751	21.528	21.392	21.211
Santa Maria da Feira	135.964	139.312	140.066	140.038	67.349	66.978	66.496
Oliveira de Azeméis	70.721	68.611	68.186	67.756	139.610	139.478	138.867
São João da Madeira	21.102	21.713	21.685	21.625	21.548	21.449	21.460
Vale de Cambra	24.798	22.864	22.558	22.319	22.123	21.911	21.676
AMP	1.730.845	1.759.518	1.750.297	1.740.983	1.731.354	1.723.618	1.719.021

População Residente, AMP

Análise Sumária

De acordo com os dados definitivos do Recenseamento Geral da População de 2011, divulgados pelo INE, a população residente no concelho da Maia ascendia aos 135.306 habitantes, 64.874 são do sexo masculino (47,94%) e 70 432 do sexo feminino (52,05%).

Desde o recenseamento de 1940 e até 2011, o crescimento da população residente no concelho da Maia tem sido sempre positiva, o que traduz a capacidade do mesmo na atração de novos residentes (no período intercensitário o INE avançou com estimativas superiores aos valores verificados para 2011).

No que diz respeito à distribuição da população à escala da freguesia, e considerando agora a nova reorganização administrativa, a freguesia da Cidade da Maia assume a posição dominante em termos de população residente, com 40.134 indivíduos, representando cerca de 30% do total da população residente, em 2011 (ao nível das freguesias não são publicados dados mais recentes que os dos Censos de 2011). À freguesia da Cidade da Maia segue-se a freguesia de Águas Santas, com um total de 27.470 indivíduos residentes (aproximadamente 20% do total de população do concelho). Em termos de unidade territorial, a freguesia de Águas Santas e de Pedrouços, no seu conjunto apresentam uma população residente de 39.619, aproximando-se do valor registada para a Cidade da Maia.

Assim, no seu conjunto, em 2011, estas duas freguesias agregavam 60% do total da população do concelho.

Por outro lado, São Pedro de Fins destaca-se como a freguesia com um menor efetivo de população, com apenas 1.837 habitantes.

O facto de quer a freguesia sede de concelho — Cidade da Maia —, quer ainda as freguesias de Águas Santas e Pedrouços, assumirem importância no contexto municipal, assumindo-se a primeira como a freguesia mais populosa, e as restantes na mesma senda, constituem uma evidência de concretização dos objetivos do modelo territorial definidos no Plano Diretor Municipal, isto é, o de Consolidação da Cidade e incremento de um modelo de concentração descentralizada, assumindo-se a Cidade como principal centro urbano do Concelho, estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem, crescentemente polarizados, para o que concorrem ainda e com maior relevância o Castelo da Maia.

Para o período de 2012 a 2016, e de acordo com as estimativas de população residente do INE, verificam-se situações distintas. Até 2013 continua-se a observar um ritmo de crescimento da população residente no concelho (sendo de 136.017 habitantes em 2013). De 2014 a 2015, as estimativas apontam para um decréscimo da população, face ao valor registado em 2013. Em 2016, contabilizavam-se 136.011 habitantes no município, retomando a tendência crescente.

Em Portugal vive-se uma situação de decréscimo da população, reflexo da conjugação de saldo natural e migratório negativos, pelo que, o fenómeno registado na Maia até 2015 não é circunscrito ao nosso território, mas é análogo ao registado ao nível de todo o país. Em Portugal, ao nível do saldo natural, e embora o número de nados-vivos tenha aumentado, continua a ser um valor inferior ao dos óbitos. No que se refere ao saldo migratório, Portugal assistiu a um duplo fenómeno de emigração. Por um lado, muitos naturais de Portugal emigraram para outros países e, por outro lado, muitos emigrantes em Portugal também saíram de Portugal, para regressarem aos seus países de origem ou para residirem noutros países.

No caso concreto da Maia, e ao contrário do que tem acontecido nas outras unidades territoriais, as estimativas do INE da população residente em 2016 apontam para uma crescimento, contrariando a tendência que se assistia desde 2013.

População Residente por Grupos Etários

N.º 2

Tendência

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
N.º/%

Subtema

Dinâmicas Demográficas
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
INE (Censos, Anuários Estatísticos, de 2008 a 2012)

Descrição/Metodologia

Evolução da população residente por ano e por grandes grupos etários (0-14 anos, 15 - 24 anos, 25 - 64 anos e 65 ou + anos).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Aumento do peso da camada etária correspondente à população ativa e camadas jovens

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

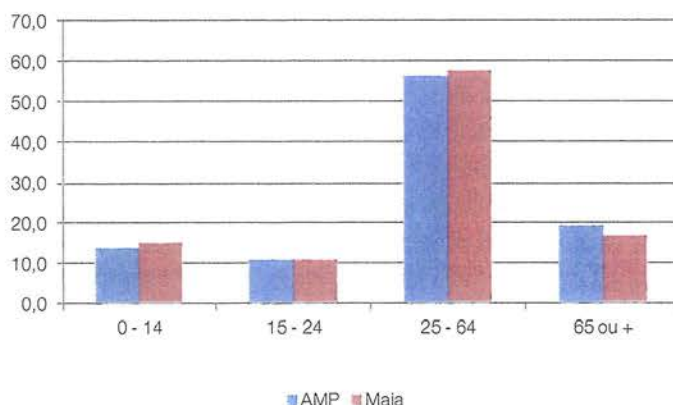
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Grupo Etário	2001		2005		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
0 - 14	20.940	17,4	24.13	17,1	24.420	17,0	24.668	16,9	22.778	16,8	22.291	16,4	21.794	16,0	21.433	15,8	20.950	15,4	20.648	15,2
15 - 24	16.794	14,0	15.383	10,9	15.310	10,7	15.374	10,5	13.823	10,2	13.971	10,3	14.025	10,3	14.067	10,4	14.273	10,5	14.487	10,7
25 - 64	69.733	58,1	81.826	58,1	83.055	57,9	83.993	57,6	80.480	59,5	80.554	59,2	79.997	58,9	79.418	58,5	78.728	58,0	78.281	57,6
65 ou +	12.644	10,5	19.537	13,9	20.586	14,4	21.756	14,9	18.225	13,5	19.201	14,1	20.108	14,8	20.899	15,4	21.727	16,0	22.595	16,6
Total	120.111	100	140.859	100	143.371	100	145.791	100	135.306	100	136.017	100	135.924	100	135.817	100	135.678	100,0	136.011	100,0

Evolução População Residente por Grandes Grupos Etários, Maia



População Residente por Grandes Grupos Etários, 2015

Análise Sumária

Na Maia, a estrutura da população, entre 2001 a 2016, tem vindo a acompanhar a evolução verificada ao nível das tendências demográficas atuais, ou seja, envelhecimento duplo na base e no topo da pirâmide etária.

O escalão etário dos jovens (0-14 anos) viu decrescer a sua importância, e a classe da população idosa (população com mais de 65 anos) cresceu significativamente. Esta tendência tem também consequências na diminuição da população em idade ativa.


Assim, em 2016, 15,2% da população integrava o grupo etário dos 0 aos 14 anos, 10,7% o grupo dos 15 aos 24 anos, 57,6%, no grupo dos 25 aos 64 anos e, por último, 16,6% no grupo da população com 65 ou mais anos.

Face ao valor de referência de 2001, é no grupo etário da população dos 15 aos 24 anos e da população idosa (com mais de 65 anos) que se verifica uma evolução mais significativa.

Ainda assim, em comparação com o peso relativo da população por grupo etário no contexto dos 17 concelhos da AMP, observa-se que o concelho da Maia apresenta um peso da população dos 0 aos 14 anos superior à média daquela unidade territorial, bem como da população em idade ativa (25-64 anos), e, por outro lado, apresenta um menor peso relativo da população em idade idosa.

Taxa de Crescimento Populacional

N.º 3

Tendência 

Tema

Sócio economia

Subtema

Dinâmicas Demográficas

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

%

Periodicidade

Anual

Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

Varição populacional observada num determinado período (%).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Superior à média da AMP

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

Metas Estratégicas

-

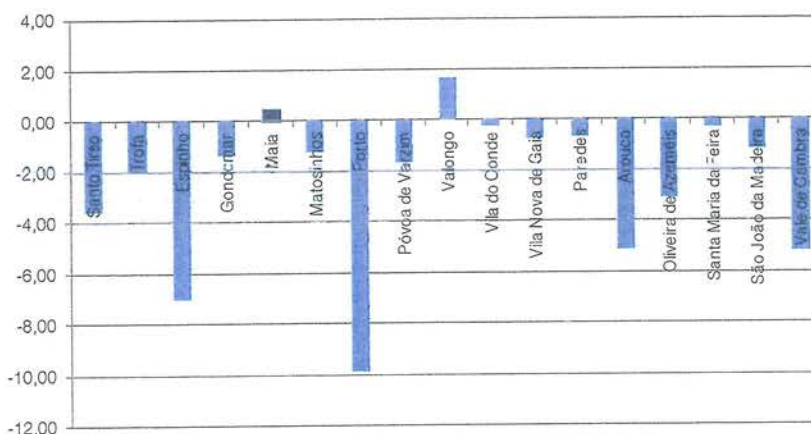
Quadros/Representação Gráfica

Período	Taxa Crescimento
1940-1950	18,6
1950-1960	22,2
1960-1970	19,3
1970-1981	27,7
1981-1991	14,0
1991-2001	28,9
2001-2011	12,7
2011-2012	0,5
2011-2013	0,5
2011-2014	0,4
2011-2015	0,3
2011-2016	0,52

Taxa Crescimento Populacional, Maia

Freguesia	2001-2011
Águas Santas	8,8
Folgosa	2,8
Milheirós	14,7
Moreira	25,4
São Pedro Fins	-0,1
Vila Nova da Telha	9,6
Pedrouços	2,4
Castêlo da Maia	19,0
Cidade da Maia	12,7
Nogueira e Silva Escura	21,1
Total	12,7

Taxa Crescimento Populacional, Freguesias



Taxa Crescimento Populacional, AMP, 2011-2016

Análise Sumária

A Maia tem mantido um crescimento de população residente considerável em todas as décadas analisadas. Assim, e seguindo as tendências das décadas anteriores, no período compreendido entre 2001 e 2011, no concelho da Maia observa-se o maior crescimento no conjunto dos concelhos que constituem a AMP, com uma taxa de crescimento a rondar os 12,7%, sendo a média da AMP no mesmo período de 1,7%.

A uma escala infra concelhia, entre 2001 e 2011, a freguesia de Moreira foi a que registou o maior crescimento de população residente, seguida da freguesia de Nogueira e Silva Escura e, ainda que não muito significativo, em São Pedro de Fins assistiu-se a uma diminuição dos residentes.

Tendo em conta as estimativas da população residente de 2012 a 2016, verifica-se que a taxa de crescimento tem vindo a diminuir, sendo de 0,5% no período de 2011-2012 e de 0,3% no período de 2011 a 2015, e de 2011-2016 de 0,52.

Ainda assim, a Maia continua a ser o concelho que regista uma evolução positiva da taxa de crescimento populacional no seio da AMP, só sendo superada pelo crescimento populacional do concelho de Valongo. Em todos os demais concelhos da AMP, no período de 2011 a 2016 verifica-se uma perda da população residente, o que contribui para a evolução negativa da população a residir na AMP.

Taxa de Natalidade

N.º 4

Tendência

Tema

Sócio economia

Unidade Análise

‰

Descrição/Metodologia

N.º de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo (um ano civil) referido à população média desse período * 100. Exprime-se em permilagem (‰).

Subtema

Dinâmicas Demográficas

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Tendencial - Crescente

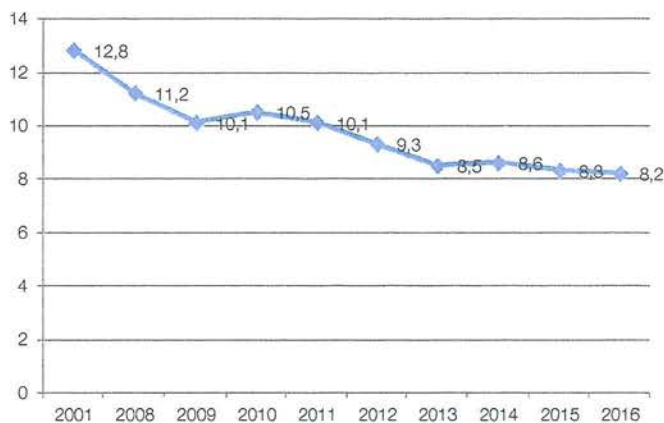
Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)
Plano Nacional da Saúde – Revisão e Extensão a 2020

Metas Estratégicas

A política europeia define a necessidade dos estados membros prevenirem o declínio demográfico ou reagirem à diminuição da natalidade.

Quadros/Representação Gráfica



Evolução da Taxa de Natalidade, Maia

Concelho	2016
Santo Tirso	6,6
Trofa	8,9
Espinho	7,3
Gondomar	7,8
Maia	8,2
Matosinhos	8,8
Porto	9,7
Póvoa de Varzim	8,3
Valongo	8,2
Vila do Conde	9,0
Vila Nova de Gaia	8,4
Paredes	8,3
Arouca	7,9
Oliveira de Azeméis	7,0
Santa Maria da Feira	7,7
São João da Madeira	6,5
Vale de Cambra	6,3

Taxa de Natalidade, AMP

Análise Sumária

Na Maia, a evolução da taxa de natalidade até ao ano de 2009 foi decrescente, atingindo o valor de 10,1 nascimentos por cada mil habitantes. Já em 2010 verifica-se uma tendência inversa, com um crescimento da taxa de natalidade, passando para 10,5 nascimentos por mil habitantes. Ainda assim, o valor é inferior ao registado em 2001. A partir de 2011, a taxa de natalidade retoma a tendência decrescente, com 10,2 nascimentos por cada mil habitantes, em 2012 a taxa é de 9,3, e em 2013 acentua-se a tendência regressiva (8,5 nascimentos por cada mil habitantes). Em 2014, observa-se um ligeiro crescimento (8,6 nascimentos por cada mil habitantes), em 2015 a taxa corresponde a 8,3 nascimentos por cada mil habitantes, sendo que, em 2016, se regista o valor mais baixo de sempre, com 8,2 nascimentos por cada mil habitantes.

Com o objetivo de assegurar a renovação das gerações a meta para este indicador é tendencialmente crescente, pelo que, face aos valores apresentados o cumprimento do objetivo não foi assegurado.

De acordo com os valores da taxa de natalidade dos demais concelhos da AMP, em 2015, ainda assim, a Maia destaca-se como um dos concelhos com a maior taxa de natalidade. No entanto, no contexto da AMP, destaca-se o concelho do Porto que registou 9,7 nascimentos por cada mil habitantes, fato que poderá relacionar-se com o registo dos nados-vivos no concelho onde se localiza o estabelecimento hospital onde nasceram e não no concelho de residência da mãe.

Por outro lado, são os concelhos de Santo Tirso e Vale de Cambra os que apresentam menor número de nascimentos por cada mil habitantes, com 6,2 ‰ e 5,9 ‰, respetivamente.

Taxa de Mortalidade

N.º 5

Tendência ▼

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
‰

Subtema

Dinâmicas Demográficas
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

N.º de óbitos ocorridos durante um determinado período de tempo (um ano civil) referido à população média desse período * 100.
Exprime-se em per milagem (‰).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Tendencial – Decrescente

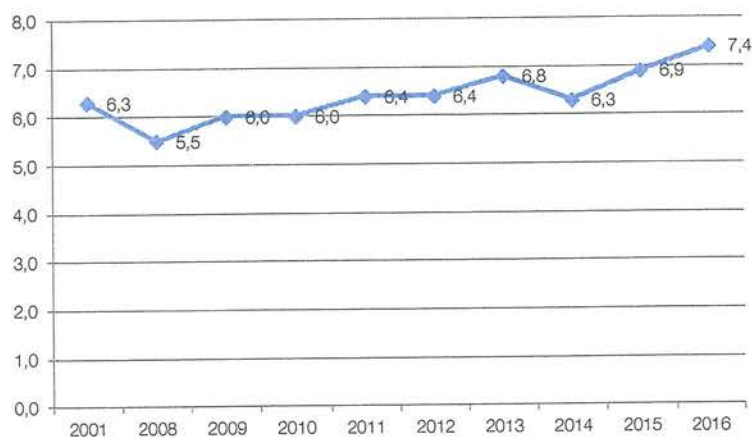
Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento
Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de
Agosto)
Plano Nacional da Saúde – Revisão e Extensão a 2020

Metas Estratégicas

PNS 2020 define como meta reduzir a mortalidade prematura (≤ 70 anos),
para um valor inferior a 20%

Quadros/Representação Gráfica



Evolução da Taxa de Mortalidade, Maia

Concelho	2016
Santo Tirso	9,7
Trofa	7,3
Espinho	11,1
Gondomar	8,7
Maia	7,4
Matosinhos	9,1
Porto	13,6
Póvoa de Varzim	8,3
Valongo	6,9
Vila do Conde	7,9
Vila Nova de Gaia	8,8
Paredes	6,8
Arouca	9,4
Oliveira de Azeméis	9,5
Santa Maria da Feira	7,9
São João da Madeira	8,9
Vale de Cambra	11,6

Taxa de Mortalidade, AMP

Análise Sumária

Relativamente ao ano de referência dos dados (2001), em que a taxa de mortalidade na Maia era de 6,3 óbitos por mil habitantes, a evolução da mesma evidencia um ligeiro acréscimo, sendo que, em 2016, se registou 7,4 óbitos por cada mil habitantes. De referir que, em 2008, observou-se a menor taxa de mortalidade, 5,5 ‰, destacando-se também o decréscimo da taxa de mortalidade em 2014, com 6,3‰.

Em 2016, a Maia apresenta uma taxa de mortalidade inferior à média da AMP, destaca-se dos demais concelhos da AMP por apresentar um dos valores mais reduzidos de taxa de mortalidade, apenas ultrapassada pelo concelho de Paredes (6,8 ‰) e Valongo (6,9 ‰). Por outro lado, importa salientar a elevada taxa de mortalidade do concelho do Porto (13,6 óbitos por mil habitantes) e no de Vale de Cambra (11,6 ‰).

O reduzido valor da taxa de mortalidade (7,4) conjugado com a taxa de natalidade (8,2), permite que no concelho se continue a registar uma taxa de crescimento natural positiva.

Tema

Sócio economia

Unidade Análisen.º (hab./km²)**Descrição/Metodologia**

Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (conceito do INE).

Relação entre a população residente e a área total do concelho.

Exprime-se, normalmente, em n.º de habitantes por km².

Subtema

Dinâmicas Demográficas

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Crescente (Maior nas freguesias urbanas e menor nas freguesias rurais)

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

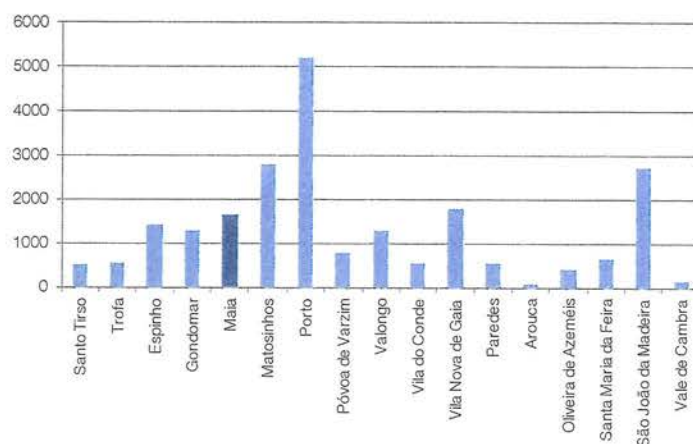
Quadros/Representação Gráfica

Ano	População Residente n.º	Densidade Populacional Hab./km ²
2001	120.111	1.435,02
2008	140.859	1.682,90
2009	143.371	1.712,92
2010	145.791	1.741,83
2011	135.306	1.627,60
2012	136.017	1.638,90
2013	135.924	1.637,80
2014	135.817	1.636,50
2015	135.678	1.634,80
2016	136.011	1.638,90

Densidade Populacional, Maia

Freguesia	N.º/km ²
Águas Santas	3.339,5
Castêlo da Maia	1.009,7
Cidade da Maia	3.872,5
Folgosa	361,2
Milheirós	1.348,7
Moreira	1.486,3
Nogueira e Silva Escura	1.016,4
Pedrouços	4.722,1
São Pedro Fins	390,3
Vila Nova da Telha	990,4
Maia	1.627,6

Densidade Populacional, por freguesia, 2011



Densidade Populacional, AMP, 2016

Análise Sumária

A densidade populacional média do concelho da Maia era, em 2001, de 1435 hab./km², e, em 2011, de 1.627,60 hab./km². À escala infra concelhia, e reportando ao ano de 2011, para o qual se dispõe de informação desagregada, os valores evidenciavam diferenças significativas, com valores mais elevados nas que apresentam uma maior densidade de funções urbanas, destacando-se a freguesia de Pedrouços, devido à proximidade à conurbação urbana do Porto, e bem ainda a freguesia da Cidade da Maia. Por outro lado, os valores mais reduzidos registam-se nas freguesias que evidenciam características de maior ruralidade (Folgosa, S. Pedro Fins e Vila Nova da Telha).

De acordo com as estimativas da população residente, em 2016, a densidade populacional no concelho era de 1.638,90 hab./Km².

Tal como em anos anteriores, em 2016, a Maia apresentava uma densidade populacional superior à média da AMP. No seio da AMP ganha destaque a densidade populacional registada no concelho do Porto (cerca de 5.700 habitante por km²), bem como em Matosinhos e São João da Madeira (ambos com cerca de 2.700 hab./km²). Arouca e Vale de Cambra registam os valores mais reduzidos de população por km².

Índice de Dependência Total

N.º 7

Tendência ▲

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
%

Subtema

Dinâmicas Demográficas
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).
Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental
População

Meta/Objetivo Município
Inferior à média da AMP.

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
- ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

Metas Estratégicas

-

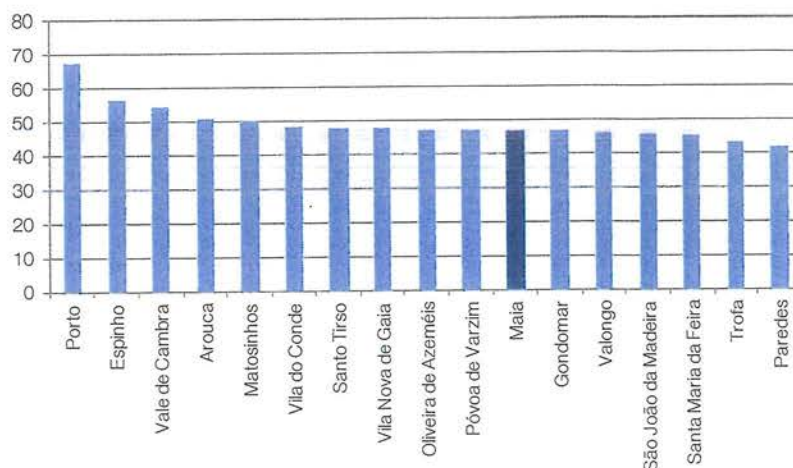
Quadros/Representação Gráfica

Ano	Índice Dependência
2001	38,8
2008	44,9
2009	45,7
2010	46,7
2011	43,3
2012	43,9
2013	44,6
2014	45,3
2015	45,9
2016	46,6

Índice de Dependência Total, Maia

Freguesia	2011
Águas Santas	43,4
Folgosa	45,5
Milheirós	43,7
Moreira	44,3
São Pedro Fins	46,6
Vila Nova da Telha	44,4
Pedrouços	47,3
Castêlo da Maia	42,5
Cidade da Maia	42,0
Nogueira e Silva Escura	47,1
Total	43,3

Índice de Dependência por freguesia, 2011



Índice de Dependência Total, AMP, 2016

Análise Sumária

Em 2016, correspondia a 46,6% o valor do índice de dependência total da população, verificando-se uma evolução crescente relativamente ao ano de 2001 e de 2011.

Para o concelho da Maia verifica-se, ainda assim, uma estrutura de dependência total inferior comparativamente com a média da AMP (49,4, em 2016), sendo superado pelo índice de dependência registado nos concelhos da Trofa, Paredes, Valongo, St. Maria da Feira, Gondomar e São João da Madeira. O Porto apresentando uma estrutura da população idosa mais elevada, regista, assim, o maior índice de dependência da AMP.

Índice de Dependência Jovens

N.º 8

Tendência ▲

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
%

Subtema

Dinâmicas Demográficas
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Superior à média da AMP.

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

Metas Estratégicas

-

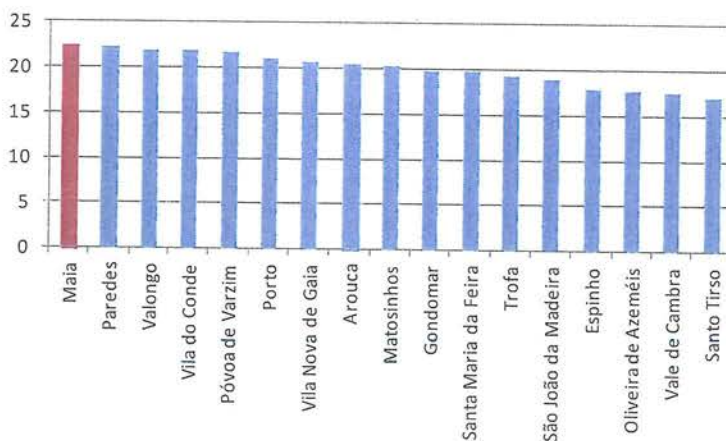
Quadros/Representação Gráfica

Ano	Índice Dependência Jovens
2001	24,2
2008	24,8
2009	24,8
2010	24,8
2011	24,1
2012	23,6
2013	23,2
2014	20,2
2015	20,1
2016	22,3

Índice de Dependência Jovens, Maia

Freguesia	2011
Águas Santas	25,2
Folgosa	23,5
Milheirós	24,6
Moreira	25,5
São Pedro Fins	25,3
Vila Nova da Telha	23,5
Pedrouços	21,3
Castêlo da Maia	23,4
Cidade da Maia	23,2
Nogueira e Silva Escura	28,4
Total	24,1

Índice de Dependência Jovens por freguesia, 2011



Índice de Dependência Jovens, AMP, 2016

Análise Sumária

Na análise do índice de dependência dos jovens observa-se uma tendência crescente no período de 2001 a 2008, tendo o valor estagnado nos anos posteriores (2009 e 2010), mantendo-se em 24,8%, invertendo de 2011 a 2015, em que se regista um valor decrescente, atingindo 20,1 em 2015. Em 2016 aumenta o índice de dependência dos jovens, sendo o mais elevado da AMP, com um valor de 22,3%.

Na Maia, em 2011, Nogueira e Silva Escura era a freguesia que se destacava com o índice de dependência da população jovem mais elevado. Por outro lado, Pedrouços regista o índice de dependência dos jovens mais reduzido.

Índice de Dependência Idosos

N.º 9

Tendência ▲

Tema
Sócio economia
Unidade Análise
%

Subtema
Dinâmicas Demográficas
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR
Estado
Fonte
INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 anos ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.
Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental
População

Meta/Objetivo Município
Inferior à média da AMP.

Documentos Referência Estratégica

O futuro demográfico da Europa: Transformar um desafio em oportunidade (2006)
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

Metas Estratégicas
-

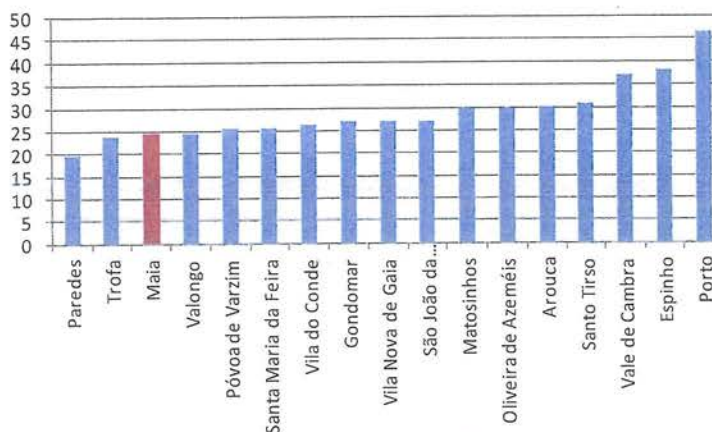
Quadros/Representação Gráfica

Ano	Índice Dependência Idosos
001	14,6
2008	20,1
2009	20,9
2010	21,9
2011	19,3
2012	20,3
2013	21,4
2014	22,4
2015	23,4
2016	24,4

Índice de Dependência Idosos, Maia

Freguesia	2011
Águas Santas	18,2
Folgosa	22,0
Milheirós	19,1
Moreira	18,8
São Pedro Fins	21,3
Vila Nova da Telha	20,9
Pedrouços	26,0
Castêlo da Maia	18,6
Cidade da Maia	18,9
Nogueira e Silva Escura	18,8
Total	19,3

Índice de Dependência Idosos por Freguesia, 2011



Índice de Dependência Idosos, AMP, 2016

Análise Sumária

Relativamente ao índice de dependência da população idosa, observa-se uma evolução no sentido ascendente, de 2001 até 2010, correspondendo, neste último ano, a 21,9%, na medida que se tem assistido a um crescimento da população nos estratos etários superiores a 65 anos. No entanto, em 2011 o valor decresce passando para 19,3%, ainda assim superior ao valor registado em 2001. De 2012 a 2016, o valor apresenta sempre uma tendência crescente, ficando, em 2016, no valor de 24,4%.

No concelho da Maia, em 2016, continua-se a registar uma estrutura de dependência da população idosa inferior comparativamente com a média da AMP.

Índice de Envelhecimento

N.º 10

Tendência ▲

Tema
Sócio economia
Unidade Análise

Subtema
Dinâmicas Demográficas
Periodicidade

Modelo DPSIR
Estado
Fonte

%

Anual

INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2)).

Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

População

Meta/Objetivo Município

Inferior à média da AMP.

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

Metas Estratégicas

No documento referido a estratégia definida, face ao progressivo envelhecimento da população, é o de criar condições para um envelhecimento ativo.

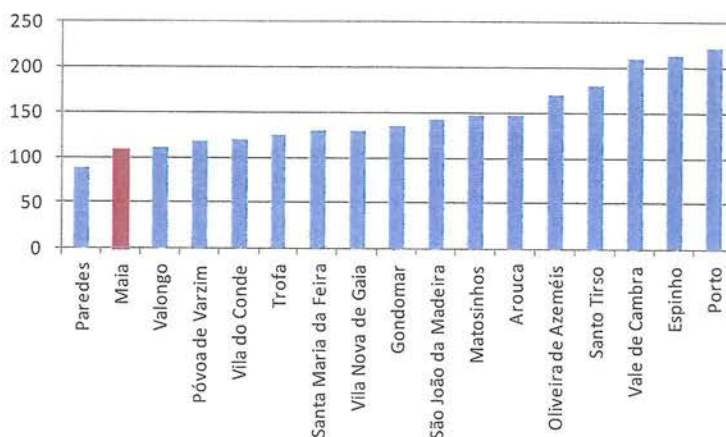
Quadros/Representação Gráfica

Ano	Índice Envelhecimento
2001	60,4
2008	81,0
2009	84,3
2010	88,2
2011	80,0
2012	86,1
2013	92,3
2014	97,5
2015	103,7
2016	109,4

Índice de Envelhecimento, Maia

Freguesia	2011
Águas Santas	72,1
Folgosa	93,7
Milheirós	77,6
Moreira	73,9
São Pedro Fins	84,2
Vila Nova da Telha	88,9
Pedrouços	121,8
Castêlo da Maia	79,5
Cidade da Maia	82,5
Nogueira e Silva Escura	66,3
Total	80,0

Índice de Envelhecimento, por freguesia, 2011



Índice de Envelhecimento, AMP, 2016

Análise Sumária

O crescimento da população nas camadas com mais de 65 anos na estrutura etária do concelho tem reflexos na evolução do índice de envelhecimento. Assim, em 2016, o concelho da Maia, registava o valor mais elevado de sempre do índice de envelhecimento, ultrapassando já o patamar dos 100. Assim, regista-se já cerca de 109 idosos por cada 100 crianças ou jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, ou seja, um índice significativamente superior aos dados de referência aquando da revisão do PDM (em 2001 era de 60,4%), bem como o registado em 2011 (80,0%).

Ainda que acompanhe as tendências demográficas atuais, o índice de envelhecimento é inferior à média da AMP, mantendo-se como o 2.º concelho da AMP com o índice mais reduzido.

Embora o envelhecimento da população resulte quer de uma melhoria nos cuidados de saúde quer de uma diminuição da taxa de natalidade, este último sobretudo fruto das mulheres serem cada vez mais instruídas e terem um papel cada vez mais ativo no mercado de trabalho, que faz com que adiem o nascimento do primeiro filho, o mesmo tem implicações ao nível do aumento dos custos do sistema de saúde e da segurança social.

Ao nível das freguesias da Maia, em 2011, Pedrouços apresentava elevados índices de envelhecimento, estando, inclusive, acima da média dos índices registados ao nível da AMP. Nogueira e Silva Escura, com um índice de envelhecimento de 66,3%, é a freguesia menos envelhecida do concelho.

Número de Empresas

N.º 11

Tendência ▲

Tema

Sócio economia
Unidade Análise

Subtema

Estrutura Económica
Periodicidade

Modelo DPSIR

Estado
Fonte

N.º/%

Anual

INE (Anuário Estatístico da Região Norte)

Descrição/Metodologia

N.º de empresas por sede de município e por setor de atividade

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais

Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

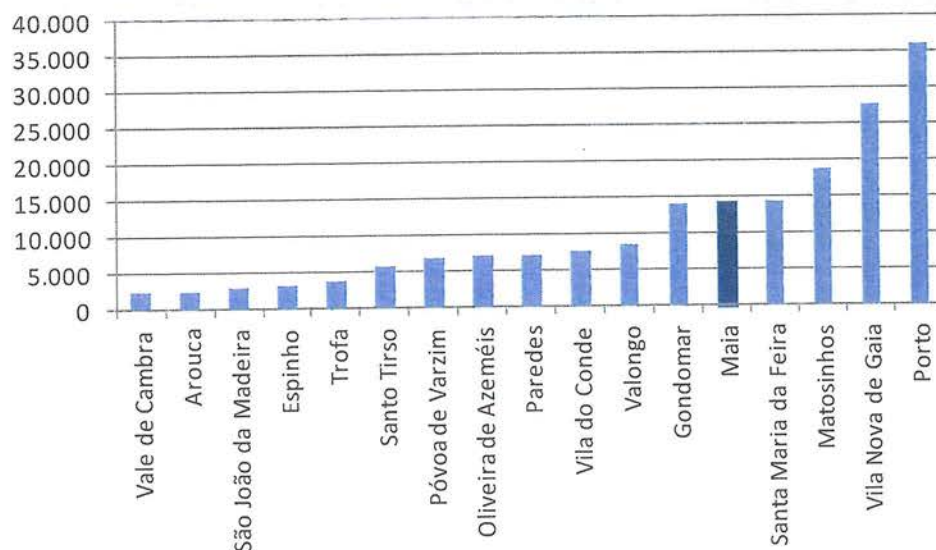
Metas Estratégicas

-

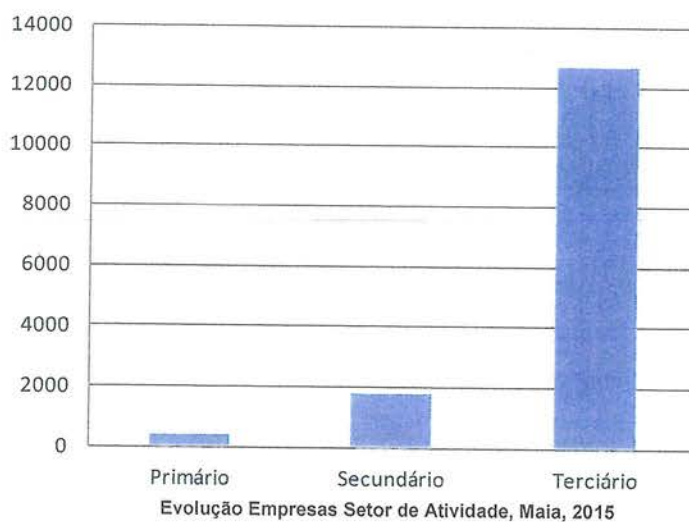
Quadros/Representação Gráfica

Concelho	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Santo Tirso	5.775	5.944	6.069	6.330	6.514	6.273	6.126	5.972	5.752	5.682	5.751	5.959
Trofa	3.772	3.913	3.902	4.106	4.269	4.101	3.952	3.871	3.802	3.802	3.867	3.875
Espinho	3.453	3.553	3.652	3.826	3.946	3.774	3.455	3.390	3.287	3.212	3.210	3.212
Gondomar	14.247	14.704	15.076	15.928	16.289	15.598	14.873	14.484	13.829	13.937	14.038	14.434
Maia	13.783	14.483	14.924	15.710	16.162	15.747	15.120	14.589	13.995	14.207	14.317	14.752
Matosinhos	18.178	19.289	19.645	20.634	20.999	20.442	19.612	19.064	18.417	18.474	18.687	19.209
Porto	35.978	37.221	37.529	39.439	40.588	39.553	37.686	36.628	35.323	35.227	35.960	36.840
Póvoa de Varzim	6.589	6.829	6.927	7.344	7.465	7.278	7.070	6.951	6.708	6.794	6.927	7.151
Valongo	8.464	8.814	8.906	9.384	9.760	9.397	8.948	8.671	8.240	8.310	8.406	8.632
Vila do Conde	7.480	7.691	7.765	7.980	8.085	8.002	7.877	7.799	7.580	7.649	7.718	7.925
Vila Nova de Gaia	27.501	28.880	29.760	31.352	32.434	31.483	30.032	28.897	27.708	27.550	27.813	28.655
Paredes	7.079	7.313	7.397	7.632	7.767	7.567	7.334	7.161	6.894	7.043	7.224	7.400
Arouca	1.876	1.958	1.953	2.064	2.188	2.153	2.129	2.104	2.062	2.207	2.381	2.515
Oliveira de Azeméis	6.797	6.973	7.000	7.351	7.438	7.241	7.019	6.956	6.783	6.873	7.023	7.198
Santa Maria da Feira	14.197	14.598	14.829	15.413	15.578	15.061	14.661	14.537	14.141	14.165	14.410	14.704
São João da Madeira	2.897	2.972	2.970	3.181	3.132	3.068	3.000	2.974	2.839	2.747	2.880	2.918
Vale de Cambra	2.152	2.221	2.228	2.315	2.358	2.293	2.240	2.177	2.085	2.160	2.328	2.424
AMP	180.218	187.356	190.532	199.989	204.972	199.031	191.134	186.225	179.445	180.039	182.940	187.803

Evolução N.º Empresas AMP



N.º de Empresas, AMP, 2015



Análise Sumária

A estrutura e a dinâmica económica de um concelho constituem um indicador de importância fundamental para a definição de estratégias de desenvolvimento municipal. No que concerne à estrutura empresarial do concelho da Maia, em 2011, contabilizou-se um total de 14.589 empresas, com um crescimento de cerca de 35,7% relativamente ao ano de 2001, em que o número total de empresas era de 10 748, verificado, sobretudo, no setor terciário, em detrimento dos restantes setores de atividade.

Assim, em 2011, constata-se que o setor terciário mantém a sua posição dominante, concentrando 85 % das empresas sediadas no concelho da Maia, com um crescimento acentuado do peso relativo face a 2001, período em que era de 67,9%. O setor secundário representa cerca de 14,42% das empresas e o setor primário continua a deter um valor meramente residual, correspondendo a 0,01% do total de empresas do concelho.

A Maia acompanha a tendência verificada nos demais concelhos da AMP, em que o setor terciário se assume como preponderante e o primário com um valor bastante residual.

A Maia contribui com cerca de 10% das empresas sediadas na AMP, sendo, no entanto, o peso relativo superado pelos concelhos do Porto, V. N. de Gaia, Matosinhos e Santa Maria da Feira.

Em 2015, o número de empresas registadas na Maia foi de 14.752, com uma variação positiva quando comparado com 2004.

No que diz respeito à variação do número de empresas, no período de 2004 a 2016, no total da AMP verificou-se uma variação positiva, com um crescimento de cerca de 4,2%, sendo esse crescimento mais significativo nos concelhos de Arouca (34,1%), Vale de Cambra (12,6%), Póvoa de Varzim (8,5%) e da Maia (7%). No mesmo período o concelho de Espinho viu decrescer o valor total de empresas (-7%).

A evolução positiva dos dados das empresas face ao valor de referência do PDM vai ao encontro ao objetivo definido para o presente indicador de crescimento do n.º de empresas.

TemaSócio economia
Unidade Análise
N.º/%**Subtema**Estrutura Económica
Periodicidade
Anual**Modelo DPSIR**Estado
Fonte
INE (Anuário Estatístico da Região Norte)**Descrição/Metodologia**

Evolução do n.º de sociedades por município de sede e por setor de atividade.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

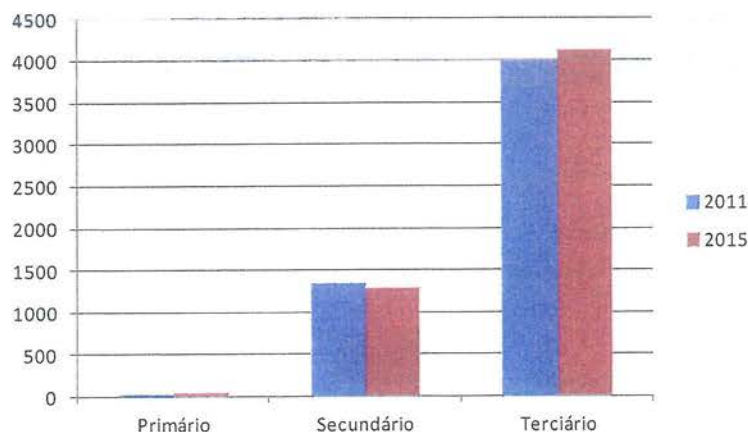
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Concelho	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Santo Tirso	2.064	2.005	2.034	2.043	2.008	2.010	2.064	2.144
Trofa	1.561	1.508	1.521	1.541	1.523	1.519	1.576	1.592
Espinho	1.038	1.017	970	974	979	982	998	996
Gondomar	3.922	3.875	3.872	3.892	3.820	3.817	3.847	3.928
Maia	5.355	5.345	5.394	5.377	5.241	5.324	5.365	5.462
Matosinhos	6.503	6.523	6.587	6.589	6.550	6.658	6.779	6.981
Porto	15.358	15.286	15.499	15.603	15.620	15.923	16.311	16.846
Póvoa de Varzim	2.109	2.120	2.216	2.277	2.257	2.272	2.284	2.334
Valongo	2.492	2.496	2.488	2.511	2.456	2.469	2.493	2.522
Vila do Conde	2.211	2.257	2.427	2.501	2.515	2.554	2.632	2.708
Vila Nova de Gaia	8.672	8.661	8.745	8.773	8.684	8.682	8.849	8.974
Paredes	2.175	2.145	2.176	2.219	2.198	2.227	2.309	2.393
Arouca	579	587	666	669	686	704	712	726
Oliveira de Azeméis	2.157	2.133	2.156	2.150	2.143	2.190	2.218	2.277
Santa Maria da Feira	4.657	4.618	4.689	4.796	4.770	4.782	4.842	4.981
São João da Madeira	1.229	1.224	1.203	1.220	1.191	1.170	1.209	1.243
Vale de Cambra	670	676	673	685	684	690	696	737
AMP	62.752	62.476	63.316	63.820	63.325	63.973	65.184	66.844

N.º de Sociedades, AMP



Evolução Sociedades por Setor de Atividade, Maia

Análise Sumária

Em 2015 estavam sedeadas no concelho da Maia 5.462 empresas registadas como sociedades (comerciais e civis), representando um crescimento de cerca de 1,6% relativamente ao ano de 2011 (que contabilizava 5.377 sociedades), refletindo um crescimento absoluto nas sociedades em todos os setores de atividade económica.

Em termos relativos, as sociedades no setor terciário passam agora a representar cerca de 75,56% do total de sociedades sediadas no concelho, crescendo face a 2011 em que o valor era de 74,3%. No entanto, as sociedades do setor secundário representam agora 23,53%, menos que em 2011 (25,18%). Por outro lado as sociedades no setor primário vêm também o seu peso aumentar correspondendo agora a 0,92%, em vez de 0,43%, em 2011.

Face a 2008, valor de referência do PDM, também se regista um crescimento positivo do número de sociedades registadas no concelho (2%), pelo que, o crescimento positivo do número de sociedades existentes no concelho contribui para o cumprimento do objetivo definido de evolução positiva do presente indicador.

Tal como verificado ao nível do peso relativo das empresas no contexto da AMP, as sociedades existentes na Maia representam cerca de 8% do total de sociedades do espaço geográfico de nível superior em que se insere, só sendo superado pelos concelhos do Porto, V. N. de Gaia e Matosinhos.

Número de Estabelecimentos

N.º 13

Tendência ▲

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
N.º%

Subtema

Estrutura Económica
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
INE (Anuários Estatísticos da Região Norte)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de estabelecimentos instalados no município e por setor de atividade.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

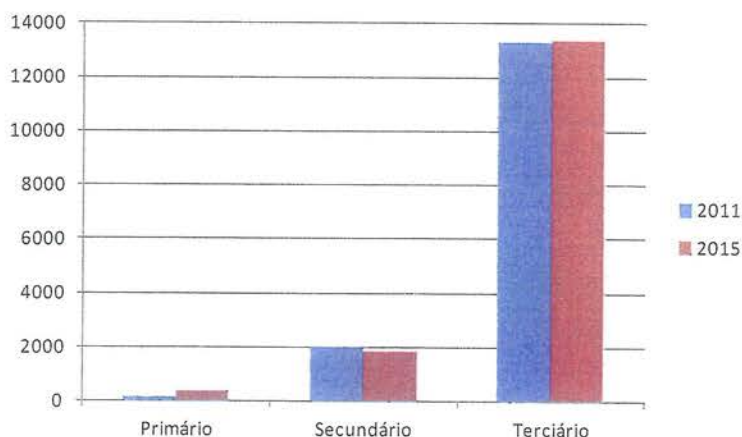
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Concelho	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Arouca	2.166	2.141	2.099	2.239	2.411	2.549
Espinho	3.594	3.534	3.434	3.340	3.359	3.362
Gondomar	15.323	14.940	14.287	14.358	14.460	14.840
Maia	16.034	15.481	14.891	14.997	15.128	15.544
Matosinhos	20.836	20.277	19.647	19.608	19.811	20.334
Oliveira de Azeméis	7.172	7.111	6.939	7.013	7.176	7.355
Paredes	7.575	7.410	7.122	7.255	7.435	7.614
Porto	40.275	39.164	37.886	37.456	38.224	39.153
Póvoa de Varzim	7.417	7.296	7.058	7.125	7.269	7.500
Santa Maria da Feira	15.038	14.904	14.496	14.489	14.752	15.062
Santo Tirso	6.384	6.215	5.995	5.901	5.977	6.187
São João da Madeira	3.228	3.199	3.064	2.960	3.089	3.129
Trofa	4.120	4.035	3.970	3.941	4.007	4.012
Vale de Cambra	2.296	2.243	2.152	2.216	2.384	2.472
Valongo	9.254	8.973	8.538	8.585	8.728	8.940
Vila do Conde	8.336	8.249	8.031	8.045	8.126	8.369
Vila Nova de Gaia	31.404	30.276	29.107	28.853	29.126	29.991
AMP	200.452	195.448	188.716	188.381	191.462	196.413

N.º de Estabelecimentos, AMP



Evolução Sociedades por Setor de Atividade, Maia

Análise Sumária

Na elaboração do atual REOT considerou-se oportuno incluir o indicador referente ao n.º de estabelecimentos instalados no concelho, independentemente de a sede ser no concelho, uma vez que existem muitas empresas que, face à localização estratégica do município, instalam filiais na Maia.

Em 2015 estavam instaladas no concelho da Maia 15.544 estabelecimentos, representando um crescimento de cerca de 0,4% relativamente ao ano de 2011 (que contabilizava 15.481 estabelecimentos), não refletindo um crescimento absoluto dos estabelecimentos em todos os setores de atividade económica, uma vez que os incluídos no setor secundário diminuíram, com um crescimento no setor primário e terciário.

Em termos relativos, as sociedades no setor terciário passam agora a representar cerca de 85,76% do total de sociedades sediadas no concelho, crescendo face a 2011 em que o valor era de 85,83%. No entanto, as sociedades do setor secundário representam agora 11,93%, menos que em 2011 (13,10%). Por outro lado as sociedades no setor primário vêm também o seu peso aumentar correspondendo agora a 2,31%, em vez de 1,07%, em 2011.

Tal como verificado ao nível do peso relativo das empresas e das sociedades no contexto da AMP, os estabelecimentos existentes na Maia representam também cerca de 8% do total de estabelecimentos do espaço geográfico de nível superior em que se insere, só sendo superado pelos concelhos do Porto, V. N. de Gaia e Matosinhos.

TemaSócio economia
Unidade Análise
N.º/%**Subtema**Estrutura Económica
Periodicidade
Anual**Modelo DPSIR**Estado
Fonte
INE (Anuários Estatísticos da Região Norte)**Descrição/Metodologia**

Evolução do n.º de estabelecimentos instalados no município e por setor de atividade.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (RCM 109/2007, de 20 de Agosto)

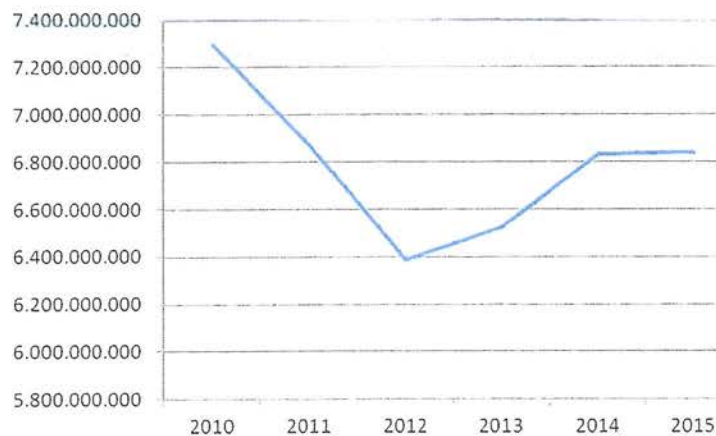
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Concelho	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Arouca	332.442.665	365.533.716	393.999.549	376.563.564	377.135.952	374.279.604
Espinho	469.035.025	440.737.261	421.113.888	410.102.383	428.428.492	391.902.428
Gondomar	2.911.311.466	2.830.882.600	2.842.108.408	2.417.715.151	2.368.648.168	2.595.084.164
Maia	7.296.039.801	6.870.065.587	6.390.238.582	6.526.743.283	6.831.214.859	6.840.286.092
Matosinhos	9.156.379.890	9.527.112.288	9.558.046.957	9.255.809.552	9.986.793.789	8.381.433.188
Oliveira de Azeméis	2.090.457.705	2.123.849.341	2.102.233.026	2.190.109.043	2.297.959.571	2.282.573.184
Paredes	1.463.926.536	1.477.447.021	1.300.214.146	1.308.664.364	1.407.962.267	1.480.551.045
Porto	13.110.323.498	12.966.234.449	12.042.122.228	10.601.919.999	9.923.907.839	10.545.501.396
Póvoa de Varzim	1.682.265.306	1.432.588.878	1.500.953.011	1.394.029.687	1.389.094.707	1.401.242.205
Santa Maria da Feira	4.039.907.526	4.032.525.177	3.691.049.062	3.709.052.473	3.708.044.726	3.889.200.167
Santo Tirso	1.834.263.745	1.757.754.560	1.798.463.398	1.803.413.369	1.741.335.983	1.753.220.656
São João da Madeira	1.176.212.228	1.195.163.123	1.074.473.724	1.052.728.911	1.149.638.739	1.281.276.726
Trofa	1.628.246.851	1.632.214.317	1.591.118.342	1.698.316.579	1.716.368.377	1.888.049.979
Vale de Cambra	700.726.827	711.369.581	682.283.689	695.874.222	718.717.703	738.078.017
Valongo	1.525.853.269	1.605.899.164	1.422.598.833	1.384.544.108	1.532.058.897	1.665.592.711
Vila do Conde	2.986.953.551	2.929.518.049	2.745.212.433	2.847.995.614	2.746.117.875	3.049.511.442
Vila Nova de Gaia	8.069.201.298	7.499.360.630	6.823.045.105	6.886.854.545	6.845.107.847	7.085.365.075
AMP	60.473.547.187	59.398.255.742	56.179.274.381	54.560.436.847	55.168.535.791	55.643.148.079

Volume de Negócios dos Estabelecimentos, AMP



Evolução Volume de Negócios dos Estabelecimentos, Maia

Análise Sumária

Na elaboração do atual REOT considerou-se oportuno incluir o indicador referente ao volume de negócios dos estabelecimentos instalados no concelho.

Em 2015 o volume de negócios dos estabelecimentos foi de 6.840.286.092 euros, sendo o terceiro concelho da AMP com o maior volume de negócios.

Desde 2010 que a evolução não tem sido constante. Até 2012 verificou-se uma diminuição do volume de negócios gerado pelos estabelecimento, momento a partir do qual começou a ser crescente.

População Ativa por Sectores de Atividade

N.º 15

Tendência -

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
N.º/%

Subtema

Estrutura Económica
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Recenseamento Geral da População – 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011; Anuário Estatístico da Região Norte – 2008, 2009, 2010, 2012)

Descrição/Metodologia

Distribuição da população ativa por sectores de atividade económica (primário, secundário e terciário).

Segundo o INE a população ativa é o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais
Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território

FA População

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

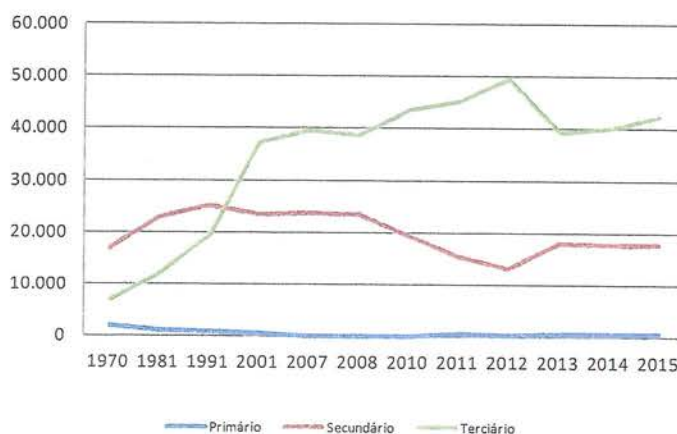
Metas Estratégicas

-

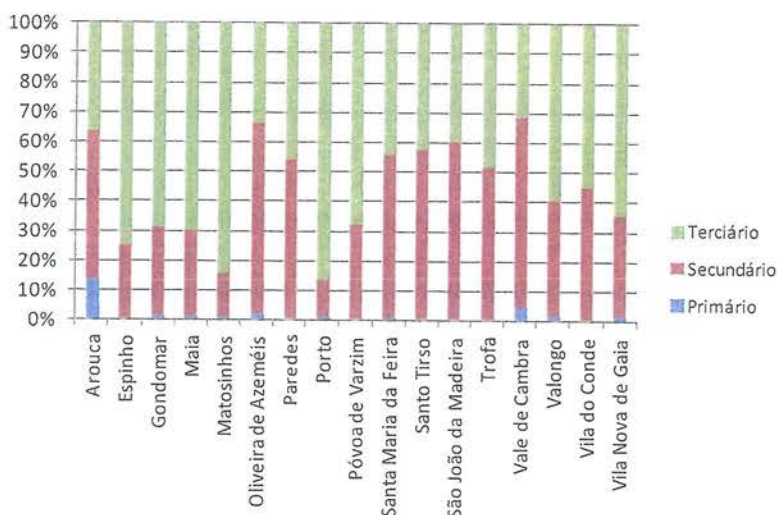
Quadros/Representação Gráfica

Sector Atividade	1970	1981	1991	2001	2007	2008	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Primário	1.985	1.148	754	599	372	273	412	447	476
Secundário	16.750	22.933	25.135	23.340	23.612	23.413	19.239	15.444	12.937	17.863	17.660	17.602
Terciário	6.735	11.928	19.264	37.184	39.319	38.448	43.552	45.236	49.359	39.029	39.918	42.272
Total	25.470	36.009	45.153	61.123	62.931	61.861	63.556	61.052	62.569	57.304	58.025	60.350

População Ativa por Sector de Atividade, Maia



Evolução da População Ativa por Sector de Atividade, Maia



População Ativa por Sector de Atividade, AMP, 2014

1 =

O município da Maia registava, em 2001, 22.967 residentes ativos no sector Secundário (38,0%) e 36.900 no sector Terciário (61,1%), numa clara inversão dos valores registados em 1991 – 55,7% no setor Secundário e 42,7% no setor Terciário. Por sua vez, o número de residentes ativos no sector Primário traduzia-se, em 2001, em 571 indivíduos (0,9%), contra os 754 indivíduos (1,7%) registados em 1991.

De acordo com os dados do último recenseamento geral da população, em 2011, registaram-se 372 residentes ativos no sector primário (0,6%), 15.444 no secundário (25,3%) e 45.236 no terciário (74,1%), mantendo-se a tendência dos últimos anos de diminuição da população nos sectores primário e secundário e o reforço do sector terciário.

Quando analisada a distribuição da população ativa por setor de atividade no seio dos concelhos que constituem a AMP, observa-se que o setor primário apenas assumia significado nos concelhos de Arouca, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, com 6,6%, com 8,3% e 7,5%, respetivamente.

O setor secundário assume maior preponderância nos concelhos de Trofa e Santo Tirso, enquanto o setor terciário é claramente mais expressivo no concelho do Porto, seguindo-se o de Matosinhos, Gondomar e Maia.

No cômputo da AMP, o setor terciário, com cerca de 67% da população ativa, é decisivo na estrutura económica da região.

Para os anos seguintes, considerou-se os dados da população empregada nos estabelecimentos por setor de atividade, dos anuários estatísticos, uma vez que a população ativa por setor de atividade apenas é avaliada de 10 em 10 anos, com o recenseamento geral da população. Em 2015, na Maia estavam empregadas 60.350 pessoas nos estabelecimentos, observa-se que se mantém a tendência de dominância do setor terciário, seguida do secundário e o primário com o valor residual.

Esta situação é análoga à registada nos demais concelhos da AMP, com exceção do Santo Tirso, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, em que o setor secundário ainda é o mais significativo.

f

Postos de Trabalho por 1000 habitantes

N.º 16

Tendência

Tema
Sócio economia
Unidade Análise
N.º

Subtema
Estrutura Económica
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Anuário Estatístico da Região Norte - 2001, 2008, 2009, 2010 e 2011)

Descrição/Metodologia

Número de postos de trabalho existentes no concelho por cada 1000 habitantes.

Posto Trabalho - Conjunto de tarefas destinadas à concretização de um objetivo pré-determinado, com aptidões, exigências e responsabilidades específicas e inseridas numa dada unidade organizacional, as quais, em determinado momento, não podem ser exercidas por mais de uma pessoa (conceito INE).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais
Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território
FA_População

Meta/Objetivo Município

Crescente

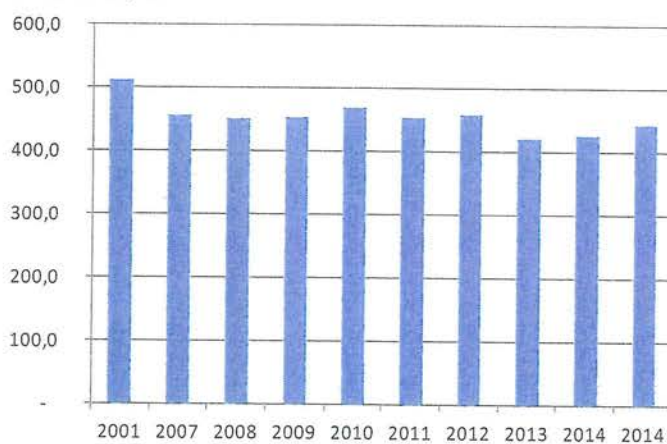
Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica

Concelho	Posto de Trabalho	População Residente	Postos Trabalho/ 1.000 hab.
	2015	2015	2015
Arouca	6.917	21.392	323,3
Espinho	7.958	29.708	267,9
Gondomar	32.395	166.338	194,8
Maia	60.350	135.678	444,8
Matosinhos	86.633	173.451	499,5
Oliveira de Azeméis	27.926	66.978	416,9
Paredes	23.394	86.554	270,3
Porto	119.901	214.579	558,8
Póvoa de Varzim	19.908	62.522	318,4
Santa Maria da Feira	45.922	139.478	329,2
Santo Tirso	21.973	69.557	315,9
São João da Madeira	13.325	21.449	621,2
Trofa	16.894	38.264	441,5
Vale de Cambra	8.455	21.911	385,9
Valongo	23.896	95.188	251,0
Vila do Conde	26.111	79.399	328,9
Vila Nova de Gaia	77.413	301.172	257,0
AMP	619.371	1.723.618	359,3

Postos Trabalhos por 1.000 Habitantes, AMP



Evolução Postos Trabalho 1.000 habitantes, Maia

Análise Sumária

Na Maia, em 2015, verificava-se a existência de cerca de 445 postos de trabalho por cada 1.000 habitantes, valor que tem vindo a crescer desde 2013.

Em 2015, no conjunto de concelhos da AMP registava-se uma média de 359 postos de trabalho por cada 1.000 habitantes. O concelho da Maia apresenta um rácio consideravelmente superior à média da AMP, só sendo superado pelos concelhos do Porto, Matosinhos e de São João da Madeira.

Taxa de Crescimento do Emprego¹

N.º 17

Tendência

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
%

Subtema

Estrutura Económica
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Anuário Estatístico da Região Norte – 2008, 2009 e 2010, Mov. Pendulares e Organização do território Metropolitano: AML e AMP, 1991/2001)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de postos de trabalho existentes nos estabelecimentos localizados na Maia durante um determinado período de tempo.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território
FA_População

Meta/Objetivo Município

Valor Positivo

Documentos Referência Estratégica

Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego 2005-2008
Plano Nacional de Emprego 2005-2008
Programa Operacional Temático Potencial Humano 2007-2013
Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2008-2010

Metas Estratégicas

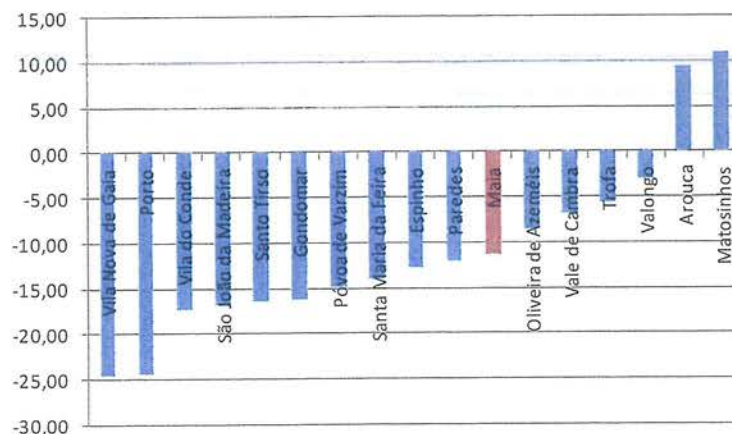
As metas estratégicas para o Programa Nacional Emprego 2005-2008, visam responder aos desafios identificados:

- Aumentar a taxa de emprego global de 67.8%, em 2004, para 69% em 2008 e 70% em 2010;
- Aumentar a taxa de emprego das mulheres de 61.7% em 2004, para 63% em 2008;
- Manter a taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos acima dos 50% em 2010.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Postos Trabalho	Taxa Crescimento Emprego
2001	61.500	-
2008	67.932	10,45
2009	72.605	6,88
2010	69.292	-4,56
2011	68.511	-1,13
2012	62.569	-8,67
2013	57.304	-8,41
2014	58.025	1,26
2015	60.350	4,01

Taxa Crescimento Emprego, Maia



Taxa Crescimento Emprego 2008-2015, AMP

Análise Sumária

Em 2015, a Maia assegurava 60.350 postos de trabalho, a que corresponde um crescimento de cerca de 4%, face ao ano anterior, situação que vem inverter a tendência de decréscimo que se assistia desde 2010, muito fruto da redução do número de empresas e com consequência ao nível do crescimento progressivo da taxa de desemprego, tendência que é generalizada ao nível de todos os municípios de Portugal.

Não obstante o crescimento face a 2014, como se pode observar no gráfico, no período de 2008 a 2015 houve uma diminuição dos postos de trabalho no contexto da AMP, sendo que apenas os municípios de Arouca e Matosinhos apresentam uma evolução positiva.

¹ - Em 2014, na contabilização dos postos de trabalho considerou-se o pessoal empregado nos estabelecimentos/empresas localizados na Maia, e não apenas e dos estabelecimentos/empresas com sede na Maia, pelo que, os valores se assumem diferentes dos apresentados em relatórios anteriores.

Taxa de Desemprego

N.º 18

Tendência

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
%

Subtema

Estrutura Económica
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
INE - Recenseamento Geral da População, 1991, 2001 e 2011

Descrição/Metodologia

Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa
T.D. (%) = (População desempregada / População ativa) x 100

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais
Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território
FA População

Meta/Objetivo Município

Tendencialmente Decrescente

Documentos Referência Estratégica

Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego 2005-2008
Plano Nacional de Emprego 2005-2008
Programa Operacional Temático Potencial Humano 2007-2013
Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2008-2010

Metas Estratégicas

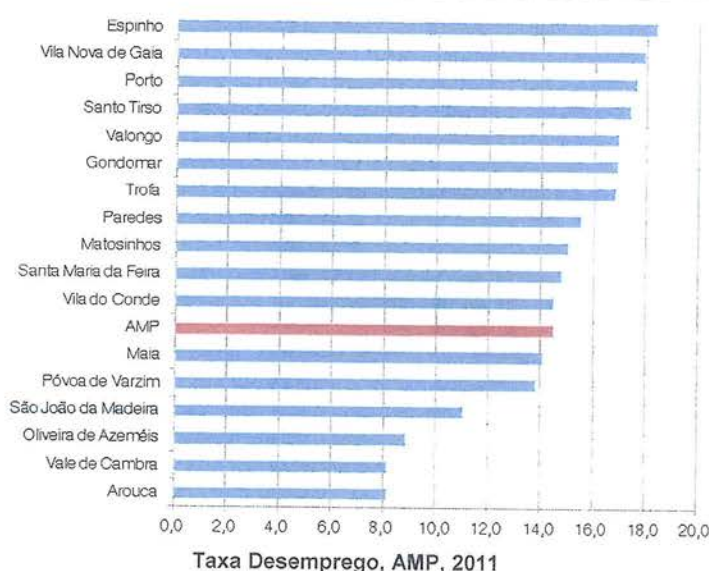
As metas estratégicas para o Programa Nacional Emprego 2005-2008, visam responder aos desafios identificados:

- Aumentar a taxa de emprego global de 67.8%, em 2004, para 69% em 2008 e 70% em 2010;
- Aumentar a taxa de emprego das mulheres de 61.7% em 2004, para 63% em 2008;
- Manter a taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos acima dos 50% em 2010;

O Programa Nacional para o Crescimento e Emprego 2005-2008 estabelece como Metas:

- Garantir que até 2010, anualmente, pelo menos 25% dos DLD participem numa medida ativa;
- Assegurar que cada desempregado inscrito beneficie de uma nova oportunidade antes de completar 6 meses (jovens) ou 12 meses (adultos) de desemprego, através de uma medida ativa, passando o prazo a 3 meses no caso de jovens com menos de 23 anos e sem o 12º ano de escolaridade;
- Assegurar a todos os desempregados inscritos com qualificações superiores uma resposta entre Outubro e Dezembro de cada ano, privilegiando a colocação imediata em posto de trabalho, realização de estágio profissional, oferta formativa ou apoio à criação do próprio emprego;
- Combater o desemprego em grupos específicos, nomeadamente imigrantes, pessoas com deficiência, desempregados mais idosos e mulheres.

Quadros/Representação Gráfica



Freguesia	Taxa Desemprego		
	1991	2001	2011
Águas Santas	6	7,2	15,0
Castêlo da Maia	3,5	5,5	14,9
Cidade da Maia	4,3	6,6	13,6
Folgosa	4,4	5,8	14,2
Milheirós	2,5	6,3	13,9
Moreira	5,2	7,3	13,1
Nogueira e Silva Escura	3,6	5,2	14,0
Pedrouços	6,1	8,0	16,0
São Pedro Fins	4,9	4,6	14,1
Vila Nova da Telha	4,1	6,9	12,0
Concelho	4,7	6,7	14,1

Taxa Desemprego, Maia

Análise Sumária

Em 2011, a Maia apresentava uma taxa de desemprego que abrangia 14,1% da população residente no concelho, valor superior ao observado nos recenseamentos de 2001 e 1991, que registaram 6,7 e 4,7, respetivamente. Esta situação é claramente reflexo das condições económicas que o país vive atualmente, com a diminuição do número de empresas e consequentemente diminuição dos postos de trabalho disponíveis.

Ainda assim, apresenta-se na AMP como o concelho com um dos valores mais reduzidos e abaixo da média da AMP (14,5%).

Numa análise pelas freguesias, Pedrouços e Águas Santas são as que apresentam os valores mais elevados de desemprego, 16% e 15%, respetivamente. Pelo contrário, Vila Nova da Telha destaca-se como a freguesia com a menor taxa (12%).

População Inscrita no Centro de Emprego

N.º 19

Tendência ▲

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
N.º%

Subtema

Estrutura Económica
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

<http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/CentrosEmpregoEstatisticasMensais/Paginas/Home.aspx>

Descrição/Metodologia

Número total de população inscrita, em determinada data, no Centro de Emprego do concelho da Maia.
No cálculo anual deste indicador efetuar-se-á a média de todos os meses.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais
Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território

FA_População

Meta/Objetivo Município

Tendencialmente Decrescente

Documentos Referência Estratégica

Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego 2005-2008
Plano Nacional de Emprego 2005-2008
Programa Operacional Temático Potencial Humano 2007-2013
Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2008-2010

Metas Estratégicas

As metas estratégicas para o Programa Nacional Emprego 2005-2008, visam responder aos desafios identificados:

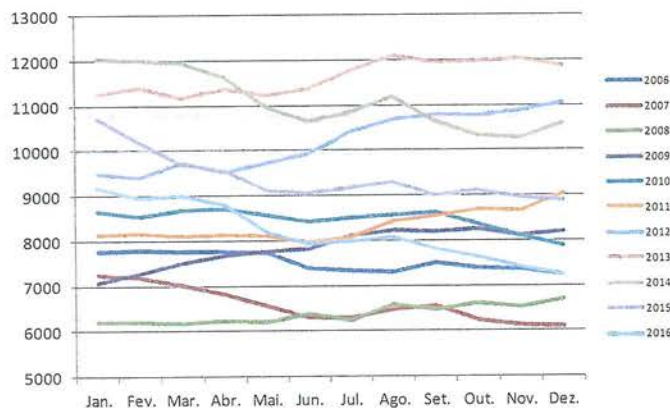
- Aumentar a taxa de emprego global de 67.8%, em 2004, para 69% em 2008 e 70% em 2010;
- Aumentar a taxa de emprego das mulheres de 61.7% em 2004, para 63% em 2008;
- Manter a taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos acima dos 50% em 2010.

O Programa Nacional para o Crescimento e Emprego 2005-2008 estabelece como Metas:

- Garantir que até 2010, anualmente, pelo menos 25% dos DLD participem numa medida ativa;
- Assegurar que cada desempregado inscrito beneficie de uma nova oportunidade antes de completar 6 meses (jovens) ou 12 meses (adultos) de desemprego, através de uma medida ativa, passando o prazo a 3 meses no caso de jovens com menos de 23 anos e sem o 12º ano de escolaridade;
- Assegurar a todos os desempregados inscritos com qualificações superiores uma resposta entre Outubro e Dezembro de cada ano, privilegiando a colocação imediata em posto de trabalho, realização de estágio profissional, oferta formativa ou apoio à criação do próprio emprego;
- Combater o desemprego em grupos específicos, nomeadamente imigrantes, pessoas com deficiência, desempregados mais idosos e mulheres.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Média Mensal
2003	6.222
2004	7.426
2005	7.945
2006	7.534
2007	6.572
2008	6.382
2009	7.850
2010	8.471
2011	8.335
2012	10.196
2013	11.617
2014	11.091
2015	9.394
2016	8.192



Evolução População inscrita Centro de Emprego, Maia

Análise Sumária

A média mensal da população inscrita no Centro de Emprego da Maia, em 2016, foi de 8.192 indivíduos.

Quando analisada a evolução, entre 2003 e 2016, verifica-se que a mesma não tem sido constante, observando-se oscilações, com um crescimento significativo de 2003 para 2004, momento a partir do qual começa a decrescer até 2008, período em que se retoma a tendência crescente. Ainda que pouco significativo, em 2011 existe uma diminuição da população inscrita no centro de emprego face à média de 2010, retomando em 2012 e 2013 uma tendência claramente ascendente. Já em 2014 a 2016, retoma-se a tendência decrescente.

A evolução da população inscrita no centro de emprego por cada mês não se apresenta constante, o que não reflete a existência de períodos sazonais, com forte significado no aumento ou redução da população inscrita nos centros de desemprego. No entanto, tanto em 2012 como em 2013 verifica-se uma tendência de evolução positiva ao longo dos meses, com o mês de dezembro e novembro, respetivamente, a atingirem o valor mais significativo. Pelo contrário, em 2014, no 1.º trimestre observam-se valores mais elevados, decrescendo ao longo dos restantes trimestres.

No entanto, ao nível da evolução mensal, importa destacar que em 2015 e em 2016 de janeiro a dezembro a evolução tem sido tendencialmente decrescente.

Capacidade de Alojamento em Hotéis e Pensões

N.º 20

Tendência

Tema

Sócio economia

Unidade Análise

N.º

Descrição/Metodologia

N.º de camas disponíveis por unidade de alojamento (hotéis e pensões)

Subtema

Estrutura Económica

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Anuários Estatísticos da Região Norte)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015

Metas Estratégicas

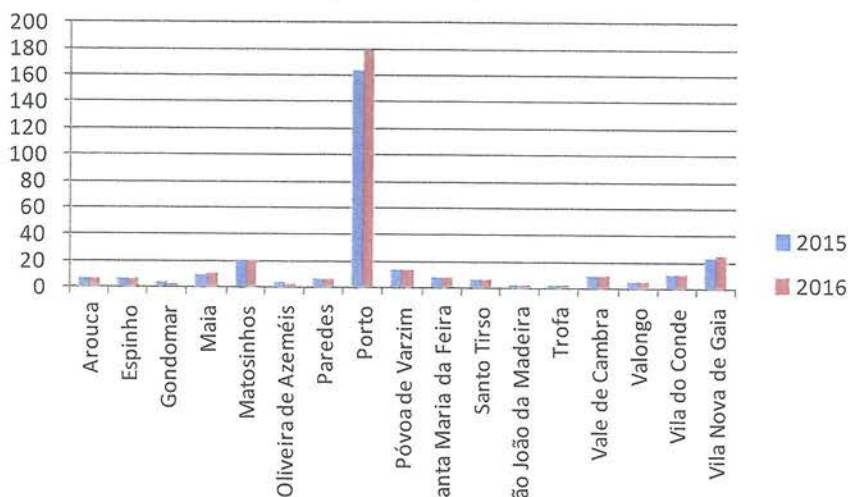
O Plano Estratégico Nacional do Turismo tem como visão para Portugal:

- Um dos destinos de maior crescimento na Europa, alavancando numa proposta de valor suportada em características distintivas e inovadoras do país;
- Desenvolvimento do Turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancando na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas;
- Importância crescente na economia, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental, a nível regional e nacional.

Quadros/Representação Gráfica

Tipologia	2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Unidades	Camas	Unidades	Camas	Unidades	Camas	Unidades	Camas	Unidades	Camas	Unidades	Camas	Unidades	Camas	Unidades	Camas	Unidades	Camas
Hotel	5	529	5	378	5	462	5	462	6	622	6	622	6	622	5	498	6	626
Pensão	6	245	6	234	5	230	4	196	4	203	4	203	4	203	4	192	4	201
Outros	1	12	1	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	12	786	12	625	10	692	9	658	10	825	10	825	10	825	9	690	10	827

Número e Capacidade de Alojamento em Hotéis



Número de estabelecimentos de alojamento, AMP, 2014 e 2015

Análise Sumária

De acordo com o Anuário Estatístico da região Norte, em 2016, existiam no concelho 10 unidades de alojamento, das quais 6 na categoria de hotéis e 4 na categoria de pensões, que respetivamente tinha, 626 e 201 camas.

Tendo em consideração os anos anteriores verifica-se um ligeiro acréscimo do número de estabelecimentos hoteleiros no concelho, bem como do respetivo n.º de camas.

No contexto da AMP, em 2016, existia um total de 315 unidades hoteleiras, com uma localização muito centrada no concelho do Porto, seguindo-se os concelhos da primeira coroa periférica do Porto (Vila Nova de Gaia e Matosinhos), com exceção de Póvoa de Varzim que também apresenta um número considerável de estabelecimento hoteleiros (14), fruto da apetência turística ligada à praia que desde sempre assumiu.

Importa ainda ressaltar o crescimento significativo do n.º de estabelecimentos hoteleiros no Porto, no período de 2015 a 2016.

TemaSócio economia
Unidade Análise**Subtema**Estrutura Económica
Periodicidade
Anual**Modelo DPSIR**Estado
Fonte
<http://turismo.maiadigital.pt/>**Descrição/Metodologia**

N.º de quartos e camas disponíveis por unidade de turismo rural e/ou habitação

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Preservação dos valores identitários da ruralidade do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais, potenciando novos usos e integrando este mesmo património numa rede integrada de percursos pedonais

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015

Metas Estratégicas

O Plano Estratégico Nacional do Turismo tem como visão para Portugal:

- Um dos destinos de maior crescimento na Europa, alavancando numa proposta de valor suportada em características distintivas e inovadoras do país;
- Desenvolvimento do Turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancando na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas;
- Importância crescente na economia, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental, a nível regional e nacional.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Alojamento Turismo Rural		
	n.º unidades	n.º quartos	n.º camas
2001	2	8	14
2008	2	8	14
2009	2	8	15
2010	2	8	15
2011	2	8	15
2012	2	8	15
2013	2	8	15
2014	2	8	15
2015	2	8	15
2016	2	8	15

Evolução Turismo Rural, Maia

Análise Sumária

Quanto à capacidade de alojamento em unidades de turismo rural, nos anos em análise existiam dois espaços de turismo rural, mais concretamente a Quinta da Granja, que dispõe de 4 quartos/9camas e de 1 apartamento, e a Casa da Eira, que dispõe de 3 apartamentos/5 camas, registando-se, assim, um total de 4 quartos e 4 apartamentos de turismo rural no concelho.

No período em referência não se verifica uma evolução no número de alojamentos em turismo rural no concelho da Maia, apenas se salientando a melhoria da oferta em termos de n.º de camas disponíveis, pelo que, se considera a evolução como positiva.

N.º de dormidas estabelecimentos hoteleiros

N.º 22

Tendência ▲

Tema

Sócio economia
Unidade Análise
N.º/%

Subtema

Estrutura Económica
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Anuário Estatístico da Região Norte - 2000, 2008, 2009, 2011 e 2012)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de dormidas registadas nos estabelecimentos hoteleiros do concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015

Metas Estratégicas

O Plano Estratégico Nacional do Turismo tem como visão para Portugal:

- Um dos destinos de maior crescimento na Europa, alavancando numa proposta de valor suportada em características distintivas e inovadoras do país;
- Desenvolvimento do Turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancando na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas;
- Importância crescente na economia, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental, a nível regional e nacional.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Dormidas	Evolução
2000	37.392	-
2008	79.268	112,0
2009	66.928	-18,4
2010	70.456	5,0
2011	63.302	-11,3
2012	70.661	11,6
2013	84.630	19,8
2014	101.399	19,8
2015	113.634	12,1

N.º Dormidas, Maia

Concelho	Dormidas	
	N.º	%
Arouca	13 479	0,3
Espinho	102 472	2,2
Gondomar	7 173	0,2
Maia	113 634	2,5
Matosinhos	344 839	7,5
Oliveira de Azeméis
Paredes	39 588	0,9
Porto	2 879 833	62,9
Póvoa de Varzim	162 919	3,6
Santa Maria da Feira	63 353	1,4
Santo Tirso	56 180	1,2
São João da Madeira	39 261	0,9
Trofa
Vale de Cambra	12 906	0,3
Valongo	82 067	1,8
Vila do Conde	57 562	1,3
Vila Nova de Gaia	564 340	12,3
AMP	4 580 506	100

... - sem informação disponível
N.º Dormidas, AMP, 2015

Análise Sumária

Em 2015, registou-se um total de 113.634 dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do concelho da Maia, observando-se assim um crescimento de 12,1% face a 2014, mantendo-se a tendência crescente que já se vinha a registar desde 2012.

Atualmente, a Maia apresenta um total de dormidas superior ao observado em 2008 (79.268), consolidando a evolução positiva do presente indicador.

A evolução registada em 2014 fica a dever-se a, essencialmente, a classificação da Maia como Capital Europeia do Desporto, que se consolidou em 2015.

Ao nível da AMP, o Porto continua a ser o concelho que lidera o n.º de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, concentrando mais de 60% do número de dormidas, destacando-se como a grande atração turística da Área Metropolitana do Porto. Seguem-se os concelhos de Vila Nova de Gaia e de Matosinhos. Importa também destacar a dinâmica turística associada a concelhos do litoral, como Póvoa de Varzim e Espinho.

No que diz respeito ao peso das dormidas no concelho da Maia face ao total de dormidas no conjunto dos concelhos da AMP verifica-se que em 2015 correspondeu a 2,5%.

TemaSócio economia
Unidade Análise
N.º**Subtema**Estrutura Económica
Periodicidade
Anual**Modelo DPSIR**

Estado

Fonte

INE (Anuário Estatístico da Região Norte - 2000, 2008, 2009, 2011 e 2011)

Descrição/Metodologia

Número médio de noites que os hóspedes ficam nos estabelecimentos hoteleiros.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015

Metas Estratégicas

Objetivo global é aumentar a taxa de ocupação de camas e atenuar a sazonalidade (Barómetro da Produtividade - Ministério da Economia)

Quadros/Representação Gráfica

Concelho	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Santo Tirso	1,6	2,4	1,3	1,3	1,4	1,3	1,4	1,4
Trofa	...	1,4	1,3	1,3	1,3	1,4
Espinho	3,1	3,4	3,2	2,9	2,9	2,9
Gondomar	...	1,7	2,0
Maia	1,7	1,5	1,6	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
Matosinhos	1,5	2,1	1,5	1,4	1,4	1,5	1,4	1,4
Porto	1,9	2,0	1,9	1,9	1,9	1,9	2,0	2,0
Póvoa de Varzim	2,0	2,4	2,0	2,0	2,1	2,1	2,1	2,1
Valongo	1,2	1,2	1,3
Vila do Conde	2,0	2,2	1,9	1,8	1,9	1,9	1,8	1,8
Vila Nova de Gaia	1,5	2,0	1,6	1,6	1,6	1,5	1,6	1,7
Paredes	2,1	1,6	1,5	1,6	1,7	1,7	1,8	1,8
Arouca	1,5	1,6
Oliveira de Azeméis
Santa Maria da Feira	2,1	2,2	1,6	1,7	...	1,7	1,8	1,8
São João da Madeira	2,3	2,3	...	1,8	1,9	1,9	1,8	1,7
Vale de Cambra	...	3,0	3,9	3,3	4,0	4,5	2,4	2,0
AMP	2,0	2,1	1,8	1,9	2,0	1,9	1,8	1,8

... - sem informação disponível

Estadia Média Estabelecimentos Hoteleiros, AMP**Análise Sumária**

Desde 2011 que a estadia média nos estabelecimentos hoteleiros do concelho (hotéis, pensões e outros) se mantém em 1,4 noites, decrescendo em relação aos anos transatos analisados.

Na Maia, a estadia média nos estabelecimentos hoteleiros fica ligeiramente abaixo da média da AMP, que em 2015 era de 1,8 noites.

Embora em termos de número absoluto de dormidas o concelho de Vale de Cambra e de Espinho não apresentem um valor significativo face aos demais concelhos da AMP, os mesmos ganham destaque quando se analisa a componente da estadia média nos estabelecimentos hoteleiros. Com uma média de 2,9 noites e 2,0 noites (2014), respetivamente, Espinho e Vale de Cambra, encontram-se claramente acima da média da AMP. Como principais polos turísticos seguem-se Póvoa de Varzim, São João da Madeira, Vila do Conde e Porto.

Quando comparado com os demais concelhos da AMP, observa-se que, em 2015, a Maia dos concelhos onde se registava uma menor estadia média nos estabelecimentos hoteleiros, mantinha-se consentânea com a escassez de polos de atratividade turística, beneficiando, porém, da componente turismo de negócios, fruto também da localização do Aeroporto e das significativas áreas de acolhimento empresarial, facto que nos parece dever ser explorado e potenciado.

Dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes

N.º 24

Tendência

Tema

Sócio economia

Unidade Análise

N.º

Descrição/Metodologia

N.º de dormidas em estabelecimentos hoteleiros / população residente * 100

Subtema

Estrutura Económica

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Anuário Estatístico da Região Norte)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

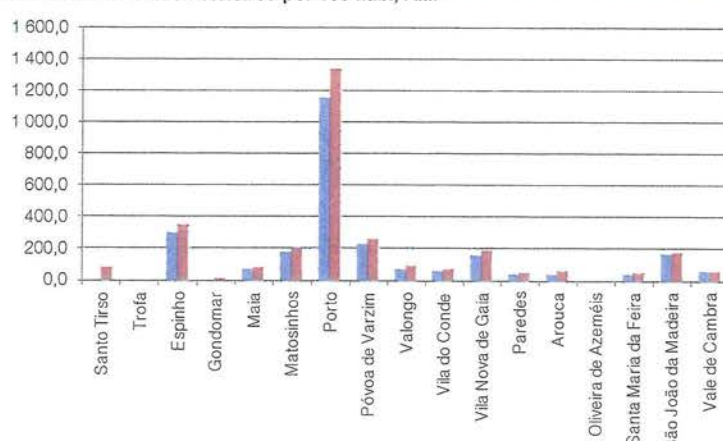
Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica

Concelho	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Santo Tirso	51,0	82,7	79,6	70,8	66,9	66,2	...	80,8
Trofa	...	40,8	37,8	30,7	22,2	45,9
Espinho	307,2	273,0	248,1	258,4	302,2	344,9
Gondomar	...	2,7	4,3
Maia	56,3	46,7	48,3	46,8	52,0	62,2	74,6	83,8
Matosinhos	96,5	116,0	136,3	134,9	133,1	159,8	181,9	198,8
Porto	700,3	692,1	825,7	754,2	797,7	934,9	1 157,2	1 342,1
Póvoa de Varzim	235,8	237,7	216,7	228,3	219,1	220,4	226,6	260,6
Valongo	68,4	86,2
Vila do Conde	44,3	47,5	63,4	60,6	58,9	63,8	60,5	72,5
Vila Nova de Gaia	119,4	122,0	111,9	124,6	117,8	145,6	162,3	187,4
Paredes	23,7	14,5	13,1	32,4	30,8	31,8	40,4	45,7
Arouca	41,0	40,2	63,0
Oliveira de Azeméis
Santa Maria da Feira	31,7	31,1	29,5	28,9	...	35,7	40,0	45,4
São João da Madeira	34,9	152,3	...	157,9	157,2	...	165,5	183,0
Vale de Cambra	...	16,5	18,3	21,8	26,9	31,8	56,4	58,9
AMP	154,7	123,3	143,7	151,1	160,9	161,3	232,1	265,7

N.º de dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 hab., AMP



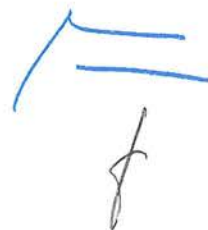
N.º de dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 hab., 2014 e 2015

Análise Sumária

Em 2015, o total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do concelho da Maia correspondeu a uma média de 83,8 dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por cada 100 habitantes, sendo o valor mais elevado do período em análise.

Porto e Espinho continuam a ser os concelhos da AMP que, em 2015, apresentavam um número de dormidas por cada 100 habitantes superior à média da unidade territorial em que se inserem. Importa referir que a Maia é o 4.º concelho da AMP que apresenta o valor mais reduzido de dormidas por cada 100 habitantes.

Ao nível da AMP, e analisando a evolução de 2008 para 2015, verifica-se que a média de dormidas por cada 100 habitantes na AMP evoluiu favoravelmente, para o que contribuíram sobretudo os concelhos de Vale de Cambra, Matosinhos, Paredes e Porto.



25. Rede de Infraestruturas
26. Rede Viária Construída
27. Rede Viária Conservada/Requalificada
28. N.º de Entradas/N.º de saídas
29. Taxa Bruta de Atração
30. Taxa Bruta de Repulsão
31. Índice de Polarização
32. Acidentes Rodoviários
33. N.º de Feridos em Acidentes Rodoviários
34. N.º de Mortos em Acidentes Rodoviários
35. Índice de Gravidade
36. Transporte de Passageiros por Modo de Transporte –
Aeroporto
37. Transporte de Passageiros por Modo de Transporte –
Comboio
38. Transporte de Passageiros por Modo de Transporte –
Metro do Porto
39. Transporte de Passageiros por Modo de Transporte –
STCP
40. Extensão Rede do Metro
41. Extensão Corredores BUS
42. Interfaces de Passageiros
43. Extensão Ecopistas
44. Extensão Ruas Pedonais
45. Área Pedonal Exclusiva ou partilhada por 1000
habitantes
46. Índice de Ruas Pedonais



Rede de Infraestruturas

N.º 25

Tendência

Tema

Mobilidade

Subtema

Infraestruturas

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fontewww.cp.pt, www.metrodoporto.pt, www.inir.pt, CM Maia**Descrição/Metodologia**

N.º de infraestruturas aeroportuárias, ferroviárias, metropolitanas e da rede viária nacional existentes no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...), através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio; Melhoria da Qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade (...); FA Infraestruturas

Meta/Objetivo Município

Não definido

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020
Orientações Estratégicas para o Sistema Aeroportuário Nacional (MOPTC, 2006)

Metas Estratégicas

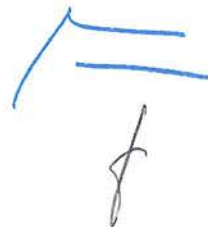
O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PTEI3+) – apresenta como objetivos estratégicos:

1. contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego;
2. assegurar a competitividade do sector dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses;
3. promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens, em todo o país.

Do conjunto de prioridades de intervenção para os projetos de investimento a concretizar no horizonte 2014-2020, destacando-se a que interferem no espaço territorial concelhio:

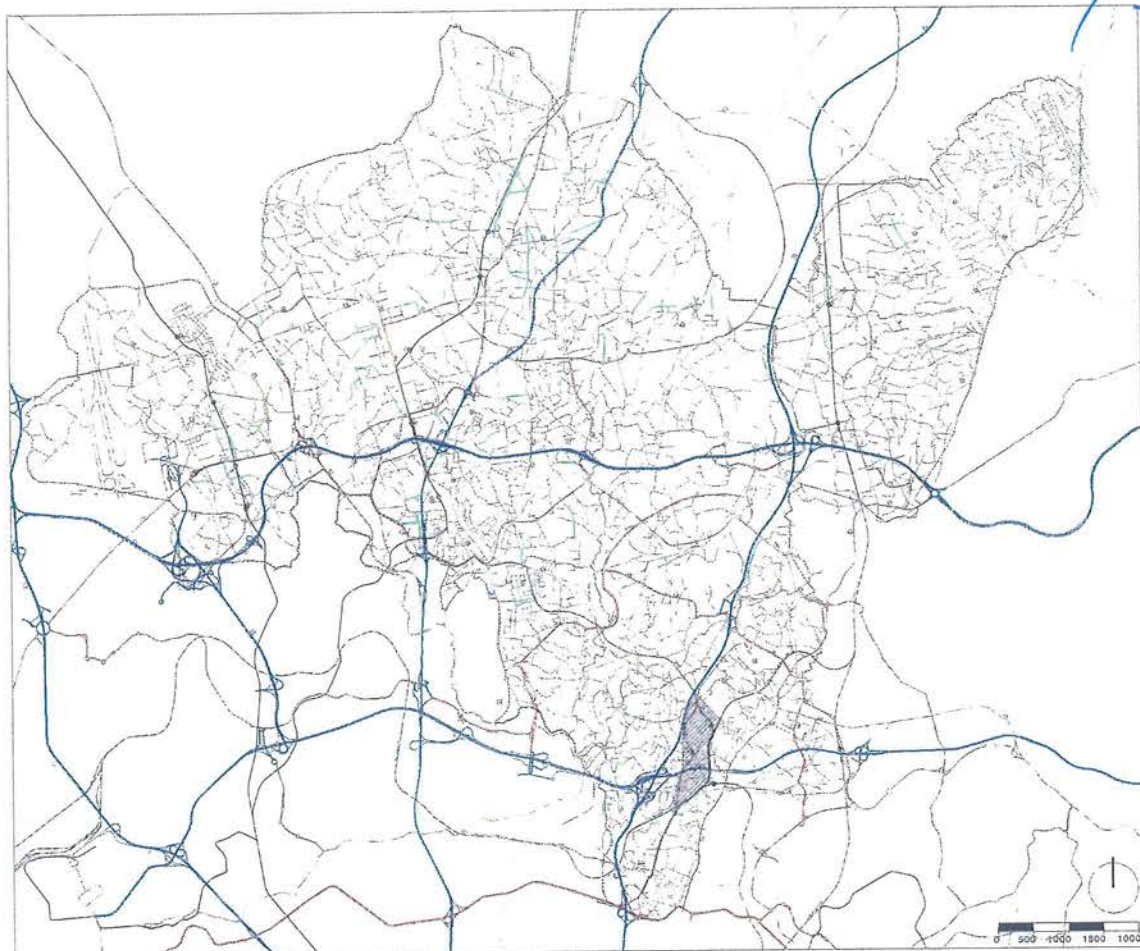
- Conclusão do Plano de Modernização - Linha do Norte;
- Plano Estratégico da ANA - Desenvolvimento do Aeroporto Sá Carneiro;
- Acessibilidades na EN14 entre V. N. Famalicão e Maia.

Quadros/Representação Gráfica**Rede do Metro do Porto**



25. Rede de Infraestruturas
26. Rede Viária Construída
27. Rede Viária Conservada/Requalificada
28. N.º de Entradas/N.º de saídas
29. Taxa Bruta de Atração
30. Taxa Bruta de Repulsão
31. Índice de Polarização
32. Acidentes Rodoviários
33. N.º de Feridos em Acidentes Rodoviários
34. N.º de Mortos em Acidentes Rodoviários
35. Índice de Gravidade
36. Transporte de Passageiros por Modo de Transporte –
Aeroporto
37. Transporte de Passageiros por Modo de Transporte –
Comboio
38. Transporte de Passageiros por Modo de Transporte –
Metro do Porto
39. Transporte de Passageiros por Modo de Transporte –
STCP
40. Extensão Rede do Metro
41. Extensão Corredores BUS
42. Interfaces de Passageiros
43. Extensão Ecopistas
44. Extensão Ruas Pedonais
45. Área Pedonal Exclusiva ou partilhada por 1000
habitantes
46. Índice de Ruas Pedonais





- | | |
|----------------------------|----------------------------|
| Rede Nacional | Artérias Locais |
| Distribuidoras Principais | Linhas de Metro do Porto |
| Distribuidoras Secundárias | Linhas de Caminho de Ferro |

Análise Sumária

O Município da Maia é dotado de duas infraestruturas Aeroportuárias

- Aeroporto Internacional Dr. Francisco Sá Carneiro;
- Aeródromo Municipal de Vilar de Luz.

Ao nível das infraestruturas ferroviárias pesadas, atualmente o concelho da Maia conta apenas, em funcionamento, com a Linha do Minho, que permite ligações do Porto a Braga ou do Porto a Guimarães, passando pela Estação de Ermesinde, no concelho de Valongo, a qual permite ligações para nascente, para a Linha de Caíde/Marco de Canaveses.

Desde a entrada em vigor do PDM verificou-se um crescimento do n.º de linhas ferroviárias ativas no concelho, designadamente pela reativação, em 2009, da linha de Leixões, com ligação do Porto de Leixões (Matosinhos) à Estação de Ermesinde (Valongo), que dispõe de um apeadeiro em Águas Santas. No entanto, a CP procedeu, novamente, à supressão deste serviço urbano, concretamente a 1 de Fevereiro de 2011.

Quanto ao sistema ferroviário ligeiro, as linhas do Metro do Porto a operar no concelho são:

- Linha B (Vermelha) - Estádio do Dragão - Póvoa do Varzim
- Linha C (Verde) - Estádio do Dragão - ISMAI
- Linha E (Violeta) - Estádio do Dragão - Aeroporto

Durante 2009 e 2010, desenvolveram-se trabalhos conducentes ao prolongamento da Linha C do Metro do Porto, desde a Estação do ISMAI até à Trofa, trabalhos que entretanto foram suspensos.

Ao nível da rede viária nacional o concelho é atravessado por:

- A3 - Porto/Valença;
- A4 - Matosinhos/Amarante;
- VRI - Aeroporto/Custóias;
- A41 - Freixieiro/Santo Tirso;
- EN 14.

Em 2015, iniciaram-se os trabalhos relativos ao alargamento do túnel de Águas Santas da A4, projeto que ainda se mantém em curso.

Rede Viária Construída

N.º 26

Tendência -

Tema

Mobilidade

Unidade Análise

N.º (metros lineares)

Descrição/Metodologia

Metros lineares de rede viária construída por tipologia de hierarquia viária.

Subtema

Infraestruturas

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Resposta

Fonte

CMM (DPTUP, DCEM)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central(...), através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio; Melhoria da Qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade (...); FA_Infraestruturas

Meta/Objetivo Município

Não definido

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	m/l
2009	3041,31
2010	1703,3
2011	905,2
2012	0
2013	0
2014	0
2015	0
2016	0

Rede Viária construída

2009

2010

2011

IP - 0

IP - 0

IP - 0

RVP - 465,97

RVP - 1519,5

RVP - 123

RVS - 2110,56

RVS - 0

RVS - 782,0

RVL - 273,78

RVL - 183,8

RVL - 0

IP - Itinerário Principal

RVP - Rede Viária Principal

RVS - Rede Viária Secundária

RVL - Rede Viária Local

Rede Viária Construída por Hierarquia de Rede



Análise Sumária

De acordo com os dados da execução dos arruamentos previstos no âmbito do PDM, nomeadamente na Planta de Ordenamento - Programação e Execução, no ano de 2009, foram construídos 3041,3 m/l de rede viária prevista, em 2010, foram construídos cerca de 1700 m/l, e em 2011 foram executados 905 metros lineares. Desde 2012 a 2014, não se registou a execução de qualquer nova infraestrutura viária, de acordo com a monitorização efetuada à rede viária prevista executar no âmbito da Planta de Ordenamento - Programação e Execução, podendo ter sido executados outros arruamentos que não os previstos na referida carta, mas que não foram reportados à data da elaboração do relatório

Numa distribuição por hierarquia de rede, de 2009 a 2011 observa-se uma extensão mais significativa de arruamentos construídos no âmbito da rede viária secundária.

Durante o período de 2012 a 2016 não foram executadas novas vias ao nível da rede viária de carácter supra municipal. Estando o concelho da Maia, de uma forma genérica, bem servido por infraestruturas da rede viária nacional, a intervenção tem-se centrado na requalificação e alargamento dessas vias (Ex.: A41, A3 e A4).

Rede Viária Conservada/Requalificada

N.º 27

Tendência -

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Mobilidade	Infraestruturas	Estado
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
N.º	Anual	CMM (DCM)
Descrição/Metodologia		
Metros lineares de rede viária conservada e/ou requalificada.		

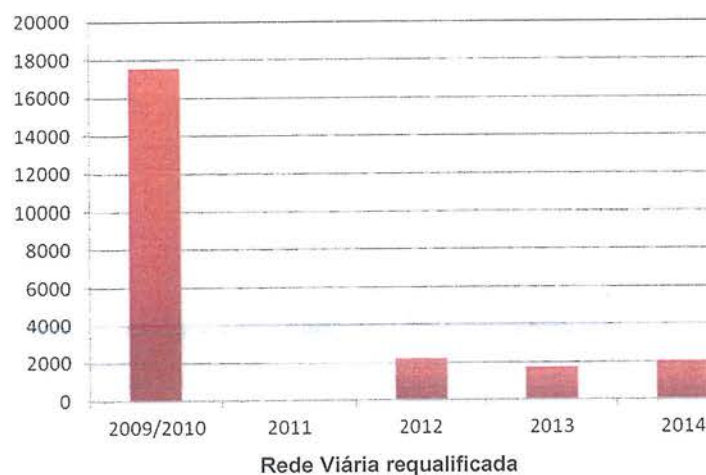
Objetivos PDM/Fator Ambiental	Meta/Objetivo Município
Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central(...), através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio; Melhoria da Qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade (...); FA_Infraestruturas	Não definido

Documentos Referência Estratégica	Metas Estratégicas
-	-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	m/l
2009/2010	17.550
2011	n.d
2012	2.175
2013	1.700
2014	2.000
2015	n.d
2016	n.d

Rede Viária requalificada



Análise Sumária

De acordo com informação prestada pelo Departamento de Construção e Manutenção, nos dois primeiros anos de vigência do PDM, 2009 e 2010, em conjunto, foram requalificados cerca de 17.550 metros lineares de rede viária municipal existente.

Relativamente a este indicador não foi disponibilizada informação quanto à rede viária requalificada em 2011, pelo que, não foi objeto de avaliação.

De acordo com informação prestada pelo Departamento de Construção e Manutenção, em 2012, a referida estrutura procedeu à requalificação de 2175 m/l de rede viária municipal, designadamente com o levantamento e reposição de cubos 11x11 e com a reparação de pavimento betuminoso, sendo que, em 2013, foram objeto de requalificação/conservação cerca de 1700 m/l de arruamentos, e em 2014 foi de 2.000 m/l.

Para 2015 e 2016 não foi prestada informação relativamente à extensão da rede viária requalificada.

Tema

Mobilidade
Unidade Análise
N.º

Subtema

Movimentos Pendulares
Periodicidade
Decenal

Modelo DPSIR

Pressão

Fonte

INE (Movimentos Pendulares e Organização do Território
Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área
Metropolitana do Porto - 1991 - 2001), Recenseamento
Geral da População de 2011

Descrição/Metodologia

O Movimento Pendular caracteriza-se pela deslocação diária, entre a residência e o local de trabalho ou estudo, efetuada pela população residente e que vivia no respetivo alojamento a maior parte do ano.

Pretende-se avaliar a evolução do n.º de entradas e saídas do concelho para trabalhar ou estudar.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio, e da implementação de modelos de atuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre a iniciativa pública e privada
FA_01 População

Meta/Objetivo Município

Não definido

Documentos Referência Estratégica

-

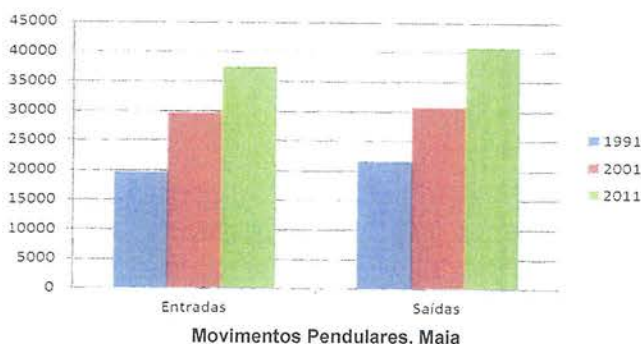
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Entradas	Saídas
1991	19.586	21.492
2001	29.513	30.578
2011	37.300	40.666

Movimentos Pendulares, Maia

**Análise Sumária**

Relativamente aos movimentos pendulares da população ativa e população estudante, verifica-se que a evolução da deslocação diária, entre a residência e o local de trabalho ou estudo, efetuada pela população em direção à Maia tem sido crescente, registando-se 19.586 entradas em 1991, 29.513 em 2001 e 37.500 em 2011.

Ao mesmo tempo, os movimentos da população que reside na Maia para ir trabalhar ou estudar noutro concelho também tem sido crescente, atingindo, atualmente, o total de 40.666 indivíduos que saem do município.

Taxa Bruta de Atração

N.º 29

Tendência**Tema**

Mobilidade

Unidade Análise

%

Subtema

Movimentos Pendulares

Periodicidade

Decenal

Modelo DPSIR

Pressão

Fonte

INE (Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto - 1991 - 2001)

Descrição/Metodologia

Relação entre o número de trabalhadores/estudantes não residentes mas que se deslocam para o concelho a fim de trabalhar/estudar e o total de indivíduos que nele trabalha/estuda (independentemente do local de residência).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio, e da implementação de modelos de atuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre a iniciativa pública e privada

FA_01 População

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica**Metas Estratégicas****Quadros/Representação Gráfica**

Ano	Taxa
1991	41,31
2001	46,44
2011	42,3


Taxa de Atração, Maia

Análise Sumária

Em 2011, era de 42,3% a percentagem de trabalhadores e estudantes de outros concelhos relativamente ao total de trabalhadores/estudantes no concelho, com um ligeiro decréscimo relativamente a 2001 (46,4%), mantendo-se ainda assim, superior ao valor registado em 1991 (41,3%).

Taxa Bruta de Repulsão

N.º 30

Tendência **Tema**

Mobilidade

Unidade Análise

%

Subtema

Movimentos Pendulares

Periodicidade

Decenal

Modelo DPSIR

Pressão

Fonte

INE (Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto - 1991 - 2001)

Descrição/Metodologia

Relação entre o número de trabalhadores/estudantes residentes que se deslocam para outro concelho a fim de trabalhar/estudar e total de indivíduos trabalhadores/estudantes que residem no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio, e da implementação de modelos de atuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre a iniciativa pública e privada

FA_01 População

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Taxa
1991	43,58
2001	47,32
2011	46,10


Taxa de Repulsão, Maia

Análise Sumária

A percentagem de trabalhadores e estudantes do concelho da Maia que, em 2011, trabalhavam ou estudavam noutro concelho era de 46,1%, ligeiramente inferior ao registado em 2011, o que, por um lado, pode demonstrar a capacidade que o município mantém em fixar a população que trabalha ou estuda residente no município, e, por outro lado, a diminuição da taxa de atividade.

Índice de Polarização de Emprego

N.º 31

Tendência **Tema**

Mobilidade

Subtema

Movimentos Pendulares

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Decenal

Fonte

INE (Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto - 1991 - 2001)

Descrição/Metodologia

Índice de polarização de empregados: quociente entre a população empregada numa determinada unidade territorial e a população aí residente e empregada.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supraconcelhio, e da implementação de modelos de atuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre a iniciativa pública e privada

FA_01 População

Meta/Objetivo Município

Superior a 1

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Índice
1991	1,00
2001	1,01
2011	1,00

Índice de Polarização, Maia

Análise Sumária

Em 2011, a percentagem de população empregada no concelho da Maia relativamente ao total de empregados residentes nesse concelho era de 1,00.

No seio da AMP, apenas os Concelhos do Porto, Trofa, São João da Madeira e Vale de Cambra conseguem garantir um índice de polarização superior a 1.

Assim, desde 1991 que o concelho da Maia consegue garantir um posto de trabalho por cada um dos seus empregados residentes.

Tema

Mobilidade

Subtema

Acidentes Rodoviários

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

www.ansr.pt

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de acidentes rodoviários com vítimas registados no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

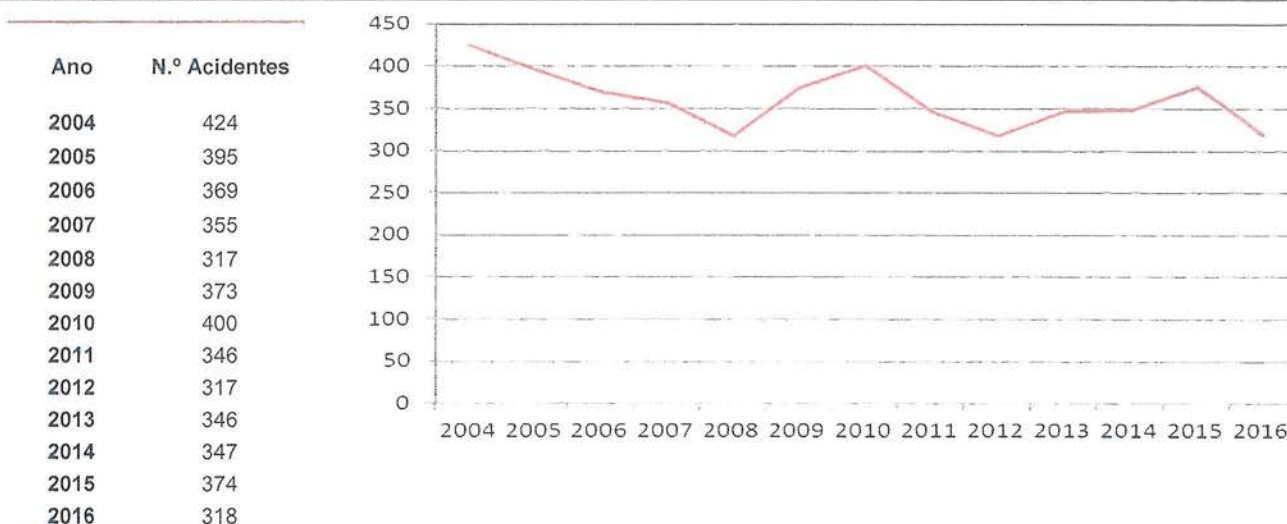
PMSR – Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária - PNSR
Plano Municipal de Segurança Rodoviária – PMSR (em fase de aprovação por parte da Câmara Municipal)

Metas Estratégicas

PNSR - Diminuir o número de mortos entre 32% e 49% nos utilizadores de ligeiros, 22% e 32% nos utilizadores de "2 rodas" e entre 15% e 32% nos peões.
PMSR – Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Quadros/Representação Gráfica

N.º de Acidentes com Vítima

Evolução N.º de Acidentes com Vítimas

Análise Sumária

Na Maia, observa-se uma tendência de diminuição dos acidentes a partir de 2004 (até 2008 registou-se um decréscimo de 25%), no entanto, em 2009 verificou-se um número superior de acidentes face a 2008 e em 2010 face a 2009, totalizando, neste último ano, 400 acidentes nos quais se registaram vítimas. A partir de 2011 retoma-se uma tendência decrescente do número de acidentes rodoviários com vítimas, atingindo, no ano de 2012, o número mais reduzido desde que se dispõe de dados. Assim, em 2012, com um total de 317 acidentes com vítimas, observa-se um decréscimo de cerca de 8,4% dos acidentes face a 2011.

Em 2013, o número de acidentes com vítimas registado foi de 346, com um acréscimo cerca de 9% relativamente a 2012, continuando a crescer em 2014, passando para 347 acidentes.

Em 2015 o número de acidentes com vítimas subiu para 374, diminuindo em 2016 com 318 acidentes viários com vítimas.

A Câmara Municipal da Maia desenvolveu, durante 2011, o Plano Municipal de Segurança Rodoviária. No documento referido, encontram-se identificados todos os acidentes rodoviários ocorridos no concelho, por tipologia de rede viária, concluindo-se pela inexistência de pontos negros na sinistralidade rodoviária.

Ainda assim, foram propostas ações chave e medidas de intervenção com vista a alcançar os objetivos propostos de redução de 20%, em 2012, e de 30%, em 2015, face aos valores de 2010, ao nível do n.º de acidentes e do n.º de vítimas.

Assim, face aos valores apurados em 2016, conclui-se que nesse ano não se conseguiu alcançar o objetivo traçado no PMSR de redução de 20% face ao valor de 2010.

N.º de Feridos em Acidentes Rodoviários

N.º 33

Tendência

Tema

Mobilidade

Subtema

Acidentes Rodoviários

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

www.ansr.pt

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de feridos (graves e ligeiros) em resultado de acidentes rodoviários registados no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária - PNSR

Plano Municipal de Segurança Rodoviária - PMSR (em fase de aprovação)

Metas Estratégicas

PNSR - Diminuir o número de mortos entre 32% e 49% nos utilizadores de ligeiros, 22% e 32% nos utilizadores de "2 rodas" e entre 15% e 32% nos peões.

PMSR - Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º feridos	
	Ligeiros	Graves
2008	252	9
2009	315	11
2010	480	10
2011	448	14
2012	384	9
2013	451	7
2014	433	6
2015	473	13
2016	397	11

N.º de Feridos em Acidentes Rodoviários**Análise Sumária**

Relativamente aos feridos, no período de 2008 a 2010, tem-se verificado igualmente uma tendência crescente, tendo quase que duplicado, sendo que a partir de 2011 a evolução é inversa com uma diminuição do número de feridos, retomando uma tendência crescente em 2013.


Em 2013, o número total de feridos em acidentes rodoviários foi de 459, dos quais apenas 7 foram graves, representando estes últimos, no entanto, neste último ano, uma menor ocorrência comparativamente com o número total de feridos graves registados nos demais anos analisados.

Em 2014, dos acidentes registados no concelho resultaram 433 feridos ligeiros e 6 feridos graves, em 2015 foram 473 feridos leves e 13 graves e em 2016 o número de feridos leves foi de 397 e de feridos graves 11.

O Plano Municipal de Segurança Rodoviária define como meta estratégia/objetivo uma redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010. Assim, verifica-se que, neste último ano, e face ao valor de 2010, uma redução de -16,7%, pelo que, a evolução do indicador ficou aquém do objetivo proposto.

N.º de Mortos em Acidentes Rodoviários

N.º 34

Tendência **Tema**

Mobilidade

Subtema

Acidentes Rodoviários

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise**Periodicidade****Fonte**

N.º

Anual

www.ansr.pt

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de mortos em resultado de acidentes rodoviários registados no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária - PNSR
Plano Municipal de Segurança Rodoviária - PMSR (em fase de aprovação)

Metas Estratégicas

PNSR - Diminuir o número de mortos entre 32% e 49% nos utilizadores de ligeiros, 22% e 32% nos utilizadores de "2 rodas" e entre 15% e 32% nos peões.

PMSR - Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Mortos
2008	1
2009	2
2010	9
2011	2
2012	9
2013	1
2014	4
2015	1
2016	4

N.º de Mortos em Acidentes Rodoviários**Análise Sumária**

Em 2016, nos acidentes rodoviários registados no concelho resultaram quatro vítimas mortais.

Este valor não tem sido constante ao longo dos anos. Em 2013 a 2015 registou-se uma diminuição significativa, passando para uma vítima mortal em cada ano. No entanto, em 2010 e 2012 foram anos em que se registou o valor mais elevado de sempre (9 vítimas mortais).

Tal como ao nível dos feridos dos acidentes rodoviários, também para este indicador o Plano Municipal de Segurança Rodoviária define como meta estratégica/objetivo uma redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Assim, e face aos valores de 2010 em que se registaram 9 mortos em acidentes de viação, verifica-se que neste último ano, com uma redução de -55% face a 2010, a evolução do indicador permitiu dar cumprimento ao objetivo proposto.

Índice de Gravidade

N.º 35

Tendência ▼

Tema

Mobilidade

Subtema

Acidentes Rodoviários

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise**Periodicidade****Fonte**

N.º

Anual

www.ansr.pt

Descrição/Metodologia

Número de mortos por 100 acidentes com vítimas registados no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária - PNSR

Plano Municipal de Segurança Rodoviária - PMSR (em fase de aprovação)

Metas Estratégicas

PNSR - Diminuir o número de mortos entre 32% e 49% nos utilizadores de ligeiros, 22% e 32% nos utilizadores de "2 rodas" e entre 15% e 32% nos peões.

PMSR - Redução de 20% em 2012 e de 30% em 2015, face aos valores de 2010.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Mortos
2008	0,9
2009	1,1
2010	2,3
2011	0,6
2012	2,8
2013	0,3
2014	1,2
2015	0,3
2016	1,3

Índice de Gravidade dos Acidentes Rodoviários**Análise Sumária**

No REOT de 2014, optou-se por incluir o indicador referente ao índice de gravidade, expresso no n.º de mortos por cada 100 acidentes com vítimas, dado a monitorização por si só do n.º absoluto de acidentes e de vítimas não ser suficiente para avaliação da gravidade dos acidentes.

Em 2014, o índice de gravidade foi de 1,2, crescendo face a 2013 (0,3, sendo o valor mais reduzido dos anos analisados). O valor mais elevado registou-se em 2012 (com um índice de 2,8).

Em 2015 o valor foi igual ao apurado para 2013 (0,3), retomando uma tendência crescente em 2016, em que se registou um índice de gravidade de 1,3.

Transporte de Passageiros por Modo de Transporte - Aeroporto

N.º 36

Tendência

**Tema**

Mobilidade

Unidade Análise

N.º/%

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de passageiros embarcados no Aeroporto Internacional Dr. Francisco Sá Carneiro

Subtema

Transportes Públicos

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Pressão

Fonte

www.ana.pt

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmção do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia (1)

Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020

Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015

Metas Estratégicas

O objetivo da Política Comum de Transportes da UE é dissociar o crescimento dos transportes do crescimento do Produto Nacional Bruto através, nomeadamente, da substituição do transporte rodoviário pela ferrovia, pelo transporte marítimo e pela maior utilização de meios de transportes públicos de passageiros.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Passageiros (n.º)	Varição (%)
2004	2.944.134	-
2005	3.108.186	5,6
2006	3.402.816	9,5
2007	3.986.515	17,2
2008	4.535.813	13,7
2009	4.508.330	-0,6
2010	5.279.362	17
2011	6.003.408	13,7
2012	6.060.094	0,9
2013	6.372.801	5,3
2014	6.930.270	8,7
2015	8.087.740	16,7
2016	9.378.127	16,0

Evolução Passageiros Aeroporto do Porto**Evolução Passageiros Aeroporto do Porto****Análise Sumária**

A evolução do n.º de passageiros do Aeroporto Internacional Dr. Francisco Sá Carneiro tem sido positiva, verificando-se uma tendência crescente, tendo, em 2010, ultrapassado o patamar dos 5 milhões de passageiros e, em 2011, o patamar dos 6 milhões de passageiros, sendo que, em 2015, com cerca de 8.087.740 passageiros transportados, e, em 2016, atingiu o objetivo dos 9 milhões de passageiros, registando 9.378.127 passageiros.

De 2014 para 2015 assistiu-se ao maior crescimento de passageiros transportados, desde 2007, com um aumento de cerca de 16,7%, aproximando-se do crescimento ocorrido no período de 2006 para 2007 (17,2%). De 2015 para 2016, o crescimento também é significativo, correspondendo a cerca de 16%.

De acordo com o Plano Estratégico 2018-2022 da ANA Aeroportos de Portugal – VINCI Airports, o aumento verificado do número total de passageiros transportados resulta da entrada em funcionamento das companhias aéreas de "low cost" no aeroporto, a partir de 2009, bem como, neste último ano, decorrente da maior utilização das aeronaves (+5 pax/mov em 2016 face a 2015).

Transporte de Passageiros por Modo de Transporte - Comboio

N.º 37

Tendência ▲

Tema

Mobilidade

Unidade Análise

N.º/%

Subtema

Transportes Públicos

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Pressão

Fonte

www.cp.pt

http://www.cp.pt/StaticFiles/CP/

Imagens/PDF/Institucional/Relatorios%20

Financieiros/2011/relatorio_gestao.pdf

(consultado a 08/02/2013)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de passageiros transportados nas linhas de caminho-de-ferro do concelho.

Os dados apresentados reportam-se à totalidade de passageiros transportados pela CP Porto, dada a inexistência de dados para a escala do território municipal.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia (1)

Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020

Metas Estratégicas

O objetivo da **Política Comum de Transportes da UE** é dissociar o crescimento dos transportes do crescimento do Produto Nacional Bruto através, nomeadamente, da substituição do transporte rodoviário pela ferrovia, pelo transporte marítimo e pela maior utilização de meios de transportes públicos de passageiros.

O **Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020** define como objetivo estratégico ter redes e serviços de transporte público em permanente adequação à dinâmica da procura e estruturados de forma a promover a cobertura supra municipal e a utilização dos modos de transporte mais adequados às características das deslocações.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Passageiros (milhões)	Evolução (%)
2008	19.969	-
2009	20.580	5,8
2010	21.136	2,7
2011	21.092	-0,2
2012	19.438	-7,8
2013	19.060	-1,9
2014	19.665	3,2
2015	20.060	2,0
2016	20.794	3,7

Procura Rede CP Porto

Análise Sumária

Relativamente ao presente indicador não se dispõe de informação que permita individualizar o transporte de passageiros nas estações de caminho-de-ferro existentes no concelho. Assim, optou-se por apresentar a evolução do número de passageiros verificado ao nível da rede da CP do Porto.

De acordo com o Relatório e Contas de 2015, disponível em www.cp.pt, foram transportados na rede da CP do Porto cerca de 20 milhões de passageiros, mantendo a tendência de crescimento que se verifica desde 2014.

Em 2016 continua-se a verificar uma tendência crescente de passageiros, com um volume de 20.794 milhões de passageiros, correspondendo a um crescimento de 3,7% face a 2015.

Salienta-se que desde 2011 até 2013 que a CP tinha vindo a perder passageiros, situação que nos três últimos anos foi inversa.

Tema

Mobilidade

Unidade Análise

N.º/%

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de passageiros das linhas do Metro do Porto do concelho.

Este indicador foi avaliado de acordo com o n.º de validações registadas de i para as estações da Metro existentes no concelho.

Subtema

Transportes Públicos

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Pressão

Fonte

www.metrodoporto.pt

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia

Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020

Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015

Metas Estratégicas

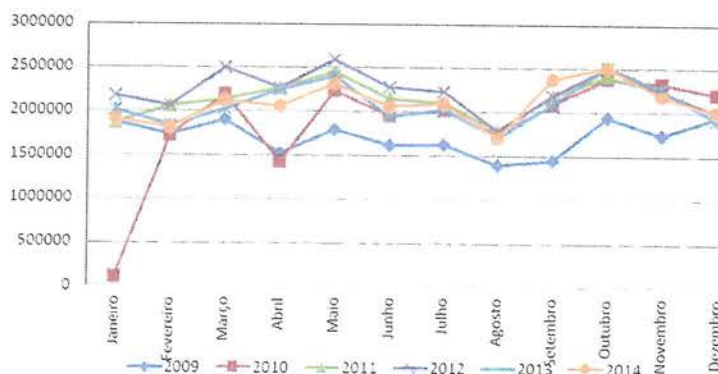
O objetivo da **Política Comum de Transportes da UE** é dissociar o crescimento dos transportes do crescimento do Produto Nacional Bruto através, nomeadamente, da substituição do transporte rodoviário pela ferrovia, pelo transporte marítimo e pela maior utilização de meios de transportes públicos de passageiros.

O **Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020** define como objetivo estratégico ter redes e serviços de transporte público em permanente adequação à dinâmica da procura e estruturados de forma a promover a cobertura supra municipal e a utilização dos modos de transporte mais adequados às características das deslocações.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Passageiros (n.º)	Variação (%)
2009	20.536.159	-
2010	22.296.905	8,6
2011	25.627.356	14,9
2012	26.797.374	4,6
2013	25.003.829	-6,7
2014	25.098.569	0,4
2015	26.070.287	3,9
2016	26.121.670	0,2

N.º Passageiros Metro do Porto



Evolução mensal n.º de Passageiros Metro do Porto

Análise Sumária

O número total de validações nas estações localizadas na Maia da rede do Metro do Porto foi de 20.536.159 validações, em 2009. Em 2016, o valor ascendia já às 26.121.670 validações.

Ao longo dos anos verifica-se sempre um crescimento do número total de validações, com exceção do período de 2013 para 2014, em que houve um decréscimo de -6,7%.

A este propósito, importa referir que a empresa Metro do Porto notou um crescimento significativo do n.º de passageiros a utilizar este modo de transporte desde a introdução do pagamento de portagens nas antigas SCUT (a 15 de Outubro de 2010) e bem ainda do constante aumento do preço dos combustíveis.

Em termos absolutos, e em todos os períodos analisados, a Linha B do Metro do Porto, SA é aquela que apresenta um maior número de passageiros, sendo seguida pela Linha C.

De um modo geral, analisada a evolução mensal do n.º de validações, nos anos em análise, não se verificam oscilações significativas da procura mensal, com exceção do mês de agosto, reflexo de este ser um mês que corresponde ao período de férias da maior parte da população.

Tema

Mobilidade

Subtema

Transportes Públicos

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º/%

Periodicidade

Anual

Fonte<http://www.stcp.pt/pdfs/RCSTCP2010v.pdf>**Descrição/Metodologia**

Evolução do n.º de passageiros das linhas da STCP do concelho

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia

Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020

Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015

Metas Estratégicas

O objetivo da **Política Comum de Transportes da UE** é dissociar o crescimento dos transportes do crescimento do Produto Nacional Bruto através, nomeadamente, da substituição do transporte rodoviário pela ferrovia, pelo transporte marítimo e pela maior utilização de meios de transportes públicos de passageiros.

O **Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020** define como objetivo estratégico ter redes e serviços de transporte público em permanente adequação à dinâmica da procura e estruturados de forma a promover a cobertura supra municipal e a utilização dos modos de transporte mais adequados às características das deslocações.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Passageiros (milhares)	Variação (%)
2007	109.102	-
2008	111.254	2,0
2009	108.243	-2,7
2010	95.906	-11,4
2011	95.407	-0,5
2012	93.399	-2,1
2013	80.035	-14,3
2014	74.043	-7,5
2015	68.700	-7,2
2016	69.400	1,0

Evolução passageiros STCP



Análise Sumária

De acordo com a informação constante do Relatório de Gestão e Sustentabilidade de 2015 da STCP, em 2015, a procura do Serviço de Transportes Coletivos do Porto registou cerca de 68 milhões de passageiros, correspondendo ao ano em análise em que o número de passageiros é mais baixo. Em 2016 foi registado um total de 69,4 milhões de passageiros.

Assim, e embora de 2014 para 2015 o número de passageiros tenha decrescido cerca de -7,2%, de 2015 para 2016 aumentou ligeiramente (1%).

Embora a empresa refira esta perda de passageiros por quatro razões: a redução da oferta, pela denúncia de acordos de exploração com dois operadores privados, o aumento das tarifas, a situação económica desfavorável na AMP e o registo de fraude na utilização do sistema de transporte, o facto de se assistir a um crescimento do número de passageiros no modo ferroviário (pesado e ligeiro) pode corresponder à transferência de utilizadores do modo rodoviário para o modo ferroviário.

No que diz respeito ao crescimento no último ano, tem-se conhecimento que a inovação colocada nos veículos de disponibilização de wi-fi gratuito levou a um crescimento da procura.

Extensão Rede Metro		N.º 40	Tendência 										
Tema Mobilidade Unidade Análise m/l Descrição/Metodologia Metros lineares da rede de Metro do Porto a operar no concelho.	Subtema Transportes Públicos Periodicidade Anual	Modelo DPSIR Estado Fonte Metro do Porto, CMM (DPTUP)											
Objetivos PDM/Fator Ambiental Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...); Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);		Meta/Objetivo Município Crescente											
Documentos Referência Estratégica Política Comum de Transportes da União Europeia Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020 Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015		Metas Estratégicas Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros (1)											
Quadros/Representação Gráfica													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Linha</th> <th>M/L</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Linha B</td> <td>4475</td> </tr> <tr> <td>Linha C</td> <td>6100</td> </tr> <tr> <td>Linha D</td> <td>2970</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>13545</td> </tr> </tbody> </table> <p>Extensão Rede Metro do Porto</p>				Linha	M/L	Linha B	4475	Linha C	6100	Linha D	2970	Total	13545
Linha	M/L												
Linha B	4475												
Linha C	6100												
Linha D	2970												
Total	13545												
Análise Sumária													
<p>A rede do Metro do Porto a operar no concelho da Maia, num total de 3 linhas, corresponde a aproximadamente 13.545 metros lineares. Neste sentido, desde 2009 até 2015 não se registou qualquer evolução relativamente à extensão da rede do metro no concelho.</p> <p>De referir que durante 2010 estavam em curso as obras de prolongamento da linha C do Metro do Porto, desde a Estação do ISMAI até à Trofa, as quais foram suspensas, àquela data, devido às restrições orçamentais definidas pelo Governo. Embora, em 2016 tenha sido objeto de publicação a Resolução de Conselho de Ministros que recomenda o início da construção da ligação do ISMAI à Trofa, no prolongamento da Linha C, até ao final de 2017, ainda se desconhece a evolução que o projeto terá.</p> <p>Ainda em 2017, a Metro do Porto, S.A. iniciou a elaboração dos projetos de canal da nova linha S do Metro de ligação do Hospital de São João ao Aeroporto, passando designadamente por Pedrouços, Águas Santas e Cidade da Maia.</p>													

Extensão Corredores Bus

N.º 41

Tendência

**Tema**

Mobilidade

Unidade Análise

m/l

Descrição/Metodologia

Metros lineares de corredores afetos exclusivamente a transportes públicos.

Subtema

Transportes Públicos

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DTT)

**Objetivos PDM/Fator Ambiental**

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

**Documentos Referência Estratégica**

Política Comum de Transportes da União Europeia

Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020

Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015

Metas Estratégicas

Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros

Quadros/Representação Gráfica

Ano	M/L
2008	115
2009	115
2010	115
2011	115
2012	115
2013	115
2014	115
2015	115
2016	115

Extensão Corredores BUS

Análise Sumária

No concelho da Maia existe apenas um pequeno eixo de via afeto exclusivamente ao transporte público rodoviário (autocarros, táxis, etc), correspondendo ao sentido poente/nascente da Praça do Doutor José Vieira de Carvalho, com uma extensão de 115 metros lineares, valor que não sofreu qualquer alteração no período em análise.

Verifica-se, assim, e por forma a promover a meta estratégica de substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros, que uma das medidas a potenciar será o reordenamento de corredores exclusivos ao transporte rodoviário público de passageiros, permitindo a estes uma circulação mais fluída.

Com efeito, verifica-se já situações de problemas de funcionamento de uma nova linha de transporte público coletivo rodoviário (Linha 6 – Maia – Lionesa), devido a situações de tráfego rodoviário excessivo em alguns troços da linha que faz com a velocidade de circulação seja reduzida e não seja possível dar cumprimento aos respetivos horários, ressaltando a importância de se criar faixas bus ou implementar medidas de gestão do tráfego que melhorem a atratividade do transporte público.

Interfaces de Passageiros

N.º 42

Tendência

**Tema**

Mobilidade

Unidade Análise

n.º

Descrição/Metodologia

N.º de interfaces de passageiros existentes no concelho.

Subtema

Transportes Públicos

Periodicidade

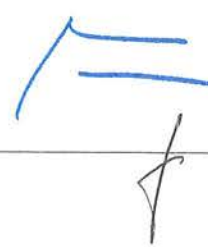
Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DTT)

**Objetivos PDM/Fator Ambiental**

Afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e sua localização geoestratégica central (...);

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida (...);

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia

Plano Estratégico dos Transportes 2008-2020

Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015

Metas Estratégicas

Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros

Quadros/Representação Gráfica

Ano	n.º
2008	14
2009	15
2010	15
2011	15
2012	15
2013	15
2014	15
2015	15
2016	15

Interfaces de Passageiros**Análise Sumária**

Em 2016, o número de interfaces de passageiros no concelho da Maia mantinha-se em 15, englobando os interfaces da Metro do Porto e da CP, registando-se um ligeiro acréscimo face aos interfaces existentes à data de elaboração do PDM, pela conclusão, de um novo interface em 2009.

Extensão das Ciclovias

N.º 43

Tendência ▲

Tema

Mobilidade

Unidade Análise

n.º/km

Descrição/Metodologia

N.º e extensão das ciclovias de lazer e urbanas existentes no concelho.

Subtema

Transportes Sustentáveis

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DTT)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia

Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana (UE)

Metas Estratégicas

Política Comum de Transportes da União Europeia define:

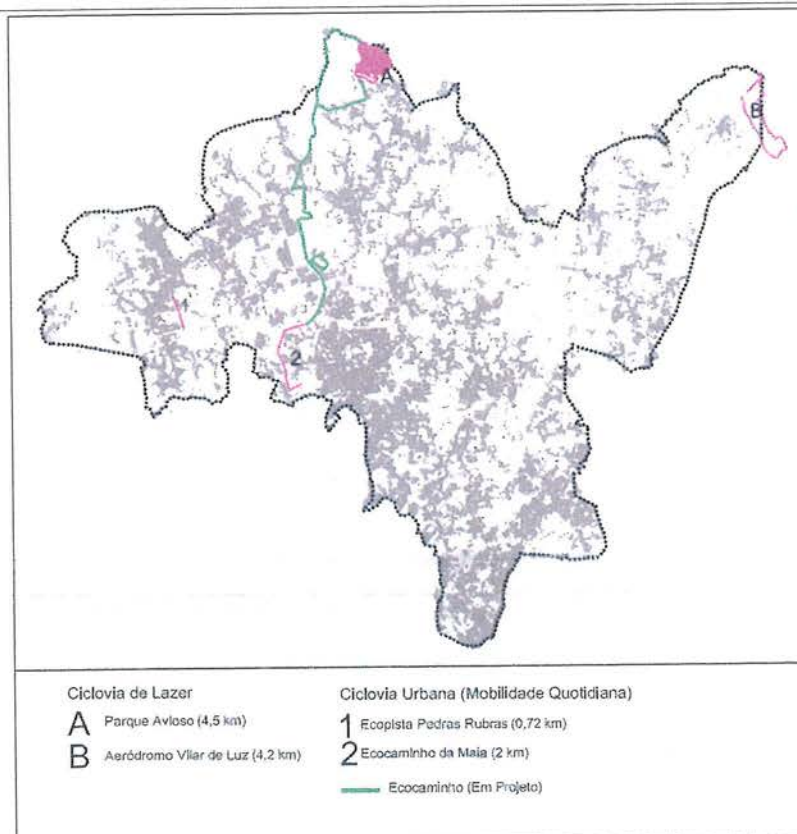
- Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros.

Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana, tem como um dos objetivos a promoção das deslocações a pé e de bicicleta.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Ciclovias	
	Lazer	Urbana
2008	8,7	0
2009	8,7	0,72
2010	8,7	0,72
2011	8,7	0,72
2012	8,7	0,72
2013	8,7	0,72
2014	8,7	2,58
2015	8,7	2,58

Extensão Ciclovais



Ciclovias de Lazer

- A Parque Avioso (4,5 km)
- B Aeródromo Vilar de Luz (4,2 km)

Ciclovias Urbanas (Mobilidade Quotidiana)

- 1 Ecopista Pedras Rubras (0,72 km)
- 2 Ecocaminho da Maia (2 km)
- Ecocaminho (Em Projeto)

Ciclovias, Maia

Análise Sumária

Em 2015, a Câmara Municipal concluiu a execução de um troço do Ecocaminho da Maia, entre a Estação da Maia e as Vias Paralelas, numa extensão de 1.860 metros/lineares. Embora inicialmente se considera-se o mesmo como um percurso ciclável de lazer, o certo é que o mesmo, estabelecendo ligação entre o centro da Cidade da Maia e o polo empresarial a nascente da Cidade da Maia, onde se localizam centro empresarial da SONAE, verifica-se que o mesmo também tem sido utilizado na mobilidade quotidiana, pelo que, se passa a considerar como Ciclovias Urbanas.

Assim, o concelho da Maia existem 2 ecopistas de lazer, correspondente à ciclovias do Parque de Avioso e à ciclovias do Aeródromo Municipal de Vilar de Luz, numa extensão total de 8,7 km.

No concelho da Maia existe um troço de ciclovias em meio urbano em Pedras Rubras, executada em 2009 no âmbito das obras de requalificação urbana e de construção do interface de Pedras Rubras do Metro do Porto, com uma extensão total de apenas 0,72 km, correspondendo a um troço isolado que não estabelece rede e complementaridades com sistemas de promoção de uma mobilidade urbana mais sustentada, acrescentando em 2015, a primeira fase do Ecocaminho, numa extensão total de 1,86 km.

Não obstante, durante 2017 desenvolveram-se trabalhos de elaboração de projetos de ciclovias no Centro da Cidade da Maia e ligação ao Castelo da Maia e em Águas Santas, bem como o prolongamento do Ecocaminho até ao Interface de Mandim, esperando-se que a curto/médio prazo esta realidade seja diferente.

Tema

Mobilidade

Subtema

Transportes Sustentáveis

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º/km

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DTT)

Descrição/Metodologia

N.º e extensão das ruas pedonais existentes no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia

Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana (UE)

Metas Estratégicas

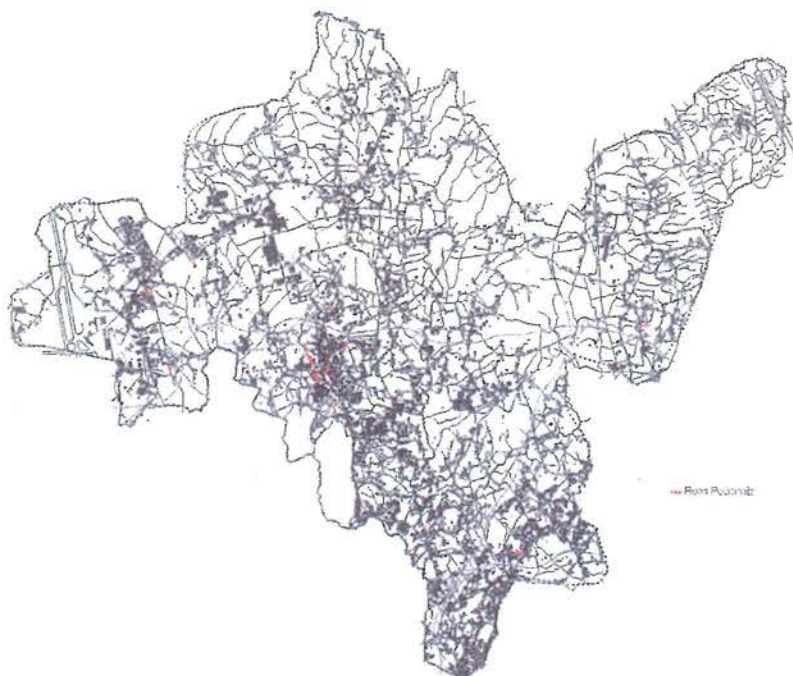
Política Comum de Transportes da União Europeia define:

- Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros.

Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana, tem como um dos objetivos a promoção das deslocações a pé e de bicicleta.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Extensão (m/l)
2001	1547
2008	1547
2009	1547
2010	1799
2011	2020
2012	2020
2013	4302
2014	4302
2015	5419
2016	5419

Extensão Ruas Pedonais

Ruas Pedonais, Maia

Análise Sumária

No concelho da Maia, em 2016, mantém-se um total de 5.419 metros lineares de ruas afetas ao uso pedonal exclusivo ou condicionado. Como já referido em anteriores relatórios, em 2016 não se tem conhecimento da construção de novas ruas de uso pedonal exclusivo ou condicionado. O crescimento verificado, em 2015, na extensão de ruas pedonais face aos anos transatos resulta de um maior conhecimento de ruas de uso pedonal exclusivo ou condicionado existentes, e que até ao momento não haviam sido consideradas na presente análise.

No âmbito do atual Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, em 2017, o município desenvolveu projetos para os principais núcleos urbanos do concelho que visam a melhoria das condições de coexistência dos modos suaves (andar a pé e de bicicleta), traduzindo-se em algumas situações num reperfilamento dos arruamentos tornando-se de uso exclusivo ou condicionado aos referidos modos.

Área Pedonal exclusiva ou partilhada (m/l)/1000hab

N.º 45

Tendência

Tema

Mobilidade

Unidade Análise

m/l/1000 habitantes

Descrição/Metodologia

Área Pedonal exclusiva ou partilhada com trânsito condicionado (m/l)/1000hab.

Indicador que traduz a densidade urbana com fortes características para promover a acessibilidade e mobilidade.

Subtema

Transportes Sustentáveis

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DTT)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Política Comum de Transportes da União Europeia

Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana (UE)

Metas Estratégicas

Política Comum de Transportes da União Europeia define:

- Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros.

Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana, tem como um dos objetivos a promoção das deslocações a pé e de bicicleta.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Extensão (m/l)	Habitantes	Área Pedonal por mil Hab.
2001	1547	120111	12,88
2008	1547	140859	10,98
2009	1799	143371	12,55
2010	1799	145791	12,34
2011	2020	135306	14,93
2012	2020	135306	14,93
2013	4302	135306	31,79
2014	4302	135306	31,79
2015	5419	135306	40,05
2016	5419	135306	40,05


Extensão Ruas Pedonais

Análise Sumária

Em 2016, no concelho da Maia, continua a registar-se a existência de 401,05 metros lineares de ruas pedonais ou de acesso condicionado por cada mil habitantes, de acordo com os dados da população residente dos censos de 2011, com uma evolução positiva face aos anos transatos.

Índice de Ruas Pedonais

N.º 46

Tendência **Tema**

Mobilidade

Subtema

Transportes Sustentáveis

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise**Periodicidade**

Anual

Fonte


CMM (DTT)

Descrição/Metodologia

Corresponde ao quociente entre a extensão de ruas exclusivas ao tráfego de peões ou de acesso condicionado (metros lineares) e a área urbana total do concelho, de acordo com o perímetro urbano delimitado no PDM em vigor.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de Transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria da qualidade de vida pela redução do ruído ambiente exterior.

Meta/Objetivo MunicípioCrescente **Documentos Referência Estratégica**

Política Comum de Transportes da União Europeia
Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana (UE)

Metas Estratégicas

Política Comum de Transportes da União Europeia define:

- Substituição do transporte rodoviário individual pelos meios de transporte público de passageiros.

Livro Verde – Por uma nova cultura de mobilidade urbana, tem como um dos objetivos a promoção das deslocações a pé e de bicicleta.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Extensão (m/l)	Área Urbana* (ha)	Índice Ruas Pedonais
2008	1547	5510,3	0,28
2009	1547	4796,3	0,32
2010	1799	4796,3	0,38
2011	2020	4796,3	0,42
2012	2020	4796,3	0,42
2013	4302	4762,7	0,90
2014	4302	4762,7	0,90
2015	5419	4762,7	1,14
2016	5419	4762,7	1,14

* - Solo Urbano delimitado PDM em vigor à data

Índice de Ruas Pedonais

Análise Sumária

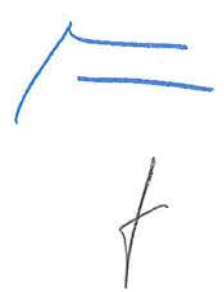
Em 2015, fruto de uma maior extensão de área pedonal registada, observa-se agora um valor de 1,14 metros lineares de ruas pedonais por área urbana do concelho, valor que se mantém em 2016.

Como já referido, a partir de 2015, há um crescimento face aos anos anteriores fruto do aumento do levantamento de ruas pedonais existentes no concelho.

POVOAMENTO



47. Alojamentos
48. Taxa Crescimento Alojamentos
49. Densidade Habitacional
50. Habitantes por Alojamento
51. Edifícios
52. Taxa Crescimento Edifícios
53. N.º médio alojamentos por edifício
54. Fogos Habitação Social
55. N.º Pedidos Habitação Social
56. N.º fogos habitação social atribuídos
57. Processos operações urbanísticas por categoria solo
58. Processos operações urbanísticas em UOPG*
59. Processos de renovação, requalificação ou reabilitação urbana*
60. N.º de fogos construídos
61. Percentagem de novos fogos construídos em solo rural
62. Área de solo impermeabilizada*
63. Pedidos de Inutilização Solo Agrícola
64. Intervenções em RAN
65. Pedidos de intervenção em REN
66. Intervenções em REN
67. Licenciamento de novas unidades industriais em áreas de indústria e armazenagem*
68. Unidades Industriais Deficientemente Localizadas Território
69. Deslocalização de Unidades Industriais Deficientemente Localizadas**
70. Taxa Ocupação Solo em Solo Urbano*
71. Taxa ocupação Solo em Solo Urbanizável*
72. Planos de Pormenor em vigor
73. Planos de Pormenor em elaboração
74. Unidades de Execução em Elaboração
75. Estudos Urbanísticos de Referência elaborados
76. Imóveis classificados e em vias de classificação
77. Medidas de Valorização e Proteção Patrimonial – Património Edificado
78. Património Edificado – Operações Urbanísticas
79. Património Edificado – Turismo Rural*
80. Prospeções em áreas de Património Arqueológico
81. Medidas de Valorização e Proteção Patrimonial – Arqueológico
82. N.º de Estabelecimentos de Saúde Primários
83. N.º de Utentes
84. N.º de médicos de medicina geral e familiar
85. N.º de médicos por 1000 habitantes
86. N.º de enfermeiros
87. N.º de enfermeiros por 1000 habitantes
88. N.º de Estabelecimentos de Ensino
89. N.º de alunos nos estabelecimentos de ensino

- 
90. Taxa de Ocupação dos estabelecimentos de ensino
 91. Taxa de Pré-escolarização
 92. Taxa de Escolarização do Ensino Básico e Secundário
 93. Equipamentos Sociais por valência
 94. Utentes Equipamentos Sociais por valência
 95. Capacidade Máxima Equipamentos Sociais por valência
 96. Taxa de utilização dos Equipamentos Sociais por valência
 97. Taxa de cobertura dos Equipamentos Sociais por valência
 98. N.º de Instalações Desportivas
 99. Superfície Desportiva Útil
 100. Área Desportiva Útil por Habitante
 101. N.º de Parques Infantis
 102. Área dos parques Infantis
 103. Rácio Habitante por Parque Infantil
 104. N.º de Ginásios ao Ar Livre
 105. N.º de Equipamentos Culturais
 106. N.º de Equipamentos de Segurança e Proteção Civil

* - a aguardar a apresentação de dados por parte da Divisão de Gestão Urbana que permita alimentar estes indicadores. Embora apareça a referência aos indicadores, os mesmos não são apresentados nas fichas seguintes devido à indisponibilidade de informação.

** - Não se definiu ainda procedimento de recolha de informação para o presente indicador.

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º/%%

Subtema

Construção e Habitação

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Recenseamentos e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

N.º de alojamentos/ fogos existentes no concelho e por freguesia (este último sempre que a informação estiver disponível).

De acordo com o conceito do INE, os alojamentos são o local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

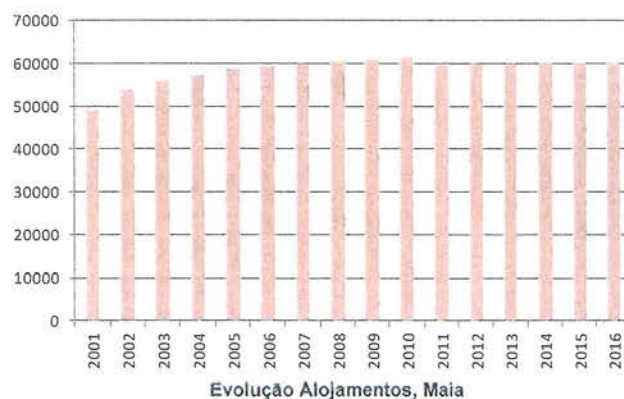
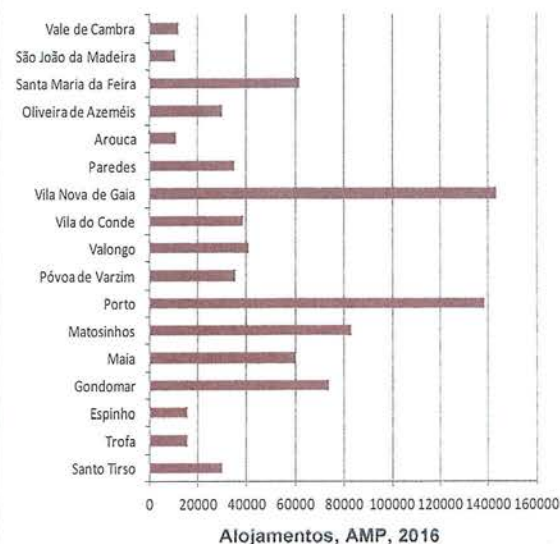
Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Freguesia	2001	2011
Águas Santas	10.441	12.176
Folgosa	1.297	1.540
Milheirós	1.636	1.992
Moreira	4.369	5.830
São Pedro Fins	642	728
Vila Nova da Telha	2.122	2.581
Pedrouços	5.288	6.208
Castêlo da Maia	6.015	7.755
Cidade da Maia	14.392	17.474
Nogueira e Silva Escura	2.576	3.383
Total	48.778	59.667

Alojamentos Maia, por freguesia

Análise Sumária

Em 2011, a AMP contava com um total de 827.864 alojamentos, dos quais cerca de 7,2% estavam localizados no concelho da Maia, sendo o 5.º concelho com o maior número absoluto de alojamentos. Na AMP o número de alojamentos é claramente superior nos municípios de Vila Nova de Gaia e Porto.

Assim, em 2011, a Maia contava já com 59.667 alojamentos, com um crescimento de mais de 10.000 face ao resultado de 2001.

Numa análise à escala da freguesia, a Cidade da Maia destaca-se como a freguesia que apresenta um n.º de alojamentos claramente superior, sendo seguida por Águas Santas. Pelo contrário, S. P. Fins é a freguesia com menor n.º de alojamentos, não ultrapassando os 1.000 alojamentos, dado tratar-se de freguesia com características mais rurais e menos povoada.

De acordo com as estimativas do INE, em 2016 registavam-se 60.151 alojamentos na Maia, valor ligeiramente superior ao registado em 2011 (0,8%), continuando a representar cerca de 7% dos alojamentos existentes na AMP.

Taxa Crescimento Alojamentos

N.º 48

Tendência

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º/%

Subtema

Construção e Habitação

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Recenseamentos de 2001 e 2011 e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

Variação do número de alojamentos verificada numa determinada unidade territorial e ocorrida num determinado período de tempo.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

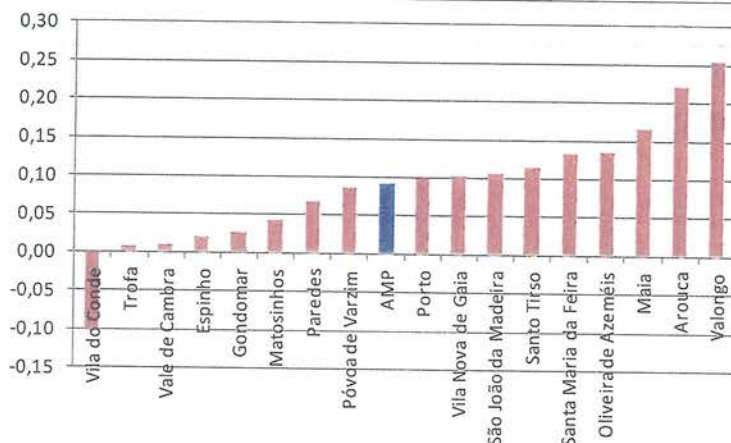
Meta/Objetivo Município

Superior média do Grande Porto

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica



Taxa Crescimento Alojamentos, AMP (2014-2016)



Taxa Crescimento Alojamentos, Maia (2001-2011)

Análise Sumária

De acordo com os dados definitivos dos Censos de 2011, a Maia contava com 59.667 alojamentos, registando um crescimento de aproximadamente 22%, quando comparado com os alojamentos existentes em 2001 (48.778).

Neste período o crescimento do n.º de alojamentos no concelho foi superior à média da AMP (15,4%), mantendo a Maia a característica de ser o concelho da AMP com a maior taxa de crescimento.

A variação do número de alojamentos no espaço infra concelhio apresenta disparidades curiosas. Moreira e Nogueira e Silva Escura foram as freguesias que apresentaram o maior crescimento de alojamentos, no período de 2001 a 2011, ambas com um crescimento superior a 30%.

De salientar também o crescimento do número de alojamentos na freguesia do Castêlo da Maia, fruto do crescimento demográfico verificado no mesmo período, associado a crescente pressão urbanística, justificada quer pelo núcleo urbano do Castêlo da Maia, quer ainda pela existência de equipamentos estruturantes no panorama supraconcelhio, como é o caso do ISMAI – Instituto Superior da Maia e de infraestruturas de transporte de importância no contexto das deslocações metropolitanas como a Linha C da Metro do Porto.

Por outro lado, São Pedro de Fins apresenta-se como a freguesia cuja evolução do número de alojamentos não foi tão significativa, ainda assim registou um crescimento positivo superior a 10%.

De acordo com as estimativas do número de alojamentos para 2016, face a 2015, registou-se uma evolução de 0,16% dos alojamentos, sendo que a média da AMP foi de 0,09%. Neste período, Vila do Conde registou um decréscimo do número de alojamentos, enquanto Arouca e Valongo, com valores iguais ou superiores a 0,2%, tiveram o crescimento mais significativo.

Tema

Povoamento

Unidade Análisen.º/km²**Subtema**

Construção e Habitação

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Recenseamentos de 2001 e 2011 e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

A densidade habitacional é o quociente entre o número de fogos existentes ou previstos para uma dada porção do território e a área do solo a que respeita (conceito do Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio).

A densidade habitacional é expressa em fogos por hectare ou fogos por quilómetro quadrado. Neste documento optou-se por expressar a densidade habitacional em termos de fogos por km² por analogia com a medida utilizada noutros indicadores (p.e: habitantes/km²).

Indicador de avaliação decenal (por freguesia), com estimativas anuais (por concelho).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

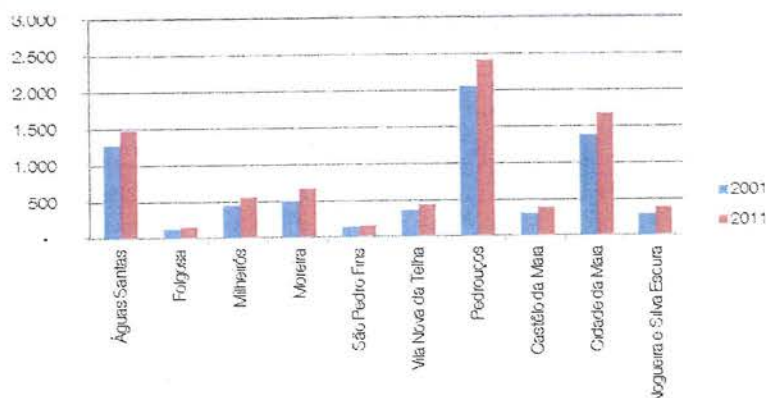
Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Aumento nas freguesias urbanas e estabilização nas freguesias rurais

Documentos Referência Estratégica**Metas Estratégicas****Quadros/Representação Gráfica**

Município	Densidade Habitacional				
	2012	2013	2014	2015	2016
Santo Tirso	218,9	219,4	219,7	220,0	220,2
Trofa	218,0	218,7	219,2	219,4	219,4
Espinho	751,2	751,8	753,4	754,1	754,3
Gondomar	559,9	560,6	560,9	561,1	561,2
Maia	722,1	722,7	723,4	723,6	724,8
Matosinhos	1320,9	1323,4	1324,6	1324,9	1325,5
Porto	3326,6	3332,2	3336,7	3337,2	3340,6
Póvoa de Varzim	429,3	430,9	431,9	432,7	433,1
Valongo	540,0	540,9	541,2	541,7	543,0
Vila do Conde	255,9	256,4	257,8	258,6	258,3
Vila Nova de Gaia	846,6	848,9	849,3	849,7	850,6
Paredes	220,8	221,3	221,9	222,7	222,8
Arouca	32,9	33,0	33,1	33,2	33,2
Santa Maria da Feira	187,1	187,5	187,6	187,7	188,0
Oliveira de Azeméis	282,2	283,4	284,1	284,7	285,0
São João da Madeira	1321,0	1321,7	1324,7	1325,1	1326,4
Vale de Cambra	80,9	81,0	81,0	81,1	81,1
AMP	407,1	407,9	408,5	408,9	409,2

Densidade Habitacional, AMP**Densidade Habitacional, Maia, por Freguesia****Análise Sumária**

Na Maia, em 2001, a densidade habitacional era de 587 fogos/km², passando, em 2011, a ser de 719 fogos por km². Em ambos os períodos verifica-se uma densidade superior à média da AMP, à semelhança dos concelhos que compõem a primeira coroa periférica da Cidade do Porto.

Numa análise pelas unidades territoriais que constituem o concelho da Maia, em 2011, verificava-se que a freguesia da Cidade da Maia destaca-se com o rácio mais elevado de alojamentos por km², por se tratar do núcleo urbano sede do concelho, seguindo-se as freguesias de Pedrouços e Águas Santas, estas últimas reflexo da forte influência da conurbação do Porto.

As freguesias de Folgosa e São Pedro Fins registam os menores valores de densidade habitacional, dado tratar-se de áreas com uma maior extensão territorial e com uma menor carga urbana.

A meta definida para o presente indicador foi a de obter uma densidade habitacional crescente nas freguesias urbanas e, por outro lado, uma estabilização nas freguesias rurais do concelho. Face à evolução do presente indicador no período compreendido entre 2001 e 2011, o objetivo está a ser cumprido, uma vez que se verificou uma evolução positiva nas freguesias urbanas em detrimento das freguesias rurais.

Em 2016, a Maia apresentava uma densidade habitacional de 724,8 alojamentos por km², mantendo-se acima da média da AMP, continuando o Porto a destacar-se com a densidade habitacional mais elevada, ultrapassando os 3000 alojamentos por km². Os concelhos mais distantes do Porto e de características mais rurais apresentam uma reduzida densidade de alojamentos (Arouca, Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis).

Habitantes por Alojamento

N.º 50

Tendência -

Tema

Povoamento
Unidade Análise
hab./alojamento

Subtema

Construção e Habitação
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Recenseamentos de 2001 e 2011 e Estatísticas
Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

Número médio de habitantes por cada unidade de alojamento.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Não definida.

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

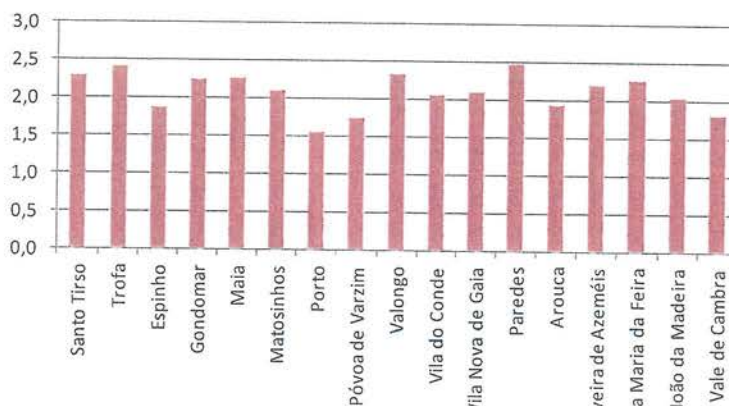
Quadros/Representação Gráfica

Ano	Hab./Fogo
2001	2,5
2002	2,3
2003	2,3
2004	2,3
2005	2,3
2006	2,3
2007	2,3
2008	2,3
2009	2,4
2010	2,4
2011	2,3
2012	2,3
2013	2,3
2014	2,3
2015	2,3
2016	2,3

Freguesia	Habitantes/Fogo	
	2001	2011
Águas Santas	2,42	2,26
Folgosa	2,78	2,41
Milheirós	2,59	2,44
Moreira	2,35	2,21
São Pedro Fins	2,86	2,52
Vila Nova da Telha	2,53	2,28
Pedrouços	2,24	1,96
Castêlo da Maia	2,57	2,37
Cidade da Maia	2,48	2,30
Nogueira e Silva Escura	2,56	2,36
Total	2,46	2,27

Habitantes/Fogo, Freguesia

Evolução Habitantes/fogo, Maia



Habitantes por Fogo, AMP, 2016

Análise Sumária

Em 2001, o número médio de habitantes por fogo na Maia era de 2,5, decrescendo até 2011, passando para 2,3 hab./fogo, mantendo-se o mesmo valor nos anos seguintes.

As freguesias do concelho com menor densidade populacional e habitacional (Folgosa e São Pedro Fins), apresentam o maior n.º de habitantes por fogo, traduzindo a existência de um número mais significativo de alojamentos unifamiliares e de agregados familiares de maior dimensão, destacando-se neste indicador também a freguesia de Milheirós.

O menor n.º de habitantes por fogo regista-se na freguesia de Pedrouços, apenas 1,96.

A AMP apresentava, em 2016, uma média de 2,06 habitantes/fogo, pelo que, a Maia apresenta um número de habitantes por alojamento superior à média da unidade territorial de ordem superior.

Em 2016, Paredes, com um rácio de 2,5 habitantes por alojamento, apresenta o valor mais elevado de todos os concelhos da AMP. Por outro lado, é o concelho do Porto que regista o menor rácio de população residente por alojamento (1,5 habitantes por fogo).

Edifícios

N.º 51

Tendência ▲

Tema
Povoamento
Unidade Análise
n.º/%

Subtema
Construção e Habitação
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Recenseamentos de 2001 e 2011 e Estatísticas
Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

N.º de edifícios existentes por freguesia (avaliação decenal, anualmente apenas por concelho).

Um edifício é uma construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins (conceito do Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

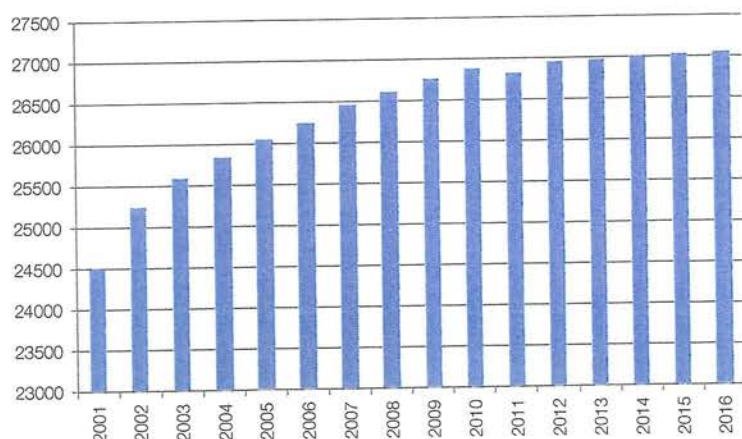
Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

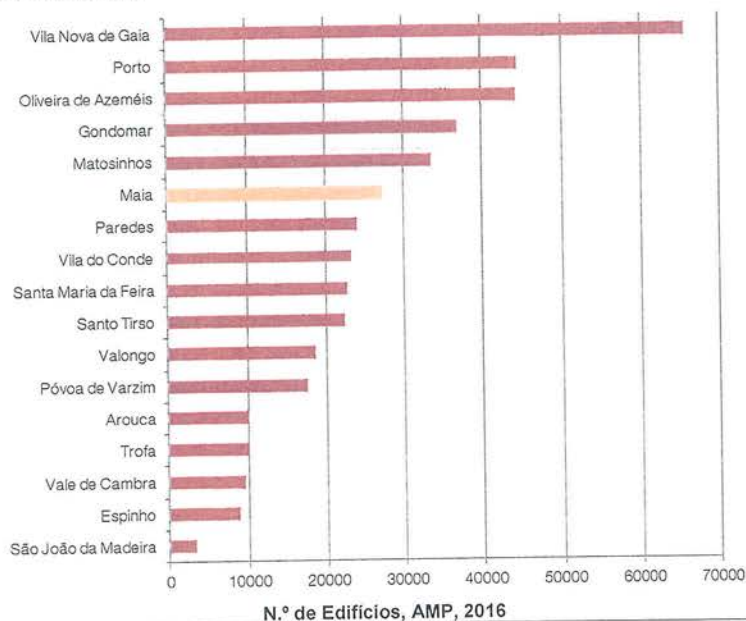
Quadros/Representação Gráfica



Freguesia	2001	2011
Águas Santas	4.186	4.495
Folgosa	1.012	1.313
Milheirós	1.209	1.263
Moreira	2.282	2.459
São Pedro Fins	445	555
Vila Nova da Telha	1.642	1.762
Pedrouços	2.670	2.588
Castêlo da Maia	3.770	4.198
Cidade da Maia	5.699	6.215
Nogueira e Silva Escura	1.585	1.964
Total	24.500	26.812

Evolução dos Edifícios, Maia

N.º de Edifícios, por freguesia



Análise Sumária

De acordo com os dados definitivos do Recenseamento de 2001, o concelho da Maia registava nesse ano um total de 24.500 edifícios. As estimativas das obras concluídas entre 2002 e até 2010 apontavam para um crescimento exponencial do número de edifícios. Os dados definitivos do recenseamento de 2011 apontam para a existência de um total de 26.812 edifícios, valor superior ao registado em 2001.

As freguesias da Cidade da Maia, Águas Santas e Castêlo da Maia concentram mais edifícios, respetivamente com 6.215, 4.495 e 4.198 edifícios. Numa situação inversa São Pedro de Fins possui o menor número de edifícios.

De 2012 a 2016 mantém-se a tendência crescente do n.º de edifícios, sendo de 27.055, no último ano referido, correspondendo a cerca de 6,4% do total de edifícios da AMP, sendo o sexto concelho da área metropolitana que mais contribui para o n.º de edifícios (situação análoga à verificada para o número total de alojamentos). Vila Nova de Gaia, por si só, representa 15,5% dos edifícios existentes na AMP. No sentido oposto, são os Concelhos de São João da Madeira e de Espinho, os que apresentam um menor quantitativo de edifícios.

Taxa de Crescimento de Edifícios

N.º 52

Tendência

Tema

Povoamento

Unidade Análise

%

Subtema

Construção e Habitação

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Recenseamentos de 2001 e 2011 e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

Variação ocorrida nos edifícios verificada num determinado território e período.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Superior média do Grande Porto

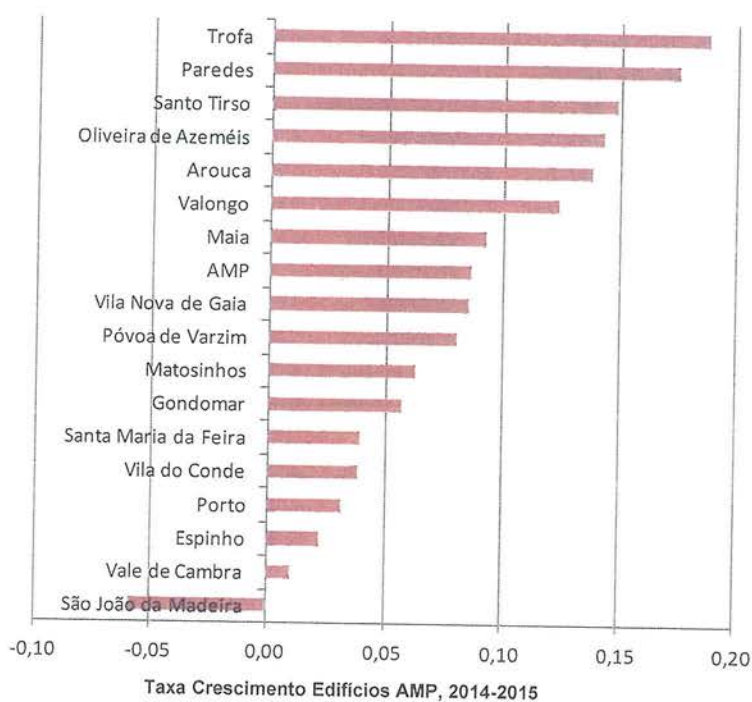
Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica



Freguesia	2001-2011
Águas Santas	7,38
Folgosa	29,74
Milheirós	4,47
Moreira	7,76
São Pedro Fins	24,72
Vila Nova da Telha	7,31
Pedrouços	-3,07
Castêlo da Maia	11,35
Cidade da Maia	9,05
Nogueira e Silva Escura	23,91
Maia	9,44

Taxa Crescimento Edifícios Maia, 2001-2011

Análise Sumária

Entre 1991 e 2001, a Maia registou um crescimento do número de edifícios de 24,4%, mais do dobro do registado na média dos concelhos da AMP.

No período compreendido entre 2001 e 2011, a Maia, com um crescimento do número de edifícios de 9,4%, mantém um valor superior à média da AMP (6,31%).

No que diz respeito ao crescimento dos edifícios por freguesia, entre 2001 e 2011, verifica-se que a evolução do n.º de edifícios não acompanha diretamente a evolução já apresentada relativamente ao crescimento dos alojamentos. Pedrouços foi a única freguesia do concelho a registar uma evolução negativa do número de alojamentos, com menos 3%.

Desde então a Maia tem tido uma taxa de crescimento positiva, sendo que, no período de 2015 para 2016 a Maia teve um crescimento de 0,09% do número de edifícios, sendo igual à média da AMP. No entanto, mantém-se, a par com Valongo, como o concelho da primeira coroa periférica ao concelho do Porto com o maior crescimento do número de edifícios.

Trofa e Paredes foram os concelhos com um crescimento mais significativo, sendo que, São João da Madeira teve um decréscimo.

N.º médio de alojamentos por edifício

N.º 53

Tendência -

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Subtema

Construção e Habitação

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Recenseamentos de 2001 e 2011 e Estatísticas Obras Concluídas)

Descrição/Metodologia

N.º médio de alojamentos por edifício.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

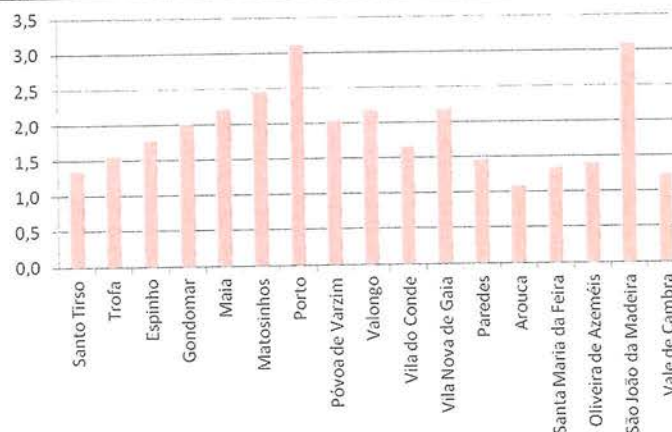
Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Alojamentos por Edifício, AMP, 2016

Ano	Aloj./Edifício
2001	2,0
2002	2,1
2003	2,2
2004	2,2
2005	2,2
2006	2,3
2007	2,3
2008	2,3
2009	2,3
2010	2,3
2011	2,2
2012	2,2
2013	2,2
2014	2,2
2015	2,2
2016	2,2

Alojamentos por Edifício, Maia

Freguesia	2001	2011
Águas Santas	2,5	2,7
Folgosa	1,3	1,2
Milheirós	1,4	1,6
Moreira	1,9	2,4
São Pedro Fins	1,4	1,3
Vila Nova da Telha	1,3	1,5
Pedrouços	2,0	2,4
Castêlo da Maia	1,6	1,8
Cidade da Maia	2,5	2,8
Nogueira e Silva Escura	1,6	1,7
Total	2,0	2,2

Alojamentos por Edifício por freguesias, Maia

Análise Sumária

A Maia apresentava, em 2016, uma média de 2,2 alojamentos por edifício, valor igual ao registado a partir de 2011, mas superior ao de 2001, que foi de 2,0, o que traduz um aumento da construção de edifícios de carácter multifamiliar, entre 2001 e 2011, e uma estagnação deste tipo de construção, fruto da recessão económica, prevalecendo a partir de 2011 a construção de edifícios unifamiliares.

Em 2016, na AMP mantém-se os concelhos do Porto e de São João da Madeira com uma média de alojamentos por edifício mais elevada. Arouca é o que regista o menor volume de alojamentos por edifício.

Numa distribuição por freguesia, em 2011, era na freguesia da Cidade da Maia que a média de alojamentos por edifício era superior, seguindo-se as de Águas Santas e Pedrouços, o que reflete a maior pressão urbanística destes territórios. Tal facto traduz-se numa maior densificação destes territórios, contribuindo para atingir um dos objetivos do modelo territorial do PDM de Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a Cidade da Maia como principal centro urbano do Concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem, crescentemente polarizados.

Fogos Habitação Social

N.º 54

Tendência -

Tema

Povoamento
Unidade Análise
n.º

Subtema

Construção e Habitação
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Resposta

Fonte

CMM (DEASJ, Espaço Municipal, E.M.)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º total de fogos destinados a habitação social no concelho

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Não definida

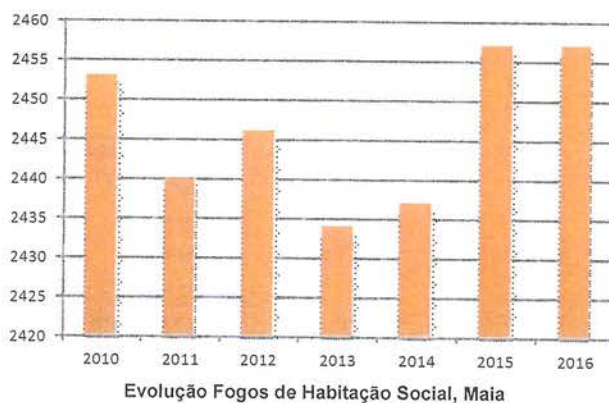
Documentos Referência Estratégica

Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não-discriminação 2014 -2017 (Resolução Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro)

Metas Estratégicas**Quadros/Representação Gráfica**

Ano	N.º Fogos
2010	2.453
2011	2.440
2012	2.446
2013	2.434
2014	2.437
2015	2.457
2016	2.457

Fogos de Habitação Social, Maia

**Análise Sumária**

De acordo com dados disponibilizados pela Divisão de Ação Social da Câmara Municipal, em 2011, no concelho da Maia, existia um total de 2.440 fogos destinados a habitação social, verificando-se um ligeiro decréscimo relativamente aos dados apurados para o ano de 2010 (2.453 fogos).

Em 2012, e de acordo com os dados prestados pela Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.E.M., os fogos de habitação social eram 2.446, valor superior ao registado em 2011, correspondendo ao investimento realizado pela Autarquia em 2012 na construção de novos espaços destinados a habitação social no concelho.

Já em 2013, o número total de fogos de habitação social correspondia a 2.434, sendo que a redução do n.º total de fogos é fruto da demolição de blocos de habitação social do Bairro do Sobreiro devolutos. Também, em 2013, a Espaço Municipal levou a cabo obras de reabilitação de blocos do já referido Bairro do Sobreiro, melhorando as condições de habitabilidade.

No que se refere a 2014, o número total de fogos de habitação disponíveis aumentou ligeiramente, passando a 2.437 fogos.

Em 2015 e 2016 existiam 2.457 fogos destinados a habitação social no município.

N.º de Pedidos Habitação Social

N.º 55

Tendência

Tema

Povoamento

Subtema

Construção e Habitação

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Espaço Municipal, EM, DEASJ)

Descrição/Metodologia

Evolução do número de pedidos de atribuição de fogos destinados a habitação social.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não-discriminação 2014 -2017 (Resolução Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro)

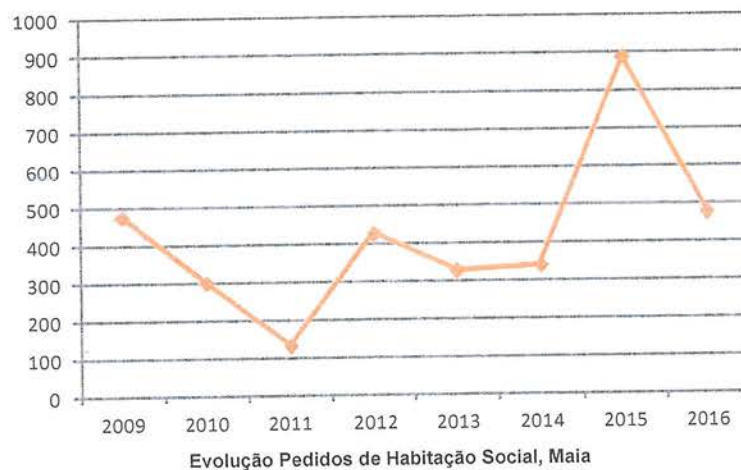
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Pedidos
2009	476
2010	301
2011	132
2012	428
2013	328
2014	341
2015	889
2016	478

Pedidos de Habitação Social, Maia

**Análise Sumária**

Em 2009 deram entrada na Câmara Municipal - Espaço Municipal um total de 476 pedidos para atribuição de habitação social. Em 2010 decresceu o n.º de pedidos para 301, e, em 2011, a informação cedida pela Divisão de Ação Social, aponta para um total de 132 pedidos de habitação social.

Já em 2012, com um total de 428 pedidos, observa-se uma tendência crescente de solicitações para atribuição de habitação social, aproximando-se dos valores registados em 2009.

No que diz respeito a 2013, o número total de pedidos de atribuição de fogos de habitação social foi de 328, decrescendo face a 2012.

Não obstante, em 2014 e 2015, retoma-se uma evolução crescente, com o número de pedidos para a atribuição de habitação social a passar para 341 e 889, respetivamente.

Já em 2016 o número de pedidos decresceu para 478, mesmo assim mantendo-se superior ao registado nos anos de 2010 a 2014.

N.º de Fogos de Habitação Social Atribuídos

N.º 56

Tendência -

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Subtema

Construção e Habitação

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Resposta

Fonte

CMM (DEASJ, Espaço Municipal, EM)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º total de fogos destinados a habitação social no concelho atribuídos/ocupados.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não-discriminação 2014 -2017 (Resolução Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro)

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Fogos
-----	-----------

2010	2.379
------	-------

2011	59*
------	-----

2012	96*
------	-----

2013	46*
------	-----

2014	58*
------	-----

2015	90*
------	-----

2016	52*
------	-----

* Corresponde a fogos atribuídos apenas no respetivo ano.

Fogos de Habitação Social Atribuídos, Maia

Análise Sumária

Em 2010, do total de 2.453 fogos destinados a habitação social existentes, estavam atribuídos 2.379 fogos, correspondendo a diferença a fogos para os quais se previa a demolição a curto prazo ou a fogos que estavam a ser sujeitos a obras de reparação/reabilitação para efeitos de atribuição.

De acordo com a informação prestada pela Divisão de Ação Social, durante 2011 foram atribuídos um total de 59 fogos para habitação social.

O total de fogos de habitação social atribuídos no ano de 2012 foi de 96, superior ao registado no ano transato, o que pode ser reflexo da resposta prestada pela Câmara Municipal ao crescimento verificado ao nível do número de pedidos de habitação social.

Já em 2013 e 2014, o número de fogos atribuídos foi de 46 e 58, respetivamente, registando-se também uma diminuição relativamente ao ano de 2012.

Em 2015, o número de fogos atribuídos foi claramente superior (90), que poderá ser resultado do aumento significativo nesse ano do número de pedidos.

No ano de 2016 foram atribuídos mais 52 fogos de habitação social.

Processos de Operações Urbanísticas por categoria de Solo

N.º 57

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º/%

Descrição/Metodologia

Evolução do número de alvarás de licença por categoria de solo rural e urbano definido no Plano Diretor Municipal em Vigor.

Subtema

Evolução Urbanística

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DGU)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

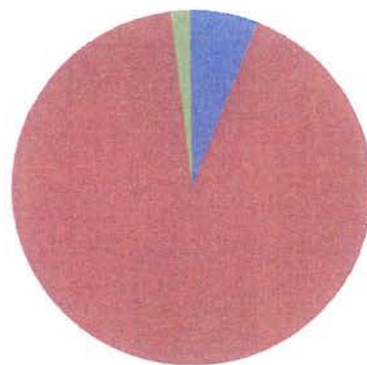
Meta/Objetivo Município

Cumprimento objetivos modelo territorial do PDM

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica



■ Rural ■ Urbano ■ Urbano/Rural

Alvarás de Licença por Classificação do Solo

Classificação	Qualificação do Solo	N.º	%
Rural	Áreas Agrícolas Fundamentais	5	4,27
	Áreas Agrícolas Complementares	1	0,85
	Aglomerado Rural	2	1,71
	Áreas Florestais de Proteção	1	0,85
Urbano	Área de Habitação Unifamiliar HU2	72	61,54
	Área de Habitação Coletiva - HC1	7	5,98
	Área de Habitação Coletiva - HC2	6	5,13
	Área de Habitação Coletiva Consolidada	4	3,42
	Áreas Centrais	3	2,56
	Áreas de Indústria e Armazenagem	13	11,11
	Áreas de Atividades Terciárias	1	0,85
PP Pícu	Construções previstas com alvará de loteamento	1	0,85
	Edifícios Habitacionais (Construção a Demolir)	1	0,85
Total		117	100,00

Alvarás de Licença por Qualificação do Solo

Análise Sumária

Em 2016 emitiram-se 114 licenças, em que ao nível da distribuição das licenças de construção por classificação do solo observa-se um claro predomínio das que se localizam nas categorias de solo urbano (105 emitidas, o que representa 92,1%).

As licenças emitidas em solo rural integram parcelas cuja qualificação do solo corresponde a área agrícola fundamental, a área agrícola complementar, aglomerados rurais e a área florestal de produção.

No que diz respeito ao solo urbano, as licenças são preponderantes nas áreas classificadas como área de habitação unifamiliar HU2, com 72 casos, que representam 61,5% do total de licenças, seguindo-se os casos inseridos em áreas de indústria e armazenagem (11,1).

Ainda que com menor significado, observam-se licenças ao nível das seguintes qualificações do solo: áreas de habitação coletiva (consolidada, HC1 e HC2), áreas centrais e áreas de atividades terciárias.

Durante 2016, registaram-se ainda dois processos de licenciamento de uma construção nova e de uma ampliação na área do Plano de Pormenor da Quinta da Pícu e Áreas Envolventes, na freguesia de Águas Santas. No caso da ampliação, a mesma não corresponde à proposta do plano, que previa para o local a demolição da construção existente e a construção de um novo edifício.

A maior concentração das licenças nas freguesias que compõem os aglomerados urbanos de nível 1 e 2, e muito provavelmente associada à forte recessão económica que se vive, com reflexo na evolução da dinâmica construtiva, traduz o cumprimento do objetivo estratégico do PDM de contenção de novas frentes urbanas, desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos.

Relativamente a 2013 a 2015 (em que se registou 95, 79 e 106 alvarás de construção, respetivamente), o ano de 2016 apresentou uma maior dinâmica urbanística.

Processos de Operações Urbanísticas em UOPG

N.º 58

Tendência

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º/%

Descrição/Metodologia

Evolução do número de alvarás de licença inseridos em UOPG – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, delimitadas no PDM, distinguindo-se as que foram aprovadas ao abrigo da exceção prevista no n.º 7 do artigo 105.º do regulamento do PDM, bem como aquelas que se referem às UOPG consideradas como de renovação, requalificação e reabilitação urbana.

Subtema

Evolução Urbanística

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DGU)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Cumprimento objetivos modelo territorial do PDM

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Processos UOPG
2013	1
2014	3
2015	2
2016	5

Processos de Operações Urbanísticas em UOPG**Análise Sumária**

Durante o ano de 2013, apenas se registou uma operação urbanística licenciada em área delimitada no PDM como UOPG - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, em solo urbanizável, pelo que, consequentemente, registou-se um processo aprovado ao abrigo da exceção prevista no PDM.

Em 2014, correspondeu a 3 o número de processos em áreas abrangidas por UOPG, sendo que dois deles foram ao abrigo da exceção prevista no n.º 7 do art.º 105.º do regulamento do PDM. O outro correspondeu a uma processo na área abrangida pelo PP da Pícu, cujo enquadramento se efetua de acordo com o respetivo regulamento, na parte respeitante à ampliação das construções existentes na área do plano.

Em 2015 registaram-se 2 processos em áreas abrangidas por UOPG, correspondendo uma ao licenciamento de um estabelecimento de restauração e bebidas na Unidade de Execução da Zona Desportiva Central e o outro ao licenciamento de uma alteração ao edifício na área do Plano de Pormenor da Quinta da Pícu.

Em 2016 foram já 5 as licenças em área abrangida por UOPG, sendo que 3 foram ao abrigo da exceção prevista no n.º 7 do art.º 105.º do regulamento do PDM. Os outros dois casos corresponderam aos processos já referidos na área abrangida pelo PP da Pícu, cujo enquadramento se efetua de acordo com o respetivo regulamento, uma na parte da construção nova prevista no plano e outro na parte respeitante à ampliação das construções existentes na área do plano.

Processos de Renovação, requalificação ou reabilitação urbana

N.º 59

Tendência

Tema

Povoamento

Subtema

Evolução Urbanística

Unidade Análise

n.º/%

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DGU)

Descrição/Metodologia

Evolução do número de processos de renovação, requalificação ou reabilitação urbana (entrada processo e obras concluídas). Em termos metodológicos, para o cálculo do presente indicador, no âmbito da renovação considera-se os processos de demolição com construção nova, nas componentes de requalificação ou reabilitação urbana são considerados os processos de reconstrução com ou sem preservação de fachada e os processo de ampliação.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Cumprimento objetivos modelo territorial do PDM

Documentos Referência Estratégica**Metas Estratégicas****Quadros/Representação Gráfica**

Tipo de Obra	N.º	%
Construção Nova	55	48,2
Alteração	11	9,6
Ampliação	42	36,8
Demolição Total	6	5,3
Total	114	100,0

Alvarás de Licença por Tipo de Obra, 2016

Análise Sumária

Do total de licenças emitidas durante de 2016, isto é, 106, cerca de metade (48,6%) referiam-se a construções novas, seguindo-se os de ampliação (42, que corresponde a 36,8%) e os de alteração (11, que corresponde a 9,6%), Neste ano ainda se registaram 6 alvarás de demolição, correspondente a prédios onde se registaram também alvarás de construção nova.

Assim, e tendo em conta a metodologia definida para o cálculo do presente indicador, 48 dos processos (42,1%) podem ser considerados como de renovação, requalificação ou reabilitação urbana de edificações existentes.

Número de Fogos Construídos

N.º 60

Tendência

Tema

Povoamento

Subtema

Evolução Urbanística

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DGU)

Descrição/Metodologia

Evolução do número de novos fogos construídos em solo urbano e rural.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Cumprimento objetivos modelo territorial do PDM

Documentos Referência Estratégica**Metas Estratégicas****Quadros/Representação Gráfica**

Classificação	N.º
Rural	0
Urbano	70
Total	70

Fogos por Classificação do solo

Freguesia	N.º	%
Castêlo da Maia	7	10,0
Cidade da Maia	11	15,7
Nogueira e Silva Escura	5	7,1
Águas Santas	35	50,0
Folgosa	1	1,4
Milheirós	2	2,9
Moreira	3	4,3
Pedrouços	4	5,7
São Pedro Fins	0	0,0
V. N. Telha	2	2,9
Total	70	100,0

Fogos por freguesia**Análise Sumária**

Durante 2016, foram licenciados no concelho da Maia 70 novos fogos, a totalidade localizada em solo urbano.

Importa perceber a distribuição dos fogos por freguesia, observando-se que metade dos novos fogos construídos se localiza na freguesia de Águas Santas, seguindo-se a freguesias da Cidade da Maia (15,7%) e do Castêlo da Maia (10,0%).

As freguesias com uma menor dinâmica demográfica e construtiva apresentam um valor mais reduzido de novos fogos.

Relativamente a 2015, ano em que se licenciaram 125 novos fogos, verifica-se um decréscimo do número de fogos.

Percentagem de fogos construídos em solo rural**Tema****Subtema**

N.º 61

Tendência

Modelo DPSIR

Povoamento
Unidade Análise
%

Evolução Urbanística
Periodicidade
Anual

Estado
Fonte
CMM (DGU)

Descrição/Metodologia

Número de novos fogos construídos em solo rural sobre o total do n.º de novos fogos construídos no município x 100.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Cumprimento objetivos modelo territorial do PDM

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica

Classificação	2013	2014	2015	2016
Rural	3,2	0	0,8	0
Urbano	96,8	100	99,2	100
Total	100	100	100	100

Fogos por Classificação do Solo

Análise Sumária

Em 2013, verifica-se que 3,2% dos novos fogos foram edificados em solo rural, sendo que a maioria, cerca de 96,8%, foram em solo urbano. Já em 2014, a totalidade dos novos fogos em construções novas inserem-se em área de solo urbano. Em 2015 apenas se verificou a construção de um novo fogo em solo rural (0,8%), sendo que, em 2016, não se registou nenhum fogo em solo rural.

Assim, a percentagem diminuta de construção de novos fogos em solo rural traduz o cumprimento do objetivo do PDM de contenção de novas frentes urbanas e de dispersão da construção em solo rural.

Povoamento
Unidade Análise
n.º/%

Evolução Urbanística
Periodicidade
Anual

Estado
Fonte
CMM (DGU)

Descrição/Metodologia

Área do solo impermeabilizada por operações urbanísticas, por categoria e subcategoria de espaço e percentagem face à área total do concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos

Meta/Objetivo Município

Cumprimento objetivos modelo territorial do PDM

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica

Qualificação do Solo	Área (m2)	%
Áreas Agrícolas Fundamentais	1.124	3,4
Áreas Agrícolas Complementares	349	1,0
Aglomerado Rural	124	0,4
Áreas Florestais de Proteção	n.d	0,0
Área de Habitação Unifamiliar HU2	17.710	52,8
Área de Habitação Coletiva - HC1	640	1,9
Área de Habitação Coletiva - HC2	639	1,9
Área de Habitação Coletiva Consolidada	775	2,3
Áreas Centrais	28	0,1
Áreas de Indústria e Armazenagem	11.089	33,1
Áreas de Atividades Terciárias	1.039	3,1
Total	33.517	100,0
Área do solo impermeabilizada, 2016		

Análise Sumária

Durante 2016, as operações urbanísticas de edificação resultaram numa área total do solo impermeabilizada de 33.517 m² (cerca de 3,3 ha), sendo que, a maior parte, insere-se na categoria de solo de áreas de habitação unifamiliar – HU2 (52,8%), seguindo a área de solo impermeabilizada na categoria de solo de Áreas de Indústria e Armazenagem (33,15).

Em 2016, a área de solo impermeabilizada correspondeu a 0,04 % da área total do concelho, indicador que também permite avaliar o cumprimento do objetivo do PDM de contenção de novas frentes urbanas e Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo da mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos, pela salvaguarda e valorização dos elementos naturais.

Pedidos de Inutilização de RAN

Tema

Subtema

N.º 63

Modelo DPSIR

Tendência -

Povoamento
Unidade Análise
n.º

Coesão Urbana
Periodicidade
Anual

Pressão
Fonte
CMM (DPT e DGU)

Descrição/Metodologia

N.º e área de pedidos de parecer para a inutilização de solos em Reserva Agrícola Nacional

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano (...); Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos;

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Pedidos		Tipologia							Sem Enquadramento
	N.º	Área (m²)	Obras Finalidade Agrícola	Habitação Própria	Infraestrutura Pública Rodoviária	Equipamento Público	Obras indispensáveis à proteção civil	implementação de infraestruturas hidráulicas	RIP	
2009	7	45064,5	1	2	1	2				1
2010	5	10117,2		1		2	2			
2011	3	2284	1			2				
2012	1	138						1		
2013	3	6624						1	2	
2014	2	5918							2	
2015	29	31776,5							29	
2016	0	0								

Pedidos de inutilização RAN

Análise Sumária

Em 2009, registou-se um total de 7 pedidos de inutilização do solo agrícola, que correspondiam à construção de equipamentos públicos (2), à construção de uma infraestrutura rodoviária, à construção de habitação própria (2) e à construção/ampliação de exploração bovina. Havendo ainda um dos pedidos de parecer para inutilização de solo agrícola que não se enquadrava no regime jurídico da RAN e que foi indeferido.

Em 2010, foram 5 os pedidos de inutilização do solo agrícola, correspondendo a 2 pedidos de construção de equipamentos públicos, a um pedido de construção de habitação própria e a 2 pedidos para a intervenção em duas linhas de água do concelho, com vista à desobstrução e regularização das mesmas. De salientar que estas últimas intervenções, ainda que incidam em área integrada na RAN, não põem em causa a finalidade agrícola do contínuo natural que integram.

Em 2011, registaram-se apenas 3 pedidos de utilização não agrícola de áreas de RAN, correspondendo dois a pedidos de construção de equipamentos públicos e um à construção de um edifício de apoio à atividade agrícola.

Em 2012 registou-se apenas um pedido de inutilização de solo agrícola para a execução de uma travessia hidráulica numa linha de água.

Em 2013 deram entrada na Câmara Municipal 3 pedidos de inutilização do solo agrícola, abrangendo uma área de 6624 m², um dos quais foi indeferido.

Em 2014, a Câmara Municipal deliberou acerca do relevante interesse público de 2 pedidos de intervenção em RAN (5918 m²), atendendo ao facto dos projetos contribuírem para os objetivos estratégicos do PDM, designadamente ao nível da valorização do património edificado, dotando-o com novos usos.

Como os pedidos de inutilização do solo agrícola podem acabar por não ser executados por diversas razões, os indicadores seguintes analisam as intervenções que efetivamente ocorreram em áreas de RAN, diferenciando por tipologia e por área inutilizada.

Em 2015, e embora não enquadrado no regime jurídico da RAN, mas no âmbito do RERA – Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas, deram entrada na Câmara Municipal 29 pedidos de emissão da declaração de interesse municipal para a legalização de explorações pecuárias e agrícolas em área de reserva agrícola.

Durante 2016 não deu entrada qualquer pedido de intervenção em RAN ao abrigo do regime jurídico da RAN ou do RERA.

Intervenções em RAN

Tema

Subtema

N.º 64

Modelo DPSIR

Tendência -

Povoamento
Unidade Análise
n.º/m²
Descrição/Metodologia

Coesão Urbana
Periodicidade
Anual

Pressão
Fonte
CMM (DPTUP, DCEM, DGU)

N.º e área de reserva agrícola nacional inutilizada para outros usos e ações previstos no regime jurídico da RAN.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano (...); Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos;

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Freguesia	Tipologia	Área Inutilizada
2009	Moreira	Construção Arruamento Pedras Rubras	6427,95
2011	Vila Nova da Telha	Construção Equipamento Habitação Social	1000,00
2011	Folgosa	Construção de Vacaria	1276,00
2013	Águas Santas	Construção de Travessia Hidráulica	138,00
2013	Castêlo da Maia	Ampliação de estabelecimento de restauração	43,00
2015	Castêlo da Maia	Construção de Edifício destinado Ensino e Pesquisa Científica	1000,00
2016	Nogueira e Silva Escura	Atividade Agrícola	332,00
2016	Moreira	Atividades Recreativas e Culturais	2238,00
2016	Castêlo da Maia	Ampliação de Habitação Familiar	110,00
2016	Cidade da Maia	Ampliação de Estabelecimento Hoteleiro e de Turismo no Espaço Rural	138,00
2016	Cidade da Maia	Estabelecimento de Restauração e Bebidas	544,00

Intervenções em áreas de RAN

Análise Sumária

No que diz respeito à inutilização de área de RAN para outros fins ou ações para além de processos de gestão urbanística, nomeadamente no que diz respeito à construção de equipamentos e infraestruturas, no decorrer de 2009, procedeu-se à abertura de um arruamento em Moreira cujo traçado é coincidente com área de reserva agrícola nacional, com uma área inutilizada total de aproximadamente 6 427,95 m², não se tendo registado nenhuma ocorrência em 2010.

Em 2011, registou-se a construção de um equipamento de interesse público em área de reserva agrícola nacional, abrangendo uma área total de inutilização de 1.000 m², e bem ainda à construção de uma vacaria, com uma área total de 1276 m².

Assim, a inutilização de solo agrícola para outros usos e ações correspondeu a um total de 8.703,95 m², a qual representa cerca de 0.05% da área total de RAN do município.

Durante 2012, não se registou qualquer ocorrência de construção em área de RAN.

No ano de 2013, e de acordo com a informação disponível, correspondeu a 181 m² a área de RAN objeto de intervenções.

Relativamente a 2014 não existe informação sobre a execução de alguma intervenção em área de RAN. Os pedidos referidos anteriormente ainda carecem de despacho favorável da entidade competente.

Em 2015, foi emitido o alvará de construção para a edificação de novo edifício de estabelecimento de ensino e pesquisa científica da MAIEUTICA.

Em 2016, foram emitidos 6 alvarás referentes a novas construções ou a ampliações de edificações existentes em solo abrangido por Reserva Agrícola Nacional.

Pedidos de Intervenção em REN

Tema
Povoamento

Subtema
Coesão Urbana

N.º 65

Modelo DPSIR
Pressão

Tendência -

Unidade Análise
n.º

Periodicidade
Anual

Fonte
CMM (DPTUP)

Descrição/Metodologia

N.º e tipologia dos pedidos de intervenção em Reserva Ecológica Nacional

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo da mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos, pela salvaguarda e valorização dos elementos naturais;

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Total	Tipologia					
		Espaço Verde	Desassoreamento de Ribeiras	Reabilitação ribeira e abertura percurso pedonal	Construção travessia hidráulica	Apoio Agrícola	RIP
2009	1	1					
2010	5		3	1	1		
2011	1					1	
2012	1				1		
2013	2				1		
2014	0						
2015	6						6
2016	2	1					1

Pedidos de Intervenção em REN

Análise Sumária

Em 2009, a Câmara Municipal, no âmbito do Projeto de execução do designado Parque Urbano de Moreira solicitou a autorização para a ocupação de solos integrados na REN, nas margens do Rio Liça, junto à ETAR de Ponte de Moreira, tendo a presente pretensão obtido parecer favorável por parte da CCDDR-N e da ARH-N, na medida que a mesma revela interesse para a população do município da Maia, assim como para a Grande Área Metropolitana do Porto, por se tratar da integração na rede de parques naturais, e bem ainda pelo facto de as ações propostas se coadunarem com o PDM tal como com o atual regime da REN, correspondendo a intervenção em Parque Urbano, intervenção que ainda não foi executada.

Em 2010, foram 5 os pedidos de intervenção em REN, correspondentes a limpeza, desobstrução e regularização de linhas de água e criação de percursos pedonais, e bem ainda à construção de uma passagem hidráulica, intervenções que ainda não foram executadas.

Já em 2011, deu entrada na Câmara Municipal apenas um pedido de intervenção para a construção de estruturas de apoio à pecuária, em parcela de terreno sobre a qual recai um subsistema de REN, cuja intervenção abrange 1276 m² de reserva, a qual ainda não foi alvo de decisão.

Em 2012, apenas se registou um pedido correspondente ao mesmo pedido verificado para a RAN, já que as reservas são coincidentes.

Já em 2013, surgiram 2 pedidos de intervenções em área classificada como REN, com uma área total de 5195 m², em que apenas a construção da travessia hidráulica (138 m²) obteve parecer favorável. Durante 2014, não houve registo de qualquer pedido de intervenção em área de Reserva Ecológica Nacional.

Em 2014 não se registou qualquer pedido de intervenção em REN.

Em 2015, e embora não enquadrado no regime jurídico da REN, mas no âmbito do RERAE – Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas, deram entrada na Câmara Municipal 6 pedidos de emissão da declaração de interesse municipal para a legalização de explorações pecuárias e agrícolas em área de reserva ecológica (casos que eram coincidentes com os já referidos em RAN).

Em 2016, não se registou qualquer pedido de intervenção em área de reserva ecológica nacional.

Intervenções em REN

Tema

Subtema

N.º 66

Modelo DPSIR

Tendência -

Povoamento
Unidade Análise
n.º/m²

Coesão Urbana
Periodicidade
Anual

Pressão
Fonte
CMM (DGU)

Descrição/Metodologia

N.º, tipologia e área de intervenção de processos de operações urbanísticas e das demais intervenções em área abrangida por Reserva Ecológica Nacional.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo da mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos, pela salvaguarda e valorização dos elementos naturais;

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Processos	Área Intervenção (m²)
2009	0	0
2010	0	0
2011	1	1276
2012	0	0
2013	1	138
2014	0	0
2015	0	0
2016	0	0

Processos em REN

Análise Sumária

De acordo com a informação recolhida, em 2009, 2010 e 2012 não se registou qualquer processo de controlo prévio de operações urbanísticas em área coincidente com a reserva ecológica nacional.

Quanto a 2011, deu entrada na Câmara Municipal o processo de legalização de uma instalação pecuária cuja implantação abrange terrenos de REN.

Em 2013, registou-se a execução de uma travessia hidráulica em área de REN. Já em 2014, não se registou qualquer intervenção.

No âmbito das intervenções em REN, desde a entrada em vigor do PDM, surgiram um total de 7 pedidos de autorização para a realização de ações integradas em REN.

De 2014 a 2016 também não se registou qualquer intervenção em área de Reserva Ecológica Nacional.

No entanto, pode acontecer que não obtenham parecer favorável por parte das entidades respetivas ou, após parecer positivo, os mesmos não cheguem a ser concretizados, uma vez que caducam no prazo de um ano após a emissão do parecer.

Assim, sendo essencial conhecer efetivamente quais os pedidos que são concretizáveis, após confirmação dos dados anteriormente apresentados, constata-se que, durante a vigência do PDM revisto, não se realizou qualquer intervenção em área abrangida por reserva ecológica nacional, com a exceção de 1 instalação pecuária.

Tema
Povoamento
Unidade Análise
n.º/%

Subtema
Coesão Urbana
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR
Estado
Fonte
CMM (DGU)

Descrição/Metodologia

Evolução do número de licenciamentos de construções novas destinadas a unidades industriais em áreas delimitadas no PDM como de indústria e armazenagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos; Fortalecimento do parque industrial existente e deslocalização de unidades deficientemente localizadas no território;

Meta/Objetivo Município

Cumprimento objetivos modelo territorial do PDM

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Tipo de Obra	2013		2014		2015		2016	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Construção Nova	9	50,0	4	28,6	8	33,3	3	25,0
Alteração	4	22,2	4	28,6	7	29,2	4	33,3
Ampliação	4	22,2	6	42,9	7	29,2	5	41,7
Demolição	1	5,6	0	0	0	0	0	0
Reconstrução com Preservação de Fachada	0	0	0	0	1	4,2	0	0
Reconstrução Todo Edifício	0	0	0	0	1	4,2	0	0
Total	18	100,0	14	100	24	100,0	12	100,0

Operações Urbanísticas em área de indústria e armazenagem

Análise Sumária

Durante 2013, registaram-se 18 alvarás de licença em área classificadas no PDM como área de indústria e armazenagem, sendo que 9 dos edifícios licenciados correspondem a novas unidades industriais, representando 50% dos licenciamentos, correspondendo os restantes a alteração e/ou ampliação. Por fim, regista-se uma demolição.

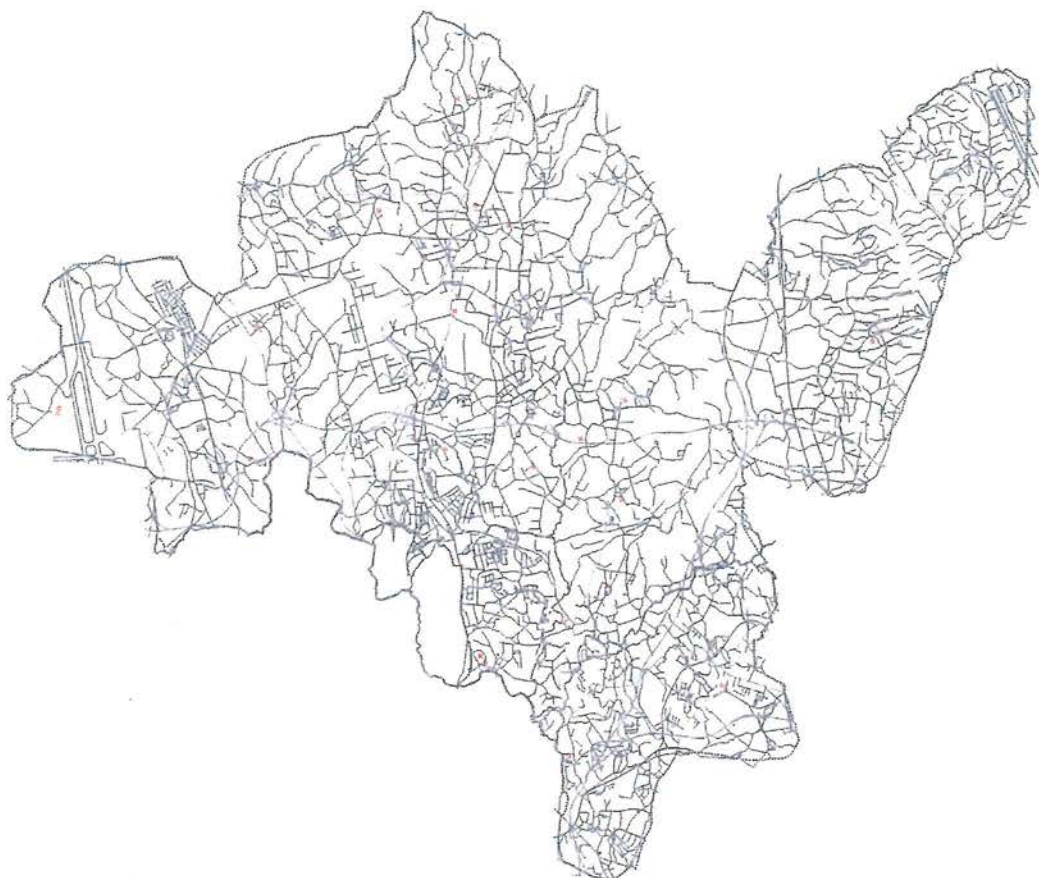
Em 2014, o valor registado foi de 14 licenças em área de indústria e armazenagem. Neste ano, observou-se um predomínio das situações de ampliação.

No ano de 2015 foram 24 as operações urbanísticas em áreas de indústria e armazenagem, sendo 8 casos referentes a construções novas.

Em 2016, registaram-se 12 operações urbanísticas em área classificada no PDM como área de indústria e armazenagem, das quais, apenas 3 casos se referem a novas construções, sendo os demais de alteração e ampliação de unidades existentes.

Tema Povoamento Unidade Análise n.º Descrição/Metodologia Levantamento das indústrias existentes em todo o território concelhio em áreas não classificadas no PDM em vigor como área de atividades terciárias e áreas de indústria e armazenagem.	Subtema Coesão Urbana Periodicidade Anual	Modelo DPSIR Pressão Fonte CMM (DPTUP)
---	--	---

Objetivos PDM/Fator Ambiental	Meta/Objetivo Município Não definida
Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
Quadros/Representação Gráfica	



Unidades Industriais Deficientemente Localizadas

Análise Sumária

Uma das grandes preocupações do PDM, expressa nas suas grandes linhas orientadoras, prende-se com o ordenamento das atividades industriais e de armazenagem, que surgem dispersas por todo o concelho, muitas vezes em situações de incompatibilidade com outras atividades, outras em evidente conflito com valores naturais, como linhas de água e suas margens, ou em sítios de elevado interesse paisagístico.

Embora se tenha conhecimento da existência de unidades industriais deficientemente localizadas, não existe um conhecimento absoluto do total de unidades industriais no concelho, localizadas em áreas não classificadas no PDM como áreas de indústria e armazenagem ou áreas de atividades terciárias, tendo o anterior REOT apontado como proposta a inclusão do presente indicador.

Assim, do levantamento efetuado registou-se um total de 54 unidades industriais deficientemente localizadas, estando 5 em solo rural e 49 em solo urbano. Dentro do solo classificado como urbano, que corresponde à maioria das empresas, as mesmas distribuem-se por áreas classificadas como áreas de habitação coletiva (HC1 e HC2), áreas de habitação unifamiliar (HU1 e HU2), áreas de habitação coletiva consolidada, áreas verdes de enquadramento e áreas de estruturação especial.

Face aos anos transatos, verifica-se um aumento do n.º de empresas, que resulta da atualização do levantamento, efetuada em 2012, correspondendo a situações já existentes e não a novas construções.

Com vista a alcançar o cumprimento do objetivo relativo à deslocalização de unidades industriais deficientemente localizadas no território, a Câmara Municipal deve analisar os casos à luz das regras de compatibilidade estabelecidas e, comprovando-se a referida incompatibilidade, identificar incentivos para a deslocalização das mesmas.

Povoamento
Unidade Análise
n.º/%

Desenho Urbano
Periodicidade
Anual

Resposta
Fonte
CMM (DPTUP)

Descrição/Metodologia

N.º e área abrangida pelos planos de pormenor em solo urbano e em solo rural em vigor, avaliando a respetiva percentagem face ao total da área do concelho e à área urbana.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Recurso ao desenho urbano como instrumento de gestão ativa e concertada

Promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território concelhio

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	PP Solo Urbano		PP Solo Rural		Área concelho abrangida PP	Solo Urbano abrangido PP
	N.º	Área (ha)	N.º	Área (ha)	%	%
2009	0	0	0	0	0	0
2010	1	41,4	0	0	0,5	0,9
2011	1	41,4	0	0	0,5	0,9
2012	1	41,4	0	0	0,5	0,9
2013	1	41,4	0	0	0,5	0,9
2014	1	41,4	0	0	0,5	0,9
2015	1	41,4	0	0	0,5	0,9
2016	1	41,4	0	0	0,5	0,9

Planos de Pormenor em Vigor

Análise Sumária

Com a publicação em Diário da República do Aviso n.º 21989/2010, de 29 de Outubro, que publica o Plano de Pormenor da Quinta da Pícu e Áreas Envolventes, existe, no concelho da Maia, apenas um plano de pormenor em vigor, que corresponde a uma área total de 41,4 ha.

A área do concelho abrangida por plano de pormenor em vigor é de apenas 0,5 ha, passando para 0,9 ha, quando considerando a relação com a área do concelho classificada no PDM como solo urbano.

Desde 2010 não se tem registado qualquer evolução do presente indicador.

Povoamento
Unidade Análise
n.º/%

Desenho Urbano
Periodicidade
Anual

Resposta
Fonte
CMM (DPTUP)

Descrição/Metodologia

N.º e área abrangida pelos planos de pormenor em elaboração no concelho, avaliando a respetiva percentagem face ao total da área do concelho e à área urbana.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Recurso ao desenho urbano como instrumento de gestão ativa e concertada

Promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território concelhio

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	PP Elaboração		% área Concelho	% Solo Urbano
	N.º	Área (ha)		
2009	4	106	1,3	2,2
2010	4	115,9	1,4	2,4
2011	5	124,4	1,5	2,6
2012	5	124,4	1,5	2,6
2013	4	73,1	0,9	1,5
2014	4	73,1	0,9	1,5
2015	2	36,0	0,4	0,8
2016	2	36,0	0,4	0,8

Planos de Pormenor em Elaboração

Análise Sumária

Tanto em 2009 como em 2010, no território concelhio encontram-se em elaboração quatro planos de pormenor, que abrangem uma área total de 106 ha e de 115,9 ha, respetivamente. A alteração ocorrida de 2009 para 2010, prende-se com a entrada em vigor do Plano de Pormenor da Quinta da Pícu e Áreas Envolventes, e com a decisão de retomar a elaboração de um outro Plano de Pormenor.

Para além dos planos em elaboração em 2010, em 2011, a Câmara Municipal deliberou a elaboração de mais um plano, designadamente o Plano de Pormenor do Centro da Cidade, que abrange uma área total de 8,5 ha, totalizando a área dos planos em elaboração durante 2011 cerca de 124,4 ha.

Em 2012, mantém-se formalmente o mesmo número, e respetiva área de abrangência, de planos de pormenor em elaboração. No entanto, deve-se ressaltar que a evolução do procedimento de elaboração é díspar.

Assim, ao longo dos anos em análise observa-se um crescimento da área total do concelho e da área urbana do concelho abrangida por plano de pormenor, correspondendo, em 2011 e em 2012, a 1,5% da área do concelho e a 2,6% do solo urbano do concelho.

Já em 2013, e tendo no âmbito do Relatório de execução e da programação estratégica das prioridades de desenvolvimento urbanístico para 2013 a Câmara Municipal deliberado pela desistência do procedimento de elaboração do PP do Novo Núcleo Urbano de Nogueira/Milheirós, a área do concelho abrangida decresceu para 73,1 ha, representando agora 0,9% do total da área do concelho e 1,5% do total da área urbana do concelho.

Em 2015, no âmbito do Relatório de execução e da programação estratégica das prioridades de desenvolvimento urbanístico decidiu-se por manter em elaboração o PP do Centro da Cidade da Maia, no entanto, sujeito a avaliação da sua manutenção por força do procedimento de delimitação das Área de Reabilitação urbana. Por outro lado, mantém-se formalmente aberto o procedimento de elaboração do PP do Lídador, procedimento que aguarda a aprovação da nova lei das servidões aeronáuticas, situação que se mantém em 2016.

Unidades de Execução

N.º 73

Tendência ▼

Tema

Subtema

Modelo DPSIR

Povoamento
Unidade Análise
n.º/%

Desenho Urbano
Periodicidade
Anual

Resposta
Fonte
CMM (DPTUP)

Descrição/Metodologia

N.º e área abrangida por unidades de execução aprovadas e em elaboração.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Recurso ao desenho urbano como instrumento de gestão ativa e concertada

Promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território concelhio

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica

Ano	UE aprovada		UE elaboração	
	N.º	Área (ha)	N.º	Área (ha)
2009	0	0	n.a	n.a
2010	0	0	9	306,5
2011	1	11,1	8	124,6
2012	1	11,1	4	28,3
2013	1	11,1	0	0
2014	1	11,1	0	0
2015	1	11,1	0	0
2016	1	11,1	0	0

n.a – Não Avaliado

Unidades de Execução

Análise Sumária

No que diz respeito ao instrumento de execução designado por Unidade de Execução, em 2011, a Câmara Municipal aprovou a delimitação da UE da Zona Desportiva da Cidade, referente a todo o quarteirão da zona desportiva, em que se insere, nomeadamente, o Estádio Prof. Dr. José Vieira de Carvalho, o Complexo Municipal de Ténis e o Complexo Municipal de Ginástica.

Durante a vigência do atual PDM, a Câmara Municipal desenvolveu procedimentos com vista à delimitação e aprovação de outras unidades de execução, tendo desenvolvido os trabalhos preparatórios de formalização das respetivas propostas.

Em 2010 eram 9 as UE em elaboração e em 2011 eram 8, sendo a área de intervenção de 306,5 ha e de 124,6 ha, respetivamente.

Em 2012, e muito fruto da necessidade de afetar recursos à elaboração da 1.ª alteração ao Plano Diretor Municipal revisto, o número de unidades de execução sobre as quais se desenvolveram trabalhos foi substancialmente reduzido, correspondendo apenas a 4 UE, que abrangiam uma área de cerca de 28 ha.

Como já tem vindo a ser referido, neste ponto, importa reiterar que às várias Unidade de Execução em elaboração correspondem diferentes níveis de execução.

De 2013 a 2015, não se deu seguimento aos processos de delimitação das unidades de execução em elaboração em 2012.

Estudos Urbanísticos de Referência

N.º 74

Tendência -

Tema

Povoamento

Subtema

Desenho Urbano

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

n.º/%

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DPTUP)

Descrição/Metodologia

N.º de estudos urbanísticos de referência elaborados.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Recurso ao desenho urbano como instrumento de gestão ativa e concertada

Promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território concelhio

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2013	27
2014	43
2015	26
2016	22

Estudos Urbanísticos**Análise Sumária**

No âmbito do REOT de 2012, e para o eixo temático do desenho urbano, considerou-se desejável incluir o indicador referente ao número de estudos urbanísticos elaborados.

Assim, durante o ano de 2013 elaboraram-se 27 estudos urbanísticos de referência, tendo, em 2014, registado um valor de 43 estudos concluídos, em 2015 o número de estudos urbanísticos de referência elaborados foi de 26, e em 2016 de 22.

Tema
Povoamento
Unidade Análise
n.º

Subtema
Património
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR
Resposta
Fonte
CMM (DCT)

Descrição/Metodologia

N.º de imóveis classificados e em vias de classificação.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Preservação dos valores identitários do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...); Valorização dos cenários de paisagem cultural; FA_07 - Património Cultural

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2008	3
2009	3
2010	3
2011	3
2012	3
2013	3
2014	3
2015	3
2016	3

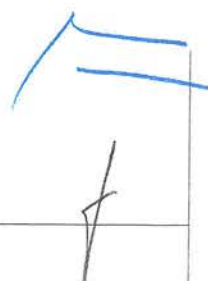
Património Classificado ou em Vias

Análise Sumária

Relativamente ao presente indicador, importa referir que desde a entrada em vigor do PDM até 2011, na Maia, como Património Classificado, tínhamos a Igreja de N. Senhora do Ó, em Águas Santas e o Marco Miliário, o qual foi trasladado para o Museu Etnológico da Maia como medida de preservação do mesmo; e como Património em Vias de Classificação, o Conjunto constituído pela Igreja e Casa do Mosteiro de S. Salvador de Moreira.

No entanto, em 2012, e com publicação da Portaria n.º 740-C/2012, de 24 de dezembro, que procede à classificação como monumentos de interesse público a Igreja e Casa do Mosteiro de São Salvador de Moreira, passou a existir no concelho apenas imóveis classificados, não estando pendente qualquer procedimento de classificação, pelo que, para este ano se considerou a evolução do presente indicador como positiva.

Desde então, e de acordo com a legislação em vigor, não foram abertos procedimentos de classificação de imóveis, mantendo-se o registo de apenas 3 imóveis classificados.



Tema Povoamento Unidade Análise n.º	Subtema Património Periodicidade Anual	Modelo DPSIR Resposta Fonte CMM (DCT)
--	---	--

Descrição/Metodologia

Áreas submetidas a medidas de valorização e proteção patrimonial do património edificado.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Preservação dos valores identitários do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...); Valorização dos cenários de paisagem cultural; FA_07 - Património Cultural

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Medidas
2008	0
2009	0
2010	0
2011	8
2012	0
2013	3
2014	560
2015	61
2016	0

Medidas valorização e Proteção

Análise Sumária

Para além do património classificado e em vias de classificação, no âmbito do processo de revisão do PDM procedeu-se a uma atualização dos imóveis arrolados como Património Edificado. Na Carta de Ordenamento – Património Edificado, foram registados 436 elementos, entre os quais edifícios religiosos, edifícios civis, pontes, edifícios escolares, tanques, entre outros.

Durante os anos em análise, em 2010 e em 2012, não se desenvolveram ações de valorização do património edificado, sendo que, em 2011 realizaram-se um total de 8/ ações de valorização do património edificado, algumas materiais referentes à recuperação de edifícios e outras imateriais, ao nível de ações de divulgação.

Assim, considerou-se que uma das medidas a implementar passava pelo desenvolvimento, pela Divisão de Cultura e Turismo, de ações de sensibilização e divulgação com vista à promoção e valorização do património edificado e fomento de uma maior pedagogia de identidade cultural, bem como de ações de promoção do património edificado para utilizações ligadas ao turismo rural ou de habitação ou a outras atividades que potenciem a sua manutenção e recuperação.

Neste sentido, e de acordo com informação prestada pelo Gabinete de Arqueologia, durante o ano de 2013, sintetizaram-se em duas as medidas de valorização e proteção patrimonial do património edificado, designadamente:

1. Início do Projeto de Valorização do Património de Interesse Municipal, da responsabilidade de uma equipa que integra técnicos do gabinete de Arqueologia e da Divisão de Planeamento Territorial e Projetos, sendo que foi desenvolvido o trabalho de georreferenciação de todos os dados patentes na Planta de Ordenamento – Património Edificado na aplicação GISMAT – Cadastro Propriedade;
2. Desenvolvimento de estudos de reavaliação da parcela 7 do núcleo rural de Mandim, integrado no Conjunto Vernacular 14, e da denominada Casa do Bispo, integrada no Conjunto Vernacular 20. O trabalho realizado no núcleo rural de Mandim foi apresentado na Conferência Internacional de Património Vernáculo e Arquitetura de Terra, organizado pela ESG – Escola Superior Gallaecia e pelo ICOMOS-CIAV;
3. Organização pela Divisão de Cultura e Turismo, em dezembro de 2013, das Jornadas de Arquitetura e Arqueologia da Maia com o objetivo de divulgar e sensibilizar a comunidade para a importância do património edificado e arqueológico.

Em 2014, as medidas de valorização e proteção patrimonial realizadas encontram-se integradas no Projeto de Valorização do Património de Interesse Municipal da responsabilidade de uma equipa que integra técnicos da Divisão da Cultura e Turismo e da Divisão de Planeamento Territorial e Projetos.

Assim, neste âmbito foram reavaliados os 560 edifícios arrolados na Carta de Ordenamento - Património Edificado. Esta reavaliação foi executada com o objetivo de criar filtros de leitura das diferentes tipologias de utilização dos diferentes corpos do edificado.

Durante 2015 foram avaliados 61 imóveis numa análise de reavaliação e registo de datas históricas (perfazendo um total de 181 registos epigráficos).

Em 2016 não se desenvolveu quaisquer medidas de valorização e proteção do património edificado.

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Descrição/Metodologia

Imóveis arrolados como de interesse patrimonial alvo de operação urbanísticas com vista a sua valorização e recuperação.

Subtema

Património

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Resposta

Fonte

CMM (DGU)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Preservação dos valores identitários do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...); Valorização dos cenários de paisagem cultural; FA_07 - Património Cultural

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Medidas
2013	0
2014	1
2015	0
2016	3

Imóveis arrolados alvo de operação urbanística

Análise Sumária

Durante o ano de 2014, apenas se registou uma operação urbanística com vista a valorização e recuperação de um edifício unifamiliar situado no Largo da Pena, freguesia de Nogueira que consta da Planta de Ordenamento – Património Edificado, classificado como imóvel de interesse municipal.

Em 2015 não se registou qualquer operação urbanística em imóveis arrolados como de interesse patrimonial alvo de operação urbanísticas com vista a sua valorização e recuperação.

No ano de 2016 foram 3 os casos de operações urbanísticas em imóveis arrolados no PDM como património edificado, correspondendo a processos de ampliação.

Património Edificado – Operações Urbanísticas para conversão em turismo rural

N.º 78

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Descrição/Metodologia

Imóveis arrolados como de interesse municipal convertidos para turismo rural

Subtema

Património

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Resposta

Fonte

CMM (DGU)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Preservação dos valores identitários do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...); Valorização dos cenários de paisagem cultural; FA_07 - Património Cultural

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Medidas
2013	0
2014	0
2015	0
2016	1

Imóveis arrolados alvo de operação urbanística para conversão turismo rural

Análise Sumária

De 2013 a 2015 não se registou qualquer operação urbanística em imóveis arrolados como de interesse patrimonial que tivesse como finalidade a conversão em espaço destinado a turismo rural.

No ano de 2016 registou-se um caso de uma operação urbanística num imóvel arrolado no PDM como património edificado, cujo destino da obra era Estabelecimento Hoteleiro e de Turismo no Espaço Rural, contribuindo para um dos objetivos do PDM ao nível do ordenamento paisagístico referente à preservação dos valores identitários da ruralidade do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais, potenciando novos usos e integrando este mesmo património numa rede integrada de percursos pedonais.

Património Edificado – Operações Urbanísticas em Aglomerados Rurais

N.º 79

Tendência

**Tema**

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Descrição/Metodologia

Imóveis arrolados como de interesse patrimonial e inseridos em aglomerados rurais alvo de operações urbanísticas com vista à sua valorização e recuperação (turismo rural).

Subtema

Património

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Resposta

Fonte

CMM (DGU)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Preservação dos valores identitários do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...); Valorização dos cenários de paisagem cultural; FA_07 - Património Cultural

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Medidas
2013	0
2014	0
2015	0
2016	2

Imóveis arrolados alvo de operação urbanística em Aglomerados Rurais

Análise Sumária

De 2013 a 2015 não se registou qualquer operação urbanística em imóveis arrolados como de interesse patrimonial alvo de operação urbanísticas com vista a sua valorização e recuperação e que se encontrassem inserido na qualificação de solo de Aglomerados Rurais.

No ano de 2016 foram 2 os casos de operações urbanísticas em imóveis arrolados no PDM como património edificado inseridos em aglomerados rurais, correspondendo a processos de ampliação destinados a habitação familiar, o que, mais um vez, reflete o contributo para o cumprimento de um dos objetivos do PDM ao nível do ordenamento paisagístico referente à preservação dos valores identitários da ruralidade do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais, potenciando novos usos e integrando este mesmo património numa rede integrada de percursos pedonais.

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Descrição/Metodologia

N.º de prospeções em áreas de património arqueológico e área abrangida pelas mesmas.

Subtema

Património

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Resposta

Fonte

CMM (DCT)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Preservação dos valores identitários do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...); Valorização dos cenários de paisagem cultural; FA_07 - Património Cultural

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º	Área (ha)
2009	2	n.d
2010	12	n.d
2011	27	60
2012	27	70
2013	5	28
2014	18	50
2015	6	136
2016	n.d	250

Prospeções em Património Arqueológico

Análise Sumária

Durante o ano de 2009 os trabalhos de prospeção arqueológica incidiram nas freguesias de Silva Escura e Barca. Nesta última, foram detetadas as primeiras evidências de artefactos cerâmicos da Idade do Bronze no cume do Monte de Santa Cruz. Este facto, juntamente com a referência realizada nas memórias paroquiais sobre a existência de uma muralha em talude de terra, cuja origem é atribuída aos Mouros ou Cristãos, justificam a delimitação da zona de proteção arqueológica definida no processo de revisão do Plano Diretor Municipal. Já em 2010 foram realizadas 12 saídas para trabalhos arqueológicos de prospeção, com a adição de novos sítios para adição à Carta Arqueológica.

Em 2011, foram realizadas, por parte do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal, 27 saídas de campo para prospeção arqueológica, com uma área prospectada que ronda os 60 ha.

Embora os dados apresentados representem apenas a atividade municipal nesta matéria, importa referir que, durante 2011, realizaram-se, no território concelhio, um conjunto de prospeções em áreas de património arqueológico, decorrentes da realização de projetos promovidos por entidades públicas ou privadas, designadamente no âmbito dos estudos de impacto ambiental do prolongamento da Linha Verde do Metro, da variante à EN14, da N13 e do Business Maia Park.

Já em 2012, as prospeções em áreas de património arqueológico corresponderam a 27 saídas de campo, das quais resultaram uma área prospectada de 70 hectares.

Durante 2013 realizaram-se 5 prospeções em áreas de património arqueológico com um total de 28 ha abrangidos, designadamente na freguesia do Castelo da Maia, com a identificação do sítio arqueológico de Quiraz e com a identificação e registo cartográfico da rede viária antiga com o objetivo de implementação de percursos pedestres históricos na envolvente do Parque de Avioso.

Em 2014, o número total de ações de prospeção em áreas de património arqueológico foi de 18, abrangendo uma área de 50 ha.

Assim, durante o ano de 2014 foram realizados a diversos trabalhos de prospeção arqueológica dos quais resultaram a identificação de 8 novos sítios arqueológicos: Barreiros, freguesia da Maia, Arroteia, freguesia de Milheirós, Cidadelhe 1 e 2, freguesia de Castelo da Maia (Avioso, São Pedro), Cardosas 1 e 2, freguesia de São Pedro Fins, Bouça Velha 1 e 2, freguesia Nogueira e Silva Escura.

Foram executados trabalhos de prospeção arqueológica numa área de cerca 50 ha, registados em 18 fichas de saídas de campo.

Em relação aos resultados apresentados nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, a média aritmética anual de novas áreas prospectadas é de 54 ha. Os valores totais das áreas prospectadas cruzados com a identificação de novos sítios arqueológicos indicam que a prospeção arqueológica efetuada pelo Gabinete de Arqueologia obedece a uma metodologia cada vez mais dirigida. Ou seja os locais são predeterminados tendo em consideração as especificidades de assentamento das diferentes comunidades humanas ao longo do tempo.

Durante o ano de 2015 foram realizados diversos trabalhos de prospeção arqueológica, numa área total de 136 ha, correspondendo aos seguintes sítios: zona das Estouradas e Solão, Leandro Taím, acompanhamento arqueológico, rua Particular do Bairro, prospeção e sondagens arqueológicas, Mosteiro de Águas Santas, Rebordãos, Barreiros, Casais Barca.

Durante 2016 foram realizados diversos trabalhos de prospeção arqueológica dos quais destacamos os inseridos no RECAP da variante à nacional 14, zona envolvente ao local de proveniência do marco miliário de Barca, identificação de estruturas de limite de propriedades monacais, identificação e registo da rede viária de características históricas, abrangendo uma área total de intervenção de 250 ha.

O crescimento das áreas de prospeção contribui para a salvaguarda do património arqueológico do concelho.



Medidas valorização e proteção Patrimonial - Património Arqueológico		N.º 81	Tendência ▲																											
Tema Povoamento Unidade Análise n.º Descrição/Metodologia Áreas submetidas a medidas de valorização e proteção patrimonial (Património Arqueológico)	Subtema Património Periodicidade Anual	Modelo DPSIR Resposta Fonte CMM (DCT)																												
Objetivos PDM/Fator Ambiental Preservação dos valores identitários do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais (...); Valorização dos cenários de paisagem cultural; FA_07 - Património Cultural		Meta/Objetivo Município Crescente																												
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -																												
Quadros/Representação Gráfica																														
<table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>N.º</th><th>Descrição</th></tr></thead><tbody><tr><td>2009</td><td>1</td><td>Mamoa 5 Leandro</td></tr><tr><td>2010</td><td>2</td><td>Lugar Barroso, Nogueira Mamoa 5 Leandro</td></tr><tr><td>2011</td><td>10</td><td>Barroso, Nogueira da Maia Mamoa 1 de Estourandos, Quinta do Penedo, Taím 7, Menir de Taím 2, Agra Arcos Barroso, Nogueira da Maia Forca, Aldeia Nova, Barca</td></tr><tr><td>2012</td><td>10</td><td>Forca, Aldeia Nova, Barca</td></tr><tr><td>2013</td><td>1</td><td>Quiraz</td></tr><tr><td>2014</td><td>10</td><td></td></tr><tr><td>2015</td><td>64</td><td></td></tr><tr><td>2016</td><td>3</td><td>Lugar de Cidadelhe, Castelo da Maia Vale da Ribeira do Arquinho, Castelo da Maia Forca, Aldeia Nova, Castelo da Maia</td></tr></tbody></table>				Ano	N.º	Descrição	2009	1	Mamoa 5 Leandro	2010	2	Lugar Barroso, Nogueira Mamoa 5 Leandro	2011	10	Barroso, Nogueira da Maia Mamoa 1 de Estourandos, Quinta do Penedo, Taím 7, Menir de Taím 2, Agra Arcos Barroso, Nogueira da Maia Forca, Aldeia Nova, Barca	2012	10	Forca, Aldeia Nova, Barca	2013	1	Quiraz	2014	10		2015	64		2016	3	Lugar de Cidadelhe, Castelo da Maia Vale da Ribeira do Arquinho, Castelo da Maia Forca, Aldeia Nova, Castelo da Maia
Ano	N.º	Descrição																												
2009	1	Mamoa 5 Leandro																												
2010	2	Lugar Barroso, Nogueira Mamoa 5 Leandro																												
2011	10	Barroso, Nogueira da Maia Mamoa 1 de Estourandos, Quinta do Penedo, Taím 7, Menir de Taím 2, Agra Arcos Barroso, Nogueira da Maia Forca, Aldeia Nova, Barca																												
2012	10	Forca, Aldeia Nova, Barca																												
2013	1	Quiraz																												
2014	10																													
2015	64																													
2016	3	Lugar de Cidadelhe, Castelo da Maia Vale da Ribeira do Arquinho, Castelo da Maia Forca, Aldeia Nova, Castelo da Maia																												
Áreas submetidas a medidas de valorização																														
Análise Sumária																														
<p>No que diz respeito às áreas de património arqueológico submetidas a medidas de valorização e proteção patrimonial realizaram-se, em 2009, ações de valorização e preservação da Mamoa 5 do Leandro. As medidas de valorização realizadas na Mamoa 5 do Leandro consistiram em ações de limpeza de matos e lixeiras na envolvente deste monumento. Foram ainda efetuadas ações de consolidação das estruturas arqueológicas assim como o aterro das valas abertas.</p> <p>Durante o ano de 2010 foram submetidas duas zonas a ações de valorização patrimonial, concretamente o sítio arqueológico do Barroso, em Nogueira (escavações arqueológicas que abrangeram 900 m²) e na Mamoa do Leandro (trabalhos de limpeza, sinalização de segurança e monitorização).</p> <p>Em 2011, o somatório das áreas submetidas a proteção do património arqueológico foi de 54.5 hectares, o que corresponde às 8 novas áreas de proteção arqueológica a considerar no âmbito da proposta de alteração ao PDM, correspondendo aos seguintes sítios arqueológicos: Barroso, Mamoa 1 de Estourandos, Quinta do Penedo, Taím 7, Menir de Taím 2, Agra, Aldeia Nova e Arcos. Foram ainda intervencionados pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal, e de acordo com informação prestada pelo mesmo, dois sítios arqueológicos já presentes na Carta de Património Arqueológico: Barroso, Nogueira da Maia e Forca, Aldeia Nova e Barca.</p> <p>Em 2012, as áreas submetidas a medidas de valorização e proteção patrimonial (património arqueológico), corresponderam a 10 zonas sujeitas a medidas de valorização (a escavação arqueológica foi apenas realizada no sítio da Forca, com uma área intervencionada de 15 m², 30 metros cúbicos de terras retiradas em virtude de se ter escavado estruturas arqueológicas até aos 2 metros de profundidade).</p> <p>Em 2013, as áreas submetidas a medidas de valorização e proteção patrimonial (património arqueológico), corresponderam a uma área, designadamente o sítio arqueológico de Quiraz, com 2,6 ha.</p> <p>No ano de 2014 foram alvo de medidas de valorização patrimonial 15 sítios arqueológicos. Neste indicador estão incluídos as medidas de minimização resultantes de pedidos de informação prévia à avaliação de projetos de obras localizados em áreas de proteção arqueológica em vigor e propostas de valorização patrimonial. Destes 15 sítios destacamos a apresentação de uma proposta de classificação como monumento de interesse municipal de 13 sítios arqueológicos. À área total submetida a classificação é de cerca de 10 ha.</p>																														

Em 2015, o total de áreas sujeitas a medidas de valorização patrimonial foram igualmente objeto de trabalhos de acompanhamento arqueológico, pelo que, as áreas submetidas a proteção do património arqueológico foi de 64 hectares.

Durante 2016 foram realizadas medidas de valorização e proteção patrimonial das áreas de património arqueológico nas zonas afetadas pela construção da variante à E.N. 14, sítio arqueológico de Cidadelhe, no vale do ribeira do Arquinho, no Castelo da Maia, e zona da Forca/Aldeia Nova, no Castelo da Maia.

N.º de Estabelecimentos de Saúde Primários

N.º 82

Tendência -

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Subtema

Equipamentos Saúde

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (Gabinete Saúde)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de estabelecimentos de saúde primários em funcionamento no concelho, em que se considera:

- N.º de Unidades Locais de Saúde, do Serviço Nacional de Saúde. Adota-se a terminologia de Unidade de Saúde, a qual por opção do Governo substituiu as designações anteriormente utilizadas de Centros de Saúde e Extensões de Saúde;
- N.º de Unidades de Saúde Familiar, isto é, Unidade operativa, funcionalmente autónoma, dos Centros de Saúde dotados de personalidade jurídica e associações de centros de saúde. Compreendem as unidades de saúde familiar, de cuidados na comunidade, de saúde pública. Podem compreender ainda unidades de meios de diagnóstico e tratamento e especialidades, de internamento ou de urgência.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

Plano Nacional de Saúde 2012-2016

Metas Estratégicas**Quadros/Representação Gráfica**

Ano	Unidades Saúde	USF
2008	9	0
2009	5	7
2010	5	8
2011	5	8
2012	4	8
2013	4	8
2014	4	8
2015	4	9
2016	5	9

Unidades de Saúde, Maia

Análise Sumária

Desde a entrada em vigor do PDM, e muito designadamente da elaboração da designada Carta da Saúde, ocorreram transformações no âmbito do sistema organizacional dos cuidados de saúde primários públicos, pela introdução do conceito de Unidades de Saúde Familiares (USF), com reflexos positivos na prestação dos cuidados de saúde do município.

Com a constituição das USF, o concelho foi dotado de um conjunto de equipamentos de saúde, que se traduziram na substituição/encerramento de algumas extensões de saúde, com carácter mais precário.

Em 2015, foi reportada a existência no concelho da Maia de um total de 5 unidades de saúde (integrando a a UCSP do Castelo da Maia, a UCSP da Maia/Valongo, as extensões de Milheirós e Nogueira e a Unidade de Saúde Pública da Maia).

No que diz respeito às Unidades de Saúde Familiar, atualmente a Maia já dispõe de 9 USF, designadamente: Lidador, Odisseia, Pirâmides, Íris, Viver Mais, Pedras Rubras, Alto da Maia, Saúde em Família e Terras da Maia. Relativamente a 2009, ano em que surgiram as USF no concelho, verifica-se agora a existência de mais duas USF.

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Descrição/Metodologia

N.º de utentes inscritos nas unidades de cuidados do serviço nacional de saúde do concelho (Unidades de Saúde e Unidades de Saúde Familiar)

Subtema

Equipamentos Saúde

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (Gabinete Saúde)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

Plano Nacional de Saúde 2012-2016

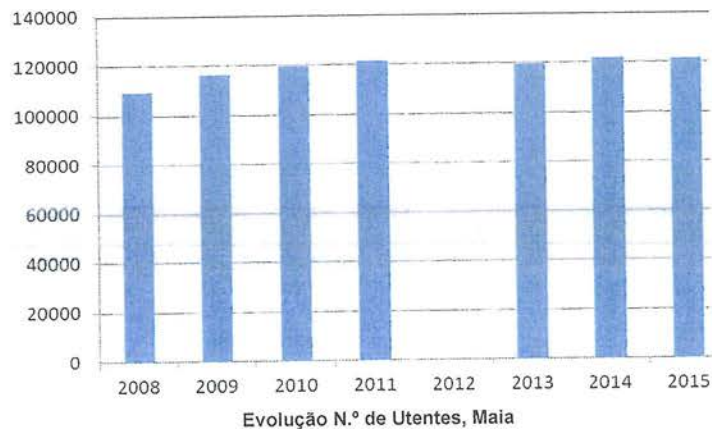
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Utentes
2008	109.372
2009	116.210
2010	119.436
2011	121.497
2012	n.d
2013	119.405
2014	121.603
2015	121.236

N.º de utentes, Maia



Análise Sumária

De acordo com os dados fornecidos pelo Gabinete de Saúde da Câmara Municipal, em 2015, encontravam-se inscritos nos estabelecimentos de saúde primários do concelho da Maia cerca de 121.236 utentes, verificando-se um crescimento bastante significativo relativamente ao valor de referência do PDM (109.372 utentes).

Este crescimento é fruto quer da evolução da oferta na prestação de cuidados de saúde quer do crescimento populacional que o concelho continua a registar.

Ainda assim, é importante referir que a população inscrita nos cuidados de saúde representa apenas cerca de 90% da população residente no concelho (135.306 habitantes de acordo com os resultados preliminares dos censos de 2011).

À data da elaboração do presente relatório não foi disponibilizada informação que permitisse avaliar a evolução do presente indicador em 2016.

N.º de Médicos de Medicina Geral e Familiar

N.º 84

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Descrição/Metodologia

N.º de médicos a exercer funções nas unidades de saúde familiar do concelho.

Subtema

Equipamentos Saúde

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (Gabinete Saúde)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

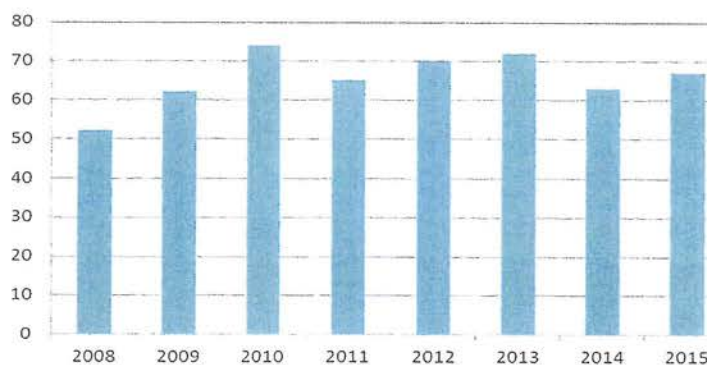
Plano Nacional de Saúde 2012-2016

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Médicos
2008	52
2009	62
2010	74
2011	65
2012	70
2013	72
2014	63
2015	67

N.º de Médicos, Maia



Evolução n.º de Médicos, Maia

Análise Sumária

Em 2015, estavam a trabalhar nas unidades dos cuidados de saúde primários do concelho um total de 67 médicos de medicina geral e familiar, observando-se um crescimento francamente positivo relativamente ao valor de referência do PDM (52 médicos, dados de 2008), sendo que a evolução desde 2009 até 2015 não tem sido constante.

Face ao n.º de utentes apurado para 2014, regista-se uma média de 1.809 utentes por cada médico a exercer funções nas unidades de saúde.

À data da elaboração do presente relatório não foi disponibilizada informação que permitisse avaliar a evolução do presente indicador em 2016.

N.º de Médicos por 1000 habitantes

N.º 85

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Descrição/Metodologia

N.º de médicos a exercer funções nas unidades de saúde familiar do concelho por mil habitantes.

N.º médicos/População Residente*1000

Subtema

Equipamentos Saúde

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (Gabinete Saúde)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Nacional de Saúde 2012-2016

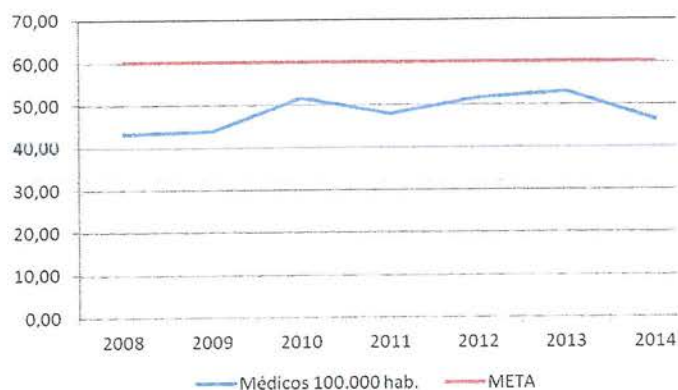
Metas Estratégicas

Meta ENDS 2015: 350 médicos por 100 mil habitantes e 60 médicos de medicina geral e familiar por 100 mil habitantes.
Meta PNS 2012-2016: 81,4 enfermeiros nos cuidados de saúde primária por 100 mil habitantes e 431,5 médicos por cada 100 mil habitantes.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Médicos	População Residente	Médicos 1000 Hab.
2008	52	120111	0,43
2009	62	140859	0,44
2010	74	143371	0,52
2011	65	135306	0,48
2012	70	135306	0,52
2013	72	135306	0,53
2014	63	135306	0,47
2015	67	135306	0,50

Médicos por Mil Habitantes



Evolução n.º de médicos por 100 mil habitantes

Análise Sumária

Em 2015, o número de médicos por cada 1000 habitantes do concelho correspondia a 0,50, valor superior ao valor de referência do PDM (rácio de 0,43 médicos por cada 1000 habitantes).

Assim, regista-se um crescimento relativamente ao valor de referência do PDM, aproximando-se, gradualmente, do valor definido na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável de, em 2015, atingir-se a meta de 60 médicos de medicina geral e familiar por 100 mil habitantes.

À data da elaboração do presente relatório não foi disponibilizada informação que permitisse avaliar a evolução do presente indicador em 2016.

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Descrição/Metodologia

N.º de enfermeiros a exercer funções nas unidades de saúde familiar do concelho.

Subtema

Equipamentos Saúde

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (Gabinete Saúde)

f

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Nacional de Saúde 2012-2016

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Enfermeir os
2008	n.a
2009	n.a
2010	80
2011	91
2012	71
2013	70
2014	67

n.a. Não avaliado

N.º de Enfermeiros, Maia**Análise Sumária**

De acordo com dados prestados pelo Gabinete de Saúde da Câmara Municipal, em 2014, trabalhavam nas unidades de saúde públicas do concelho cerca de 67 enfermeiros, com uma evolução negativa face ao valor disponibilizado relativamente aos anos transatos. Relativamente a este indicador não é possível tirar ilações relativamente à evolução face ao valor de referência do PDM, uma vez que o mesmo até então nunca tinha sido avaliado.

À data da elaboração do presente relatório não foi disponibilizada informação que permitisse avaliar a evolução do presente indicador em 2015 e 2016.

N.º de Enfermeiros por 1000 habitantes

N.º 87

Tendência ▼

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Povoamento	Equipamentos Saúde	Estado
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
n.º	Anual	CMM (Gabinete Saúde)
Descrição/Metodologia		
N.º de enfermeiros a exercer funções nas unidades de saúde familiar do concelho por mil habitantes.		
N.º enfermeiros/População Residente*1000		

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Nacional de Saúde 2012-2016

Metas Estratégicas

Meta ENDS 2015: 350 médicos por 100 mil hab;
Meta PNS 2012-2016: 84 enfermeiros nos cuidados de saúde primária por 100 mil habitantes e 431,5 médicos por cada 100 mil habitantes.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Enfermeiros	Pop. Residente	Enf. 1.000 Hab.
2010	80	145791	0,55
2011	91	135306	0,67
2012	71	135306	0,52
2013	70	135306	0,52
2014	67	135306	0,50

Análise Sumária

Com um total de 67 enfermeiros a exercer funções nas unidades de saúde do concelho, em 2014, estima-se a existência de cerca de 0,50 enfermeiros por cada 1000 habitantes, valor que decresceu face aos demais anos analisados.

Assim, com cerca de 52 enfermeiros por cada 100 mil habitantes, no concelho da Maia ainda se está muito aquém de atingir a meta do Plano Nacional de Saúde 2012-2016 de 84 enfermeiros nos cuidados de saúde primários por cada 100 mil habitantes.

À data da elaboração do presente relatório não foi disponibilizada informação que permitisse avaliar a evolução do presente indicador em 2015 e 2016.

N.º de Estabelecimentos de Educação				N.º 88		Tendência ▲																																																																																								
Tema		Subtema		Modelo DPSIR																																																																																										
Povoamento		Equipamentos Educação		Estado																																																																																										
Unidade Análise		Periodicidade		Fonte																																																																																										
n.º		Anual		CMM (DEASJ)/ http://roteiro.min.edu.pt																																																																																										
Descrição/Metodologia		N.º de estabelecimentos de educação no concelho, por nível de ensino (Educação Pré-escolar, 1.º Ciclo Ensino Básico, 2.º/3.º Ciclo Ensino Básico e Ensino Secundário) e por entidade (pública, privada e IPSS).																																																																																												
Objetivos PDM/Fator Ambiental				Meta/Objetivo Município																																																																																										
Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)				Crescente																																																																																										
Documentos Referência Estratégica				Metas Estratégicas																																																																																										
-				-																																																																																										
Quadros/Representação Gráfica																																																																																														
<table><tr><th rowspan="2">Ano</th><th colspan="3">JI</th><th colspan="2">EB1</th><th colspan="2">EB2/3 e Sec.</th></tr><tr><th>Púb.</th><th>Priv.</th><th>IPSS</th><th>Púb.</th><th>Priv.</th><th>Púb.</th><th>Priv.</th></tr><tr><td>2004/05</td><td>34</td><td>21</td><td>17</td><td>42</td><td>2</td><td>9</td><td>1</td></tr><tr><td>2009/10</td><td>35</td><td>17</td><td>12</td><td>40</td><td>3</td><td>9</td><td>1</td></tr><tr><td>2010/11</td><td>37</td><td>16</td><td>17</td><td>40</td><td>3</td><td>9</td><td>2</td></tr><tr><td>2011/12</td><td>38</td><td>18</td><td>15</td><td>40</td><td>4</td><td>9</td><td>2</td></tr><tr><td>2012/13</td><td>n.d</td><td>n.d</td><td>n.d</td><td>n.d</td><td>n.d</td><td>n.d</td><td>n.d</td></tr><tr><td>2013/14</td><td>n.d</td><td>n.d</td><td>n.d</td><td>n.d</td><td>n.d</td><td>n.d</td><td>n.d</td></tr><tr><td>2014/15</td><td>36</td><td>16</td><td>16</td><td>36</td><td>4</td><td>9</td><td>2</td></tr><tr><td>2015/16</td><td>35</td><td>13</td><td>16</td><td>34</td><td>4</td><td>9</td><td>2</td></tr><tr><td>2016/17</td><td>35</td><td>14</td><td>16</td><td>35</td><td>4</td><td>9</td><td>2</td></tr></table> <p>Evolução n.º de Estabelecimentos de Educação</p>								Ano	JI			EB1		EB2/3 e Sec.		Púb.	Priv.	IPSS	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	2004/05	34	21	17	42	2	9	1	2009/10	35	17	12	40	3	9	1	2010/11	37	16	17	40	3	9	2	2011/12	38	18	15	40	4	9	2	2012/13	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	2013/14	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	2014/15	36	16	16	36	4	9	2	2015/16	35	13	16	34	4	9	2	2016/17	35	14	16	35	4	9	2
Ano	JI			EB1		EB2/3 e Sec.																																																																																								
	Púb.	Priv.	IPSS	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.																																																																																							
2004/05	34	21	17	42	2	9	1																																																																																							
2009/10	35	17	12	40	3	9	1																																																																																							
2010/11	37	16	17	40	3	9	2																																																																																							
2011/12	38	18	15	40	4	9	2																																																																																							
2012/13	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d																																																																																							
2013/14	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d																																																																																							
2014/15	36	16	16	36	4	9	2																																																																																							
2015/16	35	13	16	34	4	9	2																																																																																							
2016/17	35	14	16	35	4	9	2																																																																																							
Análise Sumária																																																																																														
De acordo com os dados recolhidos junto da Divisão de Educação da Câmara Municipal, no ano letivo de 2016/2017, funcionavam no concelho:																																																																																														
<ul style="list-style-type: none">um total de 65 estabelecimentos de educação pré-escolar, dos quais 35 públicos, 14 privados e 16 pertencentes a IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social;um total de 39 escolas com o 1.ª CEB (34 públicas e 4 privadas);11 escolas com o 2/3 ciclo de ensino básico e do ensino secundário (sendo 9 públicas e 2 pertencentes a entidades privadas).																																																																																														
Assim, relativamente ao ano de referência do PDM, nomeadamente o ano letivo de 2004/2005, dados da Carta Educativa, revela-se um ligeiro declínio do número total absoluto de equipamentos pré-escolares e do 1.º CEB, evolução que reflete a aposta da Câmara Municipal na requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar, através da construção de novos centros escolares e ampliação e beneficiação de uma série de estabelecimentos, o que, por outro lado, se traduziu na desativação de alguns estabelecimentos, sobretudo as de dimensão reduzidas, e nas quais não se observava a adequação dos espaços às atuais exigências do ensino.																																																																																														
Em complemento também se assistiu a um crescimento da oferta privada, quer ao nível do número de estabelecimentos, quer ao nível da oferta formativa.																																																																																														

N.º de alunos nos estabelecimentos educação

N.º 89

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Subtema

Equipamentos Educação

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

FonteCMM (DEASJ)/ <http://roteiro.min.edu.pt>**Descrição/Metodologia**

Evolução do n.º de alunos a frequentar os estabelecimentos de educação no concelho.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	JI		IPSS	EB1		EB2/3 e Sec.	
	Púb.	Priv.		Púb.	Priv.	Púb.	Priv.
2004/05	1237	676	720	4975	326	8538	223
2009/10	1403	576	1141	4871	430	11975	841
2010/11	1709	n.d	1071	4996	n.d	11270	706
2011/12	1763	836	936	4898	1036	8748	255
2012/13	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
2013/14	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
2014/15	1821	242	991	4919	249	9844	383
2015/16	1816	594	1062	4767	533	9657	431 ¹
2016/17	1683	640	1031	4836	522	9660	553

Evolução alunos nos estabelecimentos de educação

Análise Sumária

De acordo com a informação disponibilizada, no ano letivo 2016/2017, frequentavam os estabelecimentos de ensino do concelho cerca de 18.925 alunos, verificando-se uma evolução positiva face aos dados de referência da Carta Educativa, em que eram cerca de 16695 alunos.

O crescimento do n.º de alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino é mais notório nas escolas com o 2/3 ciclo de ensino básico e/ou ensino secundário, reflexo, porventura, das melhorias efetuadas nos estabelecimentos pela Parque Escolar, EPE, que com a introdução de novos níveis de ensino em algumas escolas, permite acolher um número mais abrangente de alunos.

¹ Valor subavaliado dado a ausência de informação sobre o número de alunos a frequentar este nível de ensino em alguns estabelecimentos particulares.

Taxa de Ocupação dos Estabelecimentos de Ensino

N.º 90

Tendência ▼

Tema

Povoamento
Unidade Análise
%

Subtema

Equipamentos Educação
Periodicidade
Anual

Modelo DPSIR

Estado
Fonte
CMM (DEASJ)/ <http://roteiro.min.edu.pt>

Descrição/Metodologia

Evolução da taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino.

Relação entre a capacidade de um edifício escolar em regime normal de funcionamento e o n.º de alunos que o frequentam.

Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

100%

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	JI				EB1			EB2/3 e Sec.		
	Púb.	Priv.	IPSS	Total	Púb.	Priv.	Total	Púb.	Priv.	Total
2004/05	93,4	81,9	64	80,0	130,9	108,7	119,8	n.d	n.d	n.d
2009/10	93,5	n.d	n.d	93,5	103,1	n.d	103,1	n.d	n.d	n.d
2010/11	81,4	n.d	n.d	81,4	86,7	n.d	86,7	n.d	n.d	n.d
2011/12	81,1	n.d	n.d	81,1	84,2	n.d	84,2	n.d	n.d	n.d
2012/13	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
2013/14	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
2014/15	87,8	68,2	82,6	79,5	79,8	87,16	83,5	115,5	127,7	121,6
2015/16	85,46	60,92	88,5	78,29	75,13	94	84,57	117,5	n.d	117,5
2016/17	75,60	60,95	80,86	72,47	75,91	80,31	78,11	127,3	n.d	127,3

Evolução Taxa de Ocupação, estabelecimentos ensino, Maia

Análise Sumária

A taxa de ocupação média dos estabelecimentos de educação pré-escolar na Maia era de 72,47%, no ano letivo 2016/2017. Este valor é inferior ao registado em 2004/2005 (80%).

No que se refere à taxa de ocupação do 1.º CEB, a mesma também se apresenta ligeiramente inferior à registada em 2004/2005 (119,8%), sendo agora de 80,31%. No entanto, relembramos que à data da elaboração da Carta Educativa ainda não tinha sido implementado o regime normal de funcionamento em todos os estabelecimentos de ensino, o que resulta numa taxa superior a 100%.

No ano letivo de 2016/2017, nos estabelecimentos do 2/3 CEB e Ensino Secundário públicos a taxa de ocupação era de 127,3%, não havendo informação sobre os privados dada a ausência de dados sobre a capacidade máxima dos referidos estabelecimentos.

Taxa de Escolarização do Ensino Básico e Secundário

N.º 92

Tendência

Tema

Povoamento

Unidade Análise

%

Subtema

Equipamentos Educação

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

INE (Anuário Estatístico da Região Norte – 2008, 2009 e 2010, 2011, 2012)

Descrição/Metodologia

Evolução da taxa de escolarização das escolas do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

Relação entre o número de alunos matriculados num determinado ano de escolaridade e a população estimada com idade própria para frequência desse ano de escolaridade.

Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

100%

Documentos Referência Estratégica

Metas Estratégicas

Quadros/Representação Gráfica

Localização geográfica	Taxa bruta de escolarização no ensino básico e secundário																			
	2005 / 2006		2006 / 2007		2007 / 2008		2008 / 2009		2009 / 2010		2010 / 2011		2011 / 2012		2012/2013		2013/2014		2014/2015	
	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino básico	Ensino secundário
Santo Tirso	128,9	107,4	127,8	94,3	133,5	103,8	148,1	144,5	145,8	152,8	136,9	148,9	131	139,1	123,4	134,3	123,1	130,2	136,9	137,1
Trofa	110	84,8	109,9	69,2	106,9	68,2	123,6	131,7	128,3	122,2	117,5	107,5	118,7	100,9	108,2	88,7	106,1	79,0	117,5	80,2
Espinho	152,5	196	159,6	197,7	162,8	204,3	173,4	239,9	169,1	254,4	167,4	245,8	177,4	241,2	157,6	216,0	157,3	203,0	167,4	214,9
Gondomar	91,7	59,4	94,6	67,8	96,3	69,6	107,8	109,8	103,6	107,5	101,4	92,1	101,2	88,4	93,1	77,1	91,7	73,4	101,4	76,7
Maia	89,7	84,9	91,3	69,8	89,2	75,2	96,3	102,9	95,8	94,9	90,1	84,9	97,5	84,1	95,9	80,5	96,8	76,7	90,1	75,6
Matosinhos	106,2	74,9	109,6	81,5	111,3	81,9	123,8	119,3	122,6	122,2	114	107,8	109,2	95,9	105,3	87,0	103,6	83,9	114,0	84,7
Porto	174,7	222,8	182,5	246	201	256,2	238,5	401,2	220,5	410,8	219	434,9	182,7	353,5	177,1	389,0	175,4	389,0	219,0	384,0
Póvoa de Varzim	113,2	91,4	114,2	88,7	115	93,7	116,9	106,1	115,4	113,8	111,3	114,5	122,1	118,5	117,6	110,1	112,7	108,7	111,3	112,7
Valongo	120	74,3	116,9	83,7	119,5	77,3	130,9	119,6	124,7	121,5	115,4	101	118	93	107	80,5	104,5	69,6	115,4	73,6
Vila do Conde	108,5	67,7	109	67,4	108,7	62,9	116	81,5	115,8	88,4	113,5	89,6	108,2	75,9	101,2	72,9	97,8	68,2	113,5	70,1
Vila Nova de Gaia	102,8	78,5	104	77,8	100,6	77,7	112,9	115,8	110,7	123,7	106,6	97,7	108,7	92,1	100,5	85,6	98,7	82,5	106,6	84,6
Paredes	106,8	45,6	108,4	50,1	110,2	54,1	123,8	90,8	124	88,7	116,5	83,3	116	79	107	70,8	101,5	63,8	116,5	68,5
Arouca	111,4	61	114,2	61,4	116,8	58,7	136,5	124,8	162,6	112,4	125,4	101,4	116,8	91,4	112,3	90,4	111,7	82,7	125,4	84,6
Oliveira de Azeméis	104,6	48,1	107,6	63	106,9	59,3	55,4	107,8	120,1	123,5	114,9	97,2	109	80,6	101,9	76,1	103,3	72,8	114,9	74,4
Santa Maria da Feira	106,2	59,4	105	60,6	111,2	65,1	290,3	119,4	117,3	117,7	114	99,3	108,3	102,6	101,4	111,3	98,6	103,5	114,0	98,1
São João da Madeira	162,5	286,2	170,2	308,3	178,3	267,9	190	358,5	198,6	359,8	187,5	340,7	199,6	336,8	186,7	342,3	184,3	340,3	187,5	337,6
Vale de Cambra	107,6	90,7	108,2	92,8	109,3	92,7	116,6	105,5	114,3	106,2	115,7	107,7	114,7	101,4	108,7	91,5	107,1	84,9	115,7	82,2

Taxa Bruta de Escolarização Ensino Básico e Secundário, AMP

Análise Sumária

A taxa bruta de escolarização do ensino básico e secundário, divulgada pelo INE através dos Anuários Estatísticos, na Maia era de 90,1% no ensino básico e de 75,6% no ensino secundário, no ano letivo de 2014/15.

Sendo que a escolaridade obrigatório se estende agora ao ensino secundário, a taxa de escolarização deveria corresponder a 100%.

No entanto, no ano letivo 2014/2015, a taxa de escolarização na Maia é inferior a 100%, o que reflete uma capacidade superior de atração dos concelhos limítrofes, situação provavelmente advinda dos movimentos pendulares efetuados pelos pais ou encarregados de educação.

De acordo com os dados divulgados pelo INE, a Maia, apresenta uma das mais baixas taxas de escolarização, quer do ensino básico quer do secundário, comparativamente com os demais concelhos da AMP, que, poderá traduzir, a escolha por parte dos alunos de estabelecimentos existentes noutros concelhos.

Equipamentos sociais por valência

N.º 93

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Subtema

Equipamentos Sociais

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Descrição/Metodologia

Evolução do número de estabelecimentos sociais por valência de resposta de apoio à população (Ex: Creche, Atividades de Tempos Livres, Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais, Lar de Idosos, Centro de Dia, Centro de Convívio, Serviço de Apoio Domiciliário).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	C	ATL	CAFAP	LCJ	CAO	LR	TPD	CAT	Ccon	CD	LI	SAD	Ccom	CAV	EID
2004	36	33	n.a	1	3	1	n.a	0	1	11	7	n.a	n.a	n.a	n.a
2009	32	21	n.a	1	3	1	n.a	1	1	11	6	n.a	n.a	n.a	n.a
2010	36	9	n.a	1	3	1	n.a	1	5	15	11	13	n.a	n.a	n.a
2011	40	9	n.a	1	3	1	n.a	1	5	16	19	15	n.a	n.a	n.a
2012	35	8	n.a	1	4	1	n.a	1	6	15	20	15	n.a	n.a	n.a
2013	n.d	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.a	n.a	n.a
2014	33	7	n.a	1	3	1	n.a	1	7	12	7	n.d	n.a	n.a	n.a
2015	36	5	n.a	1	4	2	n.a	1	4	18	19	17	n.a	n.a	n.a
2016	33	4	1	1	4	2	1	1	1	17	18	17	2	1	1

C – Creche

ATL – Atividades Tempos Livres

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

LCJ – Lar de Crianças e Jovens

CAO – Centro Atividades Ocupacionais

LR – Lar Residencial

TPD – Transporte Pessoas com Deficiência

CAT – Centro Acolhimento Temporário

Ccon – Centro Convívio

CD – Centro de Dia

LI – Lar de Idosos

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

Ccom – Centro Comunitário

CAV – Centro de Apoio à Vida

EID – Equipa de Intervenção Direta (Toxicodependentes)

Evolução Estabelecimentos Sociais, Maia**Análise Sumária**

No que diz respeito à oferta destinada à prestação de serviços a crianças, em 2016, existiam 33 creches e 4 ATL, bem como 2 estabelecimentos destinados a lares para crianças e jovens e de um centro de acolhimento temporário de crianças em situação de risco.

Quanto à valência destinada ao apoio de pessoas com deficiência, regista-se a existência de 4 Centros de Atividades Ocupacionais e de dois Lares Residenciais.

Quanto aos serviços de apoio à população idosa, em 2016, verificava-se a existência de 1 centro de convívio, de 17 centros de dia, de 18 lares de idosos e bem ainda de 17 instituições com a oferta de serviço de apoio domiciliário a idosos.

Este ano a Carta Social passou a disponibilizar informação sobre outras tipologias de valências sociais, pelo que, se incluiu informação sobre as mesmas. Assim, em 2016 (reiterando que poderia já existirem estas valências a funcionar nos estabelecimentos sociais, mas não havia informação disponível que permitisse dar o efetivo reporte), existia um estabelecimento com o serviço de Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, um com o Transporte de Pessoas com Deficiência, dois Centros Comunitários, um Centro de Apoio à Vida e uma Equipa de Intervenção Direta de Apoio a Toxicodependentes.

Tal como já referido em anteriores relatórios, em relação aos dados da Carta Social, elaborada no âmbito do processo de revisão do PDM, e datados de 2004, observa-se um decréscimo da oferta ao nível do apoio à população jovem, fruto sobretudo do declínio de ATL, devido à aposta na escola a tempo inteiro e, por outro lado, do crescimento da oferta relacionada com o apoio à população idosa, em resultado de uma maior resposta às necessidades em resultado do declínio da taxa de natalidade e do aumento do peso da população das camadas etárias mais elevadas.

Utentes dos equipamentos sociais por valência

N.º 94

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º

Descrição/Metodologia

N.º de utentes a frequentar estabelecimentos sociais por valência.

Subtema

Equipamentos Sociais

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	C	ATL	CAFAP	LCJ	CAO	LR	TPD	CAT	Ccon	CD	LI	SAD	Ccom	CAV	EID	Total
2004	882	1428	n.a	65	67	10	n.a	0	43	267	194	n.a	n.a	n.a	n.a	2956
2009	952	754	n.a	68	65	10	n.a	22	25	321	280	n.a	n.a	n.a	n.a	2497
2010	1031	594	n.a	42	63	10	n.a	10	45	252	328	357	n.a	n.a	n.a	2732
2011	995	357	n.a	68	65	10	n.a	23	91	318	304	354	n.a	n.a	n.a	2585
2012	1013	248	n.a	68	73	10	n.a	23	110	332	357	409	n.a	n.a	n.a	2643
2013	n.d	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.a	n.a	n.a	0
2014	1111	199	n.a	45	63	10	n.a	n.d	97	326	216	n.d	n.a	n.a	n.a	2067
2015	1003	137	n.a	91	88	35	n.a	n.d	110	421	475	447	n.a	n.a	n.a	2807
2016	1098	141	50	28	89	30	17	n.d	30	360	477	435	1969	85	88	4897

Evolução de Utentes Equipamentos Sociais

Análise Sumária

Em 2004, registaram-se 2956 utentes a frequentar as diferentes valências dos equipamentos sociais, enquanto, em 2016, esse valor foi de 4897.

Este acréscimo deve-se sobretudo à consideração na análise deste ano de novas valências de equipamentos sociais, tais como os Centros Comunitários, inexistentes em 2004, mas que já existem há alguns anos a esta parte, e que nunca foram considerados, que têm um total de 1.969 utentes.

Em 2016, estavam inscritas nas creches 1.098 crianças, às quais se juntam as 141 crianças no serviço de centro de atividade de tempos livres.

No apoio às pessoas com deficiência, os utentes dos centros de atividades ocupacionais e dos lares residenciais eram de 89 e 30, respetivamente, aproximando-se dos valores de 2015, mas claramente superior a anos transatos uma vez que a oferta em termos de n.º de estabelecimentos é maior. Acresce o n.º de utentes a utilizar o serviço de transporte de pessoas com deficiência (17).

A população idosa a usufruir das valências de apoio a este grupo etário era, em 2016, 30 nos centros de convívio, 360 nos centros de dia, 477 nos lares de idosos e 435 idosos a beneficiar do serviço de apoio domiciliário.

As valências como informação disponível este ano apresentam o seguinte n.º de utentes: CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental – 50 utentes, Centro de Apoio à Vida – 85 utentes e Equipa de Intervenção Direta a Toxicodependentes – 88 utentes.

Capacidade dos Equipamentos Sociais

N.º 95

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Sociais

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

FonteCMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt**Descrição/Metodologia**

Relação existente entre o número de crianças inscritas nos estabelecimentos e a capacidade instalada dos mesmos.

Permite dar a conhecer a relação entre a oferta e a procura.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica**Metas Estratégicas****Quadros/Representação Gráfica**

Ano	C	ATL	CAFAP	LCJ	CAO	LR	TPD	CAT	Ccon	CD	LI	SAD	Ccom	CAV	EID	Total
2004	1255	n.d	n.a	68	67	10	n.a	n.d	n.d	343	201	n.d	n.a	n.a	n.a	1944
2009	1120	n.d	n.a	68	65	10	n.a	n.d	n.d	338	303	n.d	n.a	n.a	n.a	1904
2010	1174	450	n.a	68	63	10	n.a	n.d	n.d	394	312	542	n.a	n.a	n.a	3013
2011	1127	325	n.a	68	65	10	n.a	n.d	n.d	387	407	513	n.a	n.a	n.a	2902
2012	1106	375	n.a	68	63	10	n.a	n.d	50	335	368	472	n.a	n.a	n.a	2847
2013	n.d	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.a	n.a	n.a	n.d
2014	n.d	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.a	n.a	n.a	n.d
2015	1375	335	n.a	n.d	n.d	n.d	n.a	n.d	n.d	426	505	707	n.a	n.a	n.a	3348
2016	1296	160	100	68	93	34	20	n.d	50	480	519	737	1969	115	88	5729

Evolução da Capacidade dos Equipamentos Sociais

Análise Sumária

De acordo com a informação recolhida junto da Carta Social do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, face aos dados da Carta Social, de 2004, observa-se um crescimento da capacidade instalada dos equipamentos sociais do concelho, passando de 1.994 utentes para um total de 5.729 utentes em 2016, traduzindo numa evolução significativa, muito fruto de, neste último ano, se estar a considerar a capacidade instalada de valências que anteriormente não foram avaliadas pela inexistência de dados, bem como pela construção/ampliação de equipamentos no âmbito de candidaturas aprovadas no anterior quadro comunitário e no PARES.

Taxa de Utilização dos Equipamentos Sociais

N.º 96

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Unidade Análise

%

Descrição/Metodologia

Relação entre o n.º de utentes a frequentar as valências dos equipamentos sociais e a capacidade instalada dessas mesmas valências.

Subtema

Equipamentos Sociais

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DEASJ) e www.cartasocial.pt

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

100%

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	C	ATL	CAFAP	LCJ	CAO	LR	TPD	CAT	Ccon	CD	LI	SAD	Ccom	CAV	EID
2004	70,3	n.d	n.a	95,6	100,0	100,0	n.a	n.d	n.d	77,8	96,5	n.d	n.a	n.a	n.a
2009	85,0	n.d	n.a	100,0	100,0	100,0	n.a	n.d	n.d	95,0	92,4	n.d	n.a	n.a	n.a
2010	87,8	132,0	n.a	61,8	100,0	100,0	n.a	n.d	n.d	64,0	105,1	65,9	n.a	n.a	n.a
2011	88,3	109,8	n.a	100,0	100,0	100,0	n.a	n.d	n.d	82,2	74,7	69,0	n.a	n.a	n.a
2012	91,6	66,1	n.a	100,0	115,9	100,0	n.a	n.d	220,0	99,1	97,0	86,7	n.a	n.a	n.a
2013	n.d	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.a	n.a	n.a
2014	n.d	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.a	n.a	n.a
2015	72,9	40,9	n.a	n.d	n.d	n.d	n.a	n.d	n.d	98,8	94,1	63,2	n.a	n.a	n.a
2016	84,7	88,1	50,0	41,2	95,7	88,2	85,0	n.d	60,0	75,0	91,9	59,0	100,0	73,9	100,0

Evolução Taxa Utilização Equipamentos Sociais, Maia

Análise Sumária

Em 2016, a taxa de utilização das diferentes valências de serviço social apresentam variações entre os 41,2% (no caso do Lar de Crianças e Jovens) e de 100% (para os Centros Comunitários e a Equipa de Intervenção Direta).

Este valor é sempre variável pois não existe uma obrigatoriedade da população em frequentarem este tipo de valências.

Taxa de Cobertura dos Equipamentos Sociais

N.º 97

Tendência

Tema

Povoamento

Unidade Análise

%

Subtema

Equipamentos Sociais

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DEASJ), www.cartasocial.pt, INE (Censos, Anuários Estatísticos)

Descrição/Metodologia

Relação entre o número de utentes por valência dos equipamentos sociais e a população residente com idade para frequentar essa mesma valência (creche – 0-2 anos, ATL – 6 aos 9 e dos 6 aos 14 anos, centro de convívio, centro de dia lar de idosos e serviço apoio domiciliário – 65 ou mais anos).

Para o cálculo do presente indicador teve-se como base a população residente nos grupos etários, nos recenseamentos de 2001 e 2011.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...).

Meta/Objetivo Município

Creches - 30% da população entre os 0 e os 2 anos inclusive

ATL – Decrescente

Resposta apoio idosos – crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

- Creches - 30% da população entre os 0 e os 2 anos

Quadros/Representação Gráfica

Ano	População Jovem	
	Creches	ATL
2004	19,10	11,80
2009	17,35	5,20
2010	18,42	2,40
2011	22,54	4,48
2012	22,94	1,79
2013	n.d	n.d
2014	26,16	1,44
2015	24,71	0,99
2016	24,87	1,02

Taxa Cobertura Respostas de apoio à população jovem, Maia

Ano	Utentes	Pop. 65 ou Mais Anos	Taxa Cobertura
2004	504	13833	3,64
2009	626	15021	4,17
2010	982	15320	6,41
2011	1067	18225	5,85
2012	1208	18225	6,63
2013	n.d	18225	n.d
2014	639	18225	3,51
2015	1453	18225	7,97
2016	1302	18225	7,14

Taxa Cobertura Respostas de apoio à população idosa, Maia

Análise Sumária

Ao nível das valências de apoio à população jovem, entre 2004 e 2016, a taxa de cobertura das creches tem evoluído positivamente, fixando-se, neste último ano, em cerca de 24,87% da população com idade entre os 0 e os 2 anos, taxa que cresceu ligeiramente, face a 2015.

Face ao exposto, a Maia encontra-se aquém da meta definida pela União Europeia e por Portugal, de atingir uma taxa de cobertura das creches de 30%, devendo, por isso, desenvolver ações de fomento da valência de creche, aproximando-a dos valores de referência.

Ao nível dos ATL, em 2016, a taxa de cobertura média concelhia era de 1,02, crescendo face a 2015 (0,99%). Reitera-se que a diminuição face aos anos transatos é fruto, como já tem vindo a ser referido, da diminuição da oferta resultado da política de implementação da escola a tempo inteiro, que tem dado resposta ao serviço prestado por este tipo de valência.

Tal como no relatório de 2014, e embora nos relatórios anteriores se tenha apresentado a taxa de cobertura por cada um das valências dos equipamentos sociais de apoio à população idosa, considerando que cada individuo apenas frequenta um tipo de valência de cada vez e bem ainda que a análise efetuada no âmbito da Carta Social do MESSS agrega os utentes do conjunto das valências, em 2016, mantém-se o cálculo da taxa de cobertura tendo em conta o total de utentes a frequentar e a população residente com 65 ou mais anos. Assim, a taxa de cobertura das principais respostas para as pessoas idosas foi, em 2016, de 7,14%, verificando-se que a mesma é inferior à registada em 2015, mas mantém-se num valor que permite diferenciar-se face aos anos transatos, destacando-se o crescimento face a 2004 período em que o valor registado era de 3,64%, passando praticamente para o dobro, resultado do aumento do n.º de equipamentos e da capacidade instalada dos mesmos.

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Desportivos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DFD)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º total de instalações desportivas, desagregadas por tipologia e freguesia.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

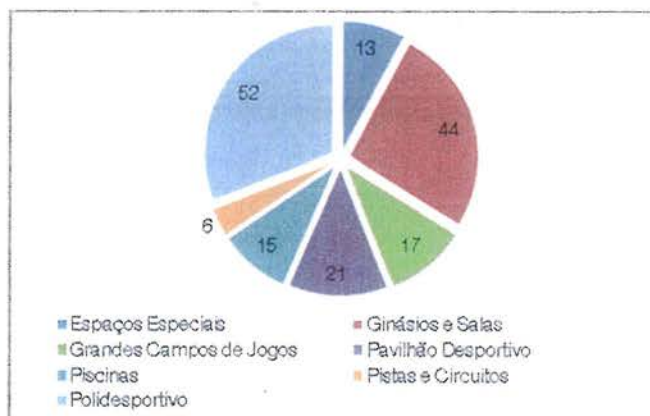
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2007	124
2009	134
2010	134
2011	168
2012	168
2013	201
2014	201
2015	201

Instalações Desportivas, Maia



N.º de Instalações Desportivas por Tipologia, 2012

Espaço Geográfico	Total
Águas Santas	35
Barca	2
Folgosa	9
Gemunde	8
Gondim	1
Gueifães	14
Maia	13
Milheirós	3
Moreira	17
Nogueira	7
Pedrouços	10
S. M. Avioso	10
S. P. Avioso	6
S. P. Fins	5
Silva Escura	1
V. N. Telha	5
Vermoim	35
Total	168

Instalações desportivas, freguesia, 2012

Análise Sumária

No concelho da Maia, em 2012, registou-se o mesmo número de instalações desportivas que em 2011 (168 instalações), registando-se um acréscimo face ao valor base da carta desportiva do PDM, em que o n.º de equipamentos era de 124.

Atualmente, destacam-se os polidesportivos/parques desportivos (52), seguindo-se o grupo de equipamentos inseridos na tipologia de Ginásios e Salas, num total de 44 (ainda que muitos correspondam a ginásios de índole privada, existe ainda um número significativo de salas municipais integradas nos complexos desportivos municipais) e, bem ainda, os pavilhões desportivos (21).

Numa distribuição por freguesia, Águas Santas e Vermoim apresentam uma clara supremacia, com 35 equipamentos desportivos cada. Pelo contrário, às freguesias de Barca, Gondim e Silva Escura registam o valor mais reduzido, consentâneo com a baixa pressão demográfica destas unidades territoriais.

A partir de 2013 foi reportada a existência de 201 equipamentos, valor que se mantém até 2015. No entanto, dado que apenas foi fornecido o valor total para o município, não é possível apresentar a distribuição por tipologia de equipamento e por freguesia.

Superfície Desportiva Útil

N.º 99

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º (m²)

Subtema

Equipamentos Desportivos

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DFD)

Descrição/Metodologia

Evolução da área da superfície desportiva útil das instalações desportivas existentes no concelho.

A superfície desportiva útil corresponde à superfície delimitada pelo traçado do jogo ou prática, acrescida das áreas de segurança mínimas necessárias.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2007	210240,80
2009	329969,00
2010	n.d
2011	335452,27*
2012	335452,27*

n.d. - Não Disponível

* - dado subavaliado

Superfície Desportiva Útil, Maia

Espaço Geográfico	Total
Aguas Santas	23309,23
Barca	5278,5
Folgosa	121300,5
Gemunde	21324
Gondim	6528
Gueifães	7637,31
Maia	2096
Milheirós	6686
Moreira	9435,96
Nogueira	13747
Pedrouços	26838
S. M. Avioso	8357,69
S. P. Avioso	2144
S. P. Fins	8365,56
Silva Escura	13640
V. N. Telha	16653
Vermoim	42111,52
Total	335452,27

Superfície Desportiva Útil, freguesia, 2012**Análise Sumária**

Atualmente, a superfície desportiva útil dos equipamentos existentes no concelho totaliza cerca de 335.452 m².

Comparando com os dados existentes à data da elaboração da Carta Desportiva do PDM observa-se um crescimento assinalável, fruto quer da aposta na construção de novos equipamentos desportivos por parte da Câmara Municipal, quer da instalação de equipamentos de índole privada, sobretudo Ginásios. De facto, entre 2007 e 2012 passou-se de um total de 124 para um total de 168 equipamentos desportivos.

Assim, face a 2007, observou-se um crescimento de cerca de 59% da área desportiva útil dos equipamentos desportivos.

Ainda assim, é importante ressaltar que a área desportiva útil dos equipamentos desportivos encontra-se subavaliada devido ao facto de até à data de elaboração do REOT continuar-se a não dispor de informação relativa à área desportiva útil de alguns equipamentos desportivos de índole privada, na sua maioria de Ginásios e Salas.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados desde 2013, pelo facto de não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Área desportiva útil por habitante

N.º 100

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Unidade Análise

n.º (m²/hab.)

Descrição/Metodologia

Rácio entre a superfície desportiva útil sobre a população residente num determinado período de tempo.

Subtema

Equipamentos Desportivos

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (DFD)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

Recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO)

Metas Estratégicas

4 m² de superfície desportiva útil por habitante, que se reparte pelas tipologias de equipamentos de base de modo a atribuir: 95% de área a reservar para atividades ao ar livre, 2 a 2,5% para salas de desporto e 1,5% para superfícies de plano de água em piscinas cobertas ou ao ar livre.

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2007	1,75
2009	2,31
2010	n.d
2011	2,48
2012	2,48

n.d. – Não disponível

Superfície Desportiva Útil/Habitante, Maia

Espaço Geográfico	Total
Águas Santas	0,85
Barca	2,00
Folgosa	32,75
Gemunde	4,09
Gondim	2,96
Gueifães	0,64
Maia	0,17
Milheirós	1,38
Moreira	0,73
Nogueira	2,51
Pedrouços	2,21
S. M. Avioso	1,85
S. P. Avioso	0,56
S. P. Fins	4,55
Silva Escura	5,44
V. N. Telha	2,83
Vermoim	2,67
Total	2,48

Superfície Desportiva Útil/Habitante, Freguesia, 2012

Análise Sumária

Tanto em 2011 como em 2012, observa-se uma área desportiva útil por habitante de cerca de 2,48 m², crescendo consideravelmente face ao valor apurado em 2007, ano em que não atingia os 2 m²/hab.

Numa análise à escala infraconcelhia observam-se disparidades significativas. Folgosa destaca-se claramente como a freguesia que apresenta um rácio de área desportiva útil por habitante superior, uma vez que, por um lado, estamos perante uma freguesia na qual se localiza o Aeródromo Municipal de Vilar de Luz, que dispõe de grandes espaços de uso especial destinados à prática de atividades de recreio e lazer, por outro lado, é uma das freguesias cuja dinâmica populacional é mais reduzida.

Paralelamente, Gemunde, S. P. de Fins e Silva Escura são freguesias que também apresentam um rácio superior à meta definida pela Unesco de 4 m² ADU/hab.

Pela negativa, surge Gueifães e Maia, duas das freguesias da designada Cidade da Maia, e ainda a freguesia de S. P. de Avioso e de Moreira, as quais, embora possuam um elevado número de equipamentos, não atingem 1 m² ADU/hab.

A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados desde 2013, pelo facto de não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

N.º Parques Infantis		N.º 101	Tendência ▲																
Tema Povoamento	Subtema Equipamentos Desportivos	Modelo DPSIR Estado																	
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Div. Ambiente)																	
Descrição/Metodologia Evolução do n.º de Parques infantis existentes no concelho por freguesia e respetiva propriedade (designadamente câmara municipal e juntas de freguesia).																			
Objetivos PDM/Fator Ambiental Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Meta/Objetivo Município Crescente																	
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -																	
Quadros/Representação Gráfica																			
<table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Parques Infantis</th></tr></thead><tbody><tr><td>2007</td><td>36</td></tr><tr><td>2011</td><td>58</td></tr><tr><td>2012</td><td>59</td></tr><tr><td>2013</td><td>61</td></tr><tr><td>2014</td><td>62</td></tr><tr><td>2015</td><td>68</td></tr><tr><td>2016</td><td>68</td></tr></tbody></table> <p>Evolução Parques Infantis, Maia</p>				Ano	Parques Infantis	2007	36	2011	58	2012	59	2013	61	2014	62	2015	68	2016	68
Ano	Parques Infantis																		
2007	36																		
2011	58																		
2012	59																		
2013	61																		
2014	62																		
2015	68																		
2016	68																		
Análise Sumária																			
<p>No concelho da Maia, e segundo o levantamento fornecido pela Divisão de Ambiente, em 2016 continuavam a existir 68 parques infantis no município.</p> <p>Face ao valor apurado aquando a elaboração da Carta Desportiva no âmbito do processo de revisão do PDM verificou-se um crescimento substancial, sendo a evolução sempre crescente ao longo dos anos em análise, indo ao encontro do objetivo definido de fomento desta tipologia de espaços de jogo e recreio.</p>																			

Área dos Parques Infantis

N.º 102

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Desportivos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análisen.º (m²)**Periodicidade**

Anual

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Descrição/Metodologia

Total de área de implantação dos parques infantis por freguesia.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Área
2007	n.a
2008	n.a
2009	n.a
2010	n.a
2011	8.383,5
2012	8.425,5
2013	9.178,0
2014	9.229,0
2015	9.762,0
2016	9.745,0

n.a – Não avaliado

Evolução Área Parques Infantis, Maia**Análise Sumária**

Os 68 parques infantis registados em 2016 ocupavam uma área total de 9.745 m².

Como seria de esperar, o crescimento absoluto do n.º de parques infantis face aos anos transatos tem reflexo na evolução crescente da área ocupada pelos mesmos.

Rácio de Habitantes por Parque Infantil

N.º 103

Tendência ▲

Tema

Povoamento

Subtema

Equipamentos Desportivos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º (m²)

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Descrição/Metodologia

Rácio entre a população residente, com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, e o número de parques infantis. Embora a população entre os 0 e os 12 anos seja considerada o público-alvo desta tipologia de equipamentos considerou-se o grande grupo etário dos 0 aos 14 anos, pela disponibilização de dados por parte do Instituto Nacional de Estatística.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

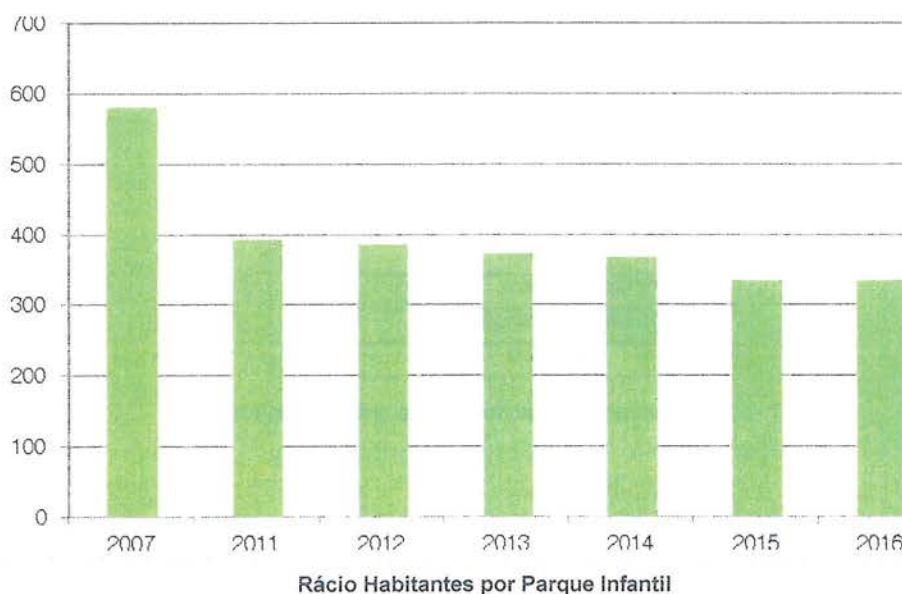
Decrescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica**Análise Sumária**

Em 2015, existiam cerca de 335 habitantes, com 14 ou menos anos, por cada parque infantil. Face aos anos anteriores regista-se uma diminuição do n.º de habitantes por parque infantil, sendo a variação mais significativa relativamente ao ano de 2007, em que era de 581,67 o rácio de habitantes com menos de 14 anos por parque infantil.

Tema

Povoamento

Unidade Análisen.º (m²)**Descrição/Metodologia**

Evolução do número de Ginásios ao ar Livre no concelho.

Subtema

Equipamentos Desportivos

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Freguesia	GAL
Águas Santas	2
Folgosa	1
Milheirós	1
Moreira	1
São Pedro Fins	
Vila Nova da Telha	
Pedrouços	
Castêlo da Maia	1
Cidade da Maia	3
Nogueira e Silva Escura	
Total	9

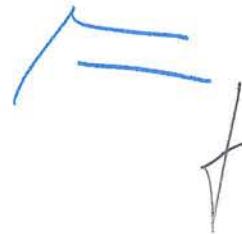
Número de Ginásios ao Ar Livre, por freguesia, 2016

Análise Sumária

Em 2016, continua-se a registar a existência de 9 ginásios ao ar livre no território municipal, com uma maior presença nas freguesias da Cidade da Maia, seguida de Águas Santas.

N.º de Equipamentos Culturais e Cívicos		N.º 105	Tendência -																		
Tema	Subtema	Modelo DPSIR	f																		
Povoamento	Equipamentos Sociais	Estado																			
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte																			
N.º	Anual	CMM																			
Descrição/Metodologia																					
N.º de equipamentos na tipologia de culturais e cívicos.																					
Objetivos PDM/Fator Ambiental		Meta/Objetivo Município																			
Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Não definida																			
Documentos Referência Estratégica		Metas Estratégicas																			
-		-																			
Quadros/Representação Gráfica																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>2009</td><td>27</td></tr> <tr><td>2010</td><td>26</td></tr> <tr><td>2011</td><td>26</td></tr> <tr><td>2012</td><td>26</td></tr> <tr><td>2013</td><td>26</td></tr> <tr><td>2014</td><td>26</td></tr> <tr><td>2015</td><td>26</td></tr> <tr><td>2016</td><td>58</td></tr> </tbody> </table>				Ano	N.º	2009	27	2010	26	2011	26	2012	26	2013	26	2014	26	2015	26	2016	58
Ano	N.º																				
2009	27																				
2010	26																				
2011	26																				
2012	26																				
2013	26																				
2014	26																				
2015	26																				
2016	58																				
Equipamentos Culturais e Cívicos																					
Análise Sumária																					
<p>Em 2016 registam-se 58 equipamentos/instituições de inseridos na tipologia de equipamentos culturais e cívicos.</p> <p>Face aos dados de revisão do PDM, neste último ano observa-se um número superior de equipamentos, o que não se traduz em novos, mas no facto de na contabilização dos equipamentos culturais passarmos a incluir as associações recreativas e culturais, que oferecem à população valências no domínio do teatro, dança, música, folclore e literatura.</p>																					

N.º de Equipamentos de segurança e proteção civil			N.º 106	Tendência -
Tema	Subtema	Modelo DPSIR		
Povoamento	Equipamentos Sociais	Estado		
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte		
N.º	Anual	CMM		
Descrição/Metodologia				
N.º de equipamentos de Segurança e Proteção Civil.				
Objetivos PDM/Fator Ambiental		Meta/Objetivo Município		
Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a cidade da Maia como principal centro urbano do concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem; Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo de mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos (...)		Não definida		
Documentos Referência Estratégica		Metas Estratégicas		
-		-		
Quadros/Representação Gráfica				
Ano	Segurança e Proteção Civil			
	PSP	GNR	Bombeiros	
2009	3	3	4	
2010	3	3	4	
2011	3	3	4	
2012	3	3	4	
2013	3	3	4	
2014	3	3	4	
2015	3	3	4	
2016	3	3	4	
Equipamentos Segurança e Proteção Civil				
Análise Sumária				
<p>Na Maia existem 3 postos da PSP (Cidade da Maia, Águas Santas e Aeroporto), 3 postos da GNR (Posto Territorial de Maia, no Castelo da Maia, Posto Fiscal de Pedras Rubras, em Moreira, e Posto de Trânsito da Maia, na A3, na freguesia de São Pedro Fins) e duas corporações de bombeiros voluntários com dois quartéis cada.</p> <p>Os equipamentos de segurança e proteção civil existentes no concelho continuam a ser, em termos absolutos, os mesmos que existiam à data de elaboração dos trabalhos de revisão do PDM. No entanto, desde então, observou-se a desativação do quartel da GNR existente no centro da Maia e a respetiva deslocalização para um novo edifício na atual freguesia do Castelo da Maia</p> <p>A evolução deste indicador não sofreu qualquer alteração desde 2009 até 2016, com exceção do já referido, em relatórios anteriores, quanto à realocação do posto da GNR nas novas instalações.</p>				



107. Áreas Verdes Públicas
108. Capitação de Espaços Verdes
109. Total de Árvores em Arruamento
110. N.º de Árvores em Arruamento per Capita
111. Investimento com a proteção e a gestão do ambiente
112. Seccionamento dos Ecossistemas
113. Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas
114. Investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água
115. Área de margem e de leito reabilitada
116. Percentagem do concelho coberta por floresta
117. Área Florestal Ardida
118. Área Florestal Ardida Requalificada Ambientalmente ***
119. Coberto Florestal – introdução de Novas Espécies ***
120. Superfície Agrícola Utilizada
121. Taxa de Abandono Agrícola
122. Áreas de Uso agrícola submetidas a projetos financiados por Fundos Comunitários
123. Área afetada por níveis sonoros acima dos limites legais
124. População afetada por níveis sonoros acima dos limites legais
125. Medidas de minimização de ruído
126. Queixas recebidas relativamente a ruído automóvel
127. Qualidade do Ar
128. Emissão de gases com efeito estufa
129. Estabelecimentos industriais abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007
130. Acidentes Industriais
131. Acidentes viários envolvendo substâncias perigosas
132. População Servida por Sistema de Abastecimento de Água
133. Caudal de Água Captado
134. Volume de Consumo de Água
135. M³ de água consumida por habitante
136. População servida por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais
137. M³ de águas residuais drenadas e tratadas
138. Reutilização de águas residuais tratadas
139. Produção de Resíduos
140. Capitação diária de resíduos por habitante
141. N.º de Ecopontos
142. N.º de fogos abrangidos pelo sistema porta-a-porta

Áreas Verdes Públicas		N.º 107	Tendência ▲
Tema Ambiente	Subtema Espaços Verdes	Modelo DPSIR Estado	
Unidade Análise n.º (m²)	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Div. Ambiente)	
Descrição/Metodologia Evolução das áreas destinadas a espaços verdes de utilização pública. Evolução, anual, das áreas destinadas a espaços verdes de utilização pública executada por entidade, isto é, Câmara Municipal e outras entidades (este último engloba os espaços executados no âmbito das obras particulares e outras entidades públicas).			
Objetivos PDM/Fator Ambiental Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano.		Meta/Objetivo Município Crescente	
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -	
Quadros/Representação Gráfica			
Ano	Áreas Verdes (m²)	Executado CM	Executado outras Entidades
2008	880.843,56	-	-
2009	993.663,22	93.733,46	19.086,2
2010	1.382.276,53	29.465,77	8.903,54
2011	1.395.596,79	1.746,70	48.828,51
2012	1.382.265,06	5.819,20	1.700,63
2013	1.404.643,06	11.318,05	1.040,84
2014	1.536.624,27	6.647,91	12.310,80
2015	1.590.563,09	50.445,27	0
2016	1.592.455,83	1892,74	0


Áreas Verdes

Evolução das Áreas Verdes

Análise Sumária			
<p>Em 2015, os espaços verdes existentes no município totalizavam uma área total de 1.590.563,09 m², com uma evolução positiva relativamente a 2014, a qual se ficou a dever à construção de áreas verdes pela autarquia, a que corresponde uma execução de 50.448, 27 m² de área verde pública promovida pelo município, durante 2015, sendo que não se registou a execução de qualquer área verde por parte de outras entidades (públicas ou privadas).</p> <p>Em 2016, a área verde pública era de 1.592.455,00 m², crescendo também face a 2015, pela execução por parte da autarquia de mais 1.892,74 m² de área verde.</p> <p>Analisando a evolução deste indicador desde 2008, observa-se que em 2009 e em 2010 houve um crescimento significativo, fruto sobretudo de um levantamento mais rigoroso das áreas verdes de uso público existentes no Município.</p> <p>Embora em 2011 se tenha registado um crescimento, o mesmo deveu-se a, em 2011, se ter sobreavaliado os dados pela dupla consideração de uma mesma área verde, pelo que, em 2012 se retoma, praticamente, os valores de 2010.</p> <p>No entanto, desde 2013 até 2016, assiste-se já a um crescimento do total da área verde, o que contribui para a tendência positiva da evolução do presente indicador.</p>			

Capitação de Áreas Verdes

N.º 108

Tendência 

Tema

Ambiente

Unidade Análise

n.º (m²)

Subtema

Espaços Verdes

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (Div. Ambiente), INE (Anuário Estatístico da Região Norte, 2008, 2009 e 2009, e dados Preliminares dos Censos de 2011

Descrição/Metodologia

Relação entre a área verde de uso público existente no município e a população residente.

Área total de espaços verdes/total de população residente.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

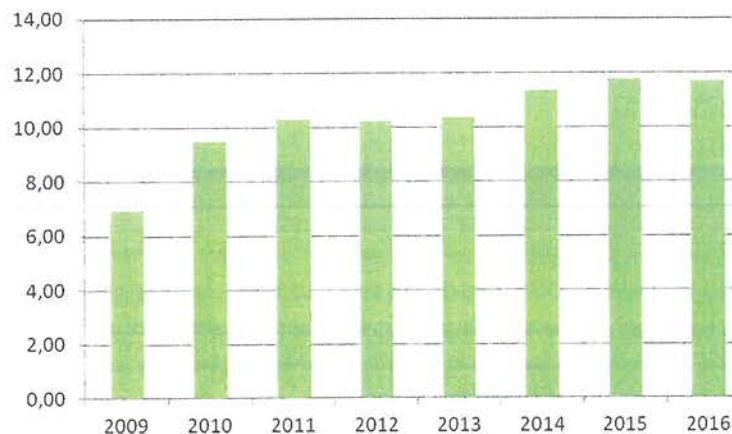
Metas Estratégicas

40 m²/hab, sendo de 30 m²/hab para a EVP e 10 m²/hab para a EVS (Declaração Princípios da Quercus)
12 m²/hab (Recomendação da ONU)

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Área Verde	Habitante	Área Verde/Hab.
2008	880843,56	140.859	6,25
2009	993663,22	143.371	6,93
2010	1382276,53	145.791	9,48
2011	1395596,79	135.306	10,31
2012	1.382.265,06	135.306	10,22
2013	1.404.643,06	135.306	10,38
2014	1.536.624,27	135306	11,36
2015	1.590.563,09	135306	11,76
2016			

Área Verde Pública por Habitante



Evolução da Área Verde Pública por Habitante

Análise Sumária

Tendo em conta as estimativas da população residente em 2008, a área verde por habitante, era de aproximadamente 6,25 m².

Os resultados de monitorização mostram uma evolução positiva do presente indicador, o qual, em 2016, registava já um rácio de 11,7 m²/hab., valor bem próximo de atingir o valor de referência definido pela ONU para a área verde por habitante, que se situa em 12 m² por habitante.

N.º Total de Árvores em arruamento

N.º 109

Tendência ▲

Tema Ambiente	Subtema Espaços Verdes	Modelo DPSIR Estado
Unidade Análise n.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Div. Ambiente)
Descrição/Metodologia Avaliação, anual, do número total de árvores de rua existentes no concelho, com a descrição, anual, do n.º de novas árvores plantadas nos arruamentos municipais.		

Objetivos PDM/Fator Ambiental Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano.	Meta/Objetivo Município Crescente
---	---

Documentos Referência Estratégica -	Metas Estratégicas -
---	--------------------------------

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Total	Plantadas
2009	n.d	509
2010	n.d	115
2011	10.507	729
2012	10.525	59
2013	10.260	165
2014	10.510	291
2015	10.687	n.d
2016	10.687	n.d

Árvores de rua, Maia

Análise Sumária

Em 2009, a Câmara Municipal procedeu à arborização de um total de 44 arruamentos, correspondendo a um total de 509 exemplares de árvores plantados na rede viária municipal. Em 2010, registou-se a arborização de um total de 14 arruamentos (115 árvores). Embora não exista informação quanto ao número total de árvores em arruamento existentes no concelho para os anos 2009 e 2010, em 2011 efetuou-se um levantamento e georreferenciação de todas as árvores existentes nos arruamentos municipais, que permitiu concluir existirem 10.507 árvores, das quais 729 foram plantadas em 2011.

Da monitorização efetuada ao levantamento do número total de árvores existentes no concelho, verificou-se que, em 2012, foram plantadas mais 59 árvores, tendo-se, contudo, efetuada a supressão de 41 árvores de rua, pelo que, se regista um total de 10.525 árvores em 2012, correspondendo a uma evolução positiva do presente indicador.


Em 2013, o valor apurado é de 10.260 árvores em arruamentos, decrescendo face ao ano transato, quer em resultado da supressão de árvores, que foi superior ao número total de árvores plantadas em 2013, quer por força de novo levantamento do registo de árvores existentes, no qual se concluiu que, em 2012, se considerou algumas caldeiras existentes, mas que não tinham árvores plantadas.

Em 2014, foram plantadas mais 291 árvores, registando-se um total de 10.510 árvores de rua no concelho.

Em 2015 verifica-se um valor superior do número de árvores existentes nos arruamentos municipais, totalizando 10.687 árvores, valor que se mantém em 2016.

N.º de Árvores em arruamento per Capita

N.º 110

Tendência **Tema**

Ambiente

Subtema

Espaços Verdes

Unidade Análise

n.º

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (Div. Ambiente), INE (Anuário Estatístico da Região Norte, 2008, 2009 e 2009, e dados Preliminares dos Censos de 2011)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de árvores de rua existentes no concelho por habitante.

Formúla de cálculo: $n.º \text{ de árvores existente no ano } (n) + n.º \text{ de árvores plantadas no ano } (n+1) - n.º \text{ de árvores abatidas no ano } (n+1) / n.º \text{ de habitantes no ano } (n+1)$ **Objetivos PDM/Fator Ambiental**

Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano.

Meta/Objetivo Município

Crescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	árvores/habitante
2011	0,08
2012	0,08
2013	0,08
2014	0,08
2015	0,08
2016	0,08
Capitação de árvores por habitante	

Análise Sumária

Atendendo a que a arborização de arruamentos assume também um papel importante nas áreas urbanas, em termos ambientais e paisagísticos, no sentido em que podem assumir parte integrante de corredores verdes/ecológicos que estabelecem a ligação entre espaços verdes, considerou-se oportuno, e para além da avaliação do n.º total de árvores, estabelecer a relação das mesmas com a população residente.

Assim, e de acordo com o levantamento realizado, em 2011, a capitação de arborização por habitante era de 0,08 (unidades/habitante), mantendo-se inalterado nos anos subsequentes.

Investimento com a proteção e a gestão do ambiente

N.º 111

Tendência

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Ambiente	Espaços Verdes	Estado
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
n.º	Anual	CMM (Dep. Finanças e Património)
Descrição/Metodologia		
Valor da despesa anual da Câmara Municipal em ações de investimento com a proteção e gestão do ambiente.		
Exprime-se em euros.		
Objetivos PDM/Fator Ambiental	Meta/Objetivo Município	
Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano.	n.d.	
Documentos Referência Estratégica	Metas Estratégicas	
-	-	

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Total
2009	990.421,90
2010	328.778,90
2011	n.d
2012	71.543,86
2013	614.150,81
2014	5.114.766,27
2015	1.992.380,81
2016	2.053.019,37

n.d. Valor não disponível

Investimento em ações de gestão e proteção do ambiente



Análise Sumária

Em 2009, o investimento total do município em ações de gestão e proteção do ambiente correspondeu a um total de cerca de 990.000,00 euros, designadamente em ações de educação e sensibilização ambiental, construção de espaços verdes públicos, arranjos paisagísticos, entre outros. Quanto a 2010, verifica-se um decréscimo acentuado do investimento público em ações de proteção e gestão do ambiente, representando menos de metade do investimento realizado em 2009.

Em 2012, o valor ascendeu aos 71.543,86 euros, correspondendo cerca de 82% a ações relacionadas com a gestão e manutenção de parques, jardins e arborizações.

O valor gasto pelo município em ações de gestão e proteção do ambiente, em 2013, ascendeu aos 614.150,81 euros, registando-se um valor claramente superior ao registado em 2012.

Já em 2014, o valor reportado pela Divisão de Finanças, aponta para um investimento que ascende aos 5 milhões de euros, sendo claramente superior aos anos anteriores analisados.

Tal como nos anos transatos, grande parte do investimento encontra-se direcionado para ações incluídas na rubrica de parques, jardins e arborizações.

Tanto em 2015 como em 2016, o valor investido em ações de gestão e proteção do ambiente rondou os cerca de 2.000.000,00 euros.

Seccionamento dos Ecossistemas

N.º 112

Tendência ▲

Tema

Ambiente

Subtema

Fragmentação dos Ecossistemas

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º (m2 e m/l)

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (DPTUP, DCEM)

Descrição/MetodologiaMetros lineares de sistemas fragmentados e m² de sistemas seccionados por sistema.**Objetivos PDM/Fator Ambiental**

Paisagem

Meta/Objetivo Município

Diminuição

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	M/L Sistema Seccionado			M2 Sistema Seccionado		
	RAN	REN	Áreas Florestais	RAN	REN	Áreas Florestais
2009	273	0	0	6472,95	0	0
2010	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0

Seccionamento dos Ecossistemas**Análise Sumária**

Subjacente aos princípios do PDM está o objetivo de evitar a fragmentação dos ecossistemas e habitats naturais através da manutenção de contínuos naturais.

Os ecossistemas mais relevantes do concelho estão presentes nas áreas agrícolas, florestais e nas áreas adjacentes aos cursos de água, salvaguardados no PDM pela integração das mesmas em Reserva Agrícola Nacional, em Reserva Ecológica Nacional e nas diferentes categorias de áreas florestais.

Desde a entrada em vigor do PDM de 2009, a construção da PS12 A, no âmbito das obras da Sociedade Metro do Porto, S.A., traduziu-se na única construção de infraestruturas de carácter rodo ferroviário que conduziu à fragmentação de um ecossistema, designadamente de RAN, numa extensão de 273 m/l. Este fracionamento do sistema abrangeu uma área de 6.472,95 m².

Durante os anos posteriores não se verificou qualquer tipo de construção conducente ao agravamento da fragmentação dos ecossistemas.

Tema

Ambiente

Unidade Análise

Qualitativo

Descrição/Metodologia

Qualidade das Águas Superficiais, que correspondem às águas interiores, com exceção das águas subterrâneas, águas de transição, águas costeiras, incluindo-se nesta categoria, no que se refere ao estado químico, as águas territoriais. N.º de análises com valores superiores aos máximos admitidos para rega.

Avaliação do estado qualitativo das águas subterrâneas (todas as águas que se encontram abaixo da superfície do solo, na zona saturada, e em contacto direto com o solo ou com o subsolo).

Subtema

Recursos Hídricos

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fontewww.snirh.pt¹**Objetivos PDM/Fator Ambiental**

Recursos Hídricos

Meta/Objetivo Município

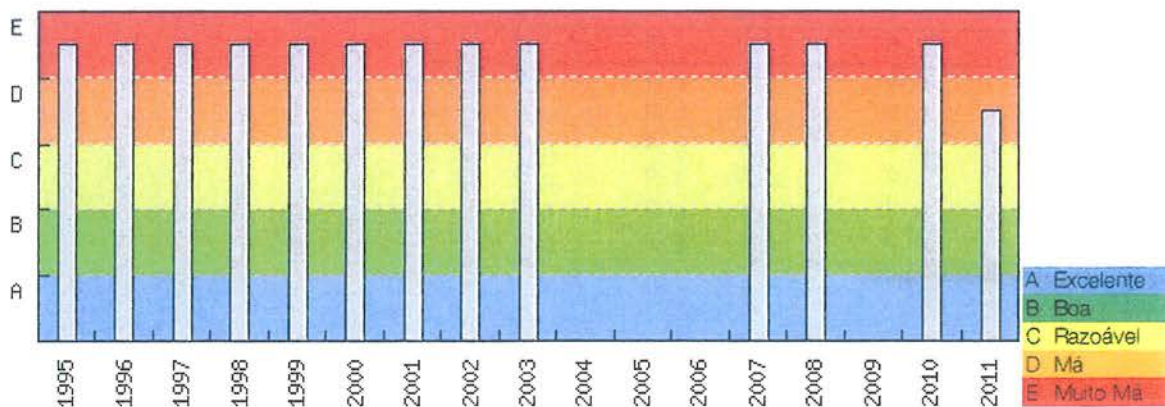
Crescente

Documentos Referência Estratégica

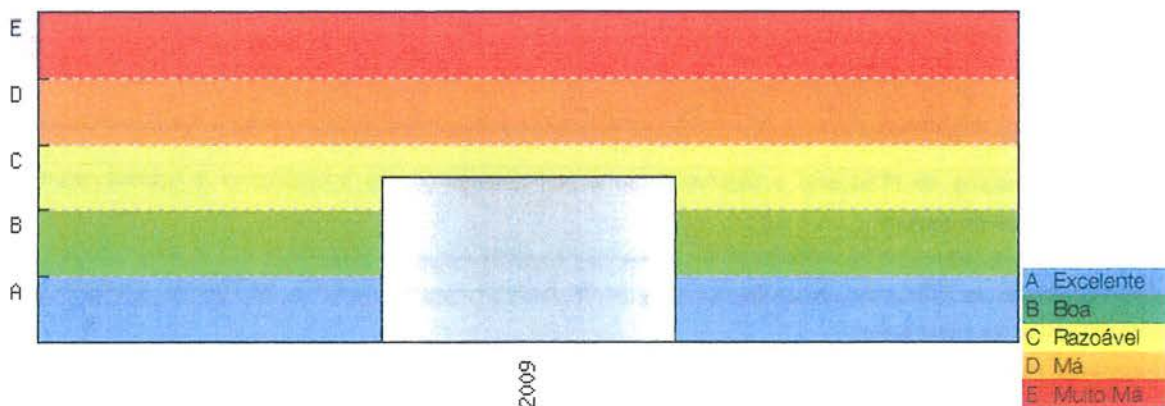
Plano Nacional da Água (PNA)

Metas Estratégicas

PNA - Não deterioração do estado de qualidade do meio hídrico em relação ao estado atual

Quadros/Representação Gráfica

Qualidade das Águas Superficiais – Estação Ponte de Moreira



Qualidade das Águas Superficiais – Estação Ponte Pedra (Leça)

Análise Sumária

No que diz respeito à Qualidade das Águas Superficiais, de acordo com os dados disponibilizados pelo SNIRH – Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos, em 2008, a qualidade da água era classificada como Muito Má. Para 2009, não existe informação sobre a qualidade da água (deve-se ressaltar, que na informação recolhida durante a elaboração do REOT de 2011, para 2009 foi atribuída a classificação de A – Excelente à qualidade da água superficial da estação de Ponte de Moreira, tendo agora sido eliminada essa referência, depreende-se que tenha ocorrido um lapso no dado apresentado). Em 2010 mantém-se a qualidade de Muito Má e em 2011 a qualidade de água passa para o nível D – Má.

Relativamente à Estação de Ponte da Pedra (do Rio Leça) em 2009 a qualidade da água era razoável.

Não é possível atualizar o presente indicador uma vez que os dados disponibilizados na plataforma do SNIRH continuam a reportar-se aos anos já reportados para cada uma das estações.

¹ http://snirh.apambiente.pt/index.php?idMain=1&idItem=1.5&idSubtem=ANUARIO_MAIESTACOES

Investimento Público no ordenamento das margens dos cursos de água

N.º 114

Tendência -

Tema

Ambiente

Subtema

Recursos Hídricos

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise**Periodicidade****Fonte**

n.º

Anual

CMM (DFP e Div. Ambiente)

Descrição/Metodologia

Investimentos realizados pela Câmara Municipal, em euros, no ordenamento das margens dos cursos de água.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Recursos Hídricos

Meta/Objetivo Município

n.d

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Investimento
2009	0,00
2010	15.750,00
2011	4.830,00
2012	6.421,00
2013	n.d
2014	2.886,36
2015	111.090,00
2016	128.344,39

Investimento no ordenamento das margens dos cursos de água

Análise Sumária

Durante o ano de 2009, não se verificou qualquer investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água.

Em 2010, e de acordo com informação prestada pelo Departamento de Finanças e Património, o investimento municipal no ordenamento das margens dos cursos de água foi de 15.750,00 euros, correspondendo a projetos de limpeza, desassoreamento e reconstrução de margens e leitos de linhas de água e seu tratamento paisagístico.

No ano de 2011, o investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água foi menos significativo, de 4.890,00 euros, conforme informação prestada pela Divisão de Ambiente.

Já em 2012, o valor foi superior ao registado em 2011, correspondendo a 6.421,00 euros, referentes às intervenções nas margens dos cursos de água no Parque de Avioso – S. Pedro e no Rio Leça, em Ponte de Moreira.

À data da elaboração do presente relatório não foi fornecida informação que permitisse avaliar a evolução do presente indicador para 2013.

Em 2014, foi investido um total de 2.886,36 € no ordenamento das margens dos cursos de água, designadamente do Rio Leça.

Em 2015 correspondeu a 111.090,00 € o valor investido pelo município no ordenamento das margens dos cursos de água, mais concretamente no projetos de Parque de Alvura e do Parque Ponte de Moreira.

Já em 2016 o valor ascendeu aos 128.344,39 euros, sendo ao ano em que o investimento no ordenamento das margens dos cursos de água foi mais elevado.

Área de margem e de leito reabilitada		N.º 115	Tendência -
Tema	Subtema	Modelo DPSIR	
Ambiente	Recursos Hídricos	Estado	
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte	
n.º (m²)	Anual	CMM (Div. Ambiente)	
Descrição/Metodologia			
Área da margem e do leito dos cursos de água abrangida pelo investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água.			
Objetivos PDM/Fator Ambiental		Meta/Objetivo Município	
Recursos Hídricos		n.d	
Documentos Referência Estratégica		Metas Estratégicas	
-		-	
Quadros/Representação Gráfica			
Ano	Área		
2009	n.a		
2010	n.a		
2011	19 300		
2012	14 200		
2013	n.d		
2014	2 950		
2015	37 207,21		
2016	2.470,00		
Área da margem e do leito reabilitada			
Análise Sumária			
<p>Durante a monitorização realizada em 2011 entendeu-se oportuno avaliar também o indicador relativo à área de margem e de leito dos cursos de água reabilitada, a par da análise do investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água.</p> <p>Assim, para o presente indicador não existem dados relativamente aos anos de 2009 e de 2010.</p> <p>No que diz respeito a 2011, a área de margem e leito reabilitada total foi de 19 300 m², correspondendo 500 m² à área adjacente à empresa Montanhês, Comercial, Lda, 8800 m² à área da Ribeira do Arquinho, junto ao Maiajardim, e 10 000 m² à área designada de Ponte Moreira.</p> <p>Para 2012, foi de 14 200 m² a área de margem e leito reabilitada, da qual, 1 400 m² no Parque de Avioso e 12 800 m² em Ponte de Moreira.</p> <p>À data da elaboração do presente relatório não foi fornecida informação que permitisse avaliar a evolução do presente indicador para 2013.</p> <p>Em 2014, a área das margens do Rio Leça intervencionadas correspondeu a 2 950 m².</p> <p>Em 2015, a área de margem e leito reabilitada total foi de 37.207,21 m², sendo que, em 2016 correspondeu a uma intervenção em cerca de 2.470,00 m².</p>			

Percentagem de área do concelho coberta por floresta		N.º 116	Tendência -														
Tema Ambiente	Subtema Flora	Modelo DPSIR Estado															
Unidade Análise n.º (%)	Periodicidade Anual	Fonte CMM (GTF)															
Descrição/Metodologia Evolução da área florestal existente no concelho. Corresponde à Área florestal/área total do concelho*100.																	
Objetivos PDM/Fator Ambiental FA_Flora		Meta/Objetivo Município Não Definida															
Documentos Referência Estratégica Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)		Metas Estratégicas ENDS tem como vetor estratégico a gestão sustentável dos recursos florestais e a sua proteção adequada															
Quadros/Representação Gráfica																	
<table><thead><tr><th>Ano</th><th>%</th></tr></thead><tbody><tr><td>2011</td><td>44,81</td></tr><tr><td>2012</td><td>44,81</td></tr><tr><td>2013</td><td>44,81</td></tr><tr><td>2014</td><td>21,00</td></tr><tr><td>2015</td><td>43,00</td></tr><tr><td>2016</td><td>19,6</td></tr></tbody></table>				Ano	%	2011	44,81	2012	44,81	2013	44,81	2014	21,00	2015	43,00	2016	19,6
Ano	%																
2011	44,81																
2012	44,81																
2013	44,81																
2014	21,00																
2015	43,00																
2016	19,6																
Percentagem área florestal, Maia																	
<p>Áreas Florestais PDM 2009</p>																	
Análise Sumária																	
<p>De acordo com a informação prestada por parte do Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal, nos anos em análise, isto é 2011, 2012 e 2013, correspondia a cerca de 44,8% a área do território concelhio coberta por povoamentos florestais. Em 2014, o valor reportado foi de 21% a percentagem de solo coberto por floresta, valor inferior ao registado nos anos transatos.</p> <p>Em 2015, 43% da área do concelho encontrava-se ocupada por floresta.</p> <p>Em 2016, e de acordo com o diagnóstico da revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, a percentagem do concelho coberta por área florestal é de 19,6%.</p>																	

Área Florestal Ardida

N.º 117

Tendência ▲

Tema

Ambiente

Subtema

Flora

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º/ha

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (GTF)

Descrição/Metodologia

N.º de fogos registados e área florestal afetada por incêndios florestais.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_Flora

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

Estratégia Nacional para a Floresta (RCM n.º 114/2006, de 15 de Setembro)

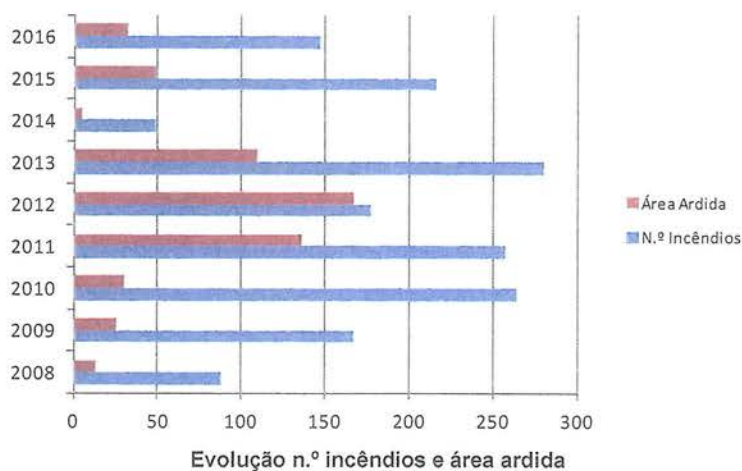
Metas Estratégicas

ENDS define como meta nacional eliminar incêndios com áreas > 1000 ha e área média anual ardida < 100 000 ha até 2012

ENF apresenta como objetivo principal a diminuição dos riscos aos quais os espaços florestais são suscetíveis, designadamente a redução da vulnerabilidade a incêndios florestais

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º Incêndios	Área Ardida (ha)
2007	164	21,88
2008	88	12,86
2009	166	25,14
2010	264	30,27
2011	257	136,17
2012	177	166,92
2013	280	110,00
2014	48	4,39
2015	215	49,06
2016	146	32,3

Evolução n.º incêndios e área ardida**Análise Sumária**

De acordo com informação prestada pelo Gabinete Técnico Florestal, no ano de 2016, a área florestal ardida correspondeu a 32,3 ha, num total de 146 ocorrências, das quais 10 incêndios florestais e 136 fogachos.

Comparativamente com os anos transatos, a área ardida foi bastante inferior à registada nos anos de 2010 a 2015, mas claramente superior ao observado em 2014.

Tal como mencionado nos REOT anteriores, reitera-se que a Câmara Municipal, nomeadamente através do seu Gabinete Técnico Florestal, deverá desenvolver ações junto dos proprietários das áreas ardidas, incentivando a requalificação/reflorestação das mesmas e a introdução de novas espécies (indicadores definidos para o REOT mas cujo valor de execução tem sido sempre nulo).

Superfície Agrícola Utilizada

N.º 120

Tendência -

Tema

Ambiente

Subtema

Solo

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

n.º (ha)

Periodicidade

Decenal

Fonte

INE – Recenseamento Agrícola

Descrição/Metodologia

Evolução da área, em hectares, da superfície agrícola utilizada no concelho.

A superfície agrícola utilizada (SAU) corresponde à superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes (INE).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_Solo

Meta/Objetivo Município

Não definida

Documentos Referência Estratégica

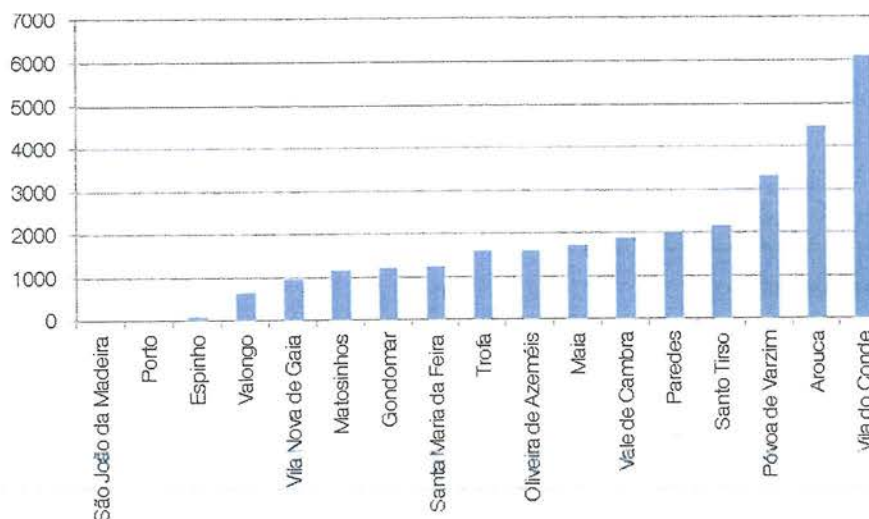
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	SAU (ha)
1999	1.776
2009	1.719

Superfície Agrícola Utilizada, Maia

Superfície Agrícola Utilizada, AMP, 2009

Análise Sumária

De acordo com o último recenseamento agrícola de Portugal, datado de 2009, correspondia a 1.719 ha a área do concelho relativa a Superfície Agrícola Utilizada, observando-se um decréscimo face a 1999, em que a SAU era de 1.776 ha.

Tal reforça a característica de declínio da atividade agrícola no concelho, reforçado pela evolução negativa das empresas e da população ativa no setor primário.

Em termos absolutos, a Maia é o sétimo concelho da AMP que, em 2009, registava o valor mais elevado de SAU, sendo superado pelos concelhos cuja atividade agrícola ainda é significativa, concretamente Vila do Conde, Arouca, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Paredes e Vale de Cambra.

Taxa de Abandono Agrícola		N.º 121	Tendência ▲												
Tema Ambiente	Subtema Solo	Modelo DPSIR Estado													
Unidade Análise n.º (ha)	Periodicidade Decenal	Fonte INE – Recenseamento Agrícola													
Descrição/Metodologia Superfície agrícola não utilizada (SANU)/Superfície Agrícola (SA) x 100															
<p>Superfície agrícola não utilizada é a superfície da exploração anteriormente utilizada como superfície agrícola, mas que já o não é por razões económicas, sociais ou outras. Não entra em rotações culturais. Pode voltar a ser utilizada com auxílio dos meios geralmente disponíveis na exploração.</p> <p>Superfície Agrícola corresponde à soma da superfície agrícola utilizada, da superfície das matas e florestas sem culturas sob-coberto, da superfície agrícola não utilizada e das outras superfícies da exploração (conceito Instituto Nacional de Estatística).</p>															
Objetivos PDM/Fator Ambiental FA_Solo		Meta/Objetivo Município <1%													
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas Prot-N define como meta para 2007/2013 - <1%													
Quadros/Representação Gráfica															
<table border="1"><thead><tr><th>Maia</th><th>1999</th><th>2009</th></tr></thead><tbody><tr><td>SANU</td><td>27</td><td>18</td></tr><tr><td>Sup. Agrícola Total</td><td>2593</td><td>2287</td></tr><tr><td>Taxa Abandono Agrícola</td><td>1,04</td><td>0,79</td></tr></tbody></table>				Maia	1999	2009	SANU	27	18	Sup. Agrícola Total	2593	2287	Taxa Abandono Agrícola	1,04	0,79
Maia	1999	2009													
SANU	27	18													
Sup. Agrícola Total	2593	2287													
Taxa Abandono Agrícola	1,04	0,79													
Taxa Abandono Agrícola, Maia															
Análise Sumária															
<p>De acordo com os dados do Recenseamento Agrícola de 1999, a taxa de abandono agrícola era de 1,04%, valor ainda aquém da meta definida nos documentos da proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte (PROT Norte), versão colocada a discussão pública, correspondente a uma taxa de abandono agrícola inferior a 1%.</p> <p>De acordo com o último recenseamento agrícola, em 2009, a taxa de abandono agrícola correspondeu a cerca de 0,8%, encontrando-se já abaixo do valor de referência presente no PROT Norte.</p>															

Áreas de uso agrícola submetidas a projetos financiados por Fundos Comunitários

N.º 122

Tendência -

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Ambiente	Solo	Estado
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
n.º (ha)	Anual	http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=1777 (consultado a 18-01-2013)

Descrição/Metodologia

Levantamento das áreas de uso agrícola submetidas a projetos financiados pelo FEDER.

Embora o indicador definido na Declaração Ambiental reporte ao levantamento das áreas agrícola, apenas é possível dispor de informação quanto ao n.º de projetos apoiados.

Objetivos PDM/Fator Ambiental	Meta/Objetivo Município
FA_Solo	Não definida

Documentos Referência Estratégica	Metas Estratégicas
--	---------------------------

-

Quadros/Representação Gráfica

<i>Ano</i>	<i>N.º projetos aprovados</i>
2008	0
2009	0
2010	7
2011	2
2012	6
2013	9
2014	0
2015	0
2016	18

Projetos Financiados Proder/PDR2020**Análise Sumária**

Relativamente ao presente indicador, em REOT anteriores, os dados recolhidos conduziam a que, "quer no âmbito do anterior quadro comunitário de apoio quer do atual QREN 2007-2013 não houve qualquer projeto em áreas de uso agrícola submetidas a financiamento por parte do FEDER, o que traduz o escasso investimento nesta área".

No entanto, e embora a designação do indicador ambiental seja Área Agrícola submetida a projetos FEDER, e tendo conhecimento que o financiamento para o setor agrícola provém diretamente de outros fundos de financiamento, designadamente do PRODER e no atual quadro comunitário pelo PDR2020, no âmbito da elaboração do presente relatório procurou-se obter a informação junto da entidade referida, pelo que, no presente relatório, são apresentados dados diferentes dos anteriormente apresentados.

Assim, consultada a informação disponível na página da internet do PRODER, verifica-se que de 2010 a 2013 foram aprovadas, respetivamente, 7, 2, 6 e 9 candidaturas para investimentos no concelho da Maia, nos subprogramas e nas tipologias acima apresentadas.

Para 2008 e 2009 não foram aprovadas candidaturas a projetos.

Consultado o site do Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR2020), em 2014 e 2015 não se registaram projetos aprovados, sendo que, em 2016, foram aprovados 18 projetos, no domínio de Jovens agricultores e Investimentos na exploração agrícola.

Área afetada por níveis sonoros acima dos limites legais

N.º 123

Tendência -

Tema

Ambiente

Unidade Análise

N.º

Descrição/Metodologia

Evolução das áreas afetadas por níveis sonoros acima dos limites legais, no período diurno/entardecer/noturno (Lden) e noturno (Ln).

Soma das áreas com níveis sonoros superior aos limites legais para zona mista (LAeq >= 65 B(A)) para o período diurno/entardecer/noturno e no noturno considerando as isofônicas superiores a 55 dB(A).

Subtema

Poluição Sonora e Atmosférica

Periodicidade

5 em 5 anos

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente; FA_Ruído

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 janeiro)

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

dB (A) Lden LN	Concelho	
	Área	%
Lden < 55	3753,55	46
55 < Lden < 60	1801,61	22
56 < Lden < 65	1224,81	15
65 < Lden < 70	687,51	8
70 < Lden < 75	407,51	5
Lden > 75	369,1	4
Lden >= 65	1464,12	18
Ln < 45	1117,4	14
45 < Ln < 50	976,92	12
50 < Ln < 55	1659,23	20
55 < Ln < 60	1801,61	22
60 < Ln < 65	1224,81	15
65 < Ln < 75	687,51	8
Ln > 70	776,61	9
Ln >= 55	4490,54	54

Classificação Zonas Concelho

Análise Sumária

Considerando a proposta de Carta de Classificação de Zonas, em 2008, cerca de 18% do território no período global e aproximadamente 54% no período noturno encontra-se acima dos limites máximos admissíveis para as zonas sujeitas a classificação. Estas áreas localizam-se, fundamentalmente, em torno das principais vias de tráfego e de atravessamentos de avenidas com elevados fluxos de tráfego.

Nestas circunstâncias, e de acordo com o enunciado no Regulamento Geral do Ruído, será necessária a elaboração de um Plano Municipal de Redução de Ruído.

A atualização dos valores referentes ao presente indicador será efetuada a cada 5 anos, por obrigatoriedade legislativa de revisão das cartas de ruído ao fim do período referido.

Assim, em 2016, ainda não é possível apresentar dados para a evolução do presente indicador.

População afetada por níveis sonoros acima dos limites legais

N.º 124

Tendência -

Tema

Ambiente

Unidade Análise

N.º

Descrição/Metodologia

Percentagem de população exposta a determinadas classes de níveis sonoros expressas em décibéis (dB (A)).

Subtema

Poluição Sonora e Atmosférica

Periodicidade

5 em 5 anos

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente; FA_Ruído

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 janeiro)

Metas Estratégicas

Pretende-se reduzir o número de pessoas expostas a níveis sonoros superiores a 65 dB(A) no período diurno e 55 dB(A) no período noturno, de acordo com o Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 janeiro

Quadros/Representação Gráfica**Percentagem da População Exposta a Ruído Ambiente Exterior - 2008**

Zona sensível:	Período global de 24h (Lden) – cerca de 5% (4,97%);
	Período noturno (Ln) – cerca de 10% (9,57%);
Zona Mista	Período global de 24h (Lden) – cerca de 9% (8,61%);
	Período noturno (Ln) – cerca de 20% (20,16%).

População afetada por níveis sonoros acima dos limites**Análise Sumária**

Em 2008, a população municipal exposta a níveis sonoros acima dos limites, na zona sensível, durante o período global (Lden) corresponde a 5% da população, duplicando quando se tem em consideração apenas o período noturno (Ln).

Na zona mista, 9% da população encontra-se exposta a níveis sonoros acima dos limites no período global (Lden), passando para cerca de 20% no período noturno (Ln).

Tal como o anterior indicador, para o presente também ainda não é possível apresentar dados para a evolução do mesmo.

Medidas de minimização de ruído		N.º 125	Tendência 
Tema Ambiente	Subtema Poluição Sonora e Atmosférica	Modelo DPSIR Estado	
Unidade Análise N.º	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Div. Ambiente)	
Descrição/Metodologia Evolução, anual, do número de medidas de minimização do ruído implementadas no município. Descrição com a identificação do: n.º/tipologia e investimento/ha.			
Objetivos PDM/Fator Ambiental Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente; FA_Ruído		Meta/Objetivo Município Crescente	
Documentos Referência Estratégica -		Metas Estratégicas -	
Quadros/Representação Gráfica			
<p>Análise Sumária</p> <p>Como medida de minimização do ruído encontra-se em desenvolvimento o Plano Municipal de Redução do Ruído. Assim, ainda não foram implementadas outras medidas de redução do ruído uma vez que apenas recentemente foram definidas as zonas de conflito.</p> <p>Durante 2014, a EP teve em discussão pública um Plano de Ação de Redução do Ruído para a EN14, o qual apresenta algumas medidas para minimização do ruído, devendo ser monitorizada a implementação das mesmas, não tendo sido reportadas por parte da Divisão de Ambiente outros resultados.</p> <p>Em 2015 e 2016 não foram implementadas qualquer medida de minimização do ruído.</p> <p>Em 2018, a Brisa, colocou em consulta pública pelo período de 30 dias (de 18 de Janeiro a 18 de Fevereiro), nos termos do Decreto-Lei 146/2006, de 31 de Julho, os Planos de Ação para a gestão do ruído ambiente, para as Autoestradas A3 - Porto/Valença e A4 - Porto/Amarante, que, tal como o plano já referido, apresenta um conjunto de medidas para minimização do ruído, que, á posterior, importa monitorizar.</p>			

Queixas recebidas relativas a ruído automóvel

N.º 126

Tendência ▲

Tema

Ambiente

Subtema

Poluição Sonora e Atmosférica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (Div. Ambiente)

Descrição/Metodologia

Evolução, anual, do número de exposições relativas ao ruído automóvel.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente; FA_Ruído

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2009	6
2010	3
2011	n.d
2012	n.d
2013	n.d
2014	n.d
2015	1
2016	n.d

Queixas Ruído Automóvel, Maia

Análise Sumária

Durante 2009, a Câmara Municipal recebeu um total de 6 queixas relativas ao nível de ruído provocado pelo tráfego, enquanto, em 2010, apenas foram rececionadas um total de 3 exposições, indo de encontro à meta definida de redução do n.º de queixas recebidas. Para o presente indicador não foram apresentados dados que permitissem monitorizar a evolução durante os anos de 2011 a 2014. Em 2015, a Câmara Municipal da Maia rececionou um queixa relativamente ao ruído automóvel da EN14.

Qualidade do Ar

N.º 127

Tendência ▲

Tema

Ambiente

Unidade Análise

N.º

Descrição/Metodologia

Evolução do número de dias com índice da qualidade do ar Muito Bom, Bom, Média, Fraco e Má (constituído por 5 poluentes: Dióxido de azoto (NO₂), Monóxido de carbono (CO 8h), Ozono (O₃), Partículas inaláveis ou finas (PM₁₀). O índice de qualidade do ar de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área. A Maia insere-se na área Porto Litoral.

Subtema

Poluição Sonora e Atmosférica

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Estado

Fonte

www.qualar.apambiente.pt (APA)

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_Poluição Atmosférica

Meta/Objetivo Município

Aumento dos dias com qualidade do ar Muito Bom e Bom em detrimento dos restantes

Documentos Referência Estratégica

Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS)

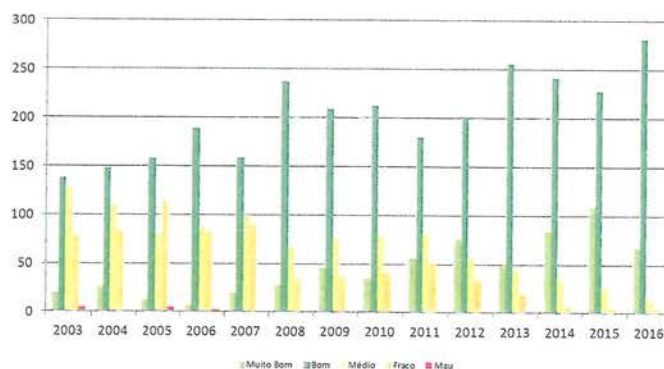
Metas Estratégicas

Meta Qualitativa – Preservar a qualidade do ar nos casos em que esta seja aceitável e melhorá-la nos restantes (SIDS)

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	n.d
2001	18	97	157	80	10	3
2002	20	89	198	56	2	
2003	19	137	127	78	4	
2004	26	147	110	82	1	
2005	12	157	79	113	4	
2006	7	188	87	81	2	
2007	19	158	98	89	1	
2008	28	236	67	34	1	
2009	46	208	75	36	0	
2010	35	212	78	39	1	
2011	56	179	80	50	0	
2012	75	201	56	34	0	
2013	48	255	43	19	0	
2014	84	241	33	7	0	
2015	108	227	25	5	0	
2016	67	281	13	3	0	1

N.º de dias incluídos em cada uma das classes do índice de Qualidade do Ar, Porto Litoral



Índice de Qualidade do Ar, Porto Litoral

Análise Sumária

Em 2015 verificou-se um maior n.º de dias com índice de qualidade do ar Bom (227 dias), seguindo-se o Muito Bom (108 dias), o Médio (25 dias) e o Fraco (5 dias).

Tal como vem ocorrendo desde 2011, não se registou qualquer dia na classe do Mau.


Embora decrescendo o peso dos dias com qualidade do ar Bom, relativamente aos anos transatos, verifica-se, por um lado, um crescimento acentuado do n.º de dias com o índice de qualidade do ar Muito Bom.

Em 2015, correspondeu a cerca de 91% o n.º total de dias com índice de qualidade do ar Muito Bom ou Bom, sendo superior aos anos anteriores, em que, por exemplo, em 2014, representava 89%.

Em 2016, o número de dias com um índice de qualidade do ar equivalente a Bom ou a Muito Bom foi de cerca de 95%, sendo o ano em que se registaram dias com qualidade do ar Bom/Muito Bom superior.

Emissão de gases com efeito de estufa²

N.º 128

Tendência **Tema**

Ambiente

Subtema

Poluição Sonora e Atmosférica

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas (INERPA) da APA

Descrição/Metodologia

Avaliação das emissões de gases com origem antrópica que contribuem para o efeito de estufa, apurados para o município.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente; FA_10 - Poluição Atmosférica

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Nacional das Alterações Climáticas 2020/2030

Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS)

Metas Estratégicas

o PNAC 2020/2030 define como objetivo assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões nacionais de GEE de forma a alcançar metas de -18% a -23% em 2020 (68-72 Mt CO₂e) e de -30% a -40% (52,7-61,5 Mt CO₂e) em 2030, em relação a 2005, garantindo o cumprimento dos compromissos nacionais de mitigação e colocando Portugal em linha com os objetivos europeus e internacionais

Quadros/Representação Gráfica

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Emissão GEE (Ton./km ²)	7063,2	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	589,4	n.d

Evolução Emissões GEE**Análise Sumária**

O total de emissões de GEE na Maia, em 2015, foi de 589,4 ton./km², decrescendo significativamente face ao valor de 2009 (7063,2 ton./km²), sendo o principal setor responsável pelas emissões o dos transportes rodoviários, seguindo-se o sector de produção de energia elétrica e calor e o da indústria.

Importa destacar a nota colocada no site da APA quanto à evolução do presente indicador que refere que os resultados apresentados para 2009 têm por base metodologias de cálculo diferentes das utilizadas atualmente (pós 2014), não devendo por isso ser estabelecidas tendências ou comparações temporais com os dados para os anos mais recentes (pós 2014). Assim, embora se observe um acentuado decréscimo o mesmo pode resultar das diferenças no método de cálculo.

Contudo, de acordo com a análise efetuada pela APA para a evolução das emissões de GEE ao nível de Portugal, a mesma "reflete, em grande medida, a evolução da economia portuguesa, que se caracterizou por um forte crescimento associado ao aumento da procura de energia e da mobilidade na década de 90, e à situação de estagnação e recessão verificada entre 2011 a 2013, e respetiva retoma desde então.

As tendências de estabilização/redução das emissões tiveram, contudo, início antes da crise, fruto das melhorias tecnológicas relativas a sistemas de controlo de poluição e eficiência energética; da introdução de combustíveis menos poluentes, com destaque para o gás natural a partir de final da década de 1990 do século passado; do crescimento significativo da energia produzida a partir de fontes de energia renovável (com especial relevância para a energia eólica); da implementação de medidas de gestão de resíduos, visando o aumento da deposição seletiva; da reutilização e reciclagem; e do incremento e aproveitamento energético das quantidades de biogás geradas nos sistemas de gestão de resíduos³.

² A análise deste indicador foi revista face aos relatórios anteriores fruto da disponibilização, em 2017, dos dados relativos às emissões de GEE por parte da APA.

³ Fonte: <https://rea.apambiente.pt/content/emiss%C3%B5es-de-gases-com-efeito-de-estufa>

Tema

Ambiente

Unidade Análise

N.º

Descrição/Metodologia

Contabilização do número de estabelecimentos industriais abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e a limitação das suas consequências para o Homem e o ambiente, transpondo para o direito nacional a Directiva n.º 2003/105/CE.

Subtema

Riscos Tecnológicos

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Resposta

Fonte

www.apa.pt

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_05 – Riscos Tecnológicos

Meta/Objetivo Município

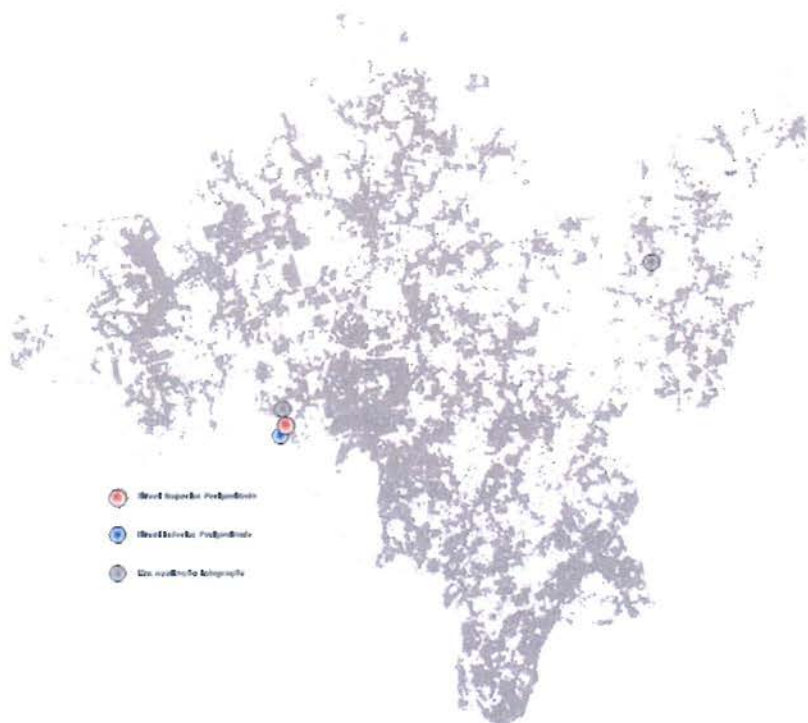
Não Definida

Documentos Referência Estratégica

Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho

Metas Estratégicas

- Garantir a prevenção de acidentes graves e limitação das suas consequências para o ambiente;
 - Assegurar que na elaboração, revisão e alteração dos planos municipais de ordenamento do território sejam fixadas distâncias de segurança entre os estabelecimentos que contenham substâncias perigosas e os elementos sensíveis do território;
 - Garantir a existência de planos de emergência internos e externos para o controlo de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas nos estabelecimentos de nível superior de perigosidade
- Meta – Consolidar a implementação do regime de prevenção de acidentes graves através dos instrumentos definidos na legislação, em particular das obrigações introduzidas pela entrada em vigor do DL 254/2007
- Relatório de Estado do Ambiente – 2009 (APA)

Quadros/Representação Gráfica**Estabelecimentos Industriais Abrangidos DL 254/2007, Maia****Análise Sumária**

Na Maia, em 2015, mantém-se a existência de dois estabelecimentos industriais onde estão presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores às quantidades indicadas no anexo I do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, respeitantes ao fabrico e armazenamento de produtos químicos, designadamente:

- Cin (Fábrica) – Nível Inferior de Perigosidade
- Cin (Distribuição) – Nível Superior de Perigosidade

Os estabelecimentos localizam-se na freguesia da Maia, face à ex-EN 13.

No entanto, informa-se que, consultado o site da APA – Agência portuguesa do Ambiente (a 23-06-2017) mantem-se em fase de projeto a alteração a dois estabelecimentos industriais existentes no concelho que se traduzirão no enquadramento dos mesmos no diploma em causa (SN Maia – Siderurgia Nacional S.A e Sociedade Portuguesa do Ar Líquido).

Acidentes Industriais

N.º 130

Tendência ▼

Tema

Ambiente

Subtema

Riscos Tecnológicos

Modelo DPSIR

Estado

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (SMPCM)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de acidentes industriais

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA_05 – Riscos Tecnológicos

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

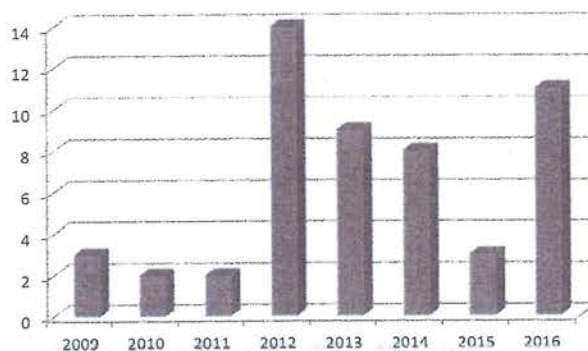
-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2009	3
2010	2
2011	2
2012	14
2013	9
2014	8
2015	3
2016	11

N.º Acidentes Industriais, Maia**N.º Acidentes Industriais, Maia****Análise Sumária**

No que diz respeito aos acidentes industriais, em 2009, verificaram-se três incêndios em unidades industriais, os quais tiveram lugar na Zona Industrial da Maia I. No entanto, tanto em 2010 como em 2011, o n.º de acidentes industriais decresceu ligeiramente, passando para 2 acidentes industriais em cada ano.

Relativamente a 2012, e de acordo com a informação prestada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, ocorreu um número total de 14 acidentes industriais, com uma tendência notoriamente negativa face aos anos transatos.

De 2013 a 2015 retoma-se uma tendência decrescente do número de acidentes indústrias, tendo-se registado 9, 8 e 3 acidentes, respetivamente.

Em 2016 há um registo significativo de acidentes industriais, 11, fazendo com que a evolução do presente indicador passasse a ser negativa.

Acidentes Viários com Substâncias Perigosas

N.º 131

Tendência ▲

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Ambiente	Riscos Tecnológicos	Estado
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
N.º	Anual	CMM (SMPCM)

Descrição/Metodologia

Evolução do n.º de acidentes viários envolvendo o transporte de substâncias perigosas.

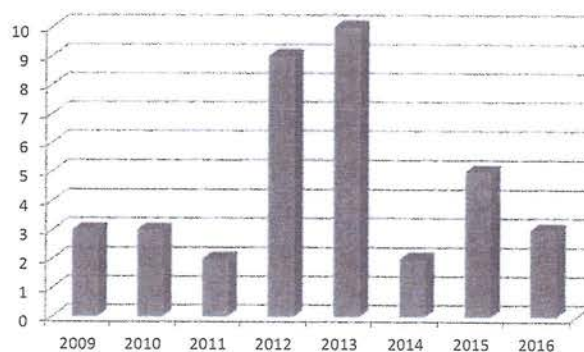
Objetivos PDM/Fator Ambiental	Meta/Objetivo Município
FA_05 – Riscos Tecnológicos	Decrescente

Documentos Referência Estratégica	Metas Estratégicas
-	-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	N.º
2009	3
2010	3
2011	2
2012	9
2013	10
2014	2
2015	5
2016	3

N.º Acidentes Viários, Maia



N.º Acidentes Viários, Maia

Análise Sumária


De acordo com informação prestada por parte do Serviço Municipal de Proteção Civil da Maia, durante 2009, registaram-se apenas três acidentes viários envolvendo veículos que transportavam substâncias perigosas, sem grande magnitude e impacte no território e no ambiente, tendo-se registado o mesmo número de acidentes em 2010.

No decorrer do ano civil de 2011, observaram-se apenas dois acidentes viários envolvendo veículos de transportes de substâncias perigosas, diminuindo face aos anos transatos.

No entanto, em 2012 e em 2013, com 9 e 10 acidentes, respetivamente, assistiu-se a um crescimento do n.º de acidentes viários envolvendo substâncias perigosas, regredindo face aos valores apurados para os anos transatos.

Já em 2014, os dados reportados apontam para um registo de apenas 2 acidentes viários envolvendo substâncias perigosas, decrescendo significativamente face a 2013.

No entanto, em 2015 verifica-se que o número de acidentes volta a crescer, observando-se um total de 5 acidentes, decrescendo em 2016, ano em que o valor apurado foi de 3 acidentes.

População Servida por Sistemas de Abastecimento de Água		N.º 132	Tendência 																
Tema	Subtema	Modelo DPSIR																	
Ambiente	Infraestruturas	Resposta																	
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte																	
N.º (%)	Anual	CMM (SMAS)																	
Descrição/Metodologia População residente que é servida por sistemas de abastecimento de água. O abastecimento da água potável em quantidade e qualidade adequada é essencial para garantir a qualidade de vida das populações. Exprime-se em percentagem da população abrangida.																			
Objetivos PDM/Fator Ambiental FA06_Infraestruturas		Meta/Objetivo Município Crescente																	
Documentos Referência Estratégica Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020		Metas Estratégicas 95% da população (PEAASAR II)																	
Quadros/Representação Gráfica																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Pop. Servida Abastecimento Água</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td> <td>95%</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>n.d</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>99%</td> </tr> <tr> <td>2013</td> <td>99%</td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>96%</td> </tr> <tr> <td>2015</td> <td>98,2%</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>98%</td> </tr> </tbody> </table> <p>n.d. – Valor não disponível</p> <p>População servida Abastecimento de Água, Maia</p>				Ano	Pop. Servida Abastecimento Água	2010	95%	2011	n.d	2012	99%	2013	99%	2014	96%	2015	98,2%	2016	98%
Ano	Pop. Servida Abastecimento Água																		
2010	95%																		
2011	n.d																		
2012	99%																		
2013	99%																		
2014	96%																		
2015	98,2%																		
2016	98%																		
Análise Sumária																			
<p>No que diz respeito à rede pública de abastecimento de água a mesma corresponde a 100% do território concelhio, sendo que a população servida por sistema público de abastecimento de água representava, em 2010, 95% da população residente no concelho, verificando-se o cumprimento da meta estabelecida no âmbito do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 2007-2013) de 95% da população servida com sistema público de abastecimento de água.</p> <p>A evolução do presente indicador não foi objeto de apresentação de dados em 2011 pelo facto de não ter sido possível reunir a informação de base necessária.</p> <p>De acordo com a informação prestada pelos SMEAS – Serviços Municipalizados de Eletricidade Água e Saneamento da Maia, tanto em 2012, como em 2013, a população do concelho servida por sistemas de abastecimento de água ascendia aos 99%, valor superior à meta nacional definida no PEAASAR II, pelo que, a avaliação do presente indicador é positiva. Já para 2014, a informação reportada refere apenas a existência de 96% da população servida por sistemas de abastecimento de água, encontrando-se, ainda assim, acima da meta definida no PEAASAR II.</p> <p>Em 2015, os valores reportados apontam para uma percentagem de 98,2% da população servida, crescendo face ao ano anterior, sendo que, em 2016, a população abrangida é de 98%.</p> <p>O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 apresenta como indicador de avaliação e monitorização ao nível do abastecimento de água “% do número total de alojamentos localizados na área de intervenção da entidade gestora para os quais as infraestruturas do serviço de distribuição de água se encontram disponíveis”, com uma tendência de evolução crescente. Assim, embora o indicador tenha sido alterado, face ao que tinha sido definido no PEAASAR II, que remetia para 95% de população abrangida pelo sistema, no atual REOT manteve-se o indicador, considerando-se a meta como crescente, partindo do princípio que ao aumentar o n.º de alojamentos abrangidos estamos a aumentar o n.º de população abrangida.</p> <p>Assim, tendo a % de população abrangida aumentado de 2015 para 2016, mantendo-se nos 98% considerou-se como se mantendo a evolução do indicador.</p>																			

Caudal de Água Captado

N.º 133

Tendência ▲

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Ambiente	Infraestruturas	Resposta
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
N.º (m³)	Anual	CMM (SMAS)

Descrição/Metodologia

Determinação dos volumes de água captada nas captações de água de origem subterrânea ou superficial para distribuição nas redes públicas de abastecimento de água (m³).

Para a apuração deste indicador, considera-se o volume de água fornecida pelo Sistema de Abastecimento Público, que é adquirida na sua totalidade às empresas Águas do Douro e Paiva e Águas do Noroeste, dado não existirem captações no território da Maia.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA06_Infraestruturas

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

-

Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Caudal Captado (m³)
2010 (1)	9.499.306
2011	n.d
2012	n.d
2013	9.184.795
2014	n.d
2015	n.d
2016	n.d

1 - o valor apresentado é estimado dado que à data não se dispôs de resultados de Dez. 2010

Caudal de Água captado**Análise Sumária**

Em 2010 correspondeu a 9.499.306 m³ o total de caudal de água captado para distribuição nas redes públicas de abastecimento de água (o valor apresentado é estimado, dado que, em Jan. de 2011, ainda não se dispunha de resultados definitivos relativos a Dez. 2010).

Durante o ano de 2013, foi de 9.184.795 m³ o total de volume de água captada, observando um ligeiro decréscimo face ao ano de 2010, o que contribui para o cumprimento do objetivo definido de redução do volume de água captado.

A evolução do presente indicador, em 2011, 2012, 2014, 2015 e 2016, não foi objeto de apresentação de dados pelo facto de até à presente data não ter sido possível reunir a informação de base necessária.

Volume de consumo de água

N.º 134

Tendência ▼

Tema

Ambiente

Subtema

Infraestruturas

Modelo DPSIR

Pressão

Unidade Análise

N.º (m³)

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (SMAS)

Descrição/Metodologia

Determinação dos volumes de água consumidos nas redes públicas de abastecimento de água (m³).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA06_Infraestruturas

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

-

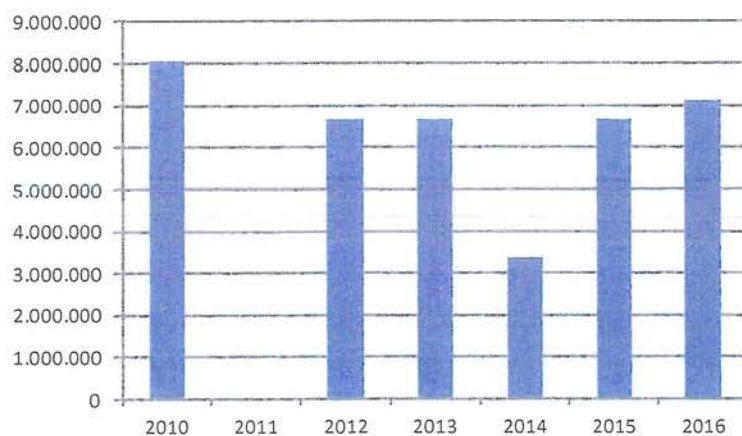
Metas Estratégicas

-

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Consumo Água (m³)
2010	8.057.034
2011	n.d
2012	6.665.047
2013	6.664.902
2014	3.380.000
2015	6.679.664
2016	7.000.000


n.d. – Valor não disponível

Volume Consumo de Água

Volume Consumo de Água

Análise Sumária

Em 2016, correspondeu a 7.000.000 m³ o volume total de consumo de água dos munícipes da Maia, continuando-se a registar um tendência de crescimento desde 2014. Ainda assim, o volume de água consumido é inferior ao de 2010, que foi de 8.057.034 m³.



M³ de Água Consumida por Habitante		N.º 135	Tendência																
Tema	Subtema	Modelo DPSIR																	
Ambiente	Infraestruturas	Pressão																	
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte																	
N.º (m ³ /hab.)	Anual	CMM (SMAS)																	
Descrição/Metodologia																			
Relação entre o total de água consumida da rede pública de abastecimento de água e a população residente.																			
Objetivos PDM/Fator Ambiental		Meta/Objetivo Município																	
FA06_Infraestruturas		Decrescente																	
Documentos Referência Estratégica		Metas Estratégicas																	
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020		Decrescente (PEAASAR 2020)																	
Quadros/Representação Gráfica																			
<table border="1" style="margin: auto; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="padding: 5px;">Ano</th> <th style="padding: 5px;">M³ Água Consumida por Habitante</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td style="text-align: center;">2010</td><td style="text-align: center;">59,5</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">2011</td><td style="text-align: center;">n.d</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">2012</td><td style="text-align: center;">49,3</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">2013</td><td style="text-align: center;">49,3</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">2014</td><td style="text-align: center;">25,0</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">2015</td><td style="text-align: center;">49,4</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">2016</td><td style="text-align: center;">51,7</td></tr> </tbody> </table> <p style="margin-top: 5px; font-size: small;">n.d. – Valor não disponível</p> <p style="margin-top: 5px;">Água consumida por Habitante, Maia</p>				Ano	M ³ Água Consumida por Habitante	2010	59,5	2011	n.d	2012	49,3	2013	49,3	2014	25,0	2015	49,4	2016	51,7
Ano	M ³ Água Consumida por Habitante																		
2010	59,5																		
2011	n.d																		
2012	49,3																		
2013	49,3																		
2014	25,0																		
2015	49,4																		
2016	51,7																		
Análise Sumária																			
<p>Em 2016, a informação reportada pelos SMAS aponta para um crescimento do volume de água consumida por habitante, com um valor de 51,7 m³/hab., o que faz com que haja uma tendência negativa na evolução do presente indicador, ainda assim inferior ao valor registado em 2010 (59,5 m³/hab.).</p>																			

População Servida por Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

N.º 136

Tendência ▲

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Ambiente	Infraestruturas	Resposta
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
N.º (%)	Anual	CMM (SMAS)

Descrição/Metodologia

População residente que é servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais. Os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais possibilitam a redução da poluição dos meios hídricos e asseguram a proteção da saúde pública. Exprime-se em percentagem.

Objetivos PDM/Fator Ambiental FA06_Infraestruturas	Meta/Objetivo Município 90% população
--	---

Documentos Referência Estratégica	Metas Estratégicas
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020	90% da população (PEAASAR II)

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Pop. Servida sistema drenagem
2010	89%
2011	n.d
2012	98%
2013	n.d
2014	96%
2015	95,1
2016	99,0

n.d. – Valor não disponível

População servida sistema drenagem, Maia

Análise Sumária

Relativamente à rede pública de drenagem de águas residuais, o concelho da Maia possui três sistemas de drenagem (ETAR de Cambados, ETAR de Ponte de Moreira e ETAR de Parada), com uma capacidade instalada de 360.000 m³, sendo que a população servida pelo sistema público de drenagem e tratamento de águas residuais corresponde a 99%, em 2016, de acordo com dados disponibilizados pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, valor superior ao fornecido em anos transatos.

Verifica-se uma evolução positiva da percentagem de população abrangida pelo sistema de drenagem de águas residuais, desde 2010 até 2012, regredindo de 2014, e voltando a subir em 2015 e 2016.

O valor registado em 2016 faz com que se mantenha o alcance da meta nacional definida no anterior PEAASAR (2007-2013) que estabelecia como valor de referência servir 90% da população do país com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais.

M³ Águas Residuais Drenadas e Tratadas

N.º 137

Tendência -

Tema

Ambiente

Subtema

Infraestruturas

Modelo DPSIR

Resposta

Unidade Análise

N.º

Periodicidade

Anual

Fonte

CMM (SMAS)

Descrição/Metodologia

Evolução anual dos m³ de águas residuais drenadas. Permite avaliar o volume de água residual drenada nas estações de tratamento (ETAR).

Evolução anual dos m³ de águas residuais tratadas. Permite avaliar o volume de água residual tratada nas estações de tratamento (ETAR).

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA06_Infraestruturas

Meta/Objetivo Município

Tratamento de 100% das águas residuais drenadas

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020

Metas Estratégicas**Quadros/Representação Gráfica**

Ano	Volume água Residual	
Ano	Drenada	Tratada
2010	9.030.955	9.030.955
2011	n.d	n.d
2012	8.018.320	8.018.320
2013	9.008.762	9.008.762
2014	3.100.000	3.100.000
2015	9.493.186	0
2016	6.000.000	6.000.000

n.d. – Valor não disponível

Água drenada e tratada, Maia

Análise Sumária

O volume de água residual drenada e tratada foi de 9.030.955 m³, em 2010, de 8.018.320 m³, em 2012, e de 9.008.762 m³, em 2013. Em 2014 o volume de águas residuais drenadas diminui, correspondendo a 3.100.000 m³, valor igual ao reportado pelos SMAS como tendo sido também tratadas.

De 2010 a 2014, verifica-se que o volume de água tratada correspondeu à totalidade de água drenada, cumprindo com o objetivo definido para a relação entre os dois indicadores em presença.

Em 2015, a informação reportada pelos SMAS aponta para um total de 9.493.186 m³ de água drenada, não tendo sido reportada informação quanto ao volume de água residual tratada, pelo que, não é possível avaliar a evolução do indicador.

Em 2016, observa-se um total de 6.000.000 m³ de água residual drenada e tratada.

Reutilização de águas residuais tratadas

N.º 138

Tendência ▼

Tema	Subtema	Modelo DPSIR
Ambiente	Infraestruturas	Resposta
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte
N.º	Anual	CMM (SMAS)

Descrição/Metodologia

Avaliar o volume de águas residuais tratadas em ETAR que são objeto de reutilização. A reutilização consiste no tratamento e na utilização de água residual com qualidade adequada para outros usos, p.e.: rega espaços verdes, campos de golfe, zonas agrícolas e florestais, lavagem de pavimentos, permitindo a redução dos caudais captados.

Objetivos PDM/Fator Ambiental
FA06_Infraestruturas**Meta/Objetivo Município****Documentos Referência Estratégica****Metas Estratégicas**

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020

PNA - Promoção da reutilização da água para fins menos exigentes

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Reutilização Água
2010	0
2011	n.d
2012	0
2013	0
2014	0
2015	0
2016	0

n.d. – Valor não disponível

Água Reutilizada, Maia

Análise Sumária

O Plano Nacional da Água define como objetivo a promoção da reutilização da água para fins qualitativamente menos exigentes, pelo que se considerou a integração deste indicador no sistema de avaliação do estado do ordenamento do território.

O atual Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020, no âmbito do Objetivo Operacional 3.5: Valorização de recursos e subprodutos definiu como indicador "Água residual reutilizada sobre água residual tratada" definindo como evolução do indicador uma tendência crescente, pelo que, para o presente indicador uma evolução tendencial crescente.

No entanto, de acordo com informação disponibilizada pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, nos anos para os quais se dispõe de informação, o volume de águas residuais tratadas em estações de tratamento (ETAR) do concelho não foi objeto de reutilização para outros fins menos exigentes.

Produção de Resíduos

N.º 139

Tendência ▼

Tema Ambiente	Subtema Infraestruturas	Modelo DPSIR Pressão/Resposta
Unidade Análise kg.	Periodicidade Anual	Fonte CMM (Maiambiente)
Descrição/Metodologia Determinação do volume de resíduos produzidos no concelho, distinguindo por indiferenciados e seletivos.		
Objetivos PDM/Fator Ambiental FA06_Infraestruturas		Meta/Objetivo Município Decrescente
Documentos Referência Estratégica Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais		Metas Estratégicas Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos – Garantia de uma produção de 1200 gr hab/ dia; Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais – Garantia uma redução de cerca de 20% na produção de resíduos industriais

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Total (kg.)	Indiferenciados		Seletivos	
		Kg.	%	Kg.	%
2009	59.959.200,00	46.366.160,00	77,33	13.593.040,00	22,67
2010	60.750.100,00	46.285.460,00	76,19	14.464.640,00	23,81
2011	60.829.000,00	44.504.000,00	73,16	16.325.000,00	26,84
2012	57.878.380,00	42.375.480,00	73,21	15.502.900,00	26,79
2013	57.878.380,00	42.375.480,00	73,21	15.502.900,00	26,79
2014	54.339.000,00	39.519.000,00	72,73	14.820.000,00	27,27
2015	54.228.000,00	39.259.000,00	72,4	14.969.000,00	27,6
2016	54.987.000,00	40.083.000,00	72,9	14.904.000,00	27,1

Análise Sumária

Quanto à recolha de resíduos sólidos urbanos, em 2016, a mesma correspondeu a cerca de 54.987.000 kg, dos quais 72,9% diziam respeito a resíduos indiferenciados e 27,1% a recolha seletiva.

Quanto aos anos transatos, assistiu-se a um acréscimo do volume total de resíduos sólidos recolhidos no concelho e, simultaneamente, ao crescimento do peso da recolha indiferenciada, em detrimento da recolha de resíduos seletivos, com uma percentagem menos significativa de resíduos produzidos no concelho a ser enviada para tratamento/Reciclagem e Valorização de Resíduos.

Ainda assim consegue-se manter uma grande percentagem de resíduos a serem alvo de reciclagem e valorização.

Capitação Diária dos Resíduos por Habitante

N.º 140

Tendência ▲

Tema

Ambiente

Subtema

Infraestruturas

Unidade Análise

kg./hab./dia

Periodicidade

Anual

Modelo DPSIR

Pressão

Fonte

CMM (Maiambiente)

Descrição/Metodologia

Determinação da capitação do volume de resíduos produzidos no concelho, distinguindo por indiferenciados e seletivos, diária pela população residente.

Exprime-se em kg./Habitante/dia.

Objetivos PDM/Fator Ambiental

FA06_Infraestruturas

Meta/Objetivo Município

Decrescente

Documentos Referência Estratégica

Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos

Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais

Metas Estratégicas

Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos – Redução de 1,4% da capitação diária até 2016, face ao valor de referência de 2007 e garantia de uma produção de 1200 gr hab/ dia;

Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais – garantia uma redução de cerca de 20% na produção de resíduos industriais

Quadros/Representação Gráfica

Ano	Total (kg.)	kg/hab./dia	Indiferenciados		Seletivos	
			Kg.	kg/hab/dia	Kg.	kg/hab/dia
2009	59.959.200,00	1,15	46.366.160,00	0,89	13.593.040,00	0,26
2010	60.750.100,00	1,14	46.285.460,00	0,87	14.464.640,00	0,27
2011	60.829.000,00	1,23	44.504.000,00	0,90	16.325.000,00	0,33
2012	57.878.380,00	1,17	42.675.480,00	0,86	15.502.900,00	0,31
2013	57.878.380,00	1,17	42.675.480,00	0,86	15.502.900,00	0,31
2014	54.339.000,00	1,10	39.519.000,00	0,80	14.820.000,00	0,30
2015	54.228.000,00	1,10	39.259.000,00	0,79	14.969.000,00	0,30
2016	54.987.000,00	1,11	40.083.000,00	0,81	14.904.000,00	0,30

Capitação Resíduos por habitante

Análise Sumária

Em 2016 a produção diária de resíduos foi de 1,11 kg/hab./dia, observando-se um decréscimo face aos anos de 2009 a 2013, e mantendo-se praticamente igual ao valor de 2014 e 2015, encontrando-se abaixo do limiar definido no Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos de garantia de uma produção de 1200 gr hab/ dia.

Por tipologia de resíduos recolhidos, verifica-se que 0,81 kg/hab./dia correspondem a resíduos indiferenciados e que 0,30 kg/hab./dia a recolha seletiva.

N.º de fogos abrangidos pelo sistema porta-a-porta		N.º 142	Tendência												
Tema	Subtema	Modelo DPSIR													
Ambiente	Infraestruturas	Resposta													
Unidade Análise	Periodicidade	Fonte													
n.º	Anual	CMM (Maiambiente)													
Descrição/Metodologia															
Evolução do número de fogos abrangidos pelo sistema de recolha seletiva porta-a-porta.															
Objetivos PDM/Fator Ambiental		Meta/Objetivo Município													
FA06_Infraestruturas		Não Definida													
Documentos Referência Estratégica		Metas Estratégicas													
-		-													
Quadros/Representação Gráfica															
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>N.º Fogos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2011</td> <td>59.666</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>52.999</td> </tr> <tr> <td>2013</td> <td>52.999</td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>52.999</td> </tr> <tr> <td>2015</td> <td>52.999</td> </tr> </tbody> </table>				Ano	N.º Fogos	2011	59.666	2012	52.999	2013	52.999	2014	52.999	2015	52.999
Ano	N.º Fogos														
2011	59.666														
2012	52.999														
2013	52.999														
2014	52.999														
2015	52.999														
Fogos abrangidos sistema Porta-a-Porta															
Análise Sumária															
<p>Tendo a Câmara Municipal implementado o sistema de recolha seletiva Porta-a-Porta optou-se por incluir no relatório de avaliação do estado do ordenamento do território informação relativa ao n.º de fogos do concelho abrangidos pelo sistema referido.</p> <p>De acordo com a informação disponibilizada pela empresa municipal Maiambiente, em 2011, encontravam-se abrangidos pelo sistema de recolha seletiva porta-a-porta um total de 59.666 fogos. No entanto, a informação reportada referente ao ano de 2012 a 2015 refere um valor ligeiramente inferior de fogos abrangidos pelo sistema de recolha seletiva porta-a-porta (52.999 fogos).</p>															

6 AVALIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL PLANEAMENTO

6.1. Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor Municipal da Maia revisto entrou em vigor a 27 de Janeiro de 2009, após a publicação no Diário da República do Aviso n.º 2383/2009, de 26 de Janeiro. Desde a sua entrada em vigor, verificaram-se alguns procedimentos de dinâmica do plano, publicitados através das seguintes publicações:

1. Aviso n.º 5587/2010, de 17 de março – 1.ª Retificação
2. Aviso n.º 20052/2010, de 11 de outubro – 2.ª Retificação
3. Aviso n.º 607/2012, de 13 de janeiro – 1.ª Alteração por Adaptação
4. Aviso n.º 4645/2012, de 27 de março – 1.ª Correção Material
5. Aviso n.º 8596/2013, de 8 de julho – Alteração da REN
6. Aviso n.º 9751/2013, de 30 de julho – 1.ª Alteração
7. Aviso n.º 1481/2017, de 7 de fevereiro – Suspensão parcial do PDM e estabelecimento de medidas preventivas
8. Aviso n.º 15462/2017, de 22 de dezembro – Alteração ao Plano Diretor Municipal – Adequação ao RERAE

O Plano Diretor Municipal estabeleceu como principais linhas orientadoras os objetivos presentes no art.º 2.º do regulamento - Estratégia e Objetivos.

Para a concretização dos mesmos definiu-se o modelo de organização territorial assente na Planta de Ordenamento – Qualificação do Solo, e programaram-se ações, identificadas na Planta de Ordenamento – Programação e Execução.

Pretende-se neste subponto avaliar a concretização dos objetivos definidos no PDM da Maia, o nível de execução das propostas e avaliar os efeitos do plano, a fim de identificar atempadamente eventuais efeitos negativos imprevistos, avaliando a evolução dos indicadores ambientais presentes na Declaração Ambiental e o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade definidos no Relatório Ambiental.

6.1.1. Avaliação da concretização dos objetivos estratégicos

Para a avaliação da concretização dos objetivos estratégicos do PDM da Maia definiram-se indicadores de avaliação associados a cada um dos objetivos estratégicos, alguns dos quais relacionados com a dinâmica global do concelho, e apresentados no ponto 5, relativo à avaliação do estado do ordenamento do território, e outros específicos da execução do plano propriamente dito e dos respetivos impactes e que se analisam neste ponto.

MT_01	MODELO TERRITORIAL Afirmção do Concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto, com aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da sua localização geoestratégica central, numa perspetiva de potenciação funcional do seu território, através da criação de equipamentos e infraestruturas de carácter supra concelhio, e da implementação de modelos de atuação e gestão baseados na concertação e parcerias entre iniciativa pública e iniciativa privada
	<p>O primeiro objetivo do Modelo Territorial prende-se com a afirmação do concelho da Maia no contexto da AMP.</p> <p>A Maia apresenta uma posição de charneira no seio dos concelhos da AMP, apresentando uma considerável importância geoestratégica no seio da AMP e, até mesmo, a nível regional, pois caracteriza-se como um território bem equipado ao nível de equipamentos de utilização coletiva e de infraestruturas de comunicação.</p> <p>Durante o período de vigência do Plano, observaram-se ou estão em curso melhorias ao nível da rede viária nacional (alargamento da A3 e da A4) e da crescente dotação e requalificação ao nível de equipamentos de utilização pública (designadamente equipamentos de ensino, desporto e áreas verdes, como já demonstrado ao nível da análise dos indicadores constantes do ponto 5 do relatório), fatores que contribuíram para a melhoria da acessibilidade e mobilidade da população e aumento da qualidade de vida, com reflexos no crescimento demográfico do concelho.</p> <p>No período intercensitário, a Maia foi o concelho da AMP e da Região Norte com o maior crescimento populacional, crescimento que se mantém até 2016, contrariando a tendência de declínio que se tem observado noutros concelhos.</p> <p>Embora o crescimento demográfico se deva sobretudo ao saldo migratório, a Maia registou valores da taxa de natalidade e de mortalidade, respetivamente, superiores e inferiores à média da AMP.</p> <p>A par das tendências de evolução da população residente, mantém a dinâmica positiva na oferta de alojamentos. Neste último período intercensitário o crescimento do n.º de alojamentos no concelho foi superior à média da AMP (16,0%), mantendo a Maia a característica de ser o concelho da AMP com a maior taxa de crescimento.</p> <p>A evolução positiva dos dados demográficos e das empresas e das sociedades registadas com sede no concelho face ao valor de referência do PDM é um dado positivo da posição do concelho no contexto socio económico.</p> <p>Estes dados contribuem para o cumprimento do objetivo de afirmação do concelho da Maia.</p>
MT_02	MODELO TERRITORIAL Consolidação da Cidade, incrementando um modelo de concentração descentralizada, assumindo a Cidade da Maia como principal centro urbano do Concelho e estruturando uma rede articulada de centros urbanos de segunda ordem, crescentemente polarizados
MT_03	MODELO TERRITORIAL Aumento da competitividade através do fortalecimento da autonomia e da identidade do Concelho, com viabilização de novos serviços e melhoria dos atuais

MT_04	MODELO TERRITORIAL Contenção de novas frentes urbanas desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos
	<p>A contenção das frentes urbanas verifica-se pela consolidação das áreas urbanas existentes e coesão dos aglomerados urbanos e pela diminuição da construção avulsa e em solo rural.</p> <p>Tendo em consideração os dados disponíveis dos censos de 2011, ao nível do n.º absoluto de alojamentos, as freguesias de Folgosa e S. P. Fins, unidades territoriais mais periféricas e com características rurais mais vincadas, apresentam o menor n.º de alojamentos e de edifícios, registando o crescimento menos expressivo da evolução dos alojamentos. Pelo contrário, é na Cidade da Maia e Águas Santas que se concentra a maior oferta de alojamentos.</p> <p>A análise do cumprimento deste objetivo é também avaliada pela informação relativamente às novas licenças de construção por categoria e subcategoria de solo, por forma a integrar uma análise mais pormenorizada da dinâmica construtiva após a publicação do atual PDM.</p> <p>No período de 2013 a 2016, ao nível da distribuição das licenças de construção por classificação do solo observa-se um claro predomínio das que se localizam nas categorias de solo urbano e dentro deste maioritariamente em área de habitação unifamiliar HU2, seguindo-se os casos inseridos em áreas de indústria e armazenagem.</p> <p>Tal facto, bem como a maior concentração das licenças nas freguesias que compõem os aglomerados urbanos de nível 1 e 2, e muito provavelmente associada à forte recessão económica que se vive, com reflexo na evolução da dinâmica construtiva, traduz o cumprimento do objetivo estratégico do PDM de contenção de novas frentes urbanas, desarticuladas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados urbanos.</p>
MT_05	MODELO TERRITORIAL Fortalecimento do parque empresarial existente e deslocalização das unidades deficientemente localizadas no território
	<p>A avaliação do presente objetivo estratégico requer uma dupla abordagem.</p> <p>Assim, no que concerne ao fortalecimento do parque empresarial, em 2015 registou-se na Maia um total de 14.752 empresas. Assim, no período de 2004 a 2015 a taxa de crescimento do número de empresas foi de cerca de 4,0%, indo de encontro ao definido para o presente objetivo. No entanto, não se pode ignorar o decréscimo verificado em anos anteriores, fruto, sobretudo, da forte recessão económica que o país atravessou e a que a Maia não é alheia.</p> <p>De acordo com os dados do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas, na Maia, em 2016, registou-se o licenciamento de novas unidades empresariais em áreas de indústria e armazenagem, bem como se assistiu a uma contínua procura de interessados em localizarem as respetivas atividades económicas no concelho.</p> <p>Assim, a Maia continua a exercer atração sobre as diferentes atividades económicas e a caminhar para o fortalecimento do parque empresarial existente.</p> <p>No que diz respeito à segunda componente do presente indicador, isto é, a deslocalização de unidades industriais deficientemente localizadas, não existe informação que permita avaliar o cumprimento do mesmo.</p> <p>No entanto, face à atual situação económica, cujos esforços se têm centrado na manutenção das empresas a laborar e dos postos de trabalhos criados e da insuficiência económica para o desenvolvimento de projetos de deslocalização com vista a localização em áreas do solo com maior vocação industrial, e tratando-se sobretudo de situações que cumprem os critérios de compatibilidade definidos no regulamento do PDM, considera-se que este não é o momento mais propício à observação de casos que permitam a prossecução do presente objetivo.</p> <p>a própria política nacional tem contrariado a execução deste objetivo, ao aprovar o RERAE – Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas (Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro) que estabelece, com caráter extraordinário, um regime de regularização de estabelecimentos, suas alterações ou ampliações, sendo aplicável às atividades industriais, às atividades pecuárias, às operações de gestão de resíduos e à revelação e aproveitamento de massas minerais, prevendo a possibilidade de:</p> <p>regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública;</p> <p>alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública.</p>

AU_01	AMBIENTE URBANO Melhoria da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente pelo acréscimo da mobilidade, pela dotação e eficiência dos equipamentos urbanos, pela salvaguarda e valorização dos elementos naturais
	<p>Relativamente à componente de acréscimo da mobilidade, a Câmara Municipal, em 2013, concluiu a elaboração do designado Plano de Mobilidade Sustentável do concelho da Maia, que tem como principais objetivos: promover a mobilidade sustentada, fomentando a utilização de modos de transporte mais ecológicos para as deslocações; garantir a articulação entre planeamento territorial e planeamento de transportes; garantir a interoperabilidade entre os diversos modos de transporte e ainda entre os diversos componentes da cadeia de transporte e reforçar a informação urbana.</p> <p>Em 2014, avançou-se com a implementação das primeiras medidas do programa de ação, tendentes a promover uma mobilidade mais sustentável e, consequentemente, a melhoria do ambiente urbano, designadamente a criação de um grupo de trabalho da Mobilidade Sustentável e Acessibilidade para Todos e foi aprovado o Plano de Ação para o triénio 2014-2017.</p> <p>Assim, decorrido este período foram já implementadas ou estão em curso medidas do plano de circulação, do plano pedonal, do plano ciclável, do plano de transportes públicos coletivos, entre outros, que contribuirão para melhorar a mobilidade concelhia, como sejam a construção e requalificação da rede viária, a construção de ciclovias, o prolongamento do ecocaminho, a criação de uma rede estrutura de estacionamento de bicicletas, a reestruturação da rede de transportes públicos e o lançamento de novas linhas de transporte público rodoviário.</p> <p>Quanto à dotação em equipamentos urbanos, durante a vigência do plano assistiu-se a um crescimento sustentado da dotação de equipamentos urbanos, adequando a oferta à procura, designadamente ao nível dos equipamentos escolares, dos parques infantis e das áreas verdes de utilização coletiva.</p> <p>Relativamente aos principais elementos naturais existentes no concelho, que correspondem às áreas agrícolas e às margens e leitos dos cursos de água, foram desenvolvidas as atividades: projeto corrente do Rio Leça; projetos municipais de reabilitação de áreas verdes (p.e: Parque Urbano do Novo Rumo e Parque Urbano dos Amores) e investimento municipal no ordenamento e requalificação das margens e leitos dos cursos de água.</p>
AU_02	AMBIENTE URBANO Melhoria dos sistemas de transportes, dando preferência aos modos ambientalmente sustentáveis, aumentando a mobilidade interna do concelho e incrementando a melhoria de qualidade de vida pela redução do ruído ambiente
	<p>Como referido anteriormente, a estratégia do município na mobilidade urbana, vertida no seu Plano de Mobilidade Sustentável, passa pela promoção da utilização do transporte público e dos modos suaves, em detrimento da utilização do transporte individual.</p> <p>No que se refere à rede de transportes públicos, com a entrada em vigor do novo regime jurídico do serviço público de transportes coletivos, estão a decorrer transformações na organização e na estruturação da rede. Até à data, tem-se apostado na adequação da rede existente e na criação de novas linhas de ligação a importantes polos empresariais. Neste período, os transportes coletivos têm ganho cada vez mais utentes, o que pode ser reflexo da melhoria do sistema de transportes, mas também do crescente aumento dos preços dos combustíveis que leva à diminuição do uso do transporte individual.</p> <p>Ainda no que se refere aos transportes públicos o município tem em curso um projeto de melhoria das condições das paragens de transporte público coletivo, procurando melhorar as condições de acessibilidade universal e de conforto e segurança, com o objetivo de promover a atratividade do serviço.</p> <p>Quanto aos modos de transporte ambientalmente sustentáveis, designadamente os não motorizados, como o andar a pé e de bicicleta, o Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia, aponta como muito importante a criação de uma rede de percursos pedonais e ciclovias, estruturas de que o concelho é deficitário (as ciclovias existentes assumem um caráter meramente de lazer e os arruamentos pedonais têm uma expressão residual). Sem embargo do exposto, neste período executou-se da 1.ª fase do Ecocaminho, entre o Lugar do Souto e as Vias Paralelas, no centro da Cidade, e deu-se início à execução da 2.ª Fase, até Mandim. Concluiu-se a elaboração dos projetos de execução da ciclovia urbana do centro da Cidade da Maia e ligação ao Castelo da Maia, da ciclovia urbana de Águas Santas e, em complemento, da criação de uma rede estruturada de infraestruturas de estacionamento de bicicletas.</p> <p>No que se ao modo pedonal elaboraram-se projetos de execução de melhoria das condições de coexistência dos modos pedonal e ciclável nos principais núcleos urbanos do concelho (Cidade da Maia, Castelo da Maia, Águas santas e Pedrouços).</p>

AU_03	AMBIENTE URBANO Acréscimo dos espaços verdes públicos, organizados de forma sistémica e potenciando a sua utilização coletiva em meio urbano
	<p>Durante o período de vigência do PDM assistiu-se a uma evolução positiva dos indicadores referentes à evolução da área verde pública do concelho e à captação da mesma por habitante (passando de 6,25 m²/habitante, em 2008, para 11,77 m²/habitante, em 2015, o que, reflete um acréscimo dos espaços verdes públicos, através da construção de alguns parques urbanos, nomeadamente do PU dos Maninhos, na atual freguesia da Cidade da Maia, do PU dos Amores, em Pedrouços, da requalificação do PU do Novo Rumo, na Cidade da Maia, e a dotação dos mesmos com percursos pedonais e parques infantis, localizados em freguesias marcadamente urbanas, levou a uma potenciação da utilização dos espaços verdes públicos no meio urbano. Assim, neste momento, o município encontra-se muito perto de atingir a Recomendação da ONU que define a existência de 12 m²/hab.</p> <p>Por outro lado, em 2013, desenvolveu-se uma estratégia integrada em dotar as áreas urbanas do município de Ginásios ao Ar Livre, oferecendo mais um equipamento aos munícipes que potencia a utilização coletiva do meio urbano, aposta que continuou a ser executada pela autarquia.</p>
AU_04	AMBIENTE URBANO Recurso ao desenho urbano, como instrumento de gestão ativa e concertada
	<p>Durante a vigência do Plano, o Município da Maia aprovou o Plano de Pormenor da Quinta da Pícu e Áreas Envolventes, correspondendo ao único plano de pormenor em vigor no concelho. Procedeu, ainda, ao desenvolvimento dos trabalhos com vista à aprovação do Plano de Pormenor do Lidador, procedimento que não chegou a ser concluído devido ao parecer negativo emitido pela ANA – Aeroportos S.A. e bem ainda ao início, no final de 2011, do procedimento de elaboração do Plano de Pormenor do Centro da Maia, em curso.</p> <p>No âmbito da programação estratégica anual a Câmara Municipal deliberou dar início ao procedimento de execução de algumas UOPG, (sete), nomeadamente pela elaboração do desenho urbano de referência, no entanto, e com exceção da aprovação da delimitação da Unidade de Execução da Zona Desportiva da Cidade, as demais ficaram apenas nas fases preparatórias de desenvolvimento do processo, encontrando-se em fases distintas de desenvolvimento.</p> <p>Considerando que o desenho urbano não é apenas assegurado através da elaboração dos instrumentos de execução definidos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, mas também através da elaboração dos designados Estudos Urbanísticos de Referência (EUR), considerou-se importante neste período de avaliação e monitorização apresentar o levantamento dos EUR elaborados, sendo que, em 2014, desenvolveram-se 43 EUR, em 2015, 26 EUR e, em 2016, 22 EUR.</p>
AU_05	AMBIENTE URBANO Rentabilização das estruturas e infraestruturas existentes e aposta na reabilitação e regeneração urbana
	<p>Ao nível da rentabilização das estruturas e infraestruturas existentes, durante o período de vigência do plano, observaram-se investimentos municipais na requalificação e/ou ampliação de equipamentos públicos dotando-os de melhores condições para servir a população, designadamente ao nível dos equipamentos de educação, bem como a reconversão de edifícios (Exemplo: Escola Príncipe da Beira, na antiga freguesia de Gueifães, da adaptação do antigo posto da GNR na Maia para cantina municipal) e a deslocalização de serviços públicos, deficientemente localizados (Exemplo: Serviço de Finanças e Tribunal da Maia).</p> <p>Por outro lado, importa referir que a atuação da Câmara Municipal ao nível da resposta a pedidos de instalação de atividades económicas no concelho tem procurado, num primeiro momento, direcionar esses investimentos para o aproveitamento de estruturas devolutas existentes, promovendo uma racionalização das edificações e das infraestruturas existentes.</p> <p>Paralelamente, definiu-se como indicador para avaliar a rentabilização das estruturas e infraestruturas existentes a quantificação da rede viária municipal requalificada/conservada. No entanto, no decurso do processo de monitorização não tem sido possível recolher dados relativos à totalidade dos projetos de conservação/requalificação das infraestruturas existentes devido à ausência de um processo sistemático e contínuo de avaliação das intervenções por parte dos departamentos responsáveis pela execução das mesmas. Ainda assim, e de acordo com informação prestada pelo Departamento de Construção e Manutenção, em 2009/2010 correspondeu a cerca de 17.550 m/l a rede viária requalificada, em 2012 a 2.175 m/l, em 2013 a 1.700 m/l e em 2014 a 2.000 m/l.</p> <p>Na componente da aposta na reabilitação e regeneração urbana, numa ótica de consolidação dos aglomerados urbanos, importa salientar o esforço desenvolvido pelo município na delimitação de áreas de reabilitação urbana e aprovação dos respetivos planos estratégicos de reabilitação urbana.</p> <p>Assim, foram já delimitadas as seguintes ARU's:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Área de Reabilitação Urbana do Centro da Maia; 2. Área de Reabilitação Urbana de Águas Santas/Pedrouços; 3. Área de Reabilitação Urbana no Núcleo Urbano de Moreira e Vila Nova da Telha; 4. Área de Reabilitação Urbana da Vila do Castelo da Maia; 5. Área de Reabilitação Urbana de Ardegães; 6. Área de Reabilitação Urbana do Monte de Santa Cruz.

OP_01	ORDENAMENTO PAISAGISTICO Preservação dos valores identitários da ruralidade do concelho, designadamente através da proteção dos núcleos rurais, das quintas agrícolas com valor histórico e arquitetónico e dos valores naturais, potenciando novos usos e integrando este mesmo património numa rede integrada de percursos pedonais
	<p>A preservação dos valores identitários, designadamente pela potenciação de novos usos aos núcleos rurais e das quintas agrícolas, é promovida pela conversão deste património em espaços destinados a espaços de turismo rural, propondo-se a avaliação do presente objetivo através da implantação de estabelecimentos de alojamento vocacionados para o turismo rural ou de habitação, que promovam o património edificado e a exploração dos valores da ruralidade.</p> <p>Na Maia, existem duas unidades de alojamento em turismo rural, valor que se mantém inalterado após a aprovação do PDM.</p> <p>Em 2014, conquanto não exista nenhum novo alojamento de turismo rural, registou-se uma operação urbanística com vista a valorização e recuperação de um edifício unifamiliar, classificado como imóvel de interesse municipal.</p> <p>Em 2016, registaram-se 3 operações urbanísticas em imóveis arrolados como património edificado com vista à sua valorização e salvaguarda, dois dos quais inseridos em aglomerados rurais. Ao nível do uso, dois correspondem a habitação familiar e um a estabelecimento hoteleiro e de turismo em espaço rural.</p> <p>Dada a importância que cada vez mais tem sido atribuída ao setor primário, nomeadamente ao nível das políticas governamentais, e bem ainda pelo recente fenómeno de regresso à agricultura, tal poderá ter reflexos ao nível da evolução do setor no concelho e contribuir para a preservação dos valores identitários da ruralidade do concelho.</p> <p>Assim, considerou-se que, o presente objetivo é avaliado por indicadores que reflitam a potenciação dos valores da ruralidade do concelho não apenas através da potenciação de novos usos mas, igualmente, através da atividade agrícola. Neste propósito, importa destacar alguns dos dados do último recenseamento agrícola de 2009. Em 2009, na Maia registaram-se 333 explorações agrícolas, menos 18% do que em 1999, contribuindo com cerca de 9% para o total de explorações existentes no Grande Porto (3542 explorações agrícolas recenseadas em 2009).</p> <p>No que diz respeito à superfície agrícola utilizada (SAU), em 2009, a Maia dispunha de uma SAU de 1719 ha, constituindo, em termos absolutos, o terceiro concelho do Grande Porto com um maior valor de SAU. Entre 1989 e 1999 a variação da SAU foi significativa, decrescendo cerca de 30%, sendo que, na década de 1999 a 2009 a redução foi de apenas 3,2%. A área média por exploração situa-se em 5,16 ha.</p> <p>A superfície agrícola não utilizada corresponde a 18 ha, correspondendo a área agrícola que não se encontrava cultivada e que pode ser utilizada.</p> <p>A população e mão-de-obra familiar que, total ou parcialmente, se dedica à atividade agrícola ascende a 1116 indivíduos, e o produtor agrícola familiar corresponde a 325 indivíduos. Em ambos os casos, a estrutura etária é envelhecida, existindo praticamente 1 produtor agrícola familiar por cada exploração agrícola.</p> <p>Apenas 7,7% da área se destina a culturas permanentes, não existindo explorações com matas e florestas com culturas sob coberto e a terra arável limpa corresponde a 89% da área agrícola do concelho.</p> <p>Nas culturas temporárias evidenciam-se as culturas forrageiras e nas culturas permanentes os frutos subtropicais.</p> <p>Os valores apresentados revelam grande importância do gado bovino e das aves nas explorações do concelho.</p> <p>Apesar de se caracterizar como uma atividade em declínio no concelho, de 1999 para 2009, a taxa de abandono agrícola correspondeu a cerca de 0,8%, sendo inferior à registada no anterior período intercensitário.</p> <p>Embora o próximo recenseamento agrícola apenas se realize em 2019, as dinâmicas atuais têm mostrado uma procura de jovens para exercer atividade no setor agroflorestal, o que, poderá traduzir valores diferentes dos apresentados.</p>
OP_02	ORDENAMENTO PAISAGISTICO Promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território do concelho
	<p>A promoção do enquadramento e valorização paisagística das intervenções no território resulta da execução dos designados estudos urbanísticos de referência, da prestação de informações sobre a imagem e a funcionalidade do espaço urbano e da eliminação de dissonâncias existentes no território.</p> <p>Tal como ao nível do objetivo de promoção do desenho urbano, a avaliação do presente objetivo através da elaboração dos designados Estudos Urbanísticos de Referência (EUR). O presente indicador foi objeto de monitorização desde 2013, ano em que se elaboraram 27 EUR, em 2014 o valor ascendeu para 43, em 2015 foi de 26 e em 2016 foi de 22.</p> <p>No âmbito do Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade 2012-2017 da REN – Rede Elétrica Nacional, no concelho da Maia realizaram-se intervenções ao nível do enterramento de linhas elétricas, designadamente de 4 linhas de alta tensão e de 2 linhas de baixa/média tensão, a que correspondeu uma intervenção em cerca de 9.650 m/l e o desmantelamento de 53 postes elétricos, contribuindo para uma valorização paisagística.</p> <p>No domínio das infraestruturas viárias, o concelho é atravessado por importantes infraestruturas rodoviárias nacionais que têm um impacto significativo na paisagem e no ruído. Sendo certo que não podemos anular esta realidade, temos procurado minimizar os seus efeitos, procurando soluções mais propícias ao referido enquadramento, nomeadamente no acompanhamento dos Planos de Redução do Ruído da A3 e A41, em curso por parte das entidades concessionárias.</p>

OP_03	ORDENAMENTO PAISAGISTICO
	Valorização dos cenários da paisagem cultural

No âmbito do processo de revisão do PDM procedeu-se a um inventário exaustivo do património edificado do concelho, consubstanciando-se como uma primeira medida de salvaguarda dos cenários de paisagem cultural, verificando-se um crescimento significativo face ao arrolado no PDM de 94.

A valorização do património edificado constitui um elemento que importa garantir. No entanto, ao nível dos indicadores definidos para avaliação do presente, durante a vigência do plano, a evolução apresentou-se francamente positiva, na medida que foram desenvolvidas medidas de salvaguarda e de valorização do património edificado, ao nível da recuperação de imóveis municipais arrolados como património edificado, concretamente edifícios escolares, e bem ainda por ter sido dada sequência, por parte do IGESPAR, ao procedimento de classificação do Mosteiro de Moreira como imóvel de interesse nacional.

Durante 2014, registou-se a emissão de um alvará de construção referente a operação urbanística num imóvel arrolado como património edificado, sendo que, em 2016, foram 3 os alvarás em imóveis arrolados como património edificado.

A par da recuperação e preservação do património edificado, definiu-se como essencial a preservação e a salvaguarda do património arqueológico. A atividade da Autarquia tem sido muito direcionada para a prospeção de áreas de património arqueológico e para a promoção de medidas de salvaguarda do mesmo, contribuindo para o cumprimento do presente objetivo, conforme já apresentado nos indicadores relativos à proteção e valorização do património arqueológico, no qual se destaca o crescimento das áreas de prospeção arqueológica, quer de sítios já identificados no PDM quer em novas zonas, que conduziu à descoberta de mais 8 áreas arqueológicas, as quais foram integradas no PDM em vigor, no âmbito da alteração aprovada em 2013.

6.1.2. Avaliação da execução do plano

Para além da avaliação da evolução dos indicadores de monitorização apresentados no ponto anterior e que contribuem para a avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos e da eficácia de implementação das políticas definidas pelo PDMM, pretende-se, neste subponto, direcionar a análise para uma abordagem mais pragmática à execução do plano, através da avaliação da execução das ações previstas, desagregadas por Rede Viária, Arborização de Arruamentos, Equipamentos, Áreas Verdes e Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.

Para uma melhor perceção do nível de execução das ações previstas no âmbito do PDM revisto, apresenta-se a figura seguinte, que reflete a percentagem de execução, até ao final de 2016, desagregada por tipologia de ação.

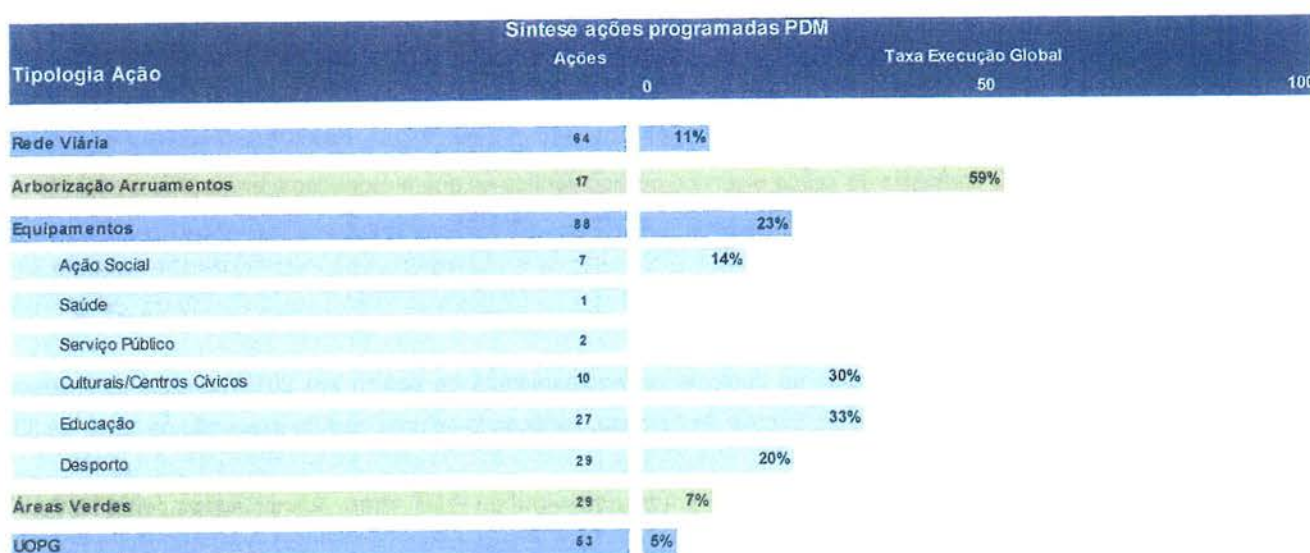


Figura 1. Síntese da execução do PDM, de 2009 a 2016

Rede Viária

Relativamente à rede viária verifica-se que ao nível da rede viária principal foi executada a RVP19, tendo já sido executadas partes da RVP06, da RVP14 e da RVP29. Ao nível da rede viária principal foi concluído o projeto de execução da RVP36 e estão em fases distintas de desenvolvimento os projetos referentes às seguintes vias: RVP13.1, RVP14, RVP23 e RVP25.

No que diz respeito à Rede Viária Secundária, foram executadas as propostas vertidas no PDM cujas ações se encontravam identificadas como RVS06, RVS08, RVS11 e RVS12, as quais já haviam sido executadas até 2012. Por outro lado, foram já executadas parcialmente parte das vias identificadas como RVS10 e RVS20, encontrando-se ainda em fase de projeto a RVS05 - Continuação da Via do Mosteiro (Moreira) até à Rua Cruz das Guardieiras.

Relativamente à rede viária local não foi concluída qualquer proposta identificada na Planta de Ordenamento – Programação e Execução, com exceção das duas vias já executadas até 2012.

Face ao exposto anteriormente, **do total dos investimentos previstos executar em infraestruturas rodoviárias no período de vigência do Plano, verifica-se um nível de execução de 11%, tendo sido executados parcialmente ou estão em fase de execução 9,4% dos arruamentos previstos**, faltando, assim, cerca de 79% da execução estimada.

Arborização em Arruamentos

Tal como para anos transatos, para 2016 não se propôs a arborização de arruamentos, dado o nível satisfatório de execução atingido ao nível desta tipologia de ações desde a entrada em vigor do PDMM e até 2013 (cerca de 59% das ações programadas), o que resultou que, no âmbito da proposta de alteração ao PDMM, se tivesse eliminado o conjunto de ações de arborização de arruamentos já executados, mantendo-se como programadas apenas 7 ações de arborização de arruamentos, a executar no âmbito da rede viária prevista e da extensão da rede de metro prevista.

Assim, e conforme melhor apresentado no quadro que se segue, em 2015, o nível de execução das ações programadas continua a situar-se numa taxa de execução de 58,8%, tendo sido executados parcialmente 11,8%, faltando executar cerca de 29,4%.

Equipamentos

Considerando a atual proposta da Planta de Ordenamento – Programação e Execução, bem como as ações já desenvolvidas no período de vigência do plano, no que diz respeito à execução dos equipamentos públicos previstos na tipologia de ação social a taxa de execução foi de 14,3%.

No que diz respeito às tipologias de saúde e serviço público verifica-se que a execução corresponde a 0%.

No domínio dos equipamentos integrados na tipologia de culturais e centros cívicos foram realizados cerca de 30% dos projetos programados. O acréscimo da taxa de execução face ao ano transato deve-se à conclusão da execução da ampliação do Cemitério de Folgosa.

Ao nível dos equipamentos inseridos na tipologia de equipamentos de ensino em 2015 concluiu-se a execução do Centro Escolar de Mandim e do Centro Escolar de Folgosa, verificando-se uma taxa de execução de cerca de 33,3%.

Na tipologia de equipamentos desportivos, desde a entrada em vigor do PDM, foram já executados cerca de 20,7% dos equipamentos programados ao nível desportivo.

Face à execução parcial de alguns equipamentos desportivos, realizada no ano de 2015, designadamente o Ecocaminho e o Parque Desportivo de Vermoim, a taxa de execução parcial dos equipamentos desportivos passou para cerca de 10,3%.

Assim, no cômputo das diferentes tipologias de equipamentos programadas, procedeu-se já à execução de 23,7% dos equipamentos previstos.

Áreas Verdes

No âmbito das propostas de execução de novos espaços verdes públicos foram executados o Parque da Travessa dos Maninhos e o Parque Ponte de Moreira, o que corresponde a uma taxa de execução total de 6,9% das áreas verdes programadas.

Acresce que, foram executados parcialmente o Parque Urbano dos Maninhos (a 1ª fase); o Parque da Quinta da Pícuia (parte), parte da ampliação da Quinta da Gruta e do Monte de Santo António, tendo, assim, sido já executados 13,8% desses espaços.

Não obstante, o nível de execução apresentado, desde a entrada em vigor do PDM, a Câmara Municipal da Maia executou outros espaços verdes públicos que não estavam previstos no PDM, designadamente: Parque Urbano dos Amores, na freguesia de Pedrouços, Parque (Jardim) Nortecoope, na atual freguesia da Cidade da Maia, a reformulação do Parque Urbano do Novo Rumo (área que já estava contemplada no PDM como Área Verde Pública Existente), bem como procedeu à implementação do projeto de integração paisagística das Vias Paralelas, ação que não estava prevista na programação estratégica definida no PDM.

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Em 2016 não houve qualquer evolução na execução das UOPG já iniciadas em anos transatos, mantendo-se, **assim, no que diz respeito à execução das UOPG a execução através da aprovação dos respetivos instrumentos de execução (PP e EU) 2 UOPG, correspondendo a 3%, e estão em fase de execução 11% das UOPG previstas, restando iniciar 86%.**

Em síntese, verifica-se uma reduzida execução das ações e das UOPG previstas no PDM. Com efeito, e atendendo ao disposto na nova Lei de Bases dos Solos e no Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial quanto à classificação do solo, deixando de existir a categoria de solo urbanizável, há uma necessidade de repensar cuidadosamente as UOPG previstas no plano, bem como o reforço das disposições relativas à programação e sistemas de execução do plano e respetiva avaliação económico-financeira e caducidade da reserva do solo, no âmbito da próxima revisão (Planta de Ordenamento – Programação e Execução).

6.1.3. Avaliação/Controlo Ambiental




Do processo de Avaliação Ambiental a que foi sujeito o procedimento de revisão do PDMM resultou um conjunto de indicadores ambientais que anualmente devem ser avaliados e monitorizados, por força do disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, cujo quadro com a identificação dos mesmos e respetiva evolução se apresenta no Anexo I.

Os resultados de monitorização dos indicadores ambientais encontram-se plasmados no quadro seguinte, podendo-se concluir o seguinte quanto à evolução dos efeitos ambientais sobre o ambiente:



- Cumprimento dos objetivos de sustentabilidade, concretamente das recomendações efetuadas para cada um dos fatores críticos definidos durante a elaboração da AAE;
- Eventuais efeitos significativos no ambiente, em que, na coluna respeitante à Avaliação/controlo, que procura descrever se foram identificados durante a vigência do PDM impactes ambientais não previstos em sede de AAE.

Fatores Críticos	Critérios	Tendência evolução PDM	Impactes positivos	Impactes Negativos	Recomendações	Avaliação/Controlo	Recomendações executadas
Património cultural e Paisagem	Património Edificado		<ul style="list-style-type: none"> - Preservação do Património edificado do concelho - Correção política de localização das unidades industriais, que evita a descaracterização da paisagem e do património edificado - Melhorar o enquadramento urbano/paisagístico resultante de intervenções na envolvente do património edificado arrolado, favorecendo a sua condição - Reduções de edificabilidade para os casos em que por incuria ou abandono, os edifícios arrolados se tornem de impossível recuperação ou sejam demolidos 	Não expectável	<ul style="list-style-type: none"> - Classificação de imóveis, conjuntos ou sítios, considerando os de interesse municipal - As instalações devolutas serem alvo de ações conducentes a uma correta integração paisagística com a envolvente, evitando a sua degradação física e visual. - Privilegiar ações no espaço público envolvente ao património edificado que o valorizem - O património edificado deve ser alvo de utilizações ligadas ao turismo rural ou outras atividades que potenciem a sua dinamização 	Não foram identificados impactos ambientais não previstos em sede de AAE	<p>Foi concluído o processo de classificação do Mosteiro de Moreira.</p> <p>Embora tenham sido iniciados trabalhos conducentes a futuro processo de classificação do património edificado arrolado, não foi dada sequência ao mesmo por se considerar que as restrições impostas no regulamento do PDM, por ora, já salvaguardam a proteção do património edificado. Equaciona-se, porém, o desenvolvimento de tais tarefas no âmbito dos imóveis propriedade do Município.</p> <p>Em 2014, deu-se início ao Projeto de Valorização do Património de Interesse Municipal da responsabilidade de uma equipa que integra técnicos da Divisão da Cultura e Turismo e da Divisão de Planeamento Territorial e Projetos.</p> <p>Assim, neste âmbito foram reavaliados os 560 edifícios arrolados na Carta de Ordenamento - Património Edificado. Esta reavaliação foi executada com o objetivo de criar filtros de leitura das diferentes tipologias de utilização dos diferentes corpos do edificado.</p> <p>Durante 2015 foram avaliados 61 imóveis numa análise de reavaliação e registo de datas históricas (perfazendo um total de 181 registos epigráficos).</p> <p>De 2013 a 2016 registaram processos de operações urbanísticas em imóveis arrolados no PDM como património edificados, procedendo à respetiva valorização e recuperação.</p>
	Património Arqueológico		<ul style="list-style-type: none"> - identificação no processo de revisão do PDM, a sua prospeção poderá pôr a descoberto um conjunto de património de grande valor 	Não expectável	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de programas de gestão e de divulgação do património arqueológico - Este património deve ser alvo de ações conjuntas de valorização com outros valores da ruralidade 	Não foram identificados impactos ambientais não previstos em sede de AAE	<p>Realização de Ações de valorização e preservação da Mamoa 5 do Leandro, Sítio Arqueológico do Barroso, Nogueira, e Sítio Arqueológico da Forca, Aldeia Nova, Barca Realização da Semana Aberta da Arqueologia.</p> <p>Cedência de Peças para a exposição "Rio Leça, Rio de Memória".</p> <p>Durante o ano de 2014 foram realizados diversos trabalhos de prospeção arqueológica dos quais resultaram a identificação de 8 novos sítios arqueológicos: Barreiros, freguesia da Maia, Arroiteia, freguesia de Milheirós, Cidadelhe 1 e 2, freguesia de Castelo da Maia (Avioso, São Pedro), Cardosas 1 e 2 freguesia de São Pedro Fins, Bouça Velha 1 e 2, freguesia Nogueira e Silva Escura.</p> <p>Em 2015 foram realizados diversos trabalhos de prospeção arqueológica, numa</p>

Fatores Críticos	Crerios	Tendência evoluão PDM	Impactes positivos	Impactes Negativos	Recomendaões	Avaliaão/Controlo	Recomendaões executadas
							<p>área total de 136 ha, correspondendo aos seguintes sítios: zona das Estouradas e Solão, Leandro Talm, acompanhamento arqueológico, rua Particular do Bairro, prospeção e sondagens arqueológicas, Mosteiro de Águas Santas, Rebordões, Barreiros, Casais Barca.</p> <p>Durante 2016 foram realizados diversos trabalhos de prospeção arqueológica dos quais destacamos os inseridos no RECAP da variante à nacional 14, zona envolvente ao local de proveniência do marco milário de Barca, identificação de estruturas de limite de propriedades monacais, identificação e registo da rede viária de características históricas, abrangendo uma área total de intervenção de 250 ha.</p> <p>O crescimento das áreas de prospeção contribui para a salvaguarda do património arqueológico do concelho.</p> <p>Em complemento, tem sido desenvolvidas ações de divulgação do património arqueológico junto da população em geral.</p> <p>Por forma a fomentar a afetação dos solos de RAN e demais áreas agrícolas do concelho à agricultura, a Câmara Municipal, em 2012, iniciou o projeto designado por Banco de Terras da Maia, que visa a criação de uma plataforma com a identificação da oferta de terrenos agrícolas e florestais existentes no território e, assim, permitir direcionar a procura que se tem verificado à oferta real, possibilitando uma resposta objetiva aos interessados, através da criação de uma base de dados georreferenciada de terrenos livres para o desenvolvimento de atividade agrícola.</p> <p>Os pedidos de intervenção em RAN, bem como as intervenções efetivamente concretizadas têm sido escassos, contribuindo para a recomendação de garantir a afetação dos solos de RAN exclusivamente à agricultura.</p> <p>A estrutura verde principal do concelho foi definida no âmbito da delimitação da Estrutura Ecológica Municipal em sede de revisão do PDM.</p> <p>Durante a vigência do Plano, apenas a construção de uma infraestrutura viária contribuiu para a fragmentação de um ecossistema de RAN.</p> <p>O município tem procurado desenvolver uma política de dotação do concelho com áreas verdes de utilização coletiva, promovendo o objetivo de criação de contínuos verdes na Cidade.</p>
	Valores da Ruralidade		<p>- uma transição equilibrada de gradientes de ocupação do solo urbano para o solo rural potencia a salvaguarda os valores da ruralidade</p> <p>- Uma correta política de localização das unidades industriais evita a descaracterização da paisagem rural associada à dispersão destas unidades em solo rural</p> <p>- O património cultural a preservar e valorizar, está ligado à sua ruralidade maia, cuja génese, associada à atividade agrícola, possui um significado histórico e arquitetónico representativo que se pretende defender e requalificar</p>	Não expectável	<p>- Os solos da RAN devem ser exclusivamente afetos à agricultura, potenciando os solos rurais para usos lúdico-recreativos</p> <p>- Requalificação urbana e paisagística das zonas de transição: urbano/rural</p> <p>- As instalações industriais devolutas devem ser alvo das necessárias ações conducentes a uma correta integração paisagística com a envolvente, evitando a sua degradação física e visual</p> <p>- Devem ser preservados os elementos caracterizadores das técnicas e práticas agrícolas ancestrais</p>	Não foram identificados impactos ambientais não previstos em sede de AAE	
	Fragmentação de Ecossistemas		<p>- A criação de uma rede de espaços verdes públicos, a melhoria do conforto ambiental no espaço urbano bem como a promoção da biodiversidade e do seu equilíbrio ecológico fomentam a continuidade dos ecossistemas</p>	<p>- A construção de novas infraestruturas de comunicação tem impactos ao nível da fragmentação dos ecossistemas</p>	<p>- Criação de uma estrutura verde principal ao nível do Concelho</p> <p>- Criação de contínuos verdes na cidade</p> <p>- Evitar a construção de infraestruturas que contribuam para a fragmentação dos contínuos naturais estabelecidos</p>	Não foram identificados impactos ambientais não previstos em sede de AAE	

Fatores Críticos	Crerios	Tendência evoluão PDM	Impactes positivos	Impactes Negativos	Recomendações	Avaliação/Controlo	Recomendações executadas
Ordenamento do Território	Uso do Solo		<ul style="list-style-type: none"> - Delimitada a Estrutura Ecológica Municipal - Salvaguardada das áreas de elevada sensibilidade biofísica e as áreas de riscos naturais (REN) - A densificação das áreas centrais e preenchimento de vazios urbanos resulta numa maior racionalização do uso e da ocupação do solo. - Criação de condições mais atrativas à fixação da população nas freguesias mais afastadas do centro da cidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação extensiva do solo, decorrente da execução de grandes equipamentos e infraestruturas e da consolidação de Cidade - Aumento dos territórios artificializados e da qualidade do ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> - Definir políticas de preservação que visem a conservação e fomento de usos mais apropriados ao equilíbrio dos ecossistemas de REN - fomento da coesão e consolidação dos espaços intersticiais com base numa gestão urbanística consistente - Incentivo ao funcionamento das indústrias em "círculo", promovendo a reutilização e reciclagem de produtos e matérias-primas - Deve ser implementada uma política municipal de reconversão de áreas urbanas degradadas 	Não foram identificados impactos ambientais não previstos em sede de AAE	<p>Durante a vigência do PDM não foram executadas ações que alterassem as áreas de elevada sensibilidade, como sejam as áreas de REN.</p> <p>Com vista à implementação de uma política municipal de reconversão de áreas urbanas degradadas desenvolveu-se o procedimento de delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana, encontrando-se já delimitadas 6 ARU.</p>
	Recursos Hídricos		<ul style="list-style-type: none"> - qualificação dos recursos hídricos, quer ao nível de intervenções que tenham por fim a melhoria da qualidade das suas águas, quer ao nível de intervenções nas suas margens - Salvaguarda dos leitos de cheia, dado especial ênfase à deslocalização de unidades industriais localizadas junto a linhas de água e que constituíssem focos de descarga ilegal - Promoção da deslocalização de unidades industriais localizadas junto a linhas de água e que constituíssem focos de descarga ilegal 	<ul style="list-style-type: none"> - ocupação dos vazios urbanos permitidos em leitos de cheia naturais decorrentes do aumento das áreas construídas e impermeabilizadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Devem ser desenvolvidas ações de reabilitação e regeneração urbana que contemplem a atuação sobre os recursos hídricos - Aproveitamento para a agricultura da zona ameaçada pelas cheias - dar cumprimento às orientações definidas no Plano Diretor de Águas Pluviais - controlar a qualidade da água das sub-bacias das Ribeiras do Arquinho e Leandro - Política de fiscalização ao nível das intervenções nas margens dos recursos hídricos - Melhorar a gestão dos sistemas de tratamento dos efluentes industriais 	Não foram identificados impactos ambientais não previstos em sede de AAE	<p>No âmbito da proposta de desenvolver ações de reabilitação e regeneração urbana que contemplem a atuação sobre os recursos hídricos foi promovido o projeto "Corrente Rio Leça", bem como projetos de requalificação das margens e leitos dos rios.</p>
Mobilidade/ Acessibilidade			<ul style="list-style-type: none"> - aumento da mobilidade e da acessibilidade infraconcelhia - Cidade compacta conduz promoção da eficiência do metabolismo urbano, sobretudo ao nível dos transportes - melhoria do conforto ambiental do espaço urbano e do espaço público contribui para fomentar circuitos pedonais e cicláveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Sobrecarga das infraestruturas existentes - Aumento de tráfego rodoviário - Congestionamento viário, decorrente do aumento de tráfego pesado nas vias de acesso às zonas industriais 	<ul style="list-style-type: none"> - Enquadramento paisagístico das infraestruturas - Política de Promoção dos transportes públicos e modos suaves - Melhorar os sistemas de transportes públicos para as áreas industriais - Concentração nos espaços industriais das unidades potencialmente geradoras de tráfego pesado - equacionar-se o condicionamento da utilização do veículo de transporte individual nas áreas centrais dos aglomerados urbanos mais densos - Deve ser efetuada a definição e implementação de uma rede de caminhos bicicleta definindo circuito de moinhos, caminhos do romano, entre outros. 	O aumento do tráfego rodoviário nas vias municipais e a sequente sobrecarga das infraestruturas existentes decorre não da execução do PDM mas é uma sequência da introdução das portagens nas antigas SCUT. Foi reforçado o impacto positivo na vertente mobilidade/acessibilidade, dado o aumento das ações que contribuem para a sua melhoria.	<p>Foi promovido o enquadramento paisagístico das infraestruturas designadamente da rede viária.</p> <p>No âmbito das ações de promoção da mobilidade a Câmara Municipal procedeu à:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos (PMAT), cujo plano de ação desenvolvido tem tido reflexos na eliminação de barreiras arquitetónicas. 2. Elaboração do Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia. 3. Aprovou a constituição de um Grupo de Trabalho da Mobilidade e Acessibilidade, interdisciplinar, responsável pela articulação das dinâmicas municipais nos domínios da acessibilidade e mobilidade. 4. Aprovou o Plano de Ações 2014-2017 relativos à execução dos dois planos referidos no número 1 e 2. 5. Iniciou-se a execução ou estão em curso medidas do PMSCM nos diferentes domínios temáticos, como sejam o plano de circulação, o plano pedonal, o plano

Fatores Críticos	Critérios	Tendência evolução PDM	Impactes positivos	Impactes Negativos	Recomendações	Avaliação/Controlo	Recomendações executadas
Saúde Humana em Ambiente Urbano	Espaços Verdes	<p>↑</p> <ul style="list-style-type: none"> - aumento das áreas verdes de utilização coletiva - melhoria do conforto ambiental do espaço urbano e a promoção da biodiversidade e do seu equilíbrio ecológico - preservação e salvaguarda dos valores de identidade rurais - consubstanciam oportunidades para a criação de espaços verdes de utilização coletiva temáticos, ligados às atividades de produção agrícola, pecuária, entre outras 	Não expectável	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da continuidade da estrutura verde concelho da tecido urbano - Promoção, beneficiação e requalificação de espaços verdes públicos em todos os aglomerados urbanos do Concelho - Promoção dos planos de recuperação de pedreiras para parques urbanos e espaços desportivos - política de execução e investimento na dotação de espaços verdes 	<p>Não foram identificados impactos ambientais não previstos em sede de AAE</p> <p>Foi reforçado o impacto positivo de aumento das áreas verdes do concelho, dado o aumento verificado nas áreas verdes de utilização coletiva existentes no concelho.</p>	<p>Política de execução de espaços verdes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Parque Urbano dos Maninhos 2. Parque dos Amores 3. Parque Urbano Novo Rumo 4. Parque de Ponte de Moreira <p>O Projeto Futuro – 100.000 novas árvores na Área Metropolitana do Porto</p>	<p>ciclável, o plano de estacionamento, o plano de logística urbana e o plano de transportes públicos coletivos, designadamente com:</p> <ul style="list-style-type: none"> - construção e requalificação da rede viária; - criação de novos percursos pedonais e requalificação dos existentes dotando-os de melhores condições de acessibilidade universal; - execução da 1.ª fase do Ecocaminho, entre o Lugar do Souto e as Vias Paralelas, no centro da Cidade.; - Prolongamento do Ecocaminho até Mandim; - projeto da ciclovia do centro da Cidade da Maia e ligação ao Castelo da Maia; - projeto de ciclovia de Águas Santas; - Criação de uma rede estruturada de parqueamento de bicicletas; - Nova sinalética e divulgação dos Caminhos de Santiago; - Criação de novas áreas de estacionamento tarifado; - Reestruturação da rede de transporte públicos coletivos; - Integração de novas linhas no sistema Andante; - criação de novas linhas de transporte público coletivo. <p>Efetuar-se diversas ações de sensibilização, designadamente através da adesão continuada à Semana Europeia da Mobilidade.</p>

Fatores Críticos	Critérios	Tendência evolução PDM	Impactes positivos	Impactes Negativos	Recomendações	Avaliação/Controlo	Recomendações executadas
Poluição Sonora e Atmosférica			<ul style="list-style-type: none"> - com base no conceito de Cidade compacta há menores necessidades de deslocações automóveis dentro da Cidade, com redução dos poluentes sonoros e atmosféricos - a promoção de espaços verdes contribui para reduzir a poluição sonora e atmosférica - devido à política de concentração industrial, as indústrias estão todas localizadas num espaço geográfico circunscrito, pelo que os seus efeitos, tendem a ser também limitados espacialmente e são atenuados pelo efeito barreira das áreas de proteção vegetal que as envolvem - ao reforçar e valorizar a vegetação está-se a promover a qualidade do ar, quer ao nível da produção de oxigénio e absorção de CO₂, quer ao nível da redução do ruído, formando barreiras acústicas 	<ul style="list-style-type: none"> - aumento da população exposta a níveis de ruído elevados e de poluentes atmosféricos, arbores resultantes do incremento do tráfego automóvel por via da densificação da Cidade e da melhoria da rede rodoviária - Existem impactos significativos que se podem fazer sentir nas imediações das áreas industriais 	<ul style="list-style-type: none"> - não atribuição usos habitacionais às edificações a construir na proximidade aos eixos de grande tráfego - Criação de barreiras e cortinas verdes, em particular nas interfaces urbano/industrial - Deve ser prevista a instalação de pisos de estrada menos ruidosos - Deve ser garantida a introdução de zonas de velocidade condicionada nas malhas urbanizadas 	Não foram identificados impactos ambientais não previstos em sede de AAE	Em implementação um conjunto de medidas do PMSM que tem como objetivo a promoção da utilização dos transportes públicos e dos modos suaves em detrimento da utilização do automóvel, que terá como consequência a redução da poluição sonora e atmosférica.
	Riscos Tecnológicos		<ul style="list-style-type: none"> - aumento das indústrias com tecnologias limpas, isentas de riscos tecnológicos - definição adequada de padrões de localização pressupõe que as indústrias se localizem em espaços apropriados, fora dos meios residenciais - concentração industrial pressupõe que haja uma centralização dos riscos e uma maior facilidade na sua previsibilidade e no seu combate 	<ul style="list-style-type: none"> - atração para o Concelho de indústrias com elevado risco tecnológico - no caso de ocorrência de acidentes, a gravidade destes pode ser de magnitude superior, devido ao efeito dominó da concentração industrial 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivos à localização de empresas altamente qualificadas - deslocalização das unidades industriais deficientemente localizadas na Cidade. - Deve ser proibido e controlado o atravessamento dos aglomerados urbanos por veículos de transporte de matérias perigosas 	Não foram identificados impactos ambientais não previstos em sede de AAE	Foi criado o incentivo de isenção de TMU das atividades industriais deficientemente localizadas no concelho que promovem a respetiva deslocalização para áreas de indústria e armazenagem.

Quadro 1. Tendência de Evolução dos Fatores Críticos de Decisão

Durante estes anos de vigência do novo PDM não se evidenciaram transformações que tivessem como consequência efeitos significativos quer no PDM, quer, mais concretamente, no território concelhio, para além dos previstos em sede de avaliação ambiental a que a proposta de revisão foi sujeita. Por outro lado, a Câmara Municipal tem desenvolvido projetos que visam potenciar os efeitos positivos sobre o ambiente.



6.2. Plano de Pormenor da Quinta da Pícu e Áreas Envolventes

No âmbito dos instrumentos municipais de gestão territorial, no município da Maia encontra-se também em vigor o Plano de Pormenor da Quinta da Pícu e Áreas Envolventes, na freguesia de Águas Santas (publicado em Diário da República através do Aviso n.º 21989/2010, de 29 de outubro).

Neste sentido, procura-se apresentar uma avaliação do nível de execução do Plano de Pormenor da Quinta da Pícu e Áreas Envolventes e nível de cumprimento dos objetivos que fundamentaram a elaboração do mesmo.

Objetivos

O Plano de Pormenor da Quinta da Pícu e Áreas Envolventes, na freguesia de Águas Santas (publicado em Diário da República através do Aviso n.º 21989/2010, de 29 de outubro), apresenta como objetivos gerais (art.º 2.º):

- A consolidação do tecido urbano existente;
- A proteção e salvaguarda do património edificado erudito ou que interessa manter e qualificar enquanto memória do sítio, como a casa na Rua D. Afonso Henriques, a Capela e a Casa de Corim, os edifícios da Quinta da Pícu e o Cruzeiro próximo à Quinta da Pícu;
- A manutenção e valorização da mata da Quinta da Pícu e de outros conjuntos arbóreos importantes à estrutura verde primária ou secundária;
- O reforço da conectividade da área do plano com a envolvente;
- A conclusão da rede viária existente, assegurando a continuidade dos arruamentos já executados;
- A disponibilização e dignificação do espaço público do peão e de áreas de recreio e lazer, quer no tocante à sua dimensão e tratamento, quer no que respeita às condições da sua vivência;
- O ajustamento da proposta ao cadastro de propriedade, aumentando a sua eficácia e o grau de operacionalidade.

Metodologia

Para a análise da execução do Plano procedeu-se à recolha de informação, designadamente:

- Aplicação de Gestão Urbanística do GISMAT das plantas topográficas, operações urbanísticas, alvarás de construção e alvarás de loteamento emitidos para a área do Plano, entre 2011 e 2016;
- Mapa Interativo: consulta dos alvarás de loteamento;
- SIGMA – Listagem dos processos por arruamento inserido na área do plano;
- Carta 19. Planta de licenças, autorizações, e informações prévias válidas de operações urbanísticas do Plano Diretor Municipal (proposta de alteração do PDM).

A informação recolhida foi posteriormente analisada, aferindo se os objetivos do plano estão ou não a ser cumpridos ou se se justificam medidas de ajustamento, conforme ponto seguinte, intitulado por Execução do Plano, em que se avalia a respetiva execução em função dos objetivos definidos para o mesmo.

a) A consolidação do tecido urbano existente

Para a avaliação do cumprimento do presente objetivo considerou-se oportuna a análise dos processos de gestão urbana.

De acordo com o levantamento efetuado, verificou-se que desde o ano de publicação do Plano de Pormenor (durante 7 anos) apenas se registou a entrada de:

- 22 pedidos de plantas topográficas;
- 13 processos de operações urbanísticas.

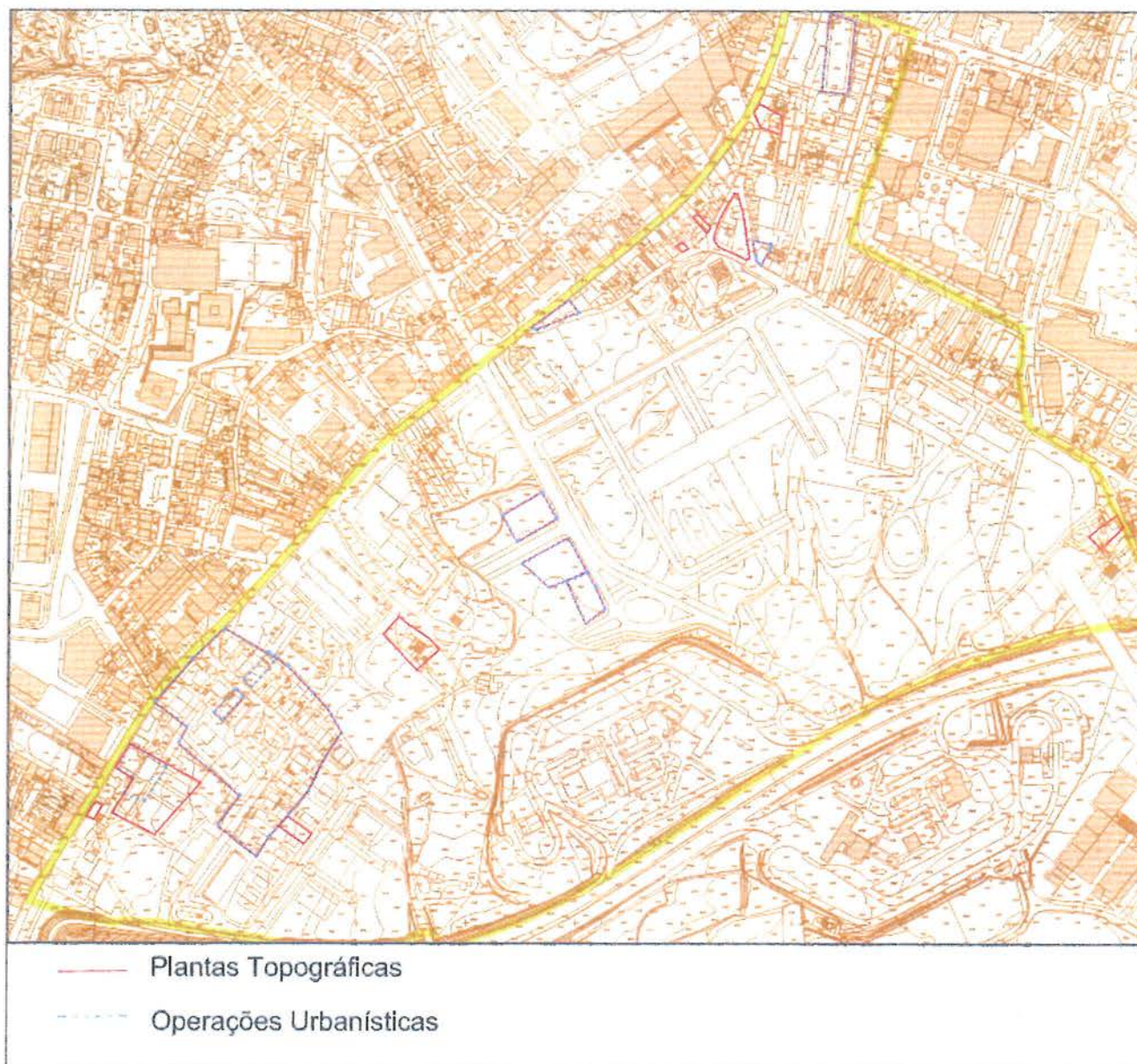


Figura 1. Localização Pretensões

Os pedidos de plantas topográficas incidem sobre áreas muito diversificadas do Plano de Pormenor em termos de qualificação do solo, com destaque para os edifícios habitacionais e para os edifícios predominantemente habitacionais, existindo outras que correspondem a áreas cujo desenho urbano do plano prevê a demolição das construções existentes e a cedência para espaços de passeios, praças e estacionamento.

Desde a entrada em vigor do PP até 2016, deram entrada na Câmara Municipal 13 pedidos de operações urbanísticas de diferentes tipos, correspondendo a um pedido de informação prévia, a um pedido de mudança do uso, a um pedido de remodelação de terreno para construção de parque de estacionamento, a dois pedidos de alteração de lote, estes últimos, inseridos num alvará de loteamento já aprovado anteriormente à entrada em vigor do plano (Quadro 2), dos quais três correspondem a intervenções no mesmo prédio, tendo sido instruídos diferentes procedimentos, e três pedidos de novas construções.

Ano	Tipo	Rua	Área Prédio	Classificação_PP
2011	Mudança uso	Rua Dom Afonso Henriques	382	Edifício Habitacional Passeios e Praças
2012	Lote (Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 2/69)	Rua Dr. Domingos Capas Peneda, n.º 50 lote 31	18515	Edifícios Predominantemente Habitacionais
2012	Informação Prévia	Travessa do Cruzeiro	282	Edifícios Habitacionais Edifício Habitacional
2012	Remodelação Terrenos Const. Parque Estacionamento	Av. Lidador da Maia	1679	Edifício Predominantemente Habitacional Passeios e Praças Estacionamento Área Verde
2012	Construção (Muro e portões exteriores de acesso ao Lote 4)	Rua Domingos Capas Peneda 4 Alv. 2/69	370	Edifícios Predominantemente Habitacionais
2013	Demolição, Reconstrução e Alteração Uso	Rua Dom Afonso Henriques, n.º 2870	382	Edifício Habitacional Passeios e Praças
2013	Alteração e Ampliação	Travessa do Cruzeiro	282	Edifício Habitacional
2014	Lote (Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 2/69)	Rua Dr. Domingos Capas Peneda, n.º 50 lote 31	Lote - 300 Loteamento - 18515	Edifícios Predominantemente Habitacionais Edifícios Habitacionais
2015	Obras de alteração e ampliação de prédio	Rua Dom Afonso Henriques, n.º 2356	1245	Edifício Habitacional Passeios e Praças
2016	Ampliação	Rua Dr. Domingos Capas Peneda, n.º 50 lote 31	300	Edifício Habitacional
2016	Nova Construção	Av. Dom António Ferreira Gomes Lote 4 e 6 do Al N.º 14/00	1772	Construções prevista com alvará de loteamento
2016	Nova Construção	Av. Dom António Ferreira Gomes Lote 6 do Al N.º 14/00	1031	Construções prevista com alvará de loteamento
2016	Nova Construção	Avenida Dom António Ferreira Gomes, n.ºs. 210 e 234, (Lote 7 Al Lot. 14/00	1196	Construções prevista com alvará de loteamento

Quadro 2. Operações Urbanísticas

Importa salientar que quatro dos pedidos correspondem a áreas para as quais o plano prevê a respetiva demolição das construções existentes nos prédios.

Os processos de operações urbanísticas correspondem a áreas para as quais foram emitidas plantas topográficas, pelo que, ao nível da qualificação do solo verifica-se também um predomínio das áreas destinadas a edifícios predominantemente habitacionais.

Das pretensões apresentadas, quatro foram indeferidas, foi admitida uma comunicação prévia (referente apenas à construção de um muro), sendo que os demais processos foram deferidos.

Dos pedidos deferidos, parte tratam-se de situações excecionais de enquadramento de pré-existências, não se conformando com a proposta do plano para o local, concluindo que as pretensões não vão de encontro aos objetivos do plano, sendo que as pretensões admitidas em 2016 ou em análise correspondem a construções previstas na área do plano com alvará de loteamento anterior à data de entrada em vigor do plano.

Face ao exposto, até 2016 não se verificou qualquer execução do plano conducente com a consolidação do tecido urbano existente. A partir de 2016, começou-se a assistir a uma maior dinâmica construtiva na área do plano pelo licenciamento de construções previstas em loteamentos com alvará, que correspondem a construções previstas em operações urbanísticas licenciadas pela Câmara Municipal, destinando-se predominantemente ao uso habitacional.

- b) A proteção e salvaguarda do património edificado erudito ou que interessa manter e qualificar enquanto memória do sítio, como a casa na Rua D. Afonso Henriques, a Capela e a Casa de Corim, os edifícios da Quinta da Pícu e o Cruzeiro próximo à Quinta da Pícu

Para cumprimento do presente objetivo, o plano procedeu à inventariação dos bens de valor patrimonial, conforme identificados na Planta de Implantação, designadamente:

- Casa na Rua Dom Afonso Henriques
- Quinta do Corim
- Quinta da Pícu
- Capela de Corim
- Cruzeiro próximo Capela de Corim.

Não foram identificadas operações urbanísticas incidentes sobre estes imóveis com o objetivo da sua recuperação e valorização.

c) O reforço da conectividade da área do plano com a envolvente

De acordo com o referido no relatório do Plano a base da proposta é a sua estrutura viária, condicionada pelas amarrações à rede existente e pela acessibilidade que a Via Estruturante da Granja irá introduzir a curto prazo. O estabelecimento desta estrutura assenta nalgumas das medidas preconizadas designadamente de reforço da conectividade da área-plano com a envolvente e da “conclusão” da rede existente.



Figura 2. Arruamentos a executar

Assim, no que se refere ao objetivo de reforço da conectividade da área do plano com a envolvente procurou-se analisar o nível de execução das infraestruturas viárias previstas no plano, conforme quadro seguinte.

Vias	Programação							Nível Execução	Observações
	2011		2012	2013/ 2016	Responsabilidade				
	1.º Sem.	2.º Sem.			CM M	Adc	Priv.		
A e B (1)						x		Em Execução	Obras previstas realizar no âmbito do projeto de alargamento da A4, em curso.
C					x			Sem execução	
D					x			Sem execução	
1	Sem previsão						x	Sem execução	
2					x			Sem execução	
3	Sem previsão						x	Sem execução	
4 (2)					x	x		Em projeto (parte correspondente rotunda)	A rotunda, da responsabilidade da Brisa, está prevista realizar no âmbito do projeto de alargamento da A4, em curso.
5					x		x	Sem execução	
6	Sem previsão						x	Sem execução	

(1) Corresponde à substituição das passagens desniveladas existentes por força das obras de alargamento da A4, da responsabilidade da Brisa
(2) A rotunda, da responsabilidade da Brisa, será coordenada com a passagem desnivelada e com a execução do restante troço 4

Quadro 2. Arruamentos a executar

No âmbito das obras em curso de alargamento da autoestrada A4 está programada a execução da rotunda prevista na via 4 e das Vias A e B (que correspondem aos viadutos existentes sob a A4 e a devida articulação da rede com o território a sul da A4), permitindo uma maior conectividade da área do plano com a envolvente, sobretudo com o território fragmentado com a passagem da infraestrutura viária da rede nacional.

As demais ações não apresentam qualquer nível de execução, correspondendo, na sua maioria, a vias a articular no âmbito das unidades de execução em que se inserem.

Como se pode observar, grande parte das ações do plano previam a respetiva realização em 2011 e 2012. Face ao nível de execução já apresentado, e no âmbito de uma eventual alteração ao Plano, dever-se-ia repensar as ações e respetiva programação temporal, até num contexto e, que está em curso a aprovação de uma área de Reabilitação Urbana para Águas Santas e Pedrouços que poderá conflitar com as propostas do plano.

d) A disponibilização e dignificação do espaço público do peão e de áreas de recreio e lazer, quer no tocante à sua dimensão e tratamento, quer no que respeita às condições da sua vivência

A disponibilização e dignificação do espaço público do peão e de áreas de recreio e lazer verifica-se ao nível da proposta do plano, em que grande parte da área se destina a espaço público, integrando áreas verdes de uso público, arruamentos, passeios e estacionamento.

No que diz respeito à dotação da área do plano com equipamentos e infraestruturas, e no âmbito das obras de alargamento da A4, infraestrutura viária que delimita a sul a área do Plano, a Autarquia concertou com a Brisa a construção do Centro Escolar da Pícu, por força da necessidade de desativação da Escola EB1 da Granja, e o prolongamento do viaduto da Rua dos Coriscos, estando já terminada a obra de construção do Novo Centro Escolar da Pícu, na área classificada no PP como área de equipamento.

Quanto à área de recreio e lazer verificou-se apenas a ampliação do parque da Quinta da Pícu.

e) O ajustamento da proposta ao cadastro de propriedade, aumentando a sua eficácia e o grau de operacionalidade

Embora o desenho urbano de um plano de pormenor não se possa restringir aos limites cadastrais pré-existentes, a proposta do plano procurou-se ajustar ao cadastro da propriedade, tendo como principal objetivo garantir a eficácia e a operacionalidade da respetiva execução.

Não obstante, em determinadas áreas do plano a execução realiza-se através de unidades de execução, tal como identificadas na planta de implantação e na planta de transformação fundiária.

Foram delimitadas 6 unidades de execução, sendo que no período de vigência do plano não foram ainda executadas.

De registar que dois dos pedidos de plantas topográficas (uma das quais correspondente ao pedido de informação prévia), inserem-se numa área abrangida por uma unidade de execução.

Tal como já observado ao nível da execução do Plano Diretor Municipal, para o Plano de Pormenor também se destaca que a introdução dos mecanismos de perequação compensatória, em que os particulares têm que deixar de olhar apenas para os seus terrenos e se associar, bem como o atual momento económico do país, não são favoráveis a uma execução programada das ações através da delimitação de unidades de execução.

Conclusão


Da análise efetuada verifica-se que a execução do plano foi reduzida, devendo ser repensados os objetivos e formas de execução do mesmo, em conjunto com a equipa autora do plano, com a Divisão de Gestão Urbana, e com os demais interlocutores locais, designadamente junta de freguesia e outros interessados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da avaliação do estado do ordenamento do território e bem ainda do sistema municipal de planeamento construiu-se a seguinte matriz de análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Inserção na Grande Área Metropolitana do Porto;</p> <p>População residente em crescimento, contrariando a média da AMP;</p> <p>Presença de um grande número de pessoas em idade ativa;</p> <p>Capacidade de empregar um grande número de mão-de-obra, principalmente oriunda de áreas adjacentes;</p> <p>Crescente peso do setor terciário e estabilização do setor secundário;</p> <p>Diversidade de atividades ligadas aos serviços, comércio e indústria;</p> <p>Setor industrial em franca expansão, com elevada capacidade de atração de empresas e elevada concentração de unidades de importância nacional e de setores altamente especializados (p.e.: ciência e tecnologia);</p> <p>Proximidade às principais infraestruturas aéreas, rodoviárias e ferroviárias que lhe confere uma boa acessibilidade;</p> <p>Quadro habitacional que proporciona boas condições de vida às populações e que contribui para a respetiva fixação;</p> <p>Reforço da consolidação da cidade e dos centros urbanos de 2.ª ordem, crescentemente polarizados;</p> <p>Existência de alguns edifícios arrolados como património arquitetónico;</p> <p>Oferta de espaços públicos multifuncionais (Fóruns, Quinta da Gruta, Quinta da Caverneira, TecMaia, entre outros);</p> <p>Aumento da captação de espaços verdes;</p> <p>Capacidade instalada de atração de investimento produtivo em atividades industriais e de serviços, correspondente a cerca de 1 704 573 m2 de área de acolhimento empresarial;</p> <p>Excelentes acessibilidades aos grandes centros de produção e distribuição da região Norte e da Galiza;</p> <p>Existência de bolsas municipais para o acolhimento de importantes investimentos em setores diversificados da atividade produtiva: transportes, acolhimento empresarial, turismo e lazer;</p> <p>Bolsa de áreas de solo rural ainda consideráveis e com excelente acessibilidade, oportunidade para o desenvolvimento de projetos de relançamento do setor de produção agrícola e florestal, e de atividades complementares de desenvolvimento rural.</p>	<p>Crescente dependência da população idosa face ao total da população;</p> <p>Subaproveitamento das potencialidades inerentes aos bons solos agrícolas, nomeadamente nas áreas sujeitas à servidão da R.A.N.,</p> <p>Setor agrícola com pouco significado, com uma acentuada tendência de decréscimo, ainda dirigido quase que exclusivamente para autoconsumo ou, com menor significado, a venda local;</p> <p>Forte dependência do transporte particular, sendo o principal meio de transporte utilizado pela população ativa nas suas deslocações pendulares;</p> <p>Degradação/poluição das linhas de água que trespassam o concelho;</p> <p>Baixa cobertura dos equipamentos de apoio às crianças até aos 2 anos (creches) e à terceira idade do setor público;</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Proximidade aos principais polos de investigação e desenvolvimento do Porto;</p> <p>Substrato humano populacional jovem, instruído e qualificado para cobrir procura de emprego maioritariamente qualificado;</p> <p>Salvaguardar o património arquitetónico existente, nomeadamente, através de ações que atraiam outras funções, incentivando a utilização para novos fins, impedindo a sua degradação;</p> <p>Recuperação e valorização das margens do Rio Leça, tornando-o num local agradável à fruição e lazer;</p> <p>Promover a mudança de paradigma ao nível da mobilidade, fomentando modos de transporte sustentáveis;</p> <p>Disponibilidade de investimento europeu para a promoção de uma mobilidade urbana mais sustentável;</p> <p>Disponibilidade de investimento europeu para a regeneração/reabilitação urbana;</p> <p>Disponibilidade de investimento europeu de apoio às empresas;</p> <p>Existência de novo enquadramento estratégico favorável à promoção e desenvolvimento do empreendedorismo;</p> <p>Crescente importância de uma estratégia integrada de qualidade de vida, assente na participação do município em projetos como o Programa Local de Promoção da Acessibilidade, com a elaboração do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos, da elaboração do Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia, bem como da adesão da Maia à Cidade Amiga do Idoso;</p> <p>Aposta numa forte estratégia de marketing territorial, desenvolvendo as potencialidades do concelho</p>	<p>Forte concorrência dos concelhos da primeira coroa periférica da Cidade do Porto;</p> <p>Pressão urbana sobre áreas de expansão e ou rurais ou de reserva, desarticuladas dos centros urbanos que se pretende consolidar;</p> <p>Retração Económica e financeira vivida e crise das dívidas soberanas, agravada pelos atuais contextos jurídico legais da atividade administrativa pública (lei dos compromissos);</p> <p>Taxa de Desemprego;</p> <p>Incerteza existente quanto ao desenvolvimento do ainda vigente Quadro de Referência Estratégico Nacional e quanto ao próximo pacote de apoios financeiros.</p>

A evolução ocorrida no período de vigência do Plano, e embora tenham decorrido 9 anos de execução e monitorização, demonstra a necessidade de manter o desenvolvimento das medidas com vista a atingir os seus objetivos estratégicos, designadamente ao nível da consolidação dos núcleos urbanos, da deslocalização de unidades industriais deficientemente localizadas, da dotação de espaços verdes, da preservação dos valores identitários e dos valores de



ruralidade e bem ainda do aumento da competitividade e afirmação do concelho da Maia no contexto da Área Metropolitana do Porto.

Neste contexto, e como elemento diferenciador do concelho e, como tal, fator de competitividade, entende-se que a visão do futuro é a afirmação do concelho da Maia como polo de desenvolvimento produtivo, nos três setores de atividade (primário, secundário e terciário).

A visão é a de um município na vanguarda do desenvolvimento urbano sustentável, baseado no crescimento efetivo da dinâmica produtiva municipal, nos distintos setores de atividade, no respeito pela mais elevada exigência e excelência nos domínios de responsabilização ambiental e social, como elemento distintivo de competitividade territorial e fator de sobrevivência num contexto cada vez maior de competição municipal por pessoas e empresas.

Bibliografia

Agência Portuguesa do Ambiente, Dez. 2007 – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, SIDS-Portugal, Agência Portuguesa do Ambiente e Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Agência Portuguesa do Ambiente, 2008 – Relatórios do Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território – 20 Anos, Agência Portuguesa do Ambiente e Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Agência Portuguesa do Ambiente, 2008 – Evolução da Qualidade do Ar em Portugal entre 2001 e 2005, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora

Agência Portuguesa do Ambiente, 2008 – Relatório do Estado do Ambiente 2008 – 10 Indicadores, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora

Alto Comissariado para a Saúde, 2010 – Plano Nacional da Saúde 2011-2016, Versão para Discussão Pública

Câmara Municipal da Maia, 2008 – Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal

Centro de Investigação sobre Espaço e Organizações, 2009 – Acompanhamento e Monitorização do PROT Algarve, 1º Relatório Anual, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Fonseca, Paulo, 2002 – Índices de Desenvolvimento Concelhio, Revista de Estatística, Volume II, 2.º Quadrimestre de 2002, Instituto Nacional de Estatística

Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2009 – Carta Social, Folha Informativa n.º 1, Julho 2009, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2010 – Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais – 2009, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Instituto Nacional de Estatística, 2002 – XIV Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento geral da habitação, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2002 – Anuário Estatístico da Região Norte - 2001, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2003 – Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto: 1991/2001, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2008 – Estimativas Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2009 – Anuário Estatístico da Região Norte - 2008, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2010 – Anuário Estatístico da Região Norte - 2009, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2011 – Anuário Estatístico da Região Norte - 2010, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2012 – Anuário Estatístico da Região Norte - 2011, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2013 – Anuário Estatístico da Região Norte - 2012, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2014 – Anuário Estatístico da Região Norte - 2013, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2015 – Anuário Estatístico da Região Norte - 2014, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2016 – Anuário Estatístico da Região Norte - 2015, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, 2009 – Estimativas Anuais da População Residente, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Martins, Isabel e Santos, Luís Delfim (Coord.), 2003 – 1º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana – Porto, Gabinete de Estudos e Planeamento, Câmara Municipal do Porto

Prada, Olga, 2008 – Relatórios de Estado de Ordenamento do território: Orientações metodológicas para a sua elaboração. Tese de Mestrado em Urbanística e Gestão do Território. Instituto Superior Técnico

SILVA, J., 1998 – *A Função de Monitorização em Planeamento Urbanístico ao Nível Municipal: MAPAO, um Modelo para Apoio à Programação de Ações por Objetivos*. Tese de Doutoramento. Instituto Superior Técnico

Ministério da Saúde, 2006 – Glossário Para as Unidades de Saúde Familiar, acedido em http://www.mcsp.min-saude.pt/lmgs/content/page_46/Glossario_USF.pdf (consultado a 29-11-2011)

Referências Electrónicas

www.ana.pt

www.ine.pt

www.guiadeportugal.pt (acedido a Dezembro 2010)

www.metroporto.pt

www.stcp.pt

www.cp.pt

www.qualar.pt

www.qca.pt

www.proder.pt

www.qren.pt

www.turismo.maiadigital.pt

www.snirh.pt (acedido a 4.01.2011)

<http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/CentrosEmpregoEstatisticasMensais/Paginas/Home.aspx>

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2010. [Consult. 2010-05-24]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$indice-de-desenvolvimento-humano-\(idh\)>](http://www.infopedia.pt/$indice-de-desenvolvimento-humano-(idh)>).

www.igeo.pt/atlas/Cap3/Cap3d_5.html

Legislação

Lei n.º 58/2005 – Lei da Água

Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto – Lei de Bases da Política Florestal

Resolução Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de Setembro – Estratégia Nacional das Florestas

Decreto - Regulamentar n.º 42/2007, de 10 de Abril – Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga (PROF AMPEDV)

Resolução Conselho Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) e Plano de Implantação

Resolução Conselho Ministros n.º 29/2010, de 15 de Abril – Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE2020)

Resolução Conselho Ministros n.º 97/2010 – Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF)

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Águas Residuais PEAASAR 2007-2013

Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/2011, de 27 de Janeiro – Recomenda ao Governo a adoção de medidas de incentivo ao aproveitamento de terras agrícolas abandonadas



ANEXOS




ANEXO I

Quadro Indicadores Ambientais

f

Critérios	Indicador de Seguimento	Unidade de Análise	Participação de análise	Fontes de informação	Mais Documentação da Referência	Valor Referência PDM	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Critérios	Indicador de Seguimento	Unidade de Análise	Participação de análise	Fontes de informação	Mais Documentação da Referência	Valor Referência PDM	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Património Edificado	Inóveis classificados e em vias de classificação	número	Anual	Câmara Municipal	-	Aumentar/manter o n.º de imóveis classificados	3	3	3	3	3	3	3	3
Património Arqueológico	Inóveis arrolados como de interesse patrimonial alvo de operações urbanísticas com vista à sua valorização e recuperação	n.º de processos de GU em Imóveis arrolados	Anual	Câmara Municipal	-	Crescente	n.a	n.d	n.d	n.d	0	1	0	3
	Áreas submetidas a medidas de valorização e proteção patrimonial	hectares	Anual	Câmara Municipal	-	Crescente	n.a	0	0	0	3	560	61	0
	Prospecções em áreas de património arqueológico	hectares	Anual	Câmara Municipal	-	Crescente	n.a	2 (n.º)	12 (n.º)	27 (n.º)	5 (n.º)	18 (n.º)	6 (n.º)	250 (ha)
	Áreas submetidas a medidas de valorização e proteção patrimonial	hectares	Anual	Câmara Municipal	-	Crescente	n.a	1 (n.º)	2 (n.º)	8 (n.º)	10 (n.º)	10 (n.º)	64 (n.º)	3 (n.º)
Valores da Ruralidade	Inóveis arrolados como de interesse municipal convertidos para turismo rural	n.º e hectares	Anual	Câmara Municipal	-	Crescente	n.a	n.d	n.d	n.d	0	0	0	1
Fragmentação de Ecosistemas	Inóveis arrolados como de interesse patrimonial e inseridos em aglomerados rurais alvo de operações urbanísticas com vista à sua valorização e recuperação (turismo rural)	n.º e hectares	Anual	Câmara Municipal	-	Crescente	n.a	n.d	n.d	n.d	0	0	0	2
	Capacidade de alojamento (turismo rural)	n.º de quartos	Anual	Câmara Municipal e Turismo de Portugal	-	Crescente	8	8	8	8	8	8	8	8
	Áreas de uso agrícola submetidas a projetos financiados pelo FEDER	n.º projetos	Anual	FEDER	-	n.d	n.a	0	7	2	6	9	n.d	18
	Extensão do seccionamento	metros lineares	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	273	0	0	0	0	0	0
Uso do Solo	Sistemas seccionados	m²/sistema	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	6472,95	0	0	0	0	0	0
	Processos de operações urbanísticas em RAN (Com construção)	n.º de processos de GU aprovados em RAN/Tipologia	Anual	Câmara Municipal	-	0	n.a	n.d	n.d	n.d	0	0	1	6
	Processos de operações urbanísticas em REN (Com construção)	n.º de processos de GU aprovados em REN	Anual	Câmara Municipal	-	0	n.a	n.d	n.d	n.d	0	0	0	0
	Área florestal ardicida requalificada ambientalmente	hectares	Anual	Câmara Municipal	-	10% da Área Ardida	n.a	0	0	0	0	0	0	0
Floresta	Área florestal ardicida	n.º / hectares	Anual	Câmara Municipal	-	Até 2012, Alargir em 2018 uma área ardicida inferior a 0,8% da superfície florestal co-istituida por povoamentos	88 / 12,86	186 / 25,17	264 / 30,27	257/136,0	177/166,92	280/110,00	48/4,39	215/49,06
	Introdução de novas espécies por hectare	introdução de novas espécies por hectare	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	0	0	0	0	0	0	0
	Impermeabilização do solo	hectares / %	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.d	3,7 ha/0,04%	4,2 ha/0,05%	0,04
	Processos de operações urbanísticas por categoria de espaço	n.º/hectares/Tipologi a/Tx de consolidação do espaço	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	95	79	108	114
Consolidação do espaço urbano	Processos de operações urbanísticas por UOP/G	n.º/hectares/Tipologi a	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	1	1	2	5
	Processos de renovação, requalificação ou reabilitação urbana	hectares/Tipologia	Anual	Câmara Municipal	-	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	35	44	50	48
	Licenciamento de novas unidades industriais em espaço industrial	n.º/hectares/Tipologia	Anual	Câmara Municipal/CCDR N	-	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	9	24	24	12
	Deslocalização de Unidades Industriais deficientemente localizadas no território	n.º/hectares/Tipologia	Anual	Câmara Municipal/CCDRN	-	n.d	n.a	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d

nd	
----	---

Saúde Humana em Ambiente Urbano	Extensão de novos corredores de BUS (a)												
	Extensão de novas vias cicláveis (b)												
Utilização de modos de transporte mais sustentáveis	Extensão de novos percursos pedonais (c)												
	n.º de novos interfaces de passageiros (d)												
Ar	Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões nacionais de GEE de forma a alcançar metas de -18% a -23% em 2020 (-68-72 Mt CO2e) e de -30% a -40% (-127,7-61,5 Mt CO2e) em 2030, em relação a 2005												
Emissão de gases com efeito de estufa	ton./km2	Anual	Câmara Municipal	n.d	7063,2	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	589,4	n.d	n.d
Qualidade do ar	n.º de análises com valores superiores aos máximos admitidos	Anual	CODRN	n.d	n.a	n.d	Bom - 208 Médio - 75 Fraco - 36 Mau - 0	Bom - 179 Médio - 80 Fraco - 50 Mau - 0	Bom - 201 Médio - 56 Fraco - 34 Mau - 0	Bom - 255 Médio - 43 Fraco - 19 Mau - 0	Bom - 241 Médio - 33 Fraco - 7 Mau - 0	Bom - 227 Médio - 25 Fraco - 5 Mau - 0	Muito Bom - 67 Bom - 281 Médio - 13 Fraco - 3 Mau - 0 n.d - 1
Resíduos	Produção de Resíduos	kg./hab./dia	Câmara Municipal	n.d	n.a	T - 1,15 I - 0,89 S - 0,26	T - 1,14 I - 0,87 S - 0,27	T - 1,23 I - 0,80 S - 0,33	T - 1,17 I - 0,86 S - 0,31	T - 1,17 I - 0,86 S - 0,31	T - 1,10 I - 0,80 S - 0,30	T - 1,10 I - 0,79 S - 0,30	T - 1,11 I - 0,80 S - 0,30
Tratamento/Reciclagem e Valorização de Resíduos	toneladas por habitantes	Anual	Câmara Municipal	n.d	n.a	0,26	0,27	0,33	0,31	0,31	0,3	0,3	0,3
Riscos Tecnológicos	Acidentes com substâncias perigosas	número	PSP/Proteção Civil	n.d	n.a	3	3	2	14	8	2	5	3
Acidentes industriais	número	Anual	PSP/Proteção Civil	n.d	n.a	3	2	2	9	10	8	3	11

a - Não avaliado
d - Não disponível

Valor expresso em Milhões de Passageiros

Passageiros da CP e da STCP é apresentado o total de passageiros de cada empresa, não sendo possível individualizar os passageiros por município.

Metro do Porto apresentado o valor do total de validações com origem ou destino nos interfaces da Maia.

Embora na DA esteja uma periodicidade de análise Anual, o presente indicador só pode ser avaliado de dez em dez anos, aquando a publicação do Censos.

Embora na DA esteja uma periodicidade de análise Anual, o presente indicador só pode ser avaliado com a revisão dos Mapas de ruído, que por lá deve ocorrer de 5 em 5 anos.



Factores Sustainabilidade	Critérios	Indicadores	Unidades de Análise	Periodicidade de Análise	Fontes de Informação	Meta Municipal	Valor Referência PDM	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Saúde	População	Densidade populacional	habitante por Km ²	Anual	Câmara Municipal	-	n.d.	1435,02	1682,9	1712,92	1613,49	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
		Evolução da população	número	Anual	Câmara Municipal	-	n.d.	120111	140859	143371	135306	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
		Equipamentos de saúde	n.º de médicos por habitante	Anual	Câmara Municipal	60 médicos de medicina familiar por 100 000 habitantes	n.d.	0,43	0,44	0,52	0,48	0,52	0,53	0,47	0,47
	Educação	Equipamentos escolares por tipologia de ensino	número / rácio / tipologia	Anual	Câmara Municipal	-	n.d.	Jl - 72 EB1 - 44 EB23/Sec. - 10	Jl - 64 EB1 - 43 EB23/Sec. - EB23/Sec. -	Jl - 70 EB1 - 43 EB23/Sec. -	Jl - 72 EB1 - 44 EB23/Sec. - 11	Jl - 71 EB1 - 44 EB23/Sec. -	Jl - 68 EB1 - 40 EB23/Sec. - 10		
Emprego		Intervenções nos equipamentos escolares existentes com vista a dotação de melhores condições de ensino e	número/tipologia e por aluno	Anual	Câmara Municipal	-	n.d.	n.a	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
		Evolução do emprego por sectores	número / rácio	Anual	Câmara Municipal	-	n.d.	Primário - 599 (1,7%) Secundário - 23340 (38,0) Terciário -	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
		Taxa de desemprego	%	Anual	Câmara Municipal	-	n.d.	6,7	n.d.	n.d.	14,7	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Economia		Investimento e despesa com a protecção e a gestão do ambiente	Euros	Anual	Câmara Municipal	-	n.d.	n.a	990.421,90	328.778,90	?	71.543,86	614.150,81	6.484.439,54	
		Produção e consumo de energias renováveis	mwh por habitante	Anual	Câmara Municipal	Intensificar a utilização de recursos energéticos endógenos; Promover a produção de electricidade a partir de fontes renováveis; contribuir para a redução da factura energética externa; (...) (Estratégia Nacional para a Energia, PCM 169/2005)	n.d.	n.a	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
		Transportes	Acidentes rodoviários	Anual	Câmara Municipal	Colocar, até 2015, a sinistralidade rodoviária em 62 mortos por milhão de habitante, equivalente a uma redução de 31,9% (base 2006) (Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2006-2015)	Decrecente	1236	373	400	346	116	n.d.	n.d.	n.d.